

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
NÍVEL MESTRADO**

**BRUNO GARCIA VINHOLA**

**ENTRE A DISPUTA E A COPRODUÇÃO:  
heterogeneidades e transversalidades da circulação imagética midiaticizada**

**SÃO LEOPOLDO**

**2016**

Bruno Garcia Vinhola

ENTRE A DISPUTA E A COPRODUÇÃO:  
heterogeneidades e transversalidades da circulação imagética midiaticizada

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula da Rosa

São Leopoldo

2016

## FICHA CATALOGRÁFICA

V784e Vinhola, Bruno Garcia  
Entre a disputa e a coprodução: heterogeneidades  
e transversalidades da circulação imagética  
mediatizada / Bruno Garcia Vinhola. – 2016.  
204 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do  
Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em  
Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2016.  
“Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula da Rosa”

1. Comunicação. 2. Mediatização. 3. Imagem. 4.  
Simbólico. 5. Exército brasileiro I. Título.

CDU 659.3

Catálogo na Fonte:

Mariana Dornelles Vargas – CRB 10/2145

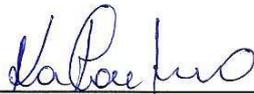
**BRUNO GARCIA VINHOLA**

**“ENTRE A DISPUTA E A COPRODUÇÃO: HETEROGENEIDADES E  
TRANSVERSALIDADES DA CIRCULAÇÃO IMAGÉTICA MUDIATIZADA”**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Aprovado em 22 de março de 2016

**BANCA EXAMINADORA**



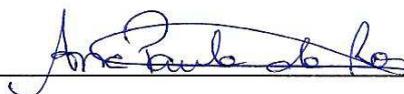
---

Profa. Dra. Kati Eliana Caetano - UTP



---

Prof. Dr. Antônio Fausto Neto - UNISINOS



---

Profa. Dra. Ana Paula da Rosa - UNISINOS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos professores do PPGCOM da Unisinos que contribuíram com essa jornada, iniciada no momento da seleção para o ingresso no curso. Agradeço especialmente aos professores que integram a linha de pesquisa Midiatização e Processos Sociais e particularmente aos professores Jairo Ferreira e Antônio Fausto Neto, que participaram intensamente desse processo.

Um agradecimento à parte para minha orientadora, Ana Paula da Rosa, pelos caminhos indicados e pelo tratamento atencioso nesse período de convivência ou, melhor dizendo, amizade que se construiu.

Sinto-me grato aos companheiros de farda que, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito dessa jornada. Especialmente aos militares que responderam ao questionário que integra a presente pesquisa.

Por fim, agradeço aos que me dão o principal suporte.

À minha irmã, por nossa amizade repleta de risadas que têm o poder de tornar tudo mais leve.

À Laura, por todo amor e apoio. Dividimos esta e dividiremos muitas outras conquistas juntos.

E aos meus pais, meus maiores incentivadores, por estarem sempre ao meu lado. É em vocês que encontro força e inspiração para todas as minhas vitórias.

## RESUMO

A pesquisa se insere nos estudos comunicacionais a partir de um olhar sobre a processualidade do fenômeno da midiaticização. Em meio à profusão de imagens e imaginários da sociedade midiaticizada, investiga-se o processo de circulação da imagem institucional. De que maneira circula a imagem do Exército Brasileiro durante o processo de pacificação do Complexo da Maré? Este é o problema da pesquisa, que tem como seu caso a disputa intermediática pela construção da imagem do Exército Brasileiro durante a operação de pacificação do Complexo da Maré, entre os anos de 2014 e 2015 na cidade do Rio de Janeiro. Nesse embate de sentidos, tem-se como objetivos principais examinar (e categorizar) a heterogeneidade das produções das instâncias da mídia canônica, dos atores sociais midiaticizados e da própria instituição, e analisar (e representar esquematicamente) as relações transversais entre os atores participantes e as imagens circulantes. Segue-se com a análise das afetações da midiaticização sobre a disputa inferida preliminarmente, que passa a revelar traços de coprodução nas imagens-produto que se manifestam como fruto das interações. Nas sobras destas relações transversais, emerge um outro tipo de afetação sob a processualidade imagética, algo que é da ordem do simbólico. Provocando um verdadeiro paradoxo, baseado na valorização de poucas imagens em meio à diversidade produtiva, o simbólico complexifica ainda mais a análise da circulação imagética midiaticizada. Ao final, juntamente de novas hipóteses heurísticas, procura-se dar conta de uma imagem síntese do processo de circulação acerca da atuação do Exército na Maré, junto da verificação de uma possível superioridade estratégica nessa disputa. Norteadas metodologicamente pela construção do caso da pesquisa, pelo paradigma indiciário e pelo argumento abduutivo, dentro de uma máquina aceleradora de inferências baseada no pensamento por figuras e ancorada sob um eixo de codificações referenciais (midiaticização e circulação) e concorrenciais (imagem e símbolo), a pesquisa tem como desafio desentranhar novas questões que pertencem ao comunicacional, a partir de uma aproximação com o fenômeno da midiaticização focada na incidência de seus processos na circulação de imagens.

**Palavras-chave:** Midiaticização. Circulação. Imagem. Simbólico. Exército Brasileiro.

## ABSTRACT

The research is inserted in communication studies from a look at the processuality phenomenon of mediatization. Amid the profusion of images and imaginaries within the media society, it investigates the circulation process of institutional image. How does the Brazilian Army's image circulate during the peace process of the Complexo da Maré? This is the research problem, which has as its case the intermedia dispute over the construction of the Brazilian Army image during the peacekeeping operation of the Complexo da Maré, between the years 2014 and 2015 in the city of Rio de Janeiro. In this clash of meanings, it has as main objectives to examine (and categorize) the heterogeneity of the productions of the instances of the canonical media, the mediatized social actors and the institution itself, and analyze (and represent schematically) the transversal relations between the actors involved and the circulating images. It follows with the analysis of the affectations of the mediatization of the dispute inferred preliminarily passing to reveal traces of the coproduction of images-product that manifest themselves as a result of interactions. From the remnants of these transversal relations, emerges another kind of affectation in the imagery processuality, something that is of symbolic order. Causing a real paradox, based on the valuation of few images through the productive diversity, the symbolic complexifies even more the analysis of mediatized imagery circulation. In the end, along with new heuristic hypotheses, it seeks to realize a synthesis image of the circulation process about the Army operations at Maré, with the verification of a possible strategic superiority in this dispute. Guided methodologically by the case construction, the evidentiary paradigm and the abductive argument within an accelerator machine of inferences based on the thinking by figures and anchored in an axis of reference encodings (mediatization and circulation) and competitive encodings (image and symbol), the research has as its challenge to unravel new issues pertaining to communication, from a rapprochement with the mediatization phenomenon focused on the impact of its processes in the circulation of images.

**Key-words:** Mediatization. Circulation. Image. Symbolic. Brazilian Army.

## LISTA DE FIGURAS

|                |     |
|----------------|-----|
| FIGURA 1.....  | 58  |
| FIGURA 2.....  | 93  |
| FIGURA 3.....  | 93  |
| FIGURA 4.....  | 96  |
| FIGURA 5.....  | 98  |
| FIGURA 6.....  | 99  |
| FIGURA 7.....  | 100 |
| FIGURA 8.....  | 102 |
| FIGURA 9.....  | 103 |
| FIGURA 10..... | 105 |
| FIGURA 11..... | 107 |
| FIGURA 12..... | 107 |
| FIGURA 13..... | 109 |
| FIGURA 14..... | 110 |
| FIGURA 15..... | 113 |
| FIGURA 16..... | 115 |
| FIGURA 17..... | 117 |
| FIGURA 18..... | 119 |
| FIGURA 19..... | 121 |
| FIGURA 20..... | 123 |
| FIGURA 21..... | 125 |
| FIGURA 22..... | 127 |
| FIGURA 23..... | 128 |
| FIGURA 24..... | 129 |
| FIGURA 25..... | 130 |
| FIGURA 26..... | 131 |
| FIGURA 27..... | 134 |
| FIGURA 28..... | 136 |
| FIGURA 29..... | 137 |
| FIGURA 30..... | 139 |
| FIGURA 31..... | 140 |
| FIGURA 32..... | 141 |

|                |     |
|----------------|-----|
| FIGURA 33..... | 143 |
| FIGURA 34..... | 144 |
| FIGURA 35..... | 146 |
| FIGURA 36..... | 148 |
| FIGURA 37..... | 149 |
| FIGURA 38..... | 151 |
| FIGURA 39..... | 151 |
| FIGURA 40..... | 152 |
| FIGURA 41..... | 153 |
| FIGURA 42..... | 154 |
| FIGURA 43..... | 169 |
| FIGURA 44..... | 171 |
| FIGURA 45..... | 174 |
| FIGURA 46..... | 175 |
| FIGURA 47..... | 178 |
| FIGURA 48..... | 180 |
| FIGURA 49..... | 181 |
| FIGURA 50..... | 182 |

## LISTA DE SIGLAS

|       |                                 |
|-------|---------------------------------|
| ACISO | Ação Cívico-Social              |
| EB    | Exército Brasileiro             |
| UPA   | Unidade de Pronto Atendimento   |
| UPP   | Unidade de Polícia Pacificadora |

## SUMÁRIO

|                                                                                                               |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....                                                                                     | <b>11</b>  |
| <b>1.1 A constituição do caso</b> .....                                                                       | <b>15</b>  |
| 1.1.1 Contextualização .....                                                                                  | 15         |
| 1.1.2 Campo observacional, indícios e inferências preliminares .....                                          | 18         |
| <b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....                                                                          | <b>21</b>  |
| <b>2.1 Codificações concorrentes</b> .....                                                                    | <b>21</b>  |
| 2.1.1 Que imagem é essa que está em disputa? (A imagem institucional) .....                                   | 21         |
| 2.1.2 Mas, afinal, o que é imagem? (Um pouco de abstração acerca do conceito) ..                              | 23         |
| 2.1.3 O que chamamos de construção simbólica? (A imagem como símbolo e o poder que se instaura) .....         | 29         |
| 2.1.4 Que imagens, então, estamos dispostos a analisar? (Imagens que geram imagens).....                      | 38         |
| <b>2.2 Codificações referenciais</b> .....                                                                    | <b>48</b>  |
| 2.2.1 Percebendo o fenômeno em sua processualidade (Da sociedade dos meios à sociedade em midiatização) ..... | 48         |
| 2.2.2 A obrigação de enunciar, mas sem o poder de regular (A midiatização das instituições) .....             | 60         |
| 2.2.3 O desalinhamento do paradigma (A circulação sob o ângulo da midiatização) .....                         | 65         |
| 2.2.4 Rivalidades intermediárias (Imagens e símbolos em disputa na arena midiatizada) .....                   | 70         |
| <b>3 METODOLOGIA</b> .....                                                                                    | <b>79</b>  |
| <b>3.1 Referenciais metodológicos norteadores</b> .....                                                       | <b>79</b>  |
| <b>3.2 Encaminhamentos de construção e análise teórico/empírica</b> .....                                     | <b>85</b>  |
| <b>4 ANÁLISES DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICO/ IMAGÉTICA NA MIDIATIZAÇÃO</b> .....                      | <b>91</b>  |
| <b>4.1 Coleção 1: a entrada do Exército no Complexo da Maré</b> .....                                         | <b>91</b>  |
| 4.1.1 A heterogeneidade das visões do acontecimento .....                                                     | 91         |
| 4.1.2 A transversalidade das estratégias postas em circulação .....                                           | 106        |
| <b>4.2 Coleção 2: a morte do Cabo Mikami</b> .....                                                            | <b>113</b> |
| 4.2.1 A heterogeneidade das visões do acontecimento .....                                                     | 113        |
| 4.2.2 A transversalidade das estratégias postas em circulação .....                                           | 125        |
| <b>4.3 Coleção 3: o final da missão</b> .....                                                                 | <b>134</b> |

|                                                                                                             |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.3.1 A heterogeneidade das visões do acontecimento .....                                                   | 134        |
| 4.3.2 A transversalidade das estratégias postas em circulação .....                                         | 148        |
| <b>4.4 Entrevistas em profundidade: olhares institucionais sobre a própria imagem em elaboração.....</b>    | <b>156</b> |
| <b>5 DISPUTA OU COPRODUÇÃO? INFERÊNCIAS SOBRE A IMAGEM DA FORÇA QUE CIRCULOU DURANTE A PACIFICAÇÃO.....</b> | <b>168</b> |
| 5.1 O jogo dos sentidos .....                                                                               | 168        |
| 5.2 O triunfo simbólico: sobre a atribuição de valor na processualidade.....                                | 178        |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                         | <b>187</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                     | <b>194</b> |
| <b>APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MILITARES DO EXÉRCITO ....</b>                                      | <b>203</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Quando há o propósito da realização de uma pesquisa que pretende se inserir no Campo da Comunicação, é adequada a consciência de que está se iniciando uma jornada por um universo, ao mesmo tempo, heterogêneo e transversal. As múltiplas práticas comunicativas são partes de processos midiáticos ricos em complexidade. E isso não se trata de uma novidade trazida pelas abordagens teóricas mais modernas. Não foi a convergência, o digital ou as redes, por exemplo, que permitiram o advento do complexo. Ele sempre esteve presente no processo comunicativo.

Por outro lado, não pode ser negado um cenário de transformações intensas pelo qual passa a comunicação. Seja na perspectiva de ruptura para alguns autores, ou de continuidade para outros, o fato é que mudanças atravessam constantemente os processos comunicacionais, afetando atores sociais, instituições (midiáticas ou não) e práticas de sociabilidade. Um cenário que oferece infinitas oportunidades de problematização.

Uma necessidade interacional intensa e crescente é característica cada vez mais marcante da atual ambiência comunicacional, o que modifica até mesmo o estatuto dos acontecimentos. Verdadeiros fogos cruzados são deflagrados em disputas por conferência de sentidos a partir da irrupção dos fatos. A comunicação de hoje dificulta os ajustes de sentido, devido à complexidade das suas interações.

Tal cenário de amplitude interacional provoca no autor algumas inquietudes bem pessoais. Inserido em uma rotina castrense - como Oficial do Exército Brasileiro - percebo que nem mesmo as instituições tradicionalmente fechadas deixam se ser atravessadas por essas transformações nos processos comunicacionais. A histórica cultura da discricção dos militares parece estar sendo tensionada, pois as rotinas, práticas e interações institucionais dão sinais de que também são afetadas pelos processos midiáticos. Dessarte, um questionamento inicial emerge: como essas instituições mais fechadas estão respondendo a esse cenário de transformações na comunicação?

Na tentativa de construção desse entendimento, voltamos a pensar sobre os fogos cruzados, sobre as disputas de sentidos. Afinal, é a partir da irrupção dos acontecimentos mais marcantes que se dão as interações mais complexas. Processos midiáticos heterogêneos passam a circular, promovendo encontros em

que há uma mistura de lógicas. São diferentes visões dos acontecimentos, que circulam midiaticamente sob a forma de imagens construídas. Nesses processos de produção imagética, há estratégias postas em jogo, que têm o potencial de revelar como esses atores envolvidos encaram a disputa pelo sentido.

Como abordamos acima, nosso interesse investigativo tem sua origem no âmbito da instituição (fechada). Nesse contexto, um acontecimento específico emerge como oportunidade de exploração: a operação de pacificação do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro (denominada Operação São Francisco), iniciada em maio de 2014 e encerrada em junho de 2015. Uma operação interagências, que contou com a participação de diversos órgãos de Estado, sob o comando do Exército Brasileiro. Os militares atuaram na região - habitada por mais de 130 mil pessoas – em operações de garantia da lei e da ordem, realizando patrulhamentos, prisões e entrando por diversas vezes em confronto direto com criminosos.

Um acontecimento desse porte se enquadra em nossas aspirações de estudo, pois tem o potencial de resgatar para a agonística social uma instituição que há alguns anos nos dá a impressão de viver como coadjuvante. Sendo assim, como uma instituição tradicionalmente fechada vai trabalhar um acontecimento que agita tantas outras dimensões e que afeta tantos outros atores e instituições? Como fica sua imagem no meio dessa explosão interacional que permite a qualquer um infinitas e livres apropriações, construções, mediações e conexões?

Esse cenário de transformações parece impedir o isolamento total. Acolher o social pode não se tratar mais de uma escolha para as instituições. Afinal, outros estão as acolhendo. A comunicação de hoje não possibilita que o Exército trabalhe sozinho na Maré, pois a instituição está sendo vigiada, por outros atores e por outras instituições (midiáticas e não-midiáticas). Para o Exército, sua atuação na Maré é uma. Para os moradores da favela, pode ser outra. E para um jornal que cobre as atividades, pode ser algo diferente de tudo isso. O que são essas interpretações senão diferentes imagens sobre o mesmo Exército?

Face o exposto, chegamos à delimitação de nosso tema. Quando contemplamos a singularidade desse acontecimento, não deslocamos nosso olhar do âmbito institucional, mas o ampliamos para outras instâncias em jogo. Na presente pesquisa, procura-se trabalhar a disputa intermidiática pela construção da imagem de uma instituição. Este é o ângulo de entrada proposto. Recortando ainda mais, examina-se a imagem do Exército Brasileiro que é produzida/percebida

durante a atuação de suas tropas na pacificação do Complexo de Favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. Imagem que se encontra em meio a uma disputa por produção de sentido, travada entre a própria instituição, os meios de comunicação considerados de cunho jornalístico e os atores sociais.

A partir do ângulo de entrada estabelecido e ao considerar uma ambiência circulatória em que estão misturadas diferentes tentativas de construções no que concerne à imagem de uma instituição, revela-se uma preferência de leitura do fenômeno comunicacional pelo viés da midiaticização, em um estudo que procura entender processos midiáticos e interações. É dessa maneira que a pesquisa se insere no campo comunicacional.

A Linha de Pesquisa Midiaticização e Processos Sociais, do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos, a qual esta pesquisa está subordinada, mantém um pensamento continuado sobre o campo de estudos em Comunicação, com reflexões elaboradas acerca da capacidade questionadora dos pesquisadores, no intuito de que se desenvolvam perguntas bem direcionadas ao conhecimento comunicacional. Em meio à diversidade de ângulos e abordagens, José Luiz Braga (2010) ressalta que o pesquisador pode dar sua contribuição pessoal à construção de conhecimentos do campo, dando sentido ao diverso, evitando a dispersão. Parte disso se dá com a elaboração de questões que permitam um desentranhamento do que é efetivamente comunicacional, em relação ao conjunto das demais ciências humanas e sociais.

Em outro texto, Braga (2007) adverte que o pesquisador deve estar atento a suas questões para não se entregar ao que ele denomina de “interdisciplinarismo frouxo”. Pois, ainda que o interdisciplinarismo seja uma realidade contemporânea, a comunicação não pode figurar como o próprio âmbito a ser compartilhado pelas múltiplas disciplinas interessadas. Novamente se revela a importância do adequado direcionamento das nossas perguntas. Quando elege-se como recorte um acontecimento como a pacificação do Complexo da Maré, obviamente outras ordens se misturam, em verdadeiro “todo entranhado”, nos termos de Braga (2007). Questões culturais, políticas, econômicas, históricas, psicológicas, entre outras tantas se revelam. A história convoca para a atuação militar nas ruas depois de décadas. A psicologia observa as interações e afetações entre os indivíduos no meio de um conflito armado. A política e o jogo de poder entre instituições. Mas o jogo em questão aqui é outro, é o intermediário. Diversos olhares complexificam o

acontecimento e, também, o fenômeno comunicacional, que não ocorre em seu estado puro, mas que necessita de um desentranhamento. É firmado, então, o foco no que é da ordem do comunicacional, procurando evitar desvios para direções de ciências outras, o que prejudicaria a produção do conhecimento em comunicação. O comunicacional é o centro da pesquisa, quando procura-se entender as afetações da midiatização em meio a uma disputa pela construção da imagem de uma instituição, a partir dos processos midiáticos.

Quando discutimos a produção do conhecimento em comunicação, dificilmente encontraremos pesquisas envolvendo o Exército Brasileiro. Trata-se de um terreno pouco explorado, com raras contribuições. Se detalhamos a busca um pouco mais, utilizando como filtro a perspectiva da midiatização por exemplo, nada encontraremos. Uma verdadeira lacuna na bibliografia existente.

Mas esse terreno pouco explorado pode se tornar fértil. Estudar as afetações da midiatização sobre a imagem de uma instituição como o Exército – tão singular e fechada – é contemplar um novo ângulo em que a complexidade do fenômeno comunicacional se revela. Novas possibilidades para investigação e novas descobertas específicas podem surgir dessa angulação em que o observável está intimamente ligado ao que se passa em um cenário ainda pouco esmiuçado.

Ante o exposto, chegamos a formulação do seguinte problema de pesquisa: de que maneira circula a imagem do Exército Brasileiro durante o processo de pacificação do Complexo da Maré? Na tentativa de contemplar o nosso problema, elencamos os seguintes objetivos, elaborados como verdadeiros eixos de estudo: 1) examinar as estratégias de construção imagética sobre a imagem do Exército Brasileiro realizadas pela mídia canônica, pelos atores sociais midiatizados e pela própria instituição em dispositivos midiáticos; 2) categorizar as diferentes imagens produzidas/percebidas nos dispositivos midiáticos acerca da instituição Exército Brasileiro no Complexo da Maré; 3) examinar as relações transversais entre atores participantes e imagens circulantes; 4) desenvolver diagramas representativos dessa paisagem circulatória intermidiática; 5) examinar as afetações do fenômeno da midiatização sobre a disputa entre matrizes de interpretação; 6) verificar a existência ou não de superioridade estratégica na disputa por conferência de sentido, com base nos processos de atribuição de valor da circulação; 7) apresentar, na forma de hipótese heurística, uma imagem síntese construída acerca da atuação do Exército Brasileiro na Maré, resultado desse jogo de interações.

Passada essa breve introdução, apresentemos as demais seções do presente trabalho. Ainda nessa seção, uma rápida contextualização sobre o acontecimento em questão - a participação do Exército Brasileiro na pacificação do Complexo da Maré – junto da exposição do processo de construção do nosso caso de pesquisa. Em seguida, nossa discussão teórica, dividida em duas subseções: as codificações concorrentes<sup>1</sup>, ancoradas pelos conceitos de imagem e símbolo; e as codificações referenciais, trazendo a especificidade da mediação, a partir de um olhar sobre a circulação. O capítulo três é dedicado à metodologia, no que se refere a referenciais norteadores e a encaminhamentos adotados durante o percurso da investigação. Começamos a analisar nossos empíricos, de fato, no capítulo quatro, em que apresentamos três coleções baseadas em fatos marcantes ocorridos durante a presença do Exército na Maré, somadas a um capítulo dedicado à compreensão do próprio olhar institucional sobre sua imagem em disputa. O capítulo cinco figura como um grande sistematizador dessas muitas análises, pois apresenta nossas inferências transversais. Finalmente, as considerações finais da dissertação, onde esperamos deixar novas perguntas que nos levem a uma proximidade ainda maior para com o fenômeno comunicacional.

## **1.1 A constituição do caso**

### **1.1.1 Contextualização**

No final do mês de março de 2014, eclodiu no Rio de Janeiro uma série de conflitos entre policiais militares e membros de facções criminosas. Enfrentamentos entre policiais e agentes perturbadores da ordem pública não configuram novidade na região, mas nesse momento a situação se complicava. Na contrapartida do processo de pacificação das comunidades e da política das polícias de proximidade,

---

<sup>1</sup> As codificações chamadas de concorrentes não representam uma oposição aos aportes referenciais. Trata-se de uma definição metodológica relacionada a constante tentativa de tensionamento do objeto. Agregando espaços de questionamento menos usuais ao nosso ângulo de entrada referencial, procuramos uma espécie de arejamento do processo investigativo, que traz a possibilidade de novas abordagens, o que é fundamental para a reflexão do objeto. Quando avançamos nesse tensionamento teórico, estamos fugindo do mero “encaixe” do trabalho às referências que compõem a Linha de Pesquisa a qual nos subordinamos. Sendo assim, em nenhum momento o concorrential significa choque ou desacordo de visões como o termo pode sugerir, mas sim a inclusão de novas possibilidades de reflexão com o potencial gerador de novos questionamentos.

três Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) foram atacadas no dia 20 desse mesmo mês, em diferentes comunidades da zona norte da cidade.

Fruto de uma experiência considerada positiva no ano de 2012, no caso da pacificação dos Complexos do Alemão e da Penha (em que as Forças Armadas controlaram a ocupação de tais comunidades até que houvesse condições para a instalação de UPPs), no dia 21 de março de 2014 o governo do Estado do Rio de Janeiro solicitou o apoio do governo federal para o emprego das Forças Armadas no Complexo da Maré, um conjunto de favelas localizado em uma região estratégica da cidade, historicamente conhecido pelos altos índices de criminalidade e domínio do tráfico de drogas.

Seguindo o modelo aplicado em 2012 no Alemão e na Penha, os representantes do Ministério da Justiça e da Defesa, da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro e do Comando Militar do Leste (Grande Comando do Exército que tem autoridade sobre a região) reuniram-se para traçar as estratégias do emprego das Forças Armadas em apoio aos Órgãos de Segurança Pública no Complexo da Maré.

Em 28 de março de 2014, em atenção ao pedido do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Presidente da República autorizou o emprego temporário e episódico das Forças Armadas no Complexo da Maré, nos termos da legislação em vigor. Em 31 de março, estava publicado o Decreto Ministerial nº 09 (do Ministério da Defesa), que determinava a organização de uma Força de Pacificação com o emprego de recursos operacionais militares necessários para funções de patrulhamento, revista e prisão em flagrante, de forma integrada aos meios de segurança pública estaduais. A missão principal da Força de Pacificação era preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, com a finalidade de reestabelecer a paz social no Complexo da Maré.

A responsabilidade pelo controle das operações de garantia da lei e da ordem foi dada ao Comando Militar do Leste. A operação, que teve início no dia 5 de abril de 2014, foi batizada de São Francisco, em homenagem ao Papa Francisco e seu esforço em promover a paz. As ações da tropa devem respeitar os preceitos legais e jurídicos, na plena vigência do Estado de Direito do País. Regras de engajamento também determinam o uso da força, sempre observando o princípio da proporcionalidade de resposta.

A região da Maré já abrigava núcleos de pescadores desde o final do século XIX. Mas foi na década de 40 que passou a ser efetivamente ocupada. Em 1994 foram agrupadas diversas comunidades e se criou o bairro Maré. O bairro possui uma localização estratégica no Rio de Janeiro: situado entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, à margem da Baía de Guanabara e ainda atravessado pela Linha Amarela em uma parte do seu território. São mais de 130 mil habitantes em mais de 40 mil domicílios entre as 16 favelas ou comunidades. O fato da região ser oficialmente reconhecida como bairro por lei municipal não modificou de maneira significativa a realidade da Maré. Uma área densamente habitada por grupos sociais de baixa renda e com inúmeras deficiências devido à falta de investimentos expressivos do Estado.

O crime organizado está presente de maneira intensa no Complexo da Maré. O Exército Brasileiro recebeu a missão de atuar na região frente ao seguinte cenário: o controle do narcotráfico dentro do Complexo dividido entre as três maiores facções criminosas do Rio de Janeiro. São frequentes os enfrentamentos entre facções em virtude da disputa por territórios. Tensionando ainda mais o cenário, milícias controlam regiões que cercam os limites do Complexo da Maré.

O trabalho dos militares dentro da comunidade consiste basicamente em três ações principais: patrulhamento ostensivo, prisão em flagrante e revista de pessoas e veículos. Soldados ocupam o território 24 horas por dia, 7 dias por semana através da realização de patrulhas e pontos de bloqueio. Um sistema de rodízio (com permanência de aproximadamente três meses) organiza a distribuição de tropas do Exército oriundas de diversas regiões e unidades do país. Obviamente, para a realização de tais ações são necessárias atividades de planejamento, inteligência, logística, comunicação social, operações psicológicas, guerra eletrônica, entre outras.

A missão do Exército no Complexo da Maré durou mais de um ano, contrariando as previsões iniciais. Decretos de renovação da permanência das tropas federais foram assinados, culminando com a saída definitiva dos militares da região em 30 de junho de 2015. No processo de desocupação da área, houve uma substituição gradativa dos soldados do Exército pelas forças da Polícia Militar do Rio de Janeiro, de acordo com o planejamento inicial de estruturação de UPPs no Complexo da Maré como continuidade ao processo de pacificação.

### 1.1.2 Campo observacional, indícios e inferências preliminares

Como abordamos acima, nosso campo observacional começa a ser construído a partir do acontecimento eleito: a pacificação do conjunto de favelas da Maré. Dentro desse contexto, que conta com a participação central do Exército Brasileiro, procuramos observar que imagem é essa que circula sobre a atuação dos militares na favela. Um exame acerca da imagem institucional que é produzida e percebida nos dispositivos midiáticos.

Com o escopo de evitar a constituição de um *corpus* demasiadamente extenso, optamos por um primeiro recorte: a eleição de três fatos marcantes ocorridos durante o processo de pacificação, com repercussão notável nos dispositivos midiáticos mais diversos, nos ofertando assim as materialidades necessárias para a análise adequada. São eles a entrada dos militares no Complexo da Maré (ocupação), a primeira e única morte de militares em ação nas ruas da favela (Cabo Mikami) e a saída dos militares das comunidades (final da missão).

Para contemplarmos nosso problema de pesquisa, seguindo a circulação da imagem desse Exército que está em operação na Maré, iniciamos uma jornada em direção aos processos tentativos de construção imagética que se efetuam no plano intermediário. Diante das primeiras imagens observadas, logo nos vimos frente a um processo heterogêneo de construção, do qual faz parte uma série de participantes.

Frente a toda essa diversidade produtiva, passamos a um segundo recorte na delimitação de nosso *corpus*. Para fins de análise, dividimos os processos de construção imagética com base em um critério: a expressividade da produção. Sendo assim, consideramos três grupos específicos nos quais estão subordinadas as imagens produzidas. Três diferentes visões do(s) acontecimento(s), que representam três instâncias que convivem nessa mesma ambiência intermediária.

A primeira instância é a da própria instituição. O que o Exército produz de conteúdo referente à sua presença nas favelas, em dispositivos midiáticos chancelados pela instituição. Em um segundo nível, os atores sociais midiáticos. As imagens do Exército percebidas pelos cidadãos que convivem diariamente com a operação, que resultam em produções amadoras colocadas para circular. E, por fim, as publicações oficiais de dispositivos midiáticos geridos sob o sistema produtivo reconhecido como jornalístico. As notícias, reportagens, comentários e outros

registros realizados a partir dos critérios de noticiabilidade, que circulam nos tradicionais meios de comunicação. A essa instância denominamos mídia canônica<sup>2</sup>.

Como dissemos, as três instâncias coabitam uma mesma paisagem circulatória. A imagem do Exército também encontra-se no mesmo espaço. No entanto, em uma espécie de estado prévio<sup>3</sup> ao acontecimento Maré, aguardando novas afetações para seguir em um fluxo adiante. Nessa paisagem, observamos para além das operações tentativas de construção imagética de cada instância. Passamos a perceber que existem relações que se efetuam no âmbito da circulação, a partir de movimentos de aproximação, confluência, troca, concorrência, uso e apropriação, entre outros que estimulam uma verdadeira mistura que potencializa ainda mais o diverso.

Os movimentos e as relações percebidas na circulação nos permitem a correlação dos indícios que consideramos relevantes nesse processo inicial da investigação. As imagens heterogêneas circulantes, antes desconexas, atingem o potencial de proposições ao serem correlacionadas a partir da transversalidade. Chegamos ao nosso primeiro movimento abduativo, a partir de uma inferência preliminar. Estamos diante de uma disputa intermediática pela construção da imagem do Exército durante sua atuação na Maré, complexificada por dois eixos de afetação: a heterogeneidade das visões do acontecimento e a transversalidade das estratégias postas em circulação.

Dessa forma, a partir de materialidades desconexas (as imagens captadas nos dispositivos), correlacionamos os indícios considerados relevantes com base em uma inferência abduativa. Nosso caso está constituído, pronto para se tornar central no processo argumentativo. Temos, enfim, o ponto de equilíbrio para os movimentos posteriores (dedutivos, indutivos e, novamente, abduativos).

---

<sup>2</sup> A denominação “mídia canônica” não é resultado de um estudo aprofundado sobre um conceito mais qualificado a ser utilizado. Trata-se apenas de uma preferência pessoal do pesquisador pela classificação indicada. As notícias que se enquadram em um sistema produtivo específico e reconhecidas como publicações jornalísticas poderiam facilmente ser enquadradas sob outras nomenclaturas. Porém, quando usamos o termo canônico queremos dizer que há um conjunto de dispositivos que seguem as mesmas regras instituídas pelo jornalismo, de um lado, e por aspectos corporativo-econômicos, de outro. Tais regras resultam em lógicas que determinam o funcionamento dos meios de comunicação como o jornal, a televisão, embora cada um tenha suas especificidades. Tais lógicas são estendidas para os sites destes veículos.

<sup>3</sup> O estado prévio referido se trata do constructo histórico/social que constitui a imagem da instituição até o momento em que se inicia o acontecimento Maré. Este estado imagético foi resultado de construções feitas outrora e aguarda que novos acontecimentos irrompam revelando novas percepções e afetações sobre a imagem da instituição.

Percebemos que o empírico se apresenta desconexo. Afinal, analisamos casos e fenômenos em processualidade, complexos por essência. O que propomos, a partir da inferência citada acima, é o passo inicial para a verdadeira construção empírica, fundamentada na criação de algo novo, que suscite novas questões para conhecimento em comunicação. Nessa tarefa inicial nota-se que, mesmo quando estamos dispostos a contemplar o fenômeno comunicacional pelo viés da mediação, procuramos suspender temporariamente esse contexto teórico, na tentativa de dar atenção máxima à especificidade do caso em questão.

Por último, esclarecemos que essa pesquisa não pretende chegar a respostas determinísticas no que se refere a uma imagem do Exército como resultado final desse processo de construção. Não buscamos verdades absolutas sobre a imagem institucional, fechada em proposições rígidas que não aceitam novos tensionamentos. Da mesma forma, em nossas análises será notável que não nos concentramos nos dispositivos midiáticos em si. Exemplo disso é que eles se revelam na investigação sem critérios específicos de escolha ou categorização. Nosso problema de pesquisa significa que buscamos entender o que se passa na circulação, dentro de uma ambiência mediada, a partir da singularidade que nos propomos a estudar.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 Codificações concorrentes

#### 2.1.1 Que imagem é essa que está em disputa? (A imagem institucional)

Ao apresentarmos uma proposta de pesquisa em que as afetações sobre a imagem do Exército Brasileiro constituem grande parte de nossas indagações, é natural que aflore a discussão sobre o conceito de imagem institucional. Essa imagem em disputa a qual nos referimos não diz respeito a um único momento em si. Nem mesmo se restringe à operação de pacificação, ainda que ela seja nosso foco de estudo e fonte de indícios. Essa imagem em formação que procuramos descobrir está relacionada a todo o contexto histórico do Exército. Uma série de imagens percebidas ao longo do tempo, que somadas com as imagens percebidas na Maré, vão afetando a formação da imagem da instituição. Ainda que figure de maneira bem mais evidente nas pesquisas relacionadas com as práticas profissionais, o conceito de imagem institucional se apresenta à nossa pesquisa como uma necessidade de problematização.

O termo imagem é empregado de uma maneira tão corriqueira (no campo acadêmico, no meio profissional ou no senso comum) que, para Martine Joly (1994), ocorre uma espécie de banalização do uso da palavra imagem, especialmente na área da comunicação. A autora argumenta que, sem a devida iniciação ao complexo conceito de representação, diversas profissões vinculadas à comunicação utilizam o termo de forma vulgar. E o mais interessante é a facilidade com que o termo parece ser compreendido. Publicidade, marketing, relações públicas, jornalismo, todos costumam tratar de maneira simplória uma possível modificação, substituição ou melhoria da imagem das marcas, personagens ou instituições.

Como foi dito acima, ao procurarmos na literatura existente a definição do conceito de imagem institucional, mais facilmente encontraremos abordagens identificadas com as práticas profissionais. A impressão que temos é que se manipula de maneira naturalizada um conceito que ainda não parece claramente desenvolvido. Variando a nomenclatura entre imagem corporativa, imagem organizacional, imagem empresarial ou imagem institucional, normalmente o conceito está ligado a outro: o de identidade. Vejamos alguns exemplos:

Para Elizabeth Brandão (2011), a imagem empresarial é o grande patrimônio de uma empresa. São as diversas percepções dos públicos da organização que fazem com que a imagem seja valorizada ou não. Para trabalhar pela valorização da sua imagem, a organização precisa construir condições para que essa imagem desejada seja percebida. Em resumo, construir uma identidade corporativa que transmita os valores da organização. Belmiro Neto (2010) define a imagem de uma empresa/instituição como reflexo de sua identidade. Para o autor, a identidade é o resultado das percepções dos públicos, e não a imagem. Se a identidade inspira valores positivos nos públicos, logo a imagem é positiva; e vice-e-versa.

Camilo Catto (2010) concorda que o conceito de imagem institucional é tratado por diferentes abordagens, entre as quais ele destaca três principais. Na primeira, a imagem é o modo como a cúpula deseja que a instituição seja percebida por seus públicos. A segunda perspectiva traz o conceito de imagem projetada, no qual a imagem é “uma técnica de gerenciamento de impressões” (CATTO, 2010, p.52), considerando possível o tratamento das impressões de um público determinado. Por último, a visada de uma imagem não gerenciável, mas formada pelas percepções dos indivíduos externos à instituição apenas, excluindo as possibilidades de gerência via ações internas; uma imagem construída social e historicamente.

Neste trabalho, abordamos a imagem institucional a partir de uma perspectiva que se afasta do puramente instrumental. Ainda que não abandonemos por completo os aportes oriundos das literaturas com ênfase nas práticas profissionais (em que a visão instrumental é mais comum), consideramos a imagem institucional como algo mais complexo, em coerência com o próprio conceito de imagem, que logo abordaremos. Essa complexidade envolve, por exemplo, os planos do sensível, do imaginário, do simbólico. A imagem não é apenas ferramenta de uma instituição, tampouco somente percepção dos agentes externos. Ela é uma construção que abrange a participação inter-relacionada de diversos atores e instituições (midiáticas ou não), embebida em um contexto histórico/cultural. O fato dessa imagem institucional figurar como algo impossível de ser unicamente controlado por qualquer ator ou instituição não impede sua análise e interpretação, ou ainda o exercício de intervenções sobre ela.

### 2.1.2 Mas, afinal, o que é imagem? (Um pouco de abstração acerca do conceito)

Ao avançarmos em direção ao conceito de imagem institucional, acabamos obrigados a recuar um pouco, no intuito de buscarmos algo mais profundo. A proposta de uma concepção do que vem a ser a imagem institucional passa pela visita ao âmago de tal formulação. E a essência que buscamos está no entendimento do conceito de imagem. Partimos para um exame mais abstrato, em que procuramos maior lucidez no tratamento de algo que parece tão comum mas que, na verdade, resguarda notável complexidade.

Um sentido alimentado por ambiguidades. Talvez um consenso entre os autores que pensam o conceito de imagem. Diferentes perspectivas/abordagens sobre o termo facilmente podem confundir o nosso entendimento sobre o que, de fato, se trata imagem. E, como falamos acima, isso não se restringe à esfera acadêmica. No senso comum, a palavra imagem é corriqueiramente empregada, com os mais diferentes sentidos. Ainda assim, como nos lembra Joly (1994, p.13), “o mais notável é que, apesar da diversidade dos significados desta palavra, compreendemo-la”. Tentemos um pequeno exercício: definir rapidamente em nosso pensamento o que é imagem. Logo, diversas imagens virão à tona. Imagens? Eis que, involuntariamente, estamos recorrendo ao conceito, antes mesmo de iniciarmos nossa tentativa de definição. Nesse ponto, é difícil não estar de acordo com Joly (1994) quando ela diz que é complicado conceder uma explicação simples ao conceito, definindo-o e, ao mesmo tempo, englobando todos os seus possíveis significados.

Mas Joly (1994) ressalta que, se os diversos entendimentos sobre o termo não impedem sua compreensão ou utilização, é porque há uma espécie de núcleo dentro dessas múltiplas significações. Em nosso esforço para encontrarmos o entendimento mais adequado para nossa pesquisa, partiremos rumo à extração do que vem a ser esse núcleo. “Parece que a imagem pode ser tudo e também o seu contrário” (JOLY, 1994, p.29).

Em favor das ambiguidades, Dietmar Kamper (2002, p.2) identifica o entendimento acerca da imagem em uma posição mutável entre duas ordens: “uma ordem mágica da plena presença na qual a imagem é idêntica àquilo que mostra e uma ordem da representação que tende ao vazio”. De um lado, a essência; do outro,

a semelhança/reprodução. Segundo o autor, admite-se uma transição histórica da magia para a representação, ainda que as ambiguidades no sentido persistam<sup>4</sup>.

Essa passagem (histórico/biográfica) do realismo da imagem para a semelhança também é considerada por Joly (1994). Para ambos, a cultura judaico-cristã foi decisiva para a evocação não mais de uma reprodução visual, mas sim de relações de semelhança. A doutrina “*Imago Dei*” (imagem divina) fixou no senso comum ocidental a ideia de que Deus criou o homem à sua imagem. A partir daí, passamos a entender nós mesmos como imagens, que refletem o sagrado. Mas antes e depois de Cristo a história já ofereceu mostras de uma inclinação a favor da imagem como semelhança. Joly (1994) lembra a contribuição da antiga filosofia ocidental com o mito da caverna de Platão, enquanto Kamper (2002, p. 6) recorda um “Iluminismo contra as obrigações mágicas”.

Ainda que consideremos e respeitemos essa transição histórica, não abandonemos as ambiguidades. Para isso, seguimos recorrendo aos mesmos autores. Kamper (2002) indica uma tripla funcionalidade da imagem em relação ao seu significado: presença mágica (essência), representação artística (imitação/semelhança) e simulação técnica (ilusão, simulação de algo ausente). Para o autor, as três funções ao mesmo tempo contrastam mas cooperam entre si, fazendo com que não possamos definir um significado apenas por referência a épocas históricas de imagens, desconsiderando essa multifuncionalidade atual.

Mesmo partindo de uma outra classificação das funções da imagem, Joly (1994) novamente se aproxima de Kamper ao reconhecer combinações funcionais possíveis. Um de seus exemplos é a fotografia de imprensa: situada entre a função referencial e a função emotiva, mistura a reprodução do real com a sensibilidade do subjetivo. Quando insere a análise da imagem sob uma perspectiva semiótica, abordando a imagem mais pela significação e produção de sentido e menos por sua funcionalidade, a autora continua concebendo uma imagem heterogênea. Nessa perspectiva, o foco é desviado da multifuncionalidade para uma reunião e interação de diferentes tipos de signos.

Em meio a ambiguidades na definição e hibridizações entre funcionalidades, o que dizer sobre a interpretação das imagens? Essa pergunta está em nosso

---

<sup>4</sup> Kamper defende que as imagens dificilmente perderão por completo a sua realidade mágica. “Todavia, resistem obstinadamente mesmo em tempos iluminados, restos mágicos, como por exemplo a tradição dos ícones da igreja ocidental, o sacrifício da missa católica, algumas correntes da poesia e da arte figurativa mais recente”. (KAMPER, 2002, p.3).

caminho, pois procuramos entender que imagem do Exército é essa que está sendo disputada por atores sociais e instituições midiáticas e não-midiáticas. Como diz Jacques Aumont (2002), “as imagens, visíveis de modo aparentemente imediato e inato, nem por isso são compreendidas com facilidade, sobretudo se forem produzidas em um contexto afastado do nosso”. Estamos frente ao problema da interpretação da imagem. Joly (1994) o coloca ao lado da questão da percepção. Na verdade, a autora indica uma confusão entre ambos. Aproximando-se do pensamento de Aumont, ela explica que reconhecer a imagem não significa compreendê-la. Reconhecimento e interpretação são operações distintas, mas que pedem combinação.

Interpretação, reconhecimento, percepção, tudo isso passa pela relação das imagens com o sujeito. Uma condição de dependência? Por que não? Afinal, “imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém, que a produz ou a reconhece” (JOLY, 1994, p.13). Aumont (2002) dá ainda mais atenção ao papel do espectador, qualificando-o como parceiro ativo da imagem em uma relação de construção mútua, pois ao perceber e compreender a imagem, o espectador a faz existir de fato. Como abordaremos em nosso eixo de codificações referenciais e observaremos em nossos empíricos, as instâncias de produção e reconhecimento, atreladas em relações que hoje podemos classificar como simétricas, são vitais na produção de sentido ligada às imagens. Voltando a Joly (1994, p.61), ela explica que “a imagem constitui sempre uma mensagem para o outro, mesmo quando este outro é o próprio autor da mensagem”. Ainda seguindo o pensamento da autora, verificamos que a imagem, ao estar sempre em relação com um sujeito, se revela como instrumento de expressão e comunicação.

E também de conhecimento, pois possibilita ver e interpretar o mundo<sup>5</sup>. Para Joly (1994, p. 67), “a imagem pode também servir de instrumento de intercessão entre o homem e o próprio mundo”. A questão da interpretação se torna fundamental na (tentativa de) distinção entre imagem e realidade. Imagem e realidade que, segundo Joly (1994), manifestam uma interação complexa. A autora defende que “somos constituídos tanto por recordações de imagens para as quais a experiência nos remete, como por recordações de experiências para as quais as imagens nos remetem” (1994, p. 154). Imagens alimentam experiências que alimentam imagens.

---

<sup>5</sup> Joly (1994) não se refere a um processo de reprodução pura da realidade, mas ao resultado de um processo decorrente de sucessivas representações esquemáticas e correções.

Imagens alimentam palavras que alimentam imagens. Imagens alimentam outras imagens e, com isso, a imaginação. Novamente a autora recorre a fotografia como exemplo, dessa vez para mostrar que mais do que qualquer outra imagem, a fotografia pode alimentar o sonho e a ficção.

De acordo com Roland Barthes (1984, p.173), “vivemos segundo um imaginário generalizado”. Tudo se transforma em imagens. Apenas se produzem e se consomem imagens. O autor infere que essa talvez seja uma marca do nosso mundo. Kamper (2002) se aproxima de Barthes ao sugerir que os homens vivem, na verdade, nas imagens do mundo. E ainda defende que se vive mal nessa “imanência imaginária” - como ele mesmo define - devido aos distúrbios e ambiguidades dessa vida das imagens<sup>6</sup>. Essa produção e consumo de um imaginário generalizado pode estar ligada ao fato de que a imagem é um fenômeno ligado à imaginação (AUMONT, 2002). Partindo da premissa de que a imagem nunca poderá representar tudo, Aumont (2002) acredita que as lacunas da representação são preenchidas pelo espectador da imagem. Através de projeções e invenções, é suprido o não-representado. O autor adverte que essa tendência projetiva, em seu limite, pode levar a exageros e erros de interpretação das imagens. Seguindo o raciocínio, Joly (1994) destaca a interpretação da imagem por permutação, em que o significado é encontrado no que está ausente. Por outro lado, Kamper (2002) concorda que as imagens são substitutas do que é ausente, mas ressalta sua insuficiência. Para ele, as imagens nunca alcançarão a “dignidade” do que estão substituindo.

O conceito de imagem vai nos dando mostras de que está atravessado por complexidades. Ao introduzirmos a questão da interpretação das imagens em nossa discussão, notamos que há uma linha tênue entre o que é da ordem do visível e o que é da ordem do imaginário. Para avançarmos na reflexão, faz-se necessário convocar a noção de expectativa que, para Joly (1994), é capital para a análise da imagem. Segundo a autora, o comunicar pela imagem, diferentemente do que ocorre com a linguagem, estimulará uma expectativa específica no espectador. Para Aumont (2002, p.86), a percepção da imagens aciona um sistema de expectativas “amplamente informado por nosso conhecimento prévio do mundo e das imagens:

---

<sup>6</sup> Para o autor, a saída da caverna do imaginário está nas próprias imagens, pois somente a imaginação permite que se vá além das próprias imagens. Buscar essa profundidade no plano das imagens é tarefa difícil. Mas não há outro modo de se buscar uma relação crítica com elas. Como exemplo, Kamper (2002, p. 9) sugere: “contra o medo da morte, os homens só têm a possibilidade de fazer uma imagem dela. Por isso às imagens se prendem os desejos de imortalidade”.

em nossa apreensão das imagens, antecipamo-nos, abandonando as ideias feitas sobre nossas percepções”.

Segundo Georges Didi-Huberman (1998), existe dentro de nós uma cisão que separa o que vemos do que nos olha. Cisão contra a qual não podemos lutar. As coisas que olhamos e que estão diante de nós, também estão a nos olhar. O que observamos nos impõe um “dentro”. Para o autor, o ato de ver abre uma espécie de vazio que nos olha. Tal vazio tem a ver com outra inelutável modalidade, a do vivido. Ou seja, quando olhamos para as imagens, elas nos impõem nossas experiências e lembranças, que vão influenciar nossa interpretação. E na tentativa de fugir do que nos olha até o âmago e nos perturba, muitas vezes optamos por evitar esse vazio. O grande exemplo é quando estamos frente a uma perda. Nas palavras de Didi-Huberman, se trata de um poder inquietante que, faz “de um simples plano ótico, que vemos, uma potência visual que nos olha...” (DIDI-HUBERMAN, 1998, p.33). O autor, dessa forma, contribui com a nossa reflexão sobre visível-imaginário e interpretação-expectativa. Diante da imagem, nos obrigamos a fazer uma escolha: optar pelo evidente visível ou pelo que me olha<sup>7</sup>.

Saímos da inelutável cisão do visível de Didi-Huberman diretamente para o corpo vidente e visível de Maurice Merleau-Ponty (2004). “O enigma reside nisso: meu corpo é ao mesmo tempo vidente e visível. Ele, que olha todas as coisas, também pode olhar a si e reconhecer no que está vendo então o ‘outro lado’ do seu poder vidente” (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 278). O corpo, visível e móvel, está no contexto do mundo. No meio das coisas e existindo como uma delas, as mantém como prolongamentos. Para o autor, então, a visão se faz no meio das coisas. Partindo de outra perspectiva, novamente observamos que a experiência e as expectativas influenciam na percepção/interpretação das imagens. O visível, para Merleau-Ponty (2004), é tensionado pelo fato do nosso próprio corpo confundir as modalidades do ver e do ser visto. A imagem não é apenas semelhança. Há relações entre o que ela é e o que se vê (ou se faz ver), e vice-e-versa.

Observamos que, na tentativa de interpretação das imagens, acabamos convocando as noções de expectativa, experiência e contexto. Aumont salienta a influência do nosso conhecimento prévio do mundo. Didi-Huberman lembra o vazio

---

<sup>7</sup> Escolher o volume visível ou o vazio? De acordo com Didi-Huberman (1998), a tentativa de fugir do vazio que nos olha envolve duas opções. Preencher o vazio e contentar-se com o que é visto através da razão (Tautologia), ficando aquém da cisão. Ou ir além da cisão, superando o que é visto e o que nos olha, por um modelo fictício que tudo substitui (Crença).

que nos toca no âmago em virtude das nossas experiências. Merleau-Ponty destaca a visão formada em um corpo que está na textura do mundo. E Joly (1994) reforça diretamente a ideia, afirmando que a noção de expectativa está intimamente ligada à de contexto<sup>8</sup>.

Dado o exposto, como faremos para interpretar as imagens que foram produzidas sobre a instituição Exército Brasileiro durante a pacificação da Maré? Após percorrermos diferentes abordagens e possibilidades de apreensão do conceito de imagem, podemos concluir que nos deparamos com o complexo. Um conceito com múltiplas perspectivas, assim como o próprio ato de ver, que não se resume em si mesmo, não é facilmente traduzível como um verbete de dicionário, pois engloba a produção dos signos, do sentir, a construção do mundo. Nossa tarefa, primeiramente, foi a tentativa de extração de uma espécie de núcleo que perpassasse as diferentes abordagens e que nos permita refletir e mobilizar a proposta de pesquisa. Ao projetarmos esse núcleo, a heterogeneidade das imagens se afirma, quando admitimos a transversalidade da essência do visível, da representação e da invenção do ausente em uma fusão de sentidos dentro de um mesmo conceito. Isso nos leva a considerar um complexo intervalo entre o visível e o imaginário e, por consequência, a também complexa relação entre sujeito e imagem. Diante da imagem, na tentativa de interpretá-la, o sujeito aciona suas expectativas, mobiliza o contexto em que vive, evoca suas experiências. Sendo assim, em nossas tentativas de analisar essas imagens construídas sobre o Exército, podemos estar nos aproximando de uma zona que está por trás da essência, da representação ou da invenção. Esses elementos que incitam nossas interpretações acabam nos deslocando para outros aportes teóricos, que nos levam ainda mais além no mundo das imagens. Para as análises que seguem então, lembremos de Didi-Huberman (1998, p. 34) e “abramos os olhos para experimentar o que não vemos”.

---

<sup>8</sup> Mas e se mexermos com o contexto? Para Joly (1994), esse jogo de descontextualização pode enganar o espectador em sua interpretação das imagens, causando variadas reações.

### 2.1.3 O que chamamos de construção simbólica? (A imagem como símbolo e o poder que se instaura)

Começemos esse trecho com mais uma citação de Didi-Huberman (2013, p. 135): “toda forma visível já traz o ‘conteúdo conceitual’ de um objeto ou de um acontecimento; todo objeto, todo fenômeno visíveis já trazem sua consequência interpretativa”. A partir desse pensamento, o autor nos provoca, em outras palavras, a seguinte pergunta: em que consiste, então, a interpretação?

Seguimos com Didi-Huberman em busca dessa resposta. Mas, para isso, um pequeno retorno ao visível. Para o autor, a imagem se torna visível quando oferece elementos de significação, ou seja, reconhecíveis como signos. Mas como somos capazes de interpretar esse visível? Ancorando-se em Panofsky, o autor explica que as imagens vão “evocar ou ‘traduzir’ para nós unidades mais complexas, ‘temas’ ou ‘conceitos’.” (Didi-Huberman, 2013, p. 20). Essas unidades de saberes compõem a bagagem cultural comum a determinados núcleos, grupos, povos ou mesmo civilizações. Aqui estão embebidas as expectativas, experiências e os contextos que mencionamos acima.

Para Didi-Huberman (2013), o sujeito não chega a transpassar um limite entre realidade e representação/significação. Em frente às imagens, não encontramos uma origem rudimentar do visível, seguida de níveis diferentes de interpretação. É no momento em que rememoramos as unidades de saberes que fazemos da imagem algo realmente visível, e legível<sup>9</sup>. O aspecto legível da imagem indica diretamente o significado da representação, o que para o autor é da ordem do simbólico. Dessa forma, “o simbólico precede e inventa a realidade” (Didi-Huberman, 2013, p. 134).

---

<sup>9</sup> Além do visível e do legível, Didi-Huberman (2013) propõe outras dimensões para a interpretação das imagens. Como não formam o foco deste trabalho, não as discutiremos a fundo. Ainda assim, as apresentaremos aqui brevemente. Segundo o autor, uma semiologia básica (e incompleta) engloba mais uma categoria além do visível e do legível: o invisível. Uma alternativa a essa hipótese que envolve imagem e transmissão de saberes (visível, legível e invisível) exige um olhar para os não-saberes, um olhar que se desprende da apreensão das imagens, dos saberes que ela impõe. Nesse movimento, que não busca a todo custo reconhecer, nomear ou clarificar as imagens, é preciso voltar ao prelúdio, ao mais simples. Esse olhar busca “um componente essencial e maciço na apresentação pictórica” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p.25). O autor classifica essa dimensão como visual. Em consequência desse regime do visual, que desprende o indivíduo do conhecimento visível, podemos chegar ao plano virtual, um fenômeno que nunca é claro, nem mesmo um signo articulado, que implica apenas ao olhar do sujeito. Como veremos mais adiante, o autor nos alerta sobre a dificuldade de ir além do visível e do legível, de ultrapassar essa barreira do não-saber.

Didi-Huberman (2013) credita ao símbolo a função de tensionar o sensível com o inteligível. O saber universalmente reconhecido tem a capacidade de fixar-se “nessa ‘ligação’ e nessa ‘identificação’ de um conteúdo inteligível a um signo sensível” (Didi-Huberman, 2013, p. 16). Ao incutir o símbolo em sua discussão sobre a interpretação das imagens, o autor faz um movimento de aproximação com Ernst Cassirer, retomando a filosofia das formas simbólicas. Essa ligação entre signo sensível e conteúdo inteligível segue a mesma linha da associação de um signo particular a um conteúdo universal (e vice-e-versa), defendida por Cassirer no início do século passado. Vejamos claramente a recuperação do conceito de forma simbólica de Cassirer por parte de Didi-Huberman:

Os símbolos, diz ele, procedem de uma função, ‘de uma mesma e única função espiritual fundamental’ na qual cada um deles será capaz de encontrar sua razão formal, sua ‘razão suficiente’ e universal. Acabamento do idealismo, portanto: cada signo sensível, por mais ‘único’ e particular que seja, deveria poder encontrar seu lugar na inteligibilidade e na universalidade de uma faculdade ou função do espírito humano. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 171).

Aprofundemos, então, o conceito de forma simbólica de Cassirer. Para o autor, o mito, a ciência, a arte, entre outros, são universos simbólicos que atuam como instrumentos de construção do nosso mundo. Ou seja, as formas simbólicas são universais. Exemplificando através da ciência, Cassirer (2001) explica que os conceitos basilares de qualquer ciência trata-se, na verdade, de símbolos intelectuais criados por elas próprias. E toda a produção científica consequente estará baseada também nesses mesmos símbolos. Elucidando ainda mais, o autor recorre aos conceitos de massa e força da mecânica, definindo-os como simulacros, criados pela lógica da ciência natural e subordinados às suas exigências. Com isso, os objetos não podem ser considerados puros em si, visto que “com esta concepção crítica a ciência renuncia à esperança e à pretensão de apreender e reproduzir de maneira ‘imediate’ a realidade” (CASSIRER, 2001, p. 16).

A partir da noção de forma simbólica, Cassirer (2001) reforça a corrente de autores que acreditam que a imagem seja mais que a simples analogia. A tradicional exigência de semelhança entre imagem e “coisa” dá lugar a uma complexa relação lógica, uma condição intelectual universal. “O seu valor não reside em refletir uma dada existência, e sim no que proporcionam como instrumento de conhecimento, na unidade dos fenômenos que estes mesmos produzem a partir de si próprios”

(CASSIRER, 2001, p. 16). As imagens, dessa forma, respeitam exigências dos universos simbólicos para estabelecerem concordância com as coisas. Não é mais necessária a representação semelhante ou qualquer outro tipo de concordância entre imagem e coisa. A partir das ciências, Cassirer (2001) mostra que todo conhecimento procura submeter as imagens a suas leis, exigências e princípios. Um objetivo claro: “inserir o particular na estrutura de uma lei e uma ordem universais” (CASSIRER, 2011, p. 18). O mundo das experiências sensíveis fica limitado e amarrado em leis universais organizadas. As formas simbólicas universais se fecham em torno de si mesmas, repousando todo o conteúdo cultural sob elas. E este conhecimento que o autor se refere não se limita ao intelectual, mas estende-se à ordem do espiritual.

Para Cassirer (2001), o mundo simbólico se coloca acima do mundo das percepções. A sensibilidade (e, conseqüentemente, a interpretação), embora ainda existente, já se apresenta pré-configurada e conectada a um sistema de multiplicidades sensíveis. A função simbólica está em nossa consciência fazendo com que o fluido das percepções fique engessado em virtude da preponderância das formas fechadas. O esquema básico universal prevalecerá sobre nossas particularidades sensoriais.

O advento das formas simbólicas, segundo o autor, cria uma antítese: “quanto mais prosseguirmos na direção do simbólico, do meramente significativo, tanto mais nos distanciamos da fonte original da intuição pura” (CASSIRER, 2001, p. 72). Quanto mais força ganha o simbólico, mais enfraquece o essencial/sensorial. Cassirer (2001) eleva essa antítese a um confronto entre a cultura e a vida. Os produtos simbólicos criados pela cultura tem o poder de nos distanciar de um conteúdo essencial/original da vida. O que não quer dizer que se trate de uma crítica a esse movimento. Muito menos de uma negação ao simbólico. Para o autor, compreender e elucidar as formas simbólicas criadas pela da cultura permite um entendimento do verdadeiro conteúdo da vida, enquanto a negação do simbólico destruiria algo que necessariamente está unido ao original da natureza.

Se nos limitarmos a considerar todas estas esferas do ponto de vista unicamente de sua existência material, isto é, se nos contentarmos em descrever os signos dos quais se servem apenas de acordo com sua natureza física, ver-nos-emos remetidos a um conjunto de sensações particulares, a simples qualidades de vista, do ouvido ou do tato, como elementos fundamentais supremos. (CASSIRER, 2019, p. 43).

Ao convocar Cassirer para sua análise, Didi-Huberman (2013) salienta que a forma simbólica não aborda o símbolo como objeto isolável. Segundo o autor, Cassirer visava uma espécie de gramática geral. Se pensarmos em expressões como universalidade, generalidade, unidade e lei, facilmente podemos concordar. Dessa forma, podemos dizer que as formas simbólicas de Cassirer acobertam a heterogeneidade sensível das imagens. A diversidade dos signos se esconde atrás de uma significação geral. “Para o nosso pensamento, toda e qualquer ‘lei’ da natureza assume a forma de uma fórmula universal – mas uma fórmula somente pode ser representada por intermédio de uma combinação de signos universais e específicos” (CASSIRER, 2001, p. 31).

Barthes (1990) parte do estudo das mensagens fotográficas para versar sobre a escritura do visível. Defendendo uma condição retórica da imagem, ele explica que aos “lermos” a imagem fotográfica, extraímos os signos de nossos códigos culturais. Barthes também se aproxima do valor simbólico das imagens, ao dizer que o sujeito projeta na leitura das imagens seus sentimentos, valores e experiências. Elementos históricos que, convocados de maneira automática na interpretação das imagens, fazem com que a significação seja elaborada por uma sociedade/história definidas. Esse código de conotação, como nomeia Barthes, faz com que a leitura das imagens dependa diretamente do saber do leitor<sup>10</sup>. Quando fala em níveis de sentido das imagens, o autor coloca o simbólico como o nível da significação. Um sentido que ele chama de óbvio, pois é, de certa forma, imposto, escolhido, subjugado.

Da forma ao poder. Partindo das ideias de Cassirer, chegamos ao pensamento de Pierre Bourdieu, que nos leva ainda mais além na discussão sobre o que é da ordem do simbólico. Bourdieu (1989) coloca Cassirer e Durkheim lado a lado como representantes da tradição kantiana, com uma diferença fundamental. Para o autor, enquanto Cassirer trata as formas simbólicas como instrumentos universais de construção do mundo, Durkheim as pensa como formas sociais, ou seja, referentes a grupos sociais particulares. O que não faz com que, para ambos, a “objectividade do sentido do mundo define-se pela concordância das subjetividades estruturantes” (BOURDIEU, 1989, p. 8). O poder simbólico, para Bourdieu (1989), é

---

<sup>10</sup> Barthes (1990) explica que dentro dessa condição de procedência de signos oriundos de códigos culturais, há a possibilidade de leituras diversas. A mesma imagem pode ser lida de maneira variável pelos diferentes indivíduos. “A diversidade de leituras não é, no entanto, anárquica, depende do saber investido na imagem (saber prático, nacional, cultural, estético). Inclusive, um mesmo indivíduo pode fazer leituras diferentes, pois nós mesmos carregamos uma pluralidade de léxicos.

um poder invisível, mas que está em toda parte. É exercido nessa cumplicidade entre subjetividades, ainda que os que estão sujeitos a ela não saibam ou não concordem. O poder simbólico dá o sentido imediato do mundo, constroi a realidade social. Quando as subjetividades concordam, a concepção do mundo se torna homogênea. “Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social” (BOURDIEU, 1989, p. 10) e, dessa forma, o simbólico torna possível o consenso entre as subjetividades, formando estruturas estruturantes.

Mas esse sistema simbólico apenas exerce um poder estruturante porque é estruturado. Trazendo a contribuição da tradição estruturalista, Bourdieu (1989) confere importância também às estruturas estruturadas. A língua, a cultura, os meios de comunicação, são todos intermediários estruturados da compreensão consensual. O autor mostra que a língua, por exemplo, é condição de inteligibilidade da palavra e por isso é um intermediário estruturado. Sendo assim, há uma relação entre estruturas estruturadas e estruturantes que possibilitam o estabelecimento do poder simbólico.

Esse “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força” (BOURDIEU, 1989, p. 14) possibilita que discursos dominantes imponham/mantendam a ordem estabelecida. Ou seja, através da correspondência entre o estruturado e o estruturante é que os sistemas simbólicos cumprem também função política<sup>11</sup>. Para Bourdieu (1989), o poder simbólico é nada mais do que uma forma transformada das outras formas de poder.

Aumont (2002) acredita que a vinculação com o domínio simbólico é uma das razões principais da produção de imagens. Aproximando-se de Bourdieu ao considerar o simbólico como construção da realidade, o autor enxerga a imagem simbólica como mediadora entre espectador e realidade. E nem mesmo as perspectivas mais instrumentais da imagem institucional se furtam de valorar o simbólico em suas estratégias. Medeiros de Faria (2011) salienta o poder simbólico que a imprensa estabelece em sua atuação na sociedade. Apoiando-se no próprio Bourdieu, o autor defende que a imprensa constrói um sistema simbólico próprio e torna-se estrutura estruturante da sociedade, através da linguagem e das imagens

---

<sup>11</sup> Bourdieu (1989) também recupera a tradição marxista ao propor a função política ligada ao simbólico. As ideologias servem para legitimação da ordem, estabelecimento de hierarquias e desmobilização dos dominados. As classes lutam simbolicamente procurando impor uma visão de mundo conforme seus interesses.

(estruturas estruturadas). Os órgãos de imprensa, dessas forma, fortalecem um terreno simbólico de autoridade e legitimidade.

Após essa breve visita a Didi-Huberman, Cassirer, Barthes e Bourdieu, percebemos que o domínio do simbólico acrescenta uma complexidade ainda maior em nossa relação com as imagens. O simbólico afeta diretamente a percepção e, conseqüentemente, a interpretação. O sutil intervalo entre o real e o imaginário se torna cada vez mais labiríntico. Propomos, então, ir ainda mais fundo, no íntimo da esfera simbólica, desvelando as características do símbolo, em uma abordagem mais semiótica.

Joly (1994) esclarece algumas possibilidades que a semiótica oferece para a análise das imagens. A criação dessa ciência, segundo a autora, permitiu o estudo dos mais diversos signos que interpretamos<sup>12</sup>. Trabalhando a perspectiva peirceana, ela explica a abordagem do signo que significa algo para alguém. “Vemos portanto que tudo pode ser signo a partir do momento em que daí se deduza uma significação que depende da minha cultura, assim como do contexto de aparição do signo” (Joly, 1994, p. 35). O objeto real pode ser o signo de algo diferente. Nesse contexto, a imagem vem a ser o tipo de signo que de maneira mais clara apresenta essa natureza heterogênea.

Continuando na abordagem peirceana (2005), chegamos na classificação dos signos<sup>13</sup>. O ícone é o signo em que a analogia (entre significante e referente) é a relação que prevalece<sup>14</sup>. Nesse caso, a semelhança nem sempre é visual. Não apenas imagens, mas também diagramas e metáforas são ícones. O índice “assinala a junção entre duas porções de experiência” (PEIRCE, 2005, p. 67). Uma relação de contigüidade física como, por exemplo, um céu muito nublado, que é índice de chuva.

O último grande tipo de signo é o nosso foco: o símbolo. Nesse caso, a relação entre significante e referente é formada por uma convenção. O Exército é uma bela fonte de exemplos de símbolos, basta lembrarmos de suas insígnias, medalhas, bandeiras e uniformes. O caráter representativo do símbolo fundamenta-

---

<sup>12</sup> Segundo Joly (1994), o conceito de signo é muito antigo e designa alguma coisa percebida e que atribui-se significação. Algo que possui materialidade decifrável por algum de nossos sentidos.

<sup>13</sup> Essa classificação dos signos está ligada à relação existente entre significante (o perceptível) e referente (o objeto). Lembrando que, na abordagem peirceana, um signo é composto por três polos em conexão: significante, referente e significado (aquilo que significa).

<sup>14</sup> Reitera-se a preferência pela abordagem peirceana sobre a classificação e, conseqüentemente, sobre a definição dos signos. Evidentemente, há outros autores e vertentes que defendem outras abordagens. Neste referencial não os trabalharemos por não se tratar do foco do trabalho.

se em uma regra (PEIRCE, 2005). Essa regra ou lei é replicada de tal forma que gera conseqüente conformação (hábito) a ponto de criar um símbolo. Para Peirce (2005), enquanto ícones não tem relação dinâmica com seu referente (apenas se assemelham) e índices mantêm relação de contigüidade física, os símbolos estão ligados aos seus referentes “por força da ideia da mente-que-usa-o-símbolo, sem a qual essa conexão não existiria” (PEIRCE, 2005, p73). A convenção é que define o entendimento, sem a necessidade de qualquer outra relação entre signo e objeto. O autor defende que os símbolos crescem, pois na medida em que se espalham entre as pessoas no uso e na prática, seus significados prosperam.

Embora dediquemos nossa atenção em especial aos símbolos, não podemos deixar de registrar que a própria abordagem peirceana, mesmo considerando a especificidade de cada tipo de signo, entende a não existência de um signo em estado puro (JOLY, 1994). O mesmo signo poderá apresentar características de ícone, índice ou símbolo, algumas mais dominantes que outras.

Como exemplificação, voltemos à imagem. Em princípio, na abordagem peirceana ela estaria classificada como signo icônico, pelo fato de que, aprioristicamente, se caracteriza pela analogia/semelhança/representação visual. Mas lembremos quando Joly (1994) salienta o aspecto heterogêneo da imagem, com sua capacidade de reunir diferentes tipos de signos, tornando-a mais do que apenas analogia ou representação. A autora distingue imagens manifestas das imagens fabricadas, a título de explicação das heterogeneidades da imagem como signo. Como enquadrar o fabricado como algo pertencente à ordem do icônico? A representação, nesse caso, necessita de regras de construção. “Se estas representações são compreendidas por outros que não aqueles que as fabricam, é porque existe entre elas um mínimo de convenção sociocultural, por outras palavras, que elas devem grande parte de sua significação ao seu aspecto de símbolo” (JOLY, 1994, p.44). A imagem, dessa forma, é a articulação entre as diferentes classificações<sup>15</sup>.

Nessa tentativa de compreensão das propriedades da imagem simbólica, fizemos um movimento que iniciou pelas formas simbólicas, passou pelo poder simbólico e chegou às primícias do conceito, o símbolo. Propomos agora uma investida pela convergência de tais aportes.

---

<sup>15</sup> Joly (1994) também faz uma referência ao aspecto indiciário da imagem.

Começamos ligando o poder simbólico de Bourdieu ao signo simbólico de Peirce. O que será uma estrutura estruturante, senão uma convenção? Lembremos que o símbolo peirceano fundamenta-se através de regras ou leis que geram conformação/hábito. A convenção é a relação que define o entendimento. Quando Bourdieu fala em concordância entre subjetividades, ele não refere-se, em outras palavras, a um tipo de convenção? Ao defender uma concepção homogênea do mundo, resultado da concordância entre as subjetividades, Bourdieu parece trazer uma ideia muito próxima da ligação entre símbolos e referentes, que Peirce explica através da força das mentes que utilizam os símbolos. Aumont nos ajuda nessa amarração conceitual: “o valor simbólico de uma imagem é, mais do que qualquer outro, definido pragmaticamente pela aceitabilidade social dos símbolos representados” (AUMONT, 2002, p. 79).

Sugerimos uma segunda aproximação conceitual, agora entre as formas simbólicas de Cassirer e o signo simbólico de Peirce. Cassirer rejeita a limitação de uma percepção meramente sensorial das coisas, assim como Peirce defende a inexistência do signo em seu estado puro (nesse caso, do puramente icônico). Ambos concordam – a partir de diferentes abordagens, é claro - que a imagem é mais do que simplesmente analogia/semelhança. Enquanto Cassirer defende a imagem como instrumento do conhecimento, que respeita as exigências dos universos simbólicos, Peirce acredita que a imagem fabricada necessita de regras de construção simbólicas para que seja reconhecida. Cassirer, por sua vez, mesmo defendendo uma predominância do simbólico sobre o perceptivo/sensorial, admite uma natureza dupla nas formações simbólicas. Seguindo o raciocínio exposto acima, em que ele admite a antítese entre o simbólico e o intuitivo mas não nega a união entre a cultura e a vida, o simbólico transcende sim o sensível, mas não o desvincula totalmente. Enquanto isso, Peirce enxerga a imagem como um signo que articula os aspectos icônico e simbólico (e também indiciário). Em ambas as vertentes teóricas, o aspecto simbólico ganha preponderância nas imagens construídas ou fabricadas mas, ainda assim, a percepção sensorial da semelhança não é totalmente negada. Barthes (1990) dá ainda mais suporte a essa confluência conceitual, pois ele reconhece a presença da denotação icônica e da conotação simbólica na mesma imagem. Para o autor, a forte influência do simbólico está sempre presente, mas “os conotadores não preenchem toda a lexia, sua leitura não

a esgota” (BARTHES, 1990, p.41), restando sempre algum espaço para a denotação.

Denotação e conotação, sensível e legível, icônico e simbólico, todas essas expressões, para Didi-Huberman (2013), se tratam da mesma escolha. Diante da imagem, na tentativa de interpretá-la, o indivíduo deve escolher entre saber sem ver e ver sem saber. Segundo o autor, seja qual for a opção escolhida, a perda é sempre certa, devido a ingenuidade desse espectador:

Quem escolhe saber somente terá ganho, é claro, a unidade da síntese e a evidência da simples razão; mas perderá o real do objeto, no fechamento simbólico do discurso que reinventa o objeto à sua própria imagem, ou melhor, à sua própria representação. Ao contrário, quem deseja ver, ou melhor, olhar, perderá a unidade de um mundo fechado para se encontrar na abertura desconfortável de um universo agora flutuante, entregue a todos os ventos do sentido. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 186).

Didi-Huberman apresenta uma possível escapatória dessa perda inevitável. Segundo o autor, o sujeito pode “abrir os olhos” rumo a outra dimensão expectante<sup>16</sup>. Mas este não é o nosso objetivo aqui. Até porque nos levaria, no mínimo, à confecção de mais um subcapítulo. Com a citação de Didi-Huberman, não queremos iniciar uma diminuição do valor atribuído até então à esfera simbólica. E, por outro lado, não é nossa intenção colocar o simbólico em um patamar intocável, acima das demais instâncias que atravessam a imagem como signo. Como propõe o próprio autor, “trata-se apenas de lançar um olhar sobre o paradoxo” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.190). Saber e ver são um dilema, convivem juntos e merecem a dialética. O símbolo é convocado aqui para nos mostrar que há muito mais por trás da essência e da representação. Fechamos esta seção com o reconhecimento da complexidade que envolve a percepção/interpretação das imagens, em virtude da influência dos processos de construção simbólica, que de maneira alguma podem ser renunciados.

---

<sup>16</sup> Didi-Huberman (2013) propõe um escape da chamada tirania do visível, como ele mesmo define. Diante da imagem, o autor sugere que pensemos seu valor negativo. Um valor que “escava o visível (a ordenação dos aspectos representados) e fere o legível (a ordenação dos dispositivos de significação) [...] esse trabalho ou essa coerção podem ser considerados como uma regressão” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.189). Com isso, conseguimos fazer a apresentação emergir da representação, o visual sair do visível.

#### 2.1.4 Que imagens, então, estamos dispostos a analisar? (Imagens que geram imagens)

Toda essa discussão de nível mais abstrato nos dá suporte para uma melhor compreensão do que vem a ser essa imagem do Exército Brasileiro que está no centro de uma disputa intermediária. Em nossas análises empíricas, nos aproximaremos das construções imagéticas que se dão nas diferentes instâncias disputantes (institucional, midiática canônica e dos atores sociais). Para isso, nos vemos obrigados a empregar nossa atenção sobre as imagens que estão sendo produzidas por estes atores nos dispositivos midiáticos, buscando relações entre as mesmas na perspectiva da circulação. Partimos da ideia de que tais imagens produzidas sobre a atuação dos militares na Maré compõem a processualidade de um constructo maior, que entendemos como imagem institucional. Por isso, falamos em imagens que geram imagens (Joly, 1994).

Sendo assim, após mobilizarmos alguns conceitos importantes que serão fundamentais no decorrer da investigação, iniciaremos uma tentativa de aproximação mais clara com as materialidades que compõem nossos empíricos. Abordaremos algumas características em comum desveladas por essas imagens produzidas/percebidas nos dispositivos midiáticos.

Começamos pela fotografia, elemento substancial em nossa coleção de indícios. A fotografia é destaque em todas as produções de sentido sobre a imagem do Exército, seja qual for a instância. Por isso, nos dediquemos a algumas de suas características.

Visitaremos novamente Barthes (1984). Antes de tudo, ele nos lembra do aspecto tautológico da imagem fotográfica. O autor nomeia como referente fotográfico aquilo que a imagem representa. “Chamo de ‘referente fotográfico’, não a coisa facultativamente real a que remete uma imagem ou signo, mas a coisa necessariamente real que foi colocada diante da objetiva, sem a qual não haveria fotografia” (BARTHES, 1984, p. 114). Para Barthes, essa é a referência ou essência da fotografia, pois sua imagem jamais pode negar aquilo que “esteve lá”. Diferentemente da pintura e do discurso por exemplo, a fotografia dá a imagem a segurança de que aquilo que foi fotografado realmente existiu. A chamada aderência do referente à imagem fotográfica coloca o processo de autenticação acima da representação. Para o autor, sob o ponto de vista fenomenológico, a fotografia não

inventa, pois seu conteúdo é uma garantia do real. A relação entre objeto e imagem é, a princípio, uma analogia perfeita. Logo, uma mensagem que não necessita de código para ser interpretada.

Uma mensagem sem código não cede espaço para outras mensagens. Há apenas a própria cena, apenas o real. Segundo Barthes (1990), esse é o aspecto denotativo da mensagem fotográfica. Aspecto presente em todas as artes imitativas, mas que é ainda mais marcante na fotografia devido ao seu processo de analogia mecânica. Mas não seria um mito esse estado puro denotante da fotografia? O próprio Barthes nos faz essa pergunta. Ao defendermos um real absoluto da fotografia não estaríamos entrando na utopia da objetividade? Veremos que a fotografia reforça nossa reflexão anterior de que a imagem é mais que a pura denotação icônica. O registro mecânico, o “ter estado/acontecido ali”, a ausência de código, parecem não esgotar o ser da fotografia.

Voltamos à questão do referente para colocarmos uma interrogação sobre a produção de sentido a partir desse lado tautológico da fotografia. O próprio Barthes alerta: “essa aderência singular faz com que haja uma enorme dificuldade para acomodar a vista à Fotografia” (BARTHES, 1984, p. 16). O autor nos lembra que o real, garantido pela fotografia, vem sempre em contingência. Ao observar as imagens produzidas sobre o Exército, estaremos diante de blindados, armas e soldados. Como entender que está acontecendo uma operação de pacificação ao observarmos blindados, armas e soldados em atividade? Como diz o autor, a aderência pode nos confundir.

Barthes completa o raciocínio dizendo que a fotografia não mente quanto à existência, mas pode trapacear quanto ao sentido. A autenticação, por exemplo, está intimamente ligada à condição de imobilidade da imagem fotográfica. O autor explica que, diferentemente do cinema, na fotografia o personagem não continua a viver. Os blindados e as armas estão imóveis nas imagens, mas o que será que os soldados continuam a fazer com eles para além daquele enquadramento? Voltamos aqui à problemática da interpretação do sentido das imagens. E Barthes também argumenta sobre isso. Fabricações no posar, personagens que se prestam ao jogo social e alteram sua essência, discrepâncias entre personagem e imagem. “Diante da fotografia, sou ao mesmo tempo: aquele que me julgo, aquele que eu gostaria que me julgassem, aquele que o fotógrafo me julga e aquele que serve para exibir sua arte” (BARTHES, 1984, p. 27). Para o autor, na fotografia o sujeito vira objeto. A

instituição Exército se torna um objeto sob o olhar dos diferentes fotógrafos (profissionais da mídia canônica, assessores institucionais e amadores). Produções de sentido diferentes se formam a partir de cada ângulo. E muitas leituras serão feitas dessas imagens que passam a circular. Entre a criação de um personagem por parte de um sujeito consciente do que está produzindo e a vulnerabilidade desse mesmo sujeito que fica à deriva de quaisquer construções como um verdadeiro objeto, seguimos um pouco além da definição barthesiana. O sujeito não apenas é transformado em objeto. Na fotografia, há um sincretismo entre sujeito e objeto.

Produções e recepções heterogêneas nos fazem novamente refletir sobre a suposta ausência de código na interpretação fotográfica. Barthes (1990) explica que a fotografia jornalística é um objeto trabalhado e depois, ao ser lido, é vinculado com consciência pelos públicos consumidores. Com isso o autor quer dizer que podemos atribuir fenômenos conotativos na produção e na leitura da mensagem fotográfica, a partir do acionamento e interferência dos códigos. Para o autor, chegamos ao paradoxo da fotografia: “[...] na coexistência de duas mensagens: uma sem código (seria o análogo fotográfico) e a outra codificada (o que seria a ‘arte’ ou o ‘tratamento’ ou a ‘escritura’, ou a retórica da fotografia)” (BARTHES, 1990, p. 14). Um paradoxo que tensiona os limites da ética, afinal, como a fotografia pode ser, ao mesmo tempo, análoga/objetiva e investida de sentidos conotados?

Dessa forma, podemos entender conotação como imposição de sentido. Para Barthes (1990), a conotação pode estar em diferentes momentos da produção fotográfica. O autor exemplifica alguns: a trucagem, em que se tenta apresentar de forma denotada algo que, na verdade, é conotado (truques e intervenções no plano); a pose, que é outra dupla estrutura (conotativa e denotativa), na qual o leitor observa apenas denotação, a partir de atitudes estereotipadas; os objetos, como elementos de significação captados para induzir associações de ideias; a fotogenia, pelas técnicas de embelezamento (impressão, iluminação); entre outros processos.

Segundo Barthes (1984), a conotação faz com que a fotografia exista para nós. Ela detém o “leitor” da mensagem por um afeto médio, um interesse humano geral. O autor explica que é culturalmente que nos envolvemos com o aspecto conotado da fotografia. O autor dá o nome de *studium* a esse elemento que vincula o saber, a cultura, o interesse geral com o nosso envolvimento para com as fotografias.

Reconhecer o *studium* é fatalmente encontrar as intenções do fotógrafo, entrar em harmonia com elas, aprová-las, desaprová-las, mas sempre compreendê-las, discuti-las em mim mesmo, pois a cultura (com que tem a ver o *studium*) é um contrato feito entre os criadores e os consumidores. (BARTHES, 1984, p.48).

O *studium*, conforme Barthes (1984), é sempre codificado. Podemos dizer, então, que ele é da ordem do simbólico. Afinal, se o *studium* envolve o saber e o contexto histórico/cultural, ele envolve convenções e estruturas estruturantes. Barthes, a partir de sua abordagem do *studium* e da conotação fotográficas, reforça de maneira mais concreta nossa perspectiva sobre a influência do simbólico nas imagens, em sua coexistência com o aspecto icônico. “O mundo descontínuo dos símbolos mergulha na cena denotada como em um banho lustral de inocência” (BARTHES, 1990, p. 41).

Mas, ainda assim, por que algumas imagens nos intrigam mais do que outras? Sabemos que os códigos permitem muitas produções e leituras possíveis, mas algumas fotografias atraem de maneira diferenciada nossa atenção. Novamente Barthes (1984) nos provoca com esse elemento que ultrapassa o icônico e o simbólico, a denotação e a conotação. O autor o chama de *punctum*.

O segundo elemento vem quebrar (ou escandir) o *studium*. Dessa vez, não sou eu que vou buscá-lo (como invisto com minha consciência soberana o campo *studium*), é ele que parte da cena, como uma flecha, e vem me transpassar. [...] A esse segundo elemento que vem contrariar o *studium* chamarei então *punctum*; [...] O *punctum* de uma foto é esse acaso que, nela, me punge (mas também me mortifica, me fere). (BARTHES, 1984, p.46).

Como vimos, não há uma relação entre *studium* e *punctum*. Segundo Barthes (1984), trata-se apenas de coexistência (nos casos em que há *punctum*). O autor chega a definir o *punctum* não como um outro campo, mas como “uma espécie de extracampo sutil, como se a imagem lançasse o desejo para além daquilo que ela dá a ver” (BARTHES, 1984, p. 89). Lembremos do referente fotográfico, ligado ao estado de imobilidade da fotografia. O *punctum* nos afeta de tal maneira que a cena imóvel ganha movimento, os personagens saem da fotografia, continuam a viver.

Essa coexistência entre *studium* e *punctum*, para Barthes (1984), perturba nossa interpretação das imagens fotográficas. De um lado algo que não fere, que todos sabem, que é intencional. Do outro, a singularidade da emoção pungente que fere apenas ao próprio sujeito interpretante. Perturbando a interpretação,

consequentemente afetará o sentido produzido em tais imagens. Ousamos aproximar o *studium* e o *punctum* com dois conceitos de outra obra barthesiana: o sentido óbvio (do qual já falamos) e o sentido obtuso. O autor afirma que o sentido óbvio é, ao mesmo tempo, a intenção do produtor e o acionamento de um léxico comum; um sentido simbólico, que vem do saber geral e que nos procura como receptores. Para o sentido obtuso, o autor usa uma palavra-chave que pertence à dimensão do *punctum*: emoção. “Quanto ao outro sentido, o terceiro, aquele que é ‘demais’, que se apresenta como um suplemento que minha inteligência não consegue absorver bem, simultaneamente teimoso e fugido, posso chamá-lo o sentido obtuso” (BARTHES, 1990, p. 47).

Barthes torna nossa jornada pelo mundo das imagens ainda mais complexa. Há uma dimensão além da dualidade entre o icônico e o simbólico, o informacional e o óbvio, o visível e o legível, a denotação e a conotação. Uma dimensão pungente, um sentido obtuso que nos coloca mais uma interrogação sobre as imagens. O autor sugere uma última provocação: “a sociedade, assim parece, desconfia do sentido puro: ela quer sentido, mas ao mesmo tempo quer que esse sentido seja cercado de um ruído...” (BARTHES, 1984, p. 58).

Didi-Huberman (2013) parece tentar responder a essa provocação. Para o autor, não podemos nos reportar meramente à tirania do visível e à autoridade do legível. Se é que existe uma verdade sobre as imagens, ela não está somente aí. São necessários bloqueios na ordem do legível, na ordem do discurso, em um processo de abertura das imagens para além do legível. Uma tarefa que não é fácil. Por um lado, o medo do inverificável. Do outro, o risco do acolhimento daquilo que pode ser inverificável. E então: valeria a pena romper a barreira dos sentidos? Não nos atreveremos a responder aqui.

Barthes (1990) nos traz outra importante lembrança. Nem sempre a mensagem fotográfica está sozinha. O autor sugere um jornal como exemplo: eis um complexo de mensagens concorrentes, em que geralmente o centro é a fotografia, mas que contém muitas outras mensagens informantes. Diferentes objetos, dotados de autonomia estrutural, podem compor juntos uma mensagem produtora de sentido, construtora de imagem. O que significa que as estruturas não são necessariamente isoladas. A autonomia estrutural da fotografia não impede sua identificação com outra estrutura, como a textual por exemplo. Barthes explica que as diferentes estruturas (no caso, fotografia e texto) ocupam espaços separados, por

vezes contíguos, mas nem por isso homogêneos. Já Aumont (2002) defende que a imagem não é pura, pois necessita do vínculo com a linguagem verbal para ser interpretada. Pensamento reforçado por Joly (1994) que também justifica esse tipo de relação entre imagens e palavras. Para a autora, a linguagem verbal determina as impressões que temos das imagens. É ela que vai dizer o que é verdadeiro ou falso nas imagens, impondo-se sobre a representatividade.

Sobre esse ponto, estamos mais próximos de Barthes do que de Aumont e Joly. Na relação entre imagens e palavras/texto/linguagem, há momentos de concorrência, outros de coesão. Momentos em que o sentido é modificado, outros em que é reforçado. Há momentos até em que as palavras são dispensáveis, afinal, a imagem em seu estado puro também é linguagem, podendo ser interpretada de maneira independente ou para além do texto verbal. Sendo assim, para fins de análise desta pesquisa, reconhecemos imagem e palavras como complementos (concorrentes ou não, mas com reconhecida autonomia estrutural), mas sem admitirmos uma total determinação da linguagem verbal.

Barthes (1990) sugere que, em decorrência da autonomia estrutural das mensagens, as análises devem focar as estruturas isoladas, para que depois se observe a complementaridade. Seguindo este conselho, passamos da análise da fotografia para o texto. Afinal, nas construções imagéticas que observaremos, essa combinação é uma constante.

A vinculação entre texto/palavras e imagens não é, para Barthes (1990), algo recente. Aliás, é algo frequente desde o surgimento do livro. Na visão do autor, se quisermos encontrar imagens totalmente desvinculadas de palavras, talvez tenhamos que recorrer às civilizações analfabetas mais antigas. “O texto é uma mensagem parasita, destinada a conotar a imagem, isto é, ‘insuflar-lhe’ um ou vários significados” (BARTHES, 1990, p. 20). Notamos que o autor confere um poder expressivo ao texto em sua relação com a imagem. Segundo ele, não vivemos mais em um tempo em que a imagem esclarece a palavra. É a palavra que tem o poder de racionalizar as imagens.

Fixação de significados. Para Barthes (1990), a principal função da mensagem linguística em relação à imagem denotada. As palavras realizam a fixação dos sentidos e impedem a proliferação de outros (afastando o que o autor chama de terror dos signos incertos). Desviando de um, assimilando outro, a fixação

é controle. “O texto tem um poder repressivo em relação à liberdade dos significados da imagem” (BARTHES, 1990, p. 32).

Na maioria das vezes, o texto limita-se a ampliar um conjunto de conotações já incluídas na fotografia; mas, por vezes, também o texto produz (inventa) um significado inteiramente novo, que é, de certo modo, projetado retroativamente na imagem, a ponto de nela parecer denotado. [...] Por vezes, a palavra pode chegar a contradizer a imagem, produzindo uma conotação compensadora. (BARTHES, 1990, p. 21)

Notamos que as palavras surgem para atestar toda a complexidade que até agora defendemos estar presente na produção e na recepção das imagens. Como procedimentos de conotação, as palavras podem muito bem cooperar com os universos simbólicos que afetam diretamente a imagem enquanto constructo.

Limitando, ampliando ou modificando significados, palavras e imagens têm o mesmo objetivo nas materialidades que observaremos: contar uma parte da história da atuação do Exército Brasileiro no Complexo da Maré. E ao tratarem disso, as imagens representam não só a instituição, mas também o tempo e o espaço. Para Aumont (2002), as imagens representativas costumam ser imagens narrativas, justamente pelo fato de representarem um acontecimento situado no espaço e no tempo. Se pensarmos nas imagens que resultam das construções de cada um dos níveis que analisaremos (midiático canônico, atores sociais e institucional), poderemos notar que cada uma delas, além de retratar a instituição, acaba contando a história da pacificação, sob a visada de cada instância, é claro. “A imagem narra antes de tudo quando ordena os acontecimentos apresentados” (AUMONT, 2002, p.246). Essa história construída – representando instituição, espaço e tempo – é uma diegese<sup>17</sup>, como define o autor. O trabalho da representação está na transformação dos fragmentos de diegese em imagens.

Ao discutirmos esse aspecto narrativo das imagens, o simbólico novamente vem à tona através de Didi-Huberman (2013). O saber universal, aquela bagagem comum que o autor dá o nome de dimensão legível, mexe com a temporalidade das imagens. O imediato se torna uma sequência narrativa. Uma cronologia surge aos nossos olhos. O simbólico obriga a imagem a contar uma história que, de certa forma, já conhecemos. Logo, nos vem a decepção. A história narrada pela imagem

---

<sup>17</sup> “A diegese é uma construção imaginária, um mundo fictício que tem leis próprias mais ou menos parecidas com as leis do mundo natural, ou pelo menos com a concepção, variável, que dele se tem”. (AUMONT, 2002, p. 248).

é, segundo o autor, pobre e sumária. “Bem rapidamente, nossa curiosidade por detalhes representacionais corre o risco de diminuir” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 21).

Mas por que uma decepção quanto ao narrativo? Talvez pelo fato do simbólico nos abastecer com elementos cristalizados de significação. Essa falta de curiosidade sobre os detalhes por trás da representação pode ser resultado do nosso saber cristalizado acerca de uma gramática histórica da conotação iconográfica (BARTHES, 1990). Será que os elementos que compõe as imagens que analisaremos não fazem parte de um inventário iconográfico, arraigado em nossa cultura? Será que os sentidos que regulam as imagens de hoje já não estiveram presentes em outras produções do passado? Entre os nossos desafios para com as materialidades que colhemos está o de pensar se esses sentidos que interpretamos não vieram de algum lugar, se as imagens que inferimos não fazem parte de construções mais antigas que influenciam nosso saber. Se as imagens que estamos lidando estão, de alguma maneira, reaparecendo, nossa tarefa é trazer à tona esses sentidos e formas reestabelecidos.

Através das materialidades, veremos que a entrada dos militares para atuarem nas comunidades pode ser nomeada de diferentes formas: ocupação, invasão, combate ao crime, etc. Em qualquer sentido expresso, estaremos lidando com um conceito que há muito interfere na história: liberdade. Em nosso caso constituído, a liberdade da população para viver com dignidade em sua comunidade (violada para uns, ofertada para outros). Regressemos aos idos do século XVIII e XIX, quando se desenvolvia o movimento do Romantismo. A política influenciava a representação artística, que retratava a causa da liberdade sob diferentes concepções. Sofrimento, dilemas, miséria, tudo sobre esse conturbado momento da história era representado, mas respaldava produções de sentidos diferentes. A liberdade estava representada ora na união do povo, ora na figura do herói, ora na imagem dos bandidos revolucionários (HONOUR, 1981). São três construções diferentes sobre a liberdade, assim como observaremos em nossos empíricos.

A história da fotografia também nos ajuda a entender de onde pode vir esse acervo de formas e sentidos que reaparecem nas imagens que analisaremos. Passeando pela evolução dos gêneros fotográficos, veremos como a ascensão da fotografia direta valorizou o caráter puro (sem manipulação) da imagem. O desenvolvimento da fotografia documental fez da autenticidade um valor de prova,

evidência; o registro fotográfico passa a ser um documento, na medida em que contém informação útil sobre algo. É a vivificação do fato (NEWHALL, 1982), que deu espaço para o surgimento do fotojornalismo e da fotografia em mídia impressa. Nesse gênero, o verismo continua sendo a principal característica, com maior reconhecimento ao valor do fotógrafo individual. Ele (amador ou profissional) dá ritmo ao mundo das coisas reais, captando o momento decisivo da imagem, provocando com seu ponto de vista não usual e fazendo com que a fotografia saia do plano meramente descritivo (ROSENBLUM, 2007). Na fotografia do período entre as duas grandes guerras, por exemplo, novamente as causas político/ideológicas eram representadas. Na antiga União Soviética, as artes visuais estavam intimamente ligadas às mudanças ideológicas, encontrando na câmera o potencial de projetar construções na mídia de massa. O nazismo alemão abusou das revistas ilustradas como propaganda do regime. E os Estados Unidos fizeram da imagem fotográfica um escudo de isolamento contra os perigos do fascismo. Nesse outro período turbulento a fotografia (também com senso artístico, mas com maior atenção ao verismo do que à estética), mesmo tendo que driblar os limites da censura, também buscou captar o heroísmo, o medo, a determinação para saciar o apetite da sociedade por imagens dinâmicas, vívidas e dramáticas. Os rostos, as armas, os cenários que observamos nas operações militares de hoje, podem estar aparecendo da mesma maneira ao longo da história. Os fotógrafos de hoje podem estar operando com os mesmos sentidos que estão representados em outras épocas. Nossa tarefa será a de comparar os elementos que estabelecem as imagens nesses diferentes inventários.

Ainda há uma última característica transversal às imagens que estamos observando nesta pesquisa. “Fotografias, imagens de TV, de vídeo e dos terminais de computador assumem o papel de portadores de informação outrora desempenhado por textos lineares. Não mais vivenciamos, conhecemos e valorizamos o mundo graças a linhas escritas, mas agora graças a superfícies imaginadas” (FLUSSER, 2008, p. 15). Segundo Flusser (2008), vivemos na época da emergência das imagens técnicas. Tais imagens são superfícies construídas com pontos (pixels, por exemplo), virtualidades tornadas visíveis através de aparelhos. Juntar os elementos pontuais e transformá-los em imagens faz com que estas sejam

imagens imaginadas<sup>18</sup>. O que são as imagens construídas sobre o Exército, se não imagens técnicas? Elas circulam em dispositivos midiáticos oferecendo condições de uso e apropriação a qualquer um. Outros aparelhos podem reagrupar seus pontos e desviar seus sentidos em novos circuitos. “As imagens aparecem como relâmpago e como relâmpago desaparecem. No entanto, são “eternas”, porque guardadas em memórias, e também recuperáveis ‘imediatamente” (FLUSSER, 2008, p.149). Para o autor, o universo das imagens técnicas é composto por imagens individuais e interligadas. Todos participam, cada um a seu lugar, mas sempre conectados. Pensemos nas imagens que analisamos: imagens diferentes, criadas por atores diferentes via dispositivos e aparelhos; separadas e concorrentes, mas ligadas em uma mesma paisagem circulatória.

Para Flusser (2008, p.21), “toda imagem é resultado de codificação simbólica fundada sobre código estabelecido”. Ainda que as imagens possam apontar símbolos novos, estes serão decodificados apenas na relação com o código já estabelecido. Na abordagem das imagens técnicas, o autor também reconhece o valor do simbólico. Para ele, as imagens técnicas são projeções. Imperativos a serem obedecidos, programações aos receptores. Sentidos são projetados por elas, visando programar a sociedade. “As imagens projetam sentido sobre nós porque elas são modelos para o nosso comportamento. [...] Os modelos funcionam porque mobilizam em nós tendências recalçadas...” (FLUSSER, 2008, p.60). A programação da sociedade lembra em muito o consenso social e a construção da realidade. Os modelos de comportamento estão bem próximos da concordância entre subjetividades. Parece que as imagens técnicas não estão livres do poder simbólico.

Por fim, a análise da imagem pensada na ambiência da midiatização - vertente de nossas codificações referenciais - também pode admitir a instalação da processualidade simbólica. Para Ana Rosa (2014b), a imagem simbólica exerce dominação perante as demais. Quando se torna símbolo de fato, a imagem passa a hierarquizar as estruturas do social. O símbolo é uma estrutura inquebrável, que faz com que o imaginário sempre seja retomado e acaba por excluir a possibilidade de

---

<sup>18</sup> Flusser questiona o significado da imaginação da época das imagens tradicionais, em que prevalecia um movimento do concreto rumo ao abstrato. Ao juntar os pontos para formar superfícies, a imagem técnica faz o contrário, vai do abstrato ao concreto. “Redefinimos ‘imaginar’ no significado aqui pretendido: imaginar é fazer com que aparelhos munidos de teclas computem os elementos pontuais do universo para formarem imagens e destarte, permitirem que vivamos e ajamos concretamente em um mundo tornado impalpável, inconcebível e inimaginável por abstração desvairada”. (FLUSSER, 2008, p.45).

outras representações (bloqueando inclusive outras relações reais). As representações, dessa forma, sempre trazem uma estrutura construída socialmente. Para a autora, essa estrutura profunda do social que convoca o imaginário faz com que a imagem simbólica seja também totêmica<sup>19</sup>. O que nos provoca a logo adentrar nas codificações referenciais é que, segundo Rosa (2014b, p.42), o símbolo na sociedade em vias de midiatização é “construído em jogo, não por um ou outro jogador”. Afinal, as disputas intermediáticas por produção de sentido fazem dos dispositivos midiáticos verdadeiras arenas de poder. A imagem da midiatização é essa imagem técnica, menos rígida e mais maleável, que pode dizer mais coisas ao ser reapropriada, ressignificada, retransmitida, etc. Com essa natureza, elas fluem ainda mais, tornando-se o corolário das interações. Portanto, a midiatização se apresenta a esta pesquisa como importante pista ao entendimento da disputa intermediática que descreveremos em nossos empíricos.

## **2.2 Codificações referenciais**

### **2.2.1 Percebendo o fenômeno em sua processualidade (Da sociedade dos meios à sociedade em midiatização)**

Quando abordamos o conceito de imagem, iniciamos com a observação de que, apesar dos distintos sentidos atribuídos à palavra, ainda assim ela é compreendida, pois seu significado é partilhado socialmente. Para o caso da midiatização, também faz-se necessária uma ressalva em relação à aplicação do conceito, para que seu uso não ocorra, por exemplo, de modo naturalizado para “tudo aquilo que está na mídia”. O conceito de midiatização carrega uma forte carga semântica, o que não significa que seja polissêmico. O que não se pode negar é que sua maneabilidade se mostra flexível quando convocado por diferentes autores nos mais diversos trabalhos. Seguindo o que propomos para a imagem, passamos à tentativa de apreensão do conceito de midiatização, no intuito de mobilizá-lo da melhor maneira em nosso trabalho.

Eliseo Verón (1997b), autor que apresentou um primeiro marco conceitual a respeito da midiatização, levando a construção do conceito para um nível de

---

<sup>19</sup> Segundo Rosa (2014b), a imagem-totem é uma convocação do imaginário, uma estrutura profunda do social que se manifesta ao ser eleita nos dispositivos midiáticos. Ela circula, replica, até tornar-se símbolo. A partir daí, exerce dominação e restringe novos imaginários (e possíveis relações reais).

reflexão global, explica que o termo já ultrapassou as fronteiras acadêmicas, incorporado inclusive pelos próprios meios, que passaram a utilizá-lo para operações de autorreferencialidade. No contexto acadêmico, o autor explica que o termo já era utilizado há algumas décadas, tanto na Europa como na América Latina, por pesquisadores que se dedicavam ao estudo das tecnologias de comunicação (VERÓN, 1997b)<sup>20</sup>. Ainda segundo Verón (1997b), as inquietudes sobre a midiatização começaram a aparecer há mais de meio século, quando se perguntava sobre as condições do homem pós-moderno, mesmo que sob outros aportes teóricos e mesmo sem o advento dos modernos dispositivos tecnológicos. Ele também chama atenção para o surgimento de uma hipótese sobre a hipermidiatização, que seria uma nova etapa das sociedades pós-industriais, apresentada por autores em consequência da evolução dos multimeios, hipertextos, etc. Para o autor, o interessante é que mesmo sem a consolidação de uma boa teoria acerca da midiatização, já estava se falando em hipermidiatização.

Antes de apresentar seu precursor esquema para análise da midiatização - que logo abordaremos - Verón (1997b) reconhece que o termo midiatização se aproximou de outros operadores semânticos como globalização, colonialismo ou pós-modernidade, mas sem a devida problematização. Fausto Neto (2008b) se aproxima dessa visada, defendendo um bom esclarecimento do conceito antes de sua utilização, na tentativa de “evitar que a noção fique – a exemplo de outros conceitos – flutuando como um termo destituído de necessária problematização, restando, como palavra vazia, sem receber os necessários tensionamentos teóricos” (FAUSTO NETO, 2008b, p.90).

Vivemos em tempos nos quais discutir a mídia e o midiático é cada vez mais comum, ainda que muitas vezes não haja uma definição clara do que está se falando. A midiatização convive com o mesmo risco. Procuramos, dessa forma, Não pretendemos aqui negar as diferentes abordagens teóricas sobre a midiatização<sup>21</sup>,

---

<sup>20</sup> Andreas Hepp (2013), representante da vertente europeia da pesquisa em midiatização, também concorda que o termo não pode ser considerado como algo novo na pesquisa, ainda que sob perspectivas diferenciadas. Ele cita os trabalhos de Ernst Manheim, da década de 1930, que versam sobre midiatização das relações humanas imediatas, relacionando alterações nas relações sociais em consequência da evolução da mídia de massa.

<sup>21</sup> Stig Hjarvard (2014) expõe algumas diferentes concepções sobre a midiatização. A abordagem escandinava, que segue uma linha mais institucional; O contexto de pesquisa alemão, com a linha representada por Friederich Krotz e Andreas Hepp, que analisam a midiatização como um processo histórico/civilizatório; a perspectiva latino-americana (representada principalmente por Verón) com uma ênfase mais voltada à semiótica, etc. Hjarvard destaca que os principais eixos de pesquisa sobre a midiatização encontram-se fora do contexto anglo-americano.

mas apenas advertir que o termo pode ser encontrado na literatura sem a devida problematização ou, de certa forma, banalizado, significando a simples ação da mídia na sociedade. Braga (2009) explica que é difícil precisar quando surgiu o termo midiatização. Mas salienta que por vezes encontramos referências à midiatização apenas como a forte presença da mídia. Para o autor, a midiatização como foco de estudo é recente, realmente problematizada há cerca de uma década.

Passamos para nossa tentativa de entendimento do conceito de midiatização. Antes de tudo, Verón (2014) destaca que, em termos linguísticos, a midiatização é um vocábulo que nomeia um processo. Seguindo essa linha, Fausto Neto (2008b) explica que, em virtude da midiatização se tratar de um fenômeno em processo, “o exercício teórico de construção do conceito situa-se imbricado na própria processualidade do fenômeno” (FAUSTO NETO, 2008b, p. 90). Aderindo à sugestão do autor, partiremos para a análise do processo de transformação da chamada sociedade dos meios ou midiática para uma sociedade em midiatização ou midiatizada. Sobre esse contexto de transformações, ao apresentar um trabalho precursor sobre o conceito de midiatização, Verón (1997b) defendia que o fenômeno tem a ver com a mudança social das sociedades pós-industriais<sup>22</sup>. Fausto Neto (2008b, p. 92) explica que a midiatização se estruturou junto das “profundas e complexas alterações na constituição societária, nas suas formas de vida, e suas interações”. Gomes (2014) ressalta que o processo de midiatização afirma a

---

<sup>22</sup> Em seu último texto publicado sobre o conceito de midiatização, no ano de 2014, Verón apresenta uma perspectiva de longa duração, qualificada como antropológica pelo autor. Nessa abordagem histórica de longo prazo, a midiatização é “um resultado operacional de uma dimensão nuclear de nossa espécie biológica, mais precisamente, sua capacidade de semiose” (VERÓN, 2014, p. 14). Para o autor, os fenômenos midiáticos pertencem a todas sociedades humanas. A semiose inicia na Idade da Pedra, na produção de ferramentas, onde o fenômeno midiático se dava nessa exteriorização de processos mentais na forma de dispositivos. Outros momentos cruciais se seguiram (a escrita, os códices, o livro, a imprensa). A midiatização seria essa sequência de fenômenos midiáticos institucionalizados na sociedade. (VERÓN, 2014). O que atualmente procuramos observar com mais afinco, na verdade, já está em processo há muito tempo. O próprio Verón reconhece que tal perspectiva é, em termos, oposta a algumas correntes de estudos sobre a midiatização. Para ele, a escola escandinava, por exemplo, coloca o conceito sob o foco do período histórico da modernidade tardia. Para nossa pesquisa, na verdade, essas questões colocadas por Verón nos interessam na medida em que, ao trabalharem com possíveis “tempos” de manifestação do fenômeno da midiatização, nos trazem um importante questionamento: seria a midiatização um fenômeno de ruptura ou continuidade? Não buscaremos responder aqui essa indagação, pois é merecedora de profundas discussões. Mas chamamos a atenção para a divisão dos autores diversos na defesa de uma ou outra posição. Ou mesmo na adoção de ambas as perspectivas, como é o caso da nossa pesquisa. Abordaremos a midiatização com um fenômeno contínuo e incompleto por essência (Braga, Fausto Neto). O que significa uma coerência com uma perspectiva de continuidade. Porém, na observação das transformações decorrentes do processo, sinalizam-se elementos de ruptura. Sendo assim, sem a devida problematização para essa complexa questão, a trataremos como hipótese heurística.

constituição de uma nova ambiência social. Recorrendo aos aportes das escolas europeias, observamos que Hepp (2013), na tentativa de integrar os estudos sobre a midiaticização de tradição institucionalista e socioconstrutivista, pensa que o eixo central que liga as duas vertentes é a inter-relação entre as mudanças na mídia/comunicação e as mudanças da cultura e da sociedade. Mas, que mudanças são essas, que possuem tamanha força para modificar o estatuto comunicacional da sociedade?

Primeiramente, discutiremos a sociedade dos meios, dos mídias ou midiática. A centralidade dos meios é talvez a sua principal característica. Com a mediação sob sua exclusiva responsabilidade, os meios estruturavam a sociedade que, conseqüentemente, funcionava conforme suas dinâmicas. Essa centralidade a qual nos referimos é a da técnica. Uma garantia da legitimação dos meios como os responsáveis pelo papel da mediação. A sociedade como um todo respeitava as leis da instrumentalidade dos meios que, a partir dos agendamentos, das formações de opinião e da comunicação baseada no modelo linear de emissão-recepção, garantiam as estruturas do social.

A centralidade dos meios os tornava articuladores da matriz societária. Nesse engendramento, os diferentes campos sociais eram atravessados por essa tarefa organizadora. O campo dos *media* ostentava uma espécie de autonomia, na medida em que figurava como a única instituição legitimada para permear, transpor ou se expandir entre as fronteiras dos campos sociais. Mas devido a que essa autonomia? Novamente, voltamos à questão da técnica. A natureza tecnosimbólica do campo dos *media* o fazia capaz de superintender as relações entre os demais campos sociais. Afinal, ele pode falar de tudo, de uma forma acessível a todos (lembramos do modelo linear “um para todos”).

Adriano Rodrigues (2000) explica o processo de autonomização do campo dos *media*. Para o autor, a interface entre os campos sociais se dava por áreas fronteiriças, em que cada saber procurava impor suas lógicas através de seus especialistas. Com a emergência da sociedade dos meios, em que os dispositivos comunicacionais se sofisticaram com o desenvolvimento de suas técnicas, essa mediação dos domínios da experiência via especialistas foi quebrada. O campo midiático se torna o grande articulador de relações, fazendo surgir novos

tensionamentos entre os saberes<sup>23</sup>. Na sociedade dos meios, todos os campos se valem do midiático para expor ou expandir seu saber, o que fortalece ainda mais o domínio e a centralidade dos meios. Deslocando-se com autonomia entre os espaços fronteiriços, o midiático tematiza o debate público e torna os discursos especializados submissos à sua técnica.

São doravante essas novas questões que irão mobilizar o debate público que o campo dos *media* se encarrega de promover e publicitar. Fazendo intervir, ao mesmo tempo, problemas de natureza científica, política, econômica, religiosa, médica, essas novas questões mostram os limites da legitimidade de cada um dos campos sociais instituídos ao longo da modernidade para a formulação e a imposição de valores consensuais e de regras suscetíveis de regular os comportamentos adequados. É no campo dos *media* que essas novas questões se irão reflectir e problematizar. (RODRIGUES, 2000, p. 201).

Para Verón (1997b), a comunicação midiática - ou da sociedade dos meios – é efeito do vínculo entre dispositivos tecnológicos e condições específicas de produção/recepção. Tal configuração estruturava o mercado discursivo das sociedades industriais. Ferreira (2014) lembra que a sociedade dos meios ainda é vista como realidade para muitos, quando se considera a mídia como instituição subordinada a condições de existência e a discursos de poder. Mas Verón (1997b) nos alerta sobre o processo contínuo de transformações aceleradas ocorridas nessa mesma comunicação midiática, resultantes principalmente da evolução da tecnologia e da demanda. Sendo assim, examinemos as mudanças e lógicas de transição da sociedade dos meios para a sociedade em midiatização ou midiatizada, na tentativa de enxergarmos as características dessa nova ambiência.

A necessidade de legitimação e exposição dos saberes dos campos sociais se mantém crescente até hoje. Se na sociedade dos meios, atores e instituições se valiam do campo midiático para tematizar o que estava fragmentado, com o tempo passaram a perceber que não dependiam mais dos meios na atividade de enunciar. O que precisavam, então? Dominar suas técnicas e lógicas.

---

<sup>23</sup> Para Adriano Rodrigues (2000), a gênese dos campo dos *media* está justamente na natureza tensional da relação entre os campos sociais. A gestão de tais relações, que contraria a essência fragmentadora dos demais campos, se faz necessária para a mobilização da sociedade. O autor sugere a segunda metade do século XX como o momento em que surge o campo dos *media*, com sua consumação se efetivando na década de 1980. No campo midiático, as funções discursivas predominam, a simbólica é informal e a legitimidade é de natureza vicária, pois não gere um domínio de experiência específico.

Observando os posicionamentos de alguns autores que discorrem sobre o tema, notamos que há um fator capital que possibilitou a transição de uma sociedade dos meios para a sociedade em midiatização: a tecnologia. Para Gomes (2011), a sofisticação cada vez maior dos meios de comunicação possibilitou a potencialização dos processos de comunicação. A tecnologia digital/virtual de hoje complexifica e amplia as relações, criando uma nova ambiência, resultado direto desse acelerado e intenso desenvolvimento tecnológico.

Fausto Neto (2008b) chama atenção para a convergência dos fatores sóciotecnológicos nesse processo de transição, mostrando que a complexidade do processo não está apenas na tecnologia em si. O autor destaca para além do desenvolvimento tecnológico, observando a conversão dessas tecnologias em meios. O argumento é que as novas tecnologias espalham-se por toda a sociedade segundo algumas lógicas de ofertas e usos. Tais lógicas podem levar a apropriações, no entanto, as tecnologias estão sujeitas a desvios e transformações pela ação do próprio homem. Dessa forma, os fenômenos técnicos emergiram e foram transformados em meios, gerando novas formas de interação e repercutindo nas formas de vida e na constituição societária. Braga (2006) também reconhece os desvios das tecnologias para além de sua finalidade inicial como parte do processo de midiatização. Para o autor, a midiatização “aparece como processo social gerador de tecnologia” (BRAGA, 2006, p. 6)<sup>24</sup>. Primeiro, a invenção tecnológica para atender a alguma demanda. Depois, expectativas e motivações diferentes fazem com que as tecnologias sejam repensadas, ampliadas, modificadas e aperfeiçoadas; e esse processo pode gerar um novo meio de interação. E, por último, a partir desse momento o sistema se torna autopoietico, independente daquela motivação anterior que desencadeou o início do processo. Para Braga (2009), o processo de midiatização não é mera consequência da tecnologia, pois o avanço tecnológico é determinado pelas demandas sociais que o provoca.

Verón (1997b) já se opunha ao discurso tecnocrático há alguns anos antes, defendendo que a tecnologia não determina totalmente os usos. Segundo o autor, não podemos esquecer as surpresas surgidas na instalação das tecnologias em contextos não programados de uso. Posição que também é reforçada por Mirta Varela (2009), ao relacionar a complexidade da análise das tendências

---

<sup>24</sup> Conforme reconhece o próprio Braga (2006), esse é um posicionamento que contraria a corrente mais habitual que defende a midiatização com algo decorrente do desenvolvimento tecnológico.

comunicacionais justamente pelo fato da impossibilidade de previsão do futuro baseado no determinismo técnico. Para a autora, funções sociais e culturais não estarão inscritas claramente nas invenções, fato que pode gerar tanto a evolução/invenção de novos meios e usos, assim com o repouso de outras invenções até que se tornem necessárias socialmente.

Levantamos esses dois fatores relacionados à tecnologia (desenvolvimento acelerado e convergência em novos meios de comunicação) para elucidarmos a perda da centralidade do campo midiático. O que não configura perda de espaço do midiático na sociedade, afinal, não se trata de uma dissolução, e sim da perda da autonomia da instituição midiática como articuladora das relações societárias. A reconfiguração das invenções a partir das práticas sociais criou condições para que todos os campos sociais fizessem uso e pudessem se apropriar das tecnologias, convertendo-as em meios. Por isso, na sociedade em midiatização, a técnica está disponível a todos e seu domínio pleno depende do acesso, do interesse de cada indivíduo ou campo social. Deslocado da posição central, o midiático perde o poder de controle que tinha sobre as estruturas mas, ao mesmo tempo, se espalha pela sociedade. O controle então passa a ser partilhado ou difuso. É claro que ainda enxergamos modos de expressão do poder dos meios, como por exemplo as imagens da mídia canônica que causam grande impacto nos atores sociais e instituições não midiáticas. Mas já não se trata da única forma de poder, pois este é agora partilhado socialmente. A midiatização, dessa forma, redinamiza a organização social. Fausto Neto (2008b) reforça o novo panorama:

O eixo que atravessa tais formulações é o fato das mesmas entenderem que as mídias deixaram de ser apenas instrumentos a serviço da organização do processo de interação dos demais campos, e se converteram numa realidade mais complexa em torno da qual se constituiria uma nova ambiência, novas formas de vida, e interações sociais atravessadas por novas modalidades do trabalho de sentido. Neste contexto, as mídias não só se afetam entre si, se inter-determinando, pelas manifestações de suas operações, mas também outras práticas sociais, no âmago de seu próprio funcionamento. (FAUSTO NETO, 2008b, p. 92).

A midiatização dissipa aquele elo organizador dos campos sociais. A atividade gerencial das relações não é mais exclusividade do campo midiático. Os espaços fronteiriços agora são fluidos e o atravessamento dos campos sociais respeita a outros movimentos. As estruturas perdem força para os processos, no caso, os midiáticos. Fausto Neto (2008b) explica que o tecido social está agora atravessado

por uma cultura de mídia. Tal realidade expande-se sobre a vida humana, altera os processos sócio-técnico-discursivos e chega a um estágio em que “as práticas sociais, os processos interacionais e a própria organização social, se fazem tomando como referência o modo de existência desta cultura, suas lógicas e operações” (FAUSTO NETO, 2008b, p. 92).

Fausto Neto (2008b) sintetiza a diferença entre as sociedades dos meios e da mediatização através da substituição da autonomia relativa do campo midiático como superintendente das relações societárias pela cultura midiática transformada em referência para a organização e dinamização da sociedade. Sobre esse ponto, Braga (2006) traz uma importante contribuição. Para o autor, essa nova sociedade oferece condições para que processos de interação mediatizada possam absorver muitas das interações até então baseadas na escrita e na oralidade. Dessa forma, as interações passam a se ajustar à lógica da mídia. A mediatização figura como um novo processo interacional de referência, contribuindo para a organização da sociedade e para a construção da realidade social, tendo em vista que esta é construída a partir dos processos interacionais hegemônicos.

Um processo interacional de ‘referência’, em um determinado âmbito, ‘dá o tom’ aos processos subsumidos – que funcionam ou passam a funcionar segundo suas lógicas. Assim, dentro da lógica da mediatização, os processos sociais de interação mediatizada passam a incluir, a abranger os demais, que não desaparecem mas se ajustam. Isso quer dizer que tais sistemas e processos não simplesmente ‘substituem’ outros – mas absorvem, redirecionam e lhes dão outro desenho (que inclui, parcialmente, o anterior) Assim, dentro da cultura escrita, quando processo interacional de referência, permaneceram espaços de interacionalidade genuinamente ‘oral’. Ou seja: o fato de que um processo interacional se torne ‘de referência’ não corresponde a ‘anular’ outros processos, mas sim a funcionar como ‘organizador’ principal da sociedade. (BRAGA, 2006, p. 2).

Na citação acima, podemos observar que Braga assume a mediatização como processo interacional de referência, mas não enxerga o processo como algo finalizado. A mediatização, segundo o autor, está em estágio avançado de implantação, mas ainda não totalmente estabelecida. Braga (2006, p.2) defende que “essa perspectiva de incompletude parece ser relevante, hoje, para uma boa compreensão do fenômeno”. A oralidade e a escrita já dominaram a hegemonia interacional. Hoje, a mediatização estaria assumindo tal posição. Mas nem por isso os demais processos interacionais somem ou o processo atual de referência se esgota. Braga (2006) explica que, se a oralidade e a escrita não completaram suas

jornadas como processos interacionais, provavelmente a midiatização também não irá. Essa incompletude é essência do funcionamento social, que é algo imprevisível. As lacunas da midiatização devem ser inventadas socialmente. Trata-se, portanto, de processos tentativos, de experimentação. Ou seja, sem fim.

O fato é que a midiatização, como processo interacional de referência (trazendo as lógicas e a cultura de mídia como bases de interação), afeta as interações entre todos os indivíduos e instituições, direcionando a produção de sentido e, conseqüentemente, a construção do real. Fausto Neto (2008b, p.93) nos ajuda com o raciocínio, novamente comparando as sociedades dos meios e midiatizada e explicando que “as mídias perdem este lugar de auxiliaridade e passam a se constituir uma referência engendradora no modo de ser da própria sociedade”. E Gomes (2014) completa, alertando que as novas gerações, já nativas digitais, fazem do ser humano um ser em comunicação global. Mas que características específicas podemos encontrar nessas transformações ocorridas nos processos interacionais?

Para Fausto Neto (2008b), são os processos sócio-técnico-discursivos que sofrem mutações em decorrência da midiatização. A partir dessas afetações, o fenômeno atinge a todos os atores e campos sociais. Com a perda da centralidade dos meios, cria-se um ambiente de fluxos, em uma verdadeira mistura de envios, reenvios e desvios. Se os processos interacionais seguem as lógicas de mídia, é sinal de que o domínio da técnica está nas mãos de todos os indivíduos e instituições. Produtores e consumidores agora convivem em uma mesma realidade, o que quebra com a linearidade no paradigma da comunicação. Ainda segundo o autor, a perda da autonomia do campo midiático faz com que não exista mais aquele discurso aceito por todos os campos sociais, possuidor de legitimidade em qualquer espaço fronteiro.

Nessa ambiência em que todos produzem e consomem ao mesmo tempo, a enunciação parece nunca chegar ao final. Segundo Braga (2006), a interação midiatizada busca maior abrangência e duração, agregando cada vez mais elementos e participantes. Re-objetivação, re-determinação, repercussão, redirecionamento, são características da circulação de reações diferidas e difusas. Jahn (2014) sinaliza para a falta de correspondência entre emissão e recepção. Com a interdiscursividade, os discursos se descolam da produção e da recepção, perdendo força e controle desde sua origem, estando suscetíveis a desvios por parte

de qualquer um. A midiatização faz com que a circulação acelerada supere a especialização. Xavier (2014) explica que, ao interagirem com lógicas estranhas às suas, os campos sociais fazem fluir experimentações e indeterminações, ao possibilitarem a emergência de produtos da midiatização que são resultado de interações transversais. As práticas sociais são redefinidas em um espaço agregador, fazendo de todos os campos e atores sociais os responsáveis pela midiatização.

Verón (2014) nos ajuda a amarrar essas características dos novos processos interacionais ao pontuar o que seriam os principais elementos da midiatização como processo não linear, em uma perspectiva de nível macro (global). Primeiramente, os processos afetam “de diferentes formas e com diferentes intensidades todos os níveis da sociedade funcional” (VERÓN, 2014, p. 16). Para o autor, os processos de midiatização produzem, dessa forma, efeitos radiais e transversais. E em segundo lugar, essa combinação transversal/radial dos processos e fenômenos midiáticos traz ao sistema a característica da retroalimentação, que está intimamente ligada ao caráter não linear das interações midiatizadas<sup>25</sup>. Afinal, para que se tenha retroalimentação, a circularidade deve guiar essa natureza sistêmica.

Como comentamos acima, Verón (1997b) foi pioneiro na reflexão conceitual sobre a midiatização. Ele propôs um esquema/diagrama para representar os aspectos mais importantes dos processos da midiatização. Na configuração criada pelo autor, “não há processos lineares de causa e efeito; nos encontramos diante de um emaranhado de circuitos de *feedback*” (VERÓN, 1997b, p. 15, tradução nossa). O esquema para análise da midiatização de Verón é dividido em três polos: instituições (o autor ressalta que se tratam das não-midiáticas), meios (que para o autor também são instituições<sup>26</sup>, mas devem ser separados esquematicamente por ocasião do objeto de estudo) e atores individuais (os indivíduos comuns, membros quaisquer da sociedade). Os três níveis convivem em meio às interações

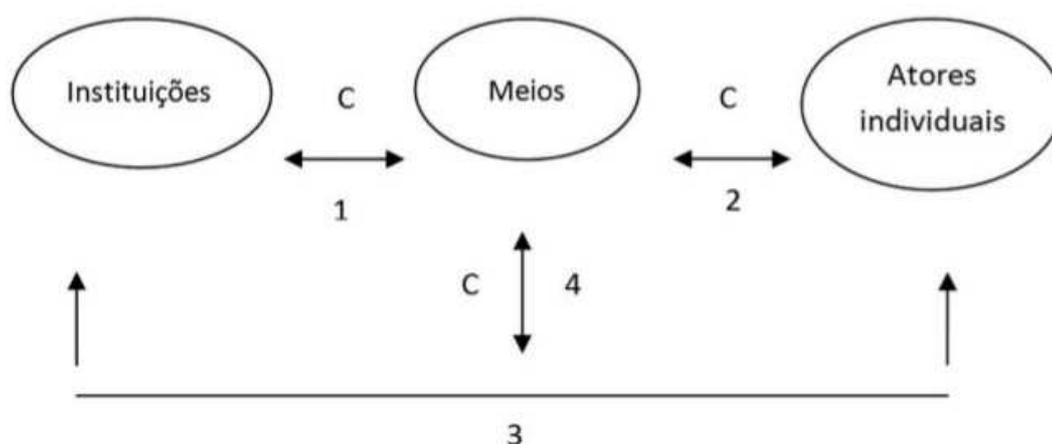
---

<sup>25</sup> Verón (2014) ainda faz uma terceira observação que, segundo o autor, figura como a consequência mais importante dos momentos cruciais da midiatização (em uma perspectiva histórica/antropológica): a aceleração do tempo histórico, resultante do crescimento dos fenômenos midiáticos. Como não discutimos essa observação anteriormente assim como as duas primeiras (a partir de contribuições de outros autores), optamos por apresentá-la em nota de rodapé.

<sup>26</sup> A tese de Ricardo Fiegenbaum (2010) é pioneira no que diz respeito à manipulação das lógicas do esquema de Verón para análise da midiatização. Em sua apropriação, Fiegenbaum transforma a instância dos *meios* em *instituições midiáticas*, dando clareza a essa perspectiva institucional que, na visão do autor, ultrapassa o sentido de ideologia dos meios. Segundo Fiegenbaum (2010), o termo instituições midiáticas revela o mercado discursivo das mídias tradicionais, o “negócio” da comunicação, vinculado a um sistema produtivo específico.

mediatizadas, representadas por flechas duplas que os conectam (duplas devido aos circuitos de *feedback*). Por fim, o esquema ainda identifica quatro zonas de produção de coletivos consequentes destas interações. Esse modelo teórico de Verón ainda hoje serve de base para muitos estudos da mediação, pois mesmo representando o campo problemático de maneira relativamente simples (o autor reconhece, por exemplo, que cada um dos três setores comporta dentro de si outras múltiplas relações), consegue evidenciar a ambiência de fluxos transversais, a simetria entre produção e recepção, as afetações entre mídia, atores e instituições, as reconfigurações na produção de sentido, entre outras características do fenômeno.

Figura 1 - Esquema de Eliseo Verón para análise da mediação



Fonte: Verón (1997b)

Em nossa pesquisa, com o objetivo de representar o que chamamos de paisagem circulatória ou terreno intermediário, optamos por tomar como base esse ordenamento pioneiro do campo problemático da mediação. Como vimos na constituição de nosso caso, as instâncias e os processos que observamos parecem se encaixar nas representações do autor. Mas como não se trata de dedutivismo puro, não nos limitaremos a esse encaixe do empírico no teórico. Nessa pesquisa, como veremos, o esquema veronístico se torna maleável, tendo suas peças mobilizadas ou modificadas na criação de uma diagrama que busca representar, de fato, o caso em questão. Não nos limitaremos ao uso do esquema clássico; manipularemos suas lógicas, conforme a singularidade que estamos analisando.

Fausto Neto (2008b) aponta para o fato da comunicação midiática se tornar um complexo dispositivo. Isso nos leva a uma outra representação esquemática. Desta vez, recorreremos a matriz de midiatização criada por Ferreira (2010). Para o autor, a midiatização se desenvolve a partir da inter-relação entre outros três polos: dispositivos midiáticos, processos sociais e processos de comunicação. Eles se afetam mutuamente e cada um pode interceder sobre as relações entre os demais. Segundo Ferreira, é nessa articulação que se encontra o problema da midiatização. Quando a técnica está inserida no contexto de todos os indivíduos e instituições, as relações entre processos sociais e comunicacionais são cada vez mais atravessadas pelos processos acionados via dispositivos midiáticos. Sendo assim, a midiatização é “produzida, induzida e regulada pelo conjunto de relações e intersecções entre processos sociais e processos de comunicação, incidindo sobre as materialidades dos dispositivos midiáticos em seu conjunto” (FERREIRA, 2010, p. 11).

Observando as transformações de uma sociedade dos meios para uma sociedade em midiatização podemos considerar, antes de tudo, a midiatização como um fenômeno de alta complexidade. Transformando os processos interacionais, ela afeta a todos os indivíduos e seus modos de vida. Para Fausto Neto (2014), trata-se de uma realidade que vai se expandindo e se interiorizando na vida humana. Já Gomes (2011) enxerga um ambiente mais amplo que a sociedade dos meios, a partir do compartilhamento de experiências, em que a comunicação constitui e possibilita o avanço da sociedade em níveis cada vez mais complexos.

Na tentativa de sintetizar o conceito de midiatização, nos propomos a articular fragmentos das perspectivas dos autores referenciados. Partindo do esquema prógono de Verón (1997b), trabalhamos o fenômeno da midiatização adotando a perspectiva de mutação qualitativa dos processos de câmbio social, e não de acumulação quantitativa. Como reforço desta ideia, convocamos a escola europeia por meio de Hepp (2013), que concorda que a midiatização não é um processo cumulativo de passagem de uma mídia para outra, mas sim a construção comunicacional da sociedade por meio de uma variedade de processos midiáticos. Resumindo ainda mais o conceito, chegamos à seguinte elaboração: a midiatização é caracterizada pela expansão e instauração acelerada na sociedade de fenômenos técnicos transformados em meios (FAUSTO NETO, 2008b), o que altera os processos interacionais e a construção do real, fazendo-os funcionar sob as lógicas

de mídia (BRAGA, 2006), através de articulações entre dispositivos midiáticos, processos sociais e processo de comunicação que mexem com a produção de sentido (FERREIRA, 2010), resultando em um salto qualitativo alcançado por essa nova ambiência, caracterizada pelo compartilhamento de experiências em um verdadeiro caldo cultural (GOMES, 2011).

### 2.2.2 A obrigação de enunciar, mas sem o mesmo poder de regular (A midiatização das instituições)

Ao reconhecermos o atravessamento das lógicas de mídia em todos os campos sociais, constatamos que qualquer indivíduo ou instituição é afetado pela midiatização, mesmo que em intensidades diferentes. Tendo em vista que nossa pesquisa trabalha diretamente a construção imagética de uma instituição – ainda que esta construção se dê na disputa por produção de sentido em três níveis (atores, institucional e midiático canônico) -, julgamos necessária uma reflexão específica sobre a midiatização das instituições.

Novamente recorrendo às escolas europeias – dessa vez a escandinava -, atentemos para a perspectiva institucional sobre a midiatização de Stig Hjarvard. Nessa abordagem, a midiatização é um processo em que o midiático se integra de maneira acelerada e intensa às rotinas das instituições (originalmente não midiáticas). Para o autor, cada vez mais atividades dentro dos domínios institucionais são realizadas respeitando as lógicas de mídia. Ou seja, a mídia acaba orientando os padrões de interação, o que comunga com o que trabalhamos na seção anterior.

Por outro lado, apresentamos uma ressalva quanto à perspectiva institucional de Hjarvard. O parágrafo anterior sintetiza uma ideia (que converge com nossa reflexão) do que, para o autor, é um processo de dupla face. Segundo Hjarvard (2012), ao mesmo tempo em que a mídia se tornou parte do funcionamento das instituições, ela também chegou a um grau de autonomia que a qualifica como instituição independente e a permite não só o atravessamento, mas a coordenação das relações entre as demais instituições. Nesse sentido, Hjarvard parece ainda estar alinhado com a perspectiva de uma sociedade dos meios, o que diverge da abordagem aqui proposta. Em nossa pesquisa, não queremos dizer que o campo midiático deixou de ser independente com a passagem para a sociedade em

mediatização mas, diferentemente de Hjarvard, não concordamos que a mídia se interpõe entre as instituições de tal maneira que a permite manter sua posição central, de gerência das relações entre os campos sociais. Por isso, evitamos falar em uma interposição da instituição midiática a qual todos tem que se adaptar, mas defendemos um atravessamento das lógicas de mídia que afetam os padrões de interação de todos os atores e instituições.

Mesmo não estando totalmente alinhados com a perspectiva de Hjarvard, não o abandonemos. Vejamos como o autor resume o quadro teórico da mediatização sob a perspectiva institucional: “o conceito de mediatização revelou-se produtivo para a compreensão de como a mídia se difunde para, se confunde com e influencia outros campos e instituições sociais” (HJARVARD, 2012, p. 54). Isso quer dizer que as instituições estão atravessadas pela mídia de uma maneira tão intensa que as torna inseparáveis. Para Hjarvard, o objetivo dos pesquisadores da mediatização passa a ser o estudo sobre os processos de mudança das instituições em virtude desse atravessamento midiático. Levemos adiante essa indagação: como a mediatização mexe com a estrutura e o caráter das instituições?

Ferreira (2014) acredita que a normatividade das instituições está em jogo, no que se refere a suas ações e discursos, em decorrência da mediatização. O que é reforçado por Braga (2006, p. 13), quando defende a “deslegitimação de padrões esotéricos segundo os quais os campos especializados se relacionam com a sociedade em geral”. Para o autor, a mediatização acaba expondo os campos sociais uns aos outros e isso modifica diretamente o padrão de interação das instituições. Enquanto na sociedade dos meios os universos especializados faziam a exposição de seus saberes em seus próprios termos (ou seja, na esfera da emissão), na sociedade em mediatização, as interações sob a lógica de mídia fazem com que o discurso especializado seja tratado nos termos da recepção<sup>27</sup>. Afinal, o que é da ordem do midiático parte do princípio de uma exposição acessível a todos. Na perspectiva que adotamos em nossa investigação, estendemos um pouco a consideração de Braga. Os discursos mediatizados, além de considerar os termos da recepção, devem considerar a complexidade das trocas entre as instâncias de produção e recepção. Pois a submissão de um discurso aos termos da recepção, ou

---

<sup>27</sup> Para Braga (2006), a mediatização como processo interacional de referência tem como característica o foco na recepção. O que não ocorria quando o processo interacional hegemônico era o da escrita, que dava predominância à expressão.

seja, a tentativa de torná-lo acessível, não significa que não haverá incomunicação. De qualquer forma, essa questão retoma o que mencionamos acima, que a circulação acelerada supera a especialização.

Os campos sociais não deixam de existir com a midiatização, e não podem se dar ao luxo de não acolher o social, ou seja, de não sintonizar o receptor. Enunciar nos termos da recepção e levar em consideração a complexidade das trocas entre produção e consumo, faz da apropriação das técnicas midiáticas não só uma tendência, mas uma espécie de obrigação das instituições originalmente não-midiáticas. Para Bernard Miège (2009, p. 155), “os profissionais tornaram-se tão atentos quanto os observadores ou os analistas quanto à ascensão regular da comunicação das organizações”. O autor conceitua como relações públicas generalizadas ou comunicação generalizada o novo modelo comunicacional emergente no espaço público.

Nesse sentido, a generalização das relações públicas devia ser entendida como uma extensão das estratégias de comunicação ao conjunto dos campos sociais e das instâncias de mediação e, diferentemente dos autores que tomavam apenas (e ainda tomam) a comunicação como um simples artefato, um efeito do discurso ou uma pura e simples pesquisa de manipulação ideológica, nós a considerávamos como um poderoso ativador das mudanças sociais e culturais, além da imagem fluente e consensual que ela dá a ver de si mesma. (MIÈGE, 2009, p. 157).

O que Miège (2009) coloca como a difusão de estratégias, técnicas e ações de comunicação nos diferentes campos sociais e instâncias de mediação, nada mais é do que nossa reflexão sobre o atravessamento das lógicas de mídia e apropriação das mesmas por parte dos atores sociais e instituições. Assim como esta pesquisa visualiza a midiatização como um fenômeno de referência, mas em processualidade, o autor reconhece o prosseguimento regular desse avanço da comunicação generalizada, sempre em renovação, ainda que já tenha atingido maturidade.

Em concordância com Hjarvard e sua perspectiva institucional da midiatização, Miège (2009) explica que a comunicação se inscreveu de maneira profunda no social. Ela é discutida, mas não mais contestada, pois encontrou o seu lugar nas instituições, com suas lógicas integradas nas ações rotineiras. Para o autor, a recorrência às técnicas de informação e comunicação, bem como sua extensão a todas as instituições – dois processos que, em nossa visada, estão enquadrados sob o viés da midiatização -, contribuem para a generalização das relações públicas.

Miège (2009) acredita que em cada campo social (devido aos fatores específicos que estes carregam sob seus domínios) as técnicas de informação e comunicação são introduzidas e se desenvolvem em tempos e modalidades diferentes. Mas isso não modifica o caráter obrigatório do “comunicar”. Segundo o autor, seja para rivalizar, para responder ou para garantir visibilidade das ações, comunicar passa a ser obrigação das instituições, um pré-requisito para se fazer presente no espaço público.

Como vimos, no processo de midiatização, a convergência das tecnologias em meios e sua acessibilidade/apropriação por parte dos atores e das instituições expandem as interações (agora sempre sob a lógica midiática), atravessando fronteiras, misturando os campos sociais e colocando emissores e receptores em uma situação de simetria. Para Miège (2009, p. 167), se trata de uma “extensão do caráter societal do espaço público”, na qual as instituições ganham a possibilidade de se colocar em evidência e participar do jogo social, mas elaborando a sua própria informação. Segundo o autor, a difusão irrestrita das técnicas de informação e comunicação oportunizou a emergência de novos emissores, que podem intervir nas estratégias de comunicação das instituições. Miège ainda evidencia o fato de que possa ser feita alguma ressalva à qualidade desse tipo de produção (que não estaria enquadrada nos padrões canônicos midiáticos), reconhecendo que deve-se ter sempre atenção ao que é publicado. Mas defende que hoje essa produção não pode mais ser chamada de não midiática.

Mas essa proliferação de emissores (e, conseqüentemente, de receptores) lembrada por Miège (2009) nos leva a uma importante consideração de Fausto Neto:

Quanto mais organizadas (sob o ideário da transparência) redes voltadas para encadeamentos e circulação de fluxos, no âmbito da crescente midiatização, mais ocorrem descompassos entre suas lógicas e aquelas que emanam dos processos de apropriação desencadeados por seus usuários sociais. Instaura-se uma defasagem entre sistemas de informação e práticas de uso, apontando-se para efeitos que, não convergindo, chama atenção para a emergência de “pontos de fuga” que toma o lugar de processos e mecanismos de regulações idealizados” (FAUSTO NETO, 2008a, p. 41).

Nessa citação, o autor nos explica que, mesmo as instituições ganhando mais espaço no jogo social, podendo inscrever seus discursos e produzir sentido nas mesmas condições de emissão que o midiático canônico, isso não garante resultados. Da mesma forma que as enunciações se expandiram e se intensificaram

na esfera da produção, os reenvios, as críticas e os desvios também se estenderam na esfera da recepção. Sendo assim, tanto no âmbito interno como no que diz respeito a suas relações externas, as instituições devem ser vistas não como ambientes de regularidade ou de ajustes de sentido, mas como “realidades comunicacionais envoltas em problemáticas associadas às noções de conflitos” (FAUSTO NETO, 2008a, p. 42).

Como enfatizamos na seção anterior, a midiaticização é um fenômeno complexo. E seu atravessamento nas instituições não escaparia a essa realidade. Fausto Neto (2008a) explica que o ambiente institucional/organizacional vive um eterno paradoxo: sua produção/emissão se efetiva de maneira homogênea, enquanto a recepção/consumo se dá em meio a heterogeneidades. Resultado? Indeterminações e desajustes entre instituição e seus receptores. O autor ainda lembra que estão incluídas as operações de construção simbólica/produção de sentido – interesse maior de nossa pesquisa.

A indeterminação faz com que a noção de estratégia comunicacional normalmente adotada nas instituições seja revisada. Apropriar-se das técnicas midiáticas para instaurar processos interacionais marcados apenas pela regulação não parece ser o bastante. Pois uma ideia de controle ou regulação total ficaria muito próxima da ultrapassada ideia de atribuição automática de sentido. Lembremos de nossa discussão acerca da imagem institucional, em que procuramos afastar nossa visada de uma perspectiva puramente instrumental. Falamos que a imagem das instituições é um constructo maior, que envolve todo um contexto histórico/social para além das ações comunicativas próprias da instituição. Isso nos faz voltar a Fausto Neto (2008a, p. 54), que nos orienta a “pensar a questão dos sentidos não como uma atribuição específica e unilateral de um ou de outro interlocutor. Pelo contrário, o sentido se faria em decorrência de um ‘feixe de relações’”.

Ocorre que a possibilidade da instituição admitir que não tem condições de atribuir sentido de forma unilateral não significa a acolher passivamente todos os múltiplos sentidos que provém do social, pois isso a levaria ao caos organizacional. As instituições vivem, na verdade, um dilema: como manter o mínimo de organização e regulação de seus interesses, sem estarem fechadas para a polifonia que as pressiona? Complexo, como tudo nessa sociedade em midiaticização. O feixe de relações a que se refere Fausto Neto não exclui as tentativas de controle e

regulação na atribuição de sentidos, pois elas são parte do jogo. Mas agora circulam acompanhadas de enunciações concorrentes. São diversas estratégias atravessadas e mutuamente afetadas nessa ambiência de fluxos transversais, fazendo da produção de sentido algo em disputa. O feixe de relações passa por vieses, limitações, entre outros movimentos que causam tensão. E esse tensionamento é o que vai constituir as instituições e suas imagens.

### 2.2.3 O desalinho do paradigma (A circulação sob o ângulo da mediação)

Ao falarmos sobre indeterminação, desvios e desajustes nos fluxos de produção de sentido que se efetivam na ambiência da mediação e assim constituem as próprias instituições, acabamos indiretamente entrando na problemática da circulação. De qualquer forma, a reflexão seria convocada em nossa pesquisa, a partir do momento em que, nas inferências preliminares, refletimos sobre uma paisagem circulatória de fluxos transversais. Os parágrafos finais da seção anterior já nos dão pistas de um entendimento da circulação mais adequado à perspectiva da mediação. Mas, primeiramente, procuremos recuperar um pouco do histórico do conceito e dos tensionamentos pelos quais a circulação tem passado no campo da comunicação.

Fausto Neto (2010) traça uma espécie de linha do tempo pela qual se desenvolve o conceito de circulação. Segundo o autor, o conceito permaneceu por muito tempo em repouso, sendo tratado de forma naturalizada, enquanto estava restrito às formulações funcionalistas. Nessa época, sob inspiração do paradigma linear de emissão-recepção, a circulação era considerada uma simples zona automática de passagem, transportadora de mensagens. Com o passar dos anos, os estudos de recepção evoluíram e afetaram a noção de circulação. Afinal, uma recepção considerada ativa acabaria por trazer novas interrogações.

Para Fausto Neto (2010), é na evolução da perspectiva do ato comunicacional da instrumentalidade (dimensão linear das intenções e efeitos, em que a circulação é acionada pela produção, figurando como zona de passagem/transmissão) para a enunciação (dimensão discursiva em que a produção não é mais “dona” do ato comunicacional, fazendo deste algo relacional) que a circulação passa a ganhar complexidade. A produção e a recepção não deixam de existir, mas estão reconfiguradas, transformando aquela zona de passagem/transmissão para uma

zona de indeterminação. “Com a percepção de que os receptores são ativos, a circulação passa a ser vista como o espaço do reconhecimento e dos desvios produzidos pela apropriação” (BRAGA, 2012, p. 38). A circulação passa a ser tratada como diferença (FAUSTO NETO, 2010), uma zona que comporta desajustes e descontinuidades entre produção e recepção. Essa indeterminação passa a ser o elo entre as gramáticas de produção e reconhecimento, impulsionando as operações de sentidos.

Na tentativa de reduzir essa indeterminação, Fausto Neto (2010) explica que surgem os estudos sobre os contratos de leitura. A defasagem é remodelada para a construção de vínculos entre produtores e receptores, através de estratégias de articulação entre o discurso proposto e sua apropriação. Até esse momento, o conceito já respondeu por zona de passagem, zona de indeterminação e zona de articulação, sempre ganhando em complexidade. Mas todas essas definições correspondem ao período da sociedade dos meios. O que dizer então do conceito de circulação à luz da problemática da sociedade midiaticizada?

Ainda seguindo o longo caminho da circulação descrito por Fausto Neto (2010), chegamos a um momento em que ela se qualifica como dispositivo, dentro dessa nova arquitetura comunicacional. O autor explica que as transformações nos regimes sócio-técnico-discursivos, que modificaram as relações entre atores sociais, instituições e mídias, substituem a lógica dos contratos pela das interfaces. A circulação deixa de ser uma zona (por mais complexa que possa ser) para se tornar dispositivo central da midiaticização. Algumas características dessa nova fase, em que os dois polos (produção e recepção) convivem em simetria: rupturas em algumas condições de produção; a quebra dos contratos por parte dos receptores; o interesse por várias mídias por parte de um mesmo produtor/receptor; a co-gestão dos acontecimentos pelos incontáveis produtores/receptores. Sendo assim, “a circulação desponta como um território que se transforma em lugar de embates de várias ordens, produzidos por campos e atores sociais” (FAUSTO NETO, 2013, p. 55). A midiaticização faz com que essa paisagem circulatória coloque em contato as instâncias de produção e recepção, ao mesmo tempo em que as estimulam para que se movimentem segundo suas próprias dinâmicas. Isso nos traz de volta para a reflexão sobre a produção de sentido que se dá a partir de um feixe de relações. Produção e recepção se encontram e desencontram nessa rede de fluxos

transversais, fazendo da pluralidade de lógicas uma realidade complexa que fomenta a produção de sentido.

Braga (2012) defende uma reflexão para além das relações entre produção e recepção. Os produtos circulantes ultrapassam a esfera da recepção, pois a partir dela seguem um fluxo adiante. As interações midiaticizadas, segundo o autor, não se prendem mais a uma lógica processual de ida e volta, e sim a um processo de fluxo contínuo. Essa circulação sempre adiante torna praticamente impossível a distinção dos pontos de partida e chegada. Sendo assim, passa a ser difícil visualizar produção e recepção como polos totalmente separados. Braga ainda defende que “a circulação em fluxo contínuo não é apenas uma descrição abstrata. Ela se manifesta concretamente na sociedade, na forma de circuitos” (2012, p. 41).

Retomando a passagem da sociedade dos meios para a sociedade em midiaticização, Braga (2012) argumenta que as negociações dadas nos espaços fronteiriços (marcadas pelas próprias lógicas dos campos sociais) são substituídas pelos circuitos. A sociedade atravessada pela cultura midiática faz com que processos sociais de interação e processos midiáticos sejam inseparáveis. Para se relacionarem, os campos e atores sociais ficam obrigados a se inscreverem em circuitos não usuais. Para o autor, esses processos tentativos de experimentação midiática fomentam a midiaticização da sociedade. Com a necessidade de interação intensificada nos dias de hoje, todos passam a se inscrever em circuitos midiaticizados. A midiaticização, então, estimula uma ambiência atravessada por processos tentativos e contínuos de criações e recriações de circuitos.

Uma outra perspectiva sobre a circulação é apresentada por Ferreira (2006, 2011), em que o processo é agenciado pelos dispositivos midiáticos. Nesse caso, faz-se necessário um breve esclarecimento do conceito de dispositivos midiáticos proposto pelo autor. Ferreira (2006) propõe uma integração das concepções unidimensionais normalmente adotadas na literatura para que se pense os dispositivos. Essa integração toma forma em uma matriz triádica criada que, segundo o autor, relaciona as três principais linhagens epistemológicas desenvolvidas na comunicação: sócio-antropológica, semio-linguística-discursiva e técnica-tecnológica. Em uma relação matricial, as diferentes possibilidades analíticas ganham em complexidade. Nesse sentido, o autor defende que a consideração das perspectivas isoladas não dão conta do que é o dispositivo midiático. Este é, por essência, um espaço de acoplamentos.

Trata-se de um constructo que integra as diferenciações epistemológicas numa abordagem relacional. Nosso entendimento de que cada dimensão configura um sistema autorreferencial, e, nesse sentido, produz movimentos de centrifugação no próprio funcionamento dos dispositivos midiáticos [...] Mas esses movimentos estão em tensão com outros [...] Nem um, nem outro, entretanto, em si, determina isoladamente o funcionamento da mídia, mas sim cada um em relação com outros. (FERREIRA, 2007b, p. 135).

Além de abrir o caminho para o conceito de circulação defendido por Ferreira, a reflexão sobre o dispositivo midiático esclarece um termo que utilizamos de maneira considerável em nossos empíricos. Por exemplo: quando analisarmos uma publicação no *Facebook*, feita por iniciativa de qualquer uma das instâncias que descrevemos (institucional, midiático canônico e atores sociais), estaremos falando, de acordo com Ferreira, sobre ações realizadas em um dispositivo midiático. O *Facebook* é mais do que uma ferramenta em que simplesmente transmitimos mensagens (ou uma zona de passagem, nos termos de Fausto Neto). Ele, como dispositivo, contempla interação/conversação (sócio-antropológico), produção de sentido/construção simbólica/inscrição de discursos (semio-linguístico-discursivo) e suporte digital/virtual (técnico-tecnológico). A partir desse exemplo, fixamos em nossa pesquisa a adoção do conceito de dispositivo midiático de Ferreira, como um espaço complexo de acoplamentos sócio-semio-técnicos, e não apenas como uma ferramenta ou instrumento a serviço de uma única dimensão.

Voltando à circulação, Ferreira a problematiza a partir dos dispositivos porque estes são centrais também para o entendimento da própria midiatização (vide acima o item 4.2.1). Para o autor, são as mediações dos dispositivos midiáticos, articuladores dos processos sócio-semio-técnicos, que dão especificidade à comunicação midiatizada, rompendo com a linearidade. A matriz relacional dos dispositivos faz necessária uma reflexão além da discursiva, restrita apenas às operações de produção e reconhecimento. Assim como Fausto Neto e Braga, o autor também visualiza uma reconfiguração das instâncias de produção e recepção na circulação midiatizada. Consumo produtivo e produção consumidora são dois processos novos que fazem dos processos midiáticos somas de diversas circulações (FERREIRA; ROSA, 2011). Além disso, tais processos incentivam a inclusão de atores e instituições não midiáticos na circulação (FERREIRA, 2007a). Estes novos membros, inclusive, não apenas se inscrevem como passam a ter o poder de assinar alguns dispositivos. A construção social da realidade é balanceada de tal forma que um outro real pode ser mostrado por esses novos produtores/

consumidores inscritos na circulação midiaticizada. Novos códigos, sistemas e estruturas são construídos e desconstruídos, a partir das interações com os diferentes dispositivos, e passam a suplantar o contexto anterior. As imagens por exemplo, interesse de nossa pesquisa, são assim construídas e eleitas na circulação, entre as interações que ocorrem nos diferentes dispositivos midiáticos (FERREIRA; ROSA, 2011). Para Ferreira (2007b, p. 137), “é na circulação que o processo de produção de sentido completa seu ciclo”.

De acordo com Ferreira (2013, p.145), “sugere-se que o objeto primeiro da circulação seja a interação entre dispositivos midiáticos”, afinal, é neles que se concretiza a circulação. Essa interação pode ser no nível dos processos intermediáticos (entre dispositivos) ou intramediáticos (no interior de um dispositivo). Em nossa pesquisa, estaremos mais interessados no primeiro nível. A circulação intermediática, por sua vez, incorpora diferentes processos circulares, inscreve produtores/consumidores de diversos níveis e reposiciona os circuitos sociais. Uma rede heterogênea, que afeta diretamente a construção social da realidade.

Problematizar o conceito de circulação é vital para um de nossos objetivos de pesquisa, no caso a representação esquemática do que definimos como a paisagem circulatória em que se efetua a disputa intermediática pela construção da imagem do Exército Brasileiro. Na análise dos empíricos observaremos fluxos, relações e interpenetrações entre os três níveis disputantes e entre suas próprias tentativas de produções de sentido.

Como foi mencionado acima, acabamos optando pelo esquema clássico de análise da midiaticização de Verón (1997b) como base de nossa representação. A maneabilidade do diagrama veronístico tornará possível a visualização das nossas três instâncias disputantes: Exército (instituições), midiático/jornalismo canônico (mídias) e a produção amadora que se utiliza de algumas técnicas midiáticas mas que não se encaixa em um contexto produtivo jornalístico (atores sociais). Observaremos como tais instâncias convivem e se relacionam em uma mesma paisagem circulatória e o que ocorre quando as diferentes imagens produzidas se encontram.

Como fizemos acima com o conceito de midiaticização, recortaremos algumas ideias principais de cada perspectiva exposta sobre a circulação, para sintetizarmos a abordagem que assumimos como a mais coerente para o decorrer da investigação. Se em nossos observáveis e inferências já falávamos em paisagem

circulatória e terreno intermediático, comecemos unido as duas expressões com o conceito de circulação intermediática de Ferreira (2013). Sendo assim, a circulação conta com os dispositivos midiáticos como os articuladores dos processos sócio-semio-técnicos. Os dispositivos diversos formam essa rede heterogênea, que absorve cada vez mais novos produtores/consumidores e complexifica os processos circulares.

A produção consumidora e o consumo produtivo explicados por Ferreira e Rosa (2011) mostram uma reconfiguração das instâncias de produção e recepção, ainda que estas não deixem de existir (FAUSTO NETO, 2010). Para Fausto Neto (2010), essa reconfiguração torna ultrapassado o entendimento da circulação como zona (seja de passagem, indeterminação ou articulação). Sendo assim, a circulação intermediática respeita uma lógica de interfaces. Ela se torna um lugar de embates de diferentes ordens. Instituições e atores ora estão em contato, ora se movimentam por suas próprias lógicas. O fato é que essa pluralidade de lógicas faz da produção de sentido resultado de relações entre as instâncias que convivem na circulação.

A pluralidade de lógicas e relações descrita por Fausto (2010) nos leva a Braga (2012), quando este defende a circulação como algo menos conversacional e mais contínuo. Para Braga (2012), o “sempre adiante” se manifesta na criação e recriação de circuitos, fazendo da experimentação midiática outra característica importante da circulação. Mas em que lugar os embates de Fausto Neto ou a criação/recriação de circuitos de Braga se efetivam senão nos dispositivos midiáticos de Ferreira? E a circulação intermediática de Ferreira, agenciada pelos dispositivos, não configura uma rede de interfaces (Fausto Neto) baseada em fluxo contínuo (Braga)? Acreditamos que as três perspectivas trazem elementos que convergem entre si, em condições de serem problematizados de maneira relacional.

#### 2.2.4 Rivalidades intermediáticas (Imagens e símbolos em disputa na arena midiática)

A seção anterior nos mostra como o conceito de circulação se apresenta como uma porta de entrada para o entendimento do fenômeno da midiatização. Podemos dizer que a circulação é central no debate acerca da midiatização. Quando pensamos nas imagens midiatizadas, não poderia ser diferente. Nessa nova ambiência, abordar as imagens implica em compreender como elas circulam.

Mas não queremos com isso dizer que nas sociedades da oralidade e da escrita as imagens não circulavam. Mesmo quando a base das interações era a palavra (escrita ou falada), a imagem já circulava, basta lembrarmos das pinturas rupestres pré-históricas, por exemplo. Qual a marca da midiatização então? O que há de diferente na circulação que modifica de maneira tão significativa nosso modo de lidar com as imagens?

A resposta é que a midiatização potencializa essa circulação de imagens. Os suportes se proliferam, os dispositivos são incrementados pelas técnicas midiáticas, as interações se complexificam e se expandem. A imagem, nesse processo, alcança outros patamares. Mario Carlón (2013) corrobora com essa ideia ao explicar que o status convergente dos dispositivos na midiatização permite a hospedagem de uma variedade de linguagens audiovisuais, elevando as possibilidades de enunciação.

Braga (2006) considera que a palavra segue importante no avanço das interações da sociedade em midiatização, mas ela não possui mais o caráter de essencialidade. De acordo com o autor, isso mostra que a midiatização deu amplitude e outras qualidades aos processos diferidos e difusos. Afinal, as imagens ou sons colocados para circular permitem, por parte de qualquer emissor/receptor, ações como retomadas, edições, redirecionamentos, entre outros usos e apropriações.

A capacidade de produção de sentido se amplia a partir das possibilidades abertas pela inscrição das imagens em múltiplos dispositivos. A questão crucial aqui não é a inscrição em si, o que já era feito, mas o fato de termos múltiplos dispositivos com lógicas de domínio do cidadão comum. Anteriormente, uma pintura ou uma foto, ambas estavam restritas a um conjunto de pessoas “especialistas” que detinham não só a técnica, o aparato, mas o capital. Hoje, os dispositivos permitem que a lógica, os aparatos e a técnica façam parte do cotidiano do cidadão e este pode produzir, inscrever e apropriar imagens. A realidade e o imaginário passam a ser expostos de outras formas e por indivíduos até então excluídos do processo produtivo.

Essa ascensão dos indivíduos na midiatização (CARLÓN, 2013) permitiu a qualquer um fazer circular seus discursos. O usuário comum pode enunciar em condições semelhantes às mídias tradicionais. Esse maior poder do sujeito, de

acordo com o autor, fez diminuir a escassez da oferta de sentidos<sup>28</sup>. A quantidade de oferta discursiva é imensa na ambiência circulatória, reforçada pelas novas alternativas e facilidades das operações nos dispositivos midiáticos. Verón (1997a) faz referência a um contexto discursivo mais amplo, enfatizando a pluralidade dos modos de apropriação dos discursos. O autor dá o exemplo da midiática do suporte fotográfico: o domínio das técnicas midiáticas não apenas permite a qualquer indivíduo o ato de fotografar mas recondiciona a subjetividade na leitura das imagens, pois a fotografia digital pode ser facilmente modificada e retransmitida.

Coloquemos de maneira mais clara o porquê da escolha de nos aproximarmos das imagens midiáticas através dessas características da circulação intermediária. Primeiramente, a possibilidade de inscrição de imagens geradoras de sentido em dispositivos múltiplos, o que abre oficialmente as portas para que os nossos empíricos adentrem nas codificações referenciais. Afinal, iremos analisar uma série de materialidades que consistem em imagens construídas e inscritas na circulação intermediária por atores sociais, instituições por essência não midiáticas e pela mídia considerada canônica. E uma segunda questão, sobre os processos subsumidos na natureza simétrica que agora ostentam as esferas de emissão/produção e recepção/consumo (amplitude, redirecionamentos, recriações, retomadas, edições). Isso nos permite enxergar de maneira mais ampla a disputa intermediária que inferimos preliminarmente em nossa constituição casuística.

Carlón (2013), em seu estudo sobre o *Youtube* como dispositivo da midiática, traz para a discussão essas questões como a ascensão dos indivíduos, a simetria entre produção e consumo e a possibilidade de inscrição de novas linguagens como produção de sentido na circulação. No seu texto, nos chama atenção a seguinte frase: “o *Youtube* é um campo de tensões feroz entre diferentes culturas, um campo de batalhas ferozes, onde cada um defende (e ganha) seu espaço a cotoveladas, como também acontece, muitas vezes, na vida social” (CARLÓN, 2013, p. 124). O *Youtube* está para o trabalho do autor assim como o *Facebook*, o *Twitter*, os portais de notícias e institucionais, entre outros dispositivos, estão para nossa pesquisa. Verdadeiras arenas, campos de batalha, tabuleiros, a

---

<sup>28</sup> O autor observa que “a programação da vida social passou, cada vez mais, da oferta ao consumo” (CARLÓN, 2013, p.117). Esse panorama de igualdade entre produção e consumo, junto das possibilidades abertas na ascensão dos indivíduos ao status de produtor, repercutiu diretamente naquele poder de programação da vida social, até então ostentado pelos meios de massa. Para Carlón, se trata de uma crise da programação da vida social por parte dos tradicionais emissores.

nomenclatura escolhida é o que menos importa. O que existe de fato nos dispositivos é o jogo, a concorrência, a disputa por produção de sentido. Em nossos empíricos, mais precisamente, observaremos como a mídia canônica, a instituição Exército e os atores sociais midiáticos se comportam - partindo de condições muito mais igualitárias como vimos – nessa rivalidade pela atribuição de sentido ao que se passou nas comunidades da Maré.

Refletindo sobre as contribuições dos autores e já antecipando suavemente o que analisaremos, uma coisa fica clara: sobre a atuação do Exército na Maré, não existe apenas uma imagem produzida. São diferentes imagens, elaboradas por diferentes atores e instituições. Com isso, temos um cenário composto por mais imagens, mais visões. Lembrando que cada imagem construída pode ser retransmitida, reeditada, retomada por esses mesmos “disputantes” ou ainda por outros diferentes, em um fluxo contínuo imprevisível, abre-se a possibilidade de construções bem mais complexas. Dentro desse contexto de maneabilidade e mobilização das imagens em produção, elas tem a possibilidade de nos dizer mais coisas.

Retomemos o pensamento de Fausto Neto sobre o conceito de circulação: o sentido na sociedade em midiatização é produto de feixes de relações. Para o autor, esse arranjo de interdiscursividades tonifica a incompletude essencial do que é da ordem do simbólico. O que discutimos nessa pesquisa - produção de sentido/construção simbólica -, segundo Fausto Neto (2008b), inevitavelmente já contempla buracos, falhas, desajustes. O interessante é que os processos da midiatização expandem o fluxo de produção de sentido para fora daquelas fronteiras habituais dos mundos especializados. As imagens e símbolos abandonam seus espaços fronteiriços rumo à vulnerabilidade das interfaces.

Eis o simbólico novamente em nosso caminho, dessa vez problematizando nosso contexto de reflexões referencial. Não por acaso encerramos nossas codificações concorrentes com uma ideia de Rosa (2014b) e recuperaremos aqui no item referencial, uma vez que é discussão da Linha de Pesquisa Midiatização e Processos Sociais. Rosa nos ajuda a entender o porquê dos conceitos de imagem-símbolo-midiatização estarem tão conectados e arraigados em nossa pesquisa:

Pensar as imagens hoje é pensa-las na ambiência da midiatização, uma vez que os processos sociais estão atravessados pelas lógicas de mídia. No entanto, falar em construção simbólica de imagens demanda abordar o

poder simbólico posto em jogo nesta esfera. [...] Isto implica dizer que a relações sociais são cada vez mais interseccionadas por dispositivos midiáticos [...] Deste modo, entender os dispositivos como um lugar de intersecção é considerá-los, por um lado, arenas de poder e, de outro, espaços perpassados pelo poder. (ROSA, 2014b, p. 28)

Com base em Bourdieu, Rosa (2015a, p. 6) defende que “o poder simbólico nada mais é do que um poder de construção de realidades”. Segundo a autora, a força simbólica está circulando nos dispositivos, nas imagens midiáticas que nos cercam. Quando uma imagem (uma fotografia, por exemplo) se torna um símbolo, ela ganha valor na circulação intermediária. Sendo assim, a disputa por construção/produção de imagens simbólicas na midiatização, entre instituições jornalísticas e atores individuais, envolve atribuição de valor (ROSA, 2015a). Mas como a imagem se constitui em poder simbólico nos termos da midiatização?

Para Rosa (2014a, p. 3), “há lógicas midiáticas que são mobilizadas para transformar uma imagem em símbolo”. Para isso, é necessário compreender a alternância de papéis e os compartilhamentos entre os envolvidos no processo de construção simbólica. Ou seja, o foco está realmente na circulação. De acordo com a autora, seria simplismo dizer que a processualidade simbólica na midiatização se dá apenas em virtude da repetição, da replicação. Para ela, a imagem se tornará de fato um símbolo quando ela se constituir no acontecimento propriamente dito. Tal processo ocorre por meio de movimentos de circulação intermediária. Eles contemplam lógicas midiáticas que vislumbram a conservação das imagens no tempo, resultando em um símbolo que transcende seu acontecimento fundador. Rosa (2014a) lista seis etapas da processualidade simbólica na midiatização: 1) Aparecimento/ Oferta (inscrição nos dispositivos midiáticos via processo seletivo das instituições jornalísticas); 2) Apagamento/ Desaparecimento (algumas imagens resistem mais, outras menos; trata-se de um jogo em que a imagem intercala apagamento/aparecimento); 3) Reaparecimento (essas mesmas imagens reaparecem e se tornam as únicas a serem vistas, gerando novos sentidos descolados do acontecimento origem); 4) Replicação (repetição por diversas vezes e inscrição em dispositivos múltiplos, afetando a rememoração); 5) Restrição (após ser demasiadamente replicada, a referência passa do acontecimento à imagem, o que restringe o acesso a outras imagens e possibilidades); 6) Totemização (a sobrevivência da imagem para além do tempo, investida de força simbólica).

Embora todas essas seis etapas façam parte da processualidade simbólica mediatizada, é entre as fases da restrição e da totemização que a imagem é, de fato, alçada à categoria de símbolo (ROSA, 2014). A tese da autora é de que a escolha de determinadas imagens como símbolos dominantes se dá pela erupção de profundas estruturas do social nos processos midiáticos. Tais estruturas são chamadas de totens<sup>29</sup>. A imagem-totem é uma convocação do imaginário, que acaba delimitando as possibilidades simbólicas e bloqueando novas relações e imaginários possíveis. O símbolo construído (totem) passa a ser o único a ser convocado. Dessa forma, a imagem-totem é uma espécie de substituição, pois ela assume o lugar do acontecimento, deixando-o para trás<sup>30</sup>.

Rosa (2014b) chama atenção para uma espécie de contrassenso. Mesmo com a ampliação dos espaços de interação e dos ângulos para abordagem dos acontecimentos a partir da ambiência interdiscursiva da mediação, as possibilidades de construção simbólica parecem mais restritas. Esse poder simbólico em disputa é justamente o de “inviabilizar possibilidades simbólicas ou de argumentos dentro do processo de circulação intra e intermediária” (ROSA, 2014b, p. 32). A imagem simbólica produzida (totem) passa a ser inquestionável e reforçada pelas demais ressignificações, reproduções, reedições. Para a autora, a estrutura criada é um símbolo inquebrável, pois as tentativas de rompimento do totem não se consolidam, seja pela não atribuição de credibilidade por parte instituições jornalísticas, seja pela própria crítica ao totem acabar servindo como outro tipo de reforço. O totem é aquela estrutura estruturante de que fala Bourdieu, de longo prazo, que se sobrepõe a qualquer tentativa de ruptura (de curto prazo). E se cada imagem carregar uma referência anterior, temos um cenário em que há “uma exclusão infundável de imagens e uma valorização exacerbada de apenas algumas, o que promove a restrição da oferta de visões possíveis” (ROSA, 2014b, p. 44).

Em resumo, a processualidade simbólica segue um caminho que inicia pela representação de um referente, passa a se configurar em uma imagem síntese de determinado acontecimento conforme as lógicas da mídia canônica baseadas nas

---

<sup>29</sup> A autora faz uma apropriação do conceito de totem a partir de Cassirer. “O totem, para Ernst Cassirer (2004), é exatamente esta estrutura manifesta por um tipo de intuição mítico-religiosa que realiza a ordenação do mundo e que gera um sentimento de pertença” (ROSA, 2014, p. 31). O totem é ligado ao plano simbólico pelo fato de articular o sentimento próprio com o de pertença a uma comunidade. Uma representação que assume o lugar de algo e passa a ser venerada (crença).

<sup>30</sup> Rosa (2014b) explica que as imagens-totens são autorreferenciais, devido ao fato de que o símbolo supera o acontecimento, que acaba se perdendo em função da representatividade totêmica.

estruturas de longo prazo e chega ao reconhecimento, em que há uma reorganização baseada na interdiscursividade, reverberando novos sentidos mas sem a quebra do símbolo construído (ROSA, 2014). Qual seria então a característica mais marcante da processualidade simbólica nos tempos da midiatização? Segundo Rosa (2014, p. 14), a resposta está no fato de que “o símbolo é construído em jogo, não por um ou outro jogador. [...] é fruto das interações de instituições não midiáticas, atores individuais e, principalmente, instituições midiáticas”.

Nesse jogo de poder (simbólico), Rosa (2014a) destaca as instituições jornalísticas (em nosso caso, o midiático canônico), pois elas têm a tarefa de selecionar as imagens a serem postas para circular. Uma espécie de chancela, de legitimação das imagens que tem o potencial de se tornarem totens. Pensamento esse que nos remete ao trabalho de Carlón (2013), em sua reflexão sobre um questionável “fim do meios massivos”. Para o autor, a midiatização não acabou com a dimensão da comunicação massiva. As discursividades e articulações dos meios massivos ainda existem, mas através de outras estratégias. Nossa análise para com o massivo deve ser muito mais complexa, pois mesmo que não haja mais o poder de controle da vida social, a comunicação massiva não desapareceu com o advento dos novos meios. Mais que isso, ela também está inserida e se articula nos novos dispositivos, chamados por Carlón de meios convergentes. Voltamos ao exemplo do *Youtube*, do próprio Carlón (2013). O dispositivo como campo de tensões, amplificador das possibilidades de interação, não significa uma proibição da comunicação massiva. O autor chama atenção para o aumento dos conteúdos gerados por profissionais da mídia no *Youtube*, em uma invasão daqueles “grandes emissores”, o que mostra a sobrevivência das estratégias *broadcast* da mídia canônica.

Mas não por isso a participação dos atores individuais é diminuída por Rosa. Afinal, não há como negar as novas camadas de sentido acrescentadas por atores e instituições (por essência) não midiáticos. Essas novas camadas de sentido, provenientes das apropriações midiatizadas, são vitais para que o símbolo perdue para além do acontecimento origem, configurando o fluxo contínuo próprio da circulação. E não poderia ser diferente, pois se creditássemos uma total autonomia da produção de sentido ao midiático canônico, estaríamos de volta à sociedade dos meios.

Na ambiência de interfaces da midiatização, há afetações mútuas entre os que disputam o sentido. A mídia canônica, por exemplo, ao estimular a participação dos atores individuais na processualidade simbólica, está fomentando a memória destes. Rosa (2014b) explica que as imagens exógenas (oriundas da mídia) passam a compor o imaginário individual e, com o tempo, se constituem em referências. Quando o ator social convoca uma imagem da memória, essa é uma imagem midiática. Dessa forma, a memória é colonizada pelo que circula, e o repertório individual se baseia no não vivido. Por outro lado, as relações simétricas entre produção e recepção afetam de maneira direta o fazer jornalístico. O valor notícia na midiatização está intimamente ligado ao valor atribuído na circulação, ou seja, o potencial de reinscrição. A participação das instituições não midiáticas e dos atores sociais força a mídia canônica a enunciar também pensando nas relações entre produtores e receptores (ROSA, 2014a).

Ao observarmos os níveis de circulação das imagens propostos por Rosa (2015b)<sup>31</sup>, também podemos constatar essas afetações mútuas entre as diferentes instâncias que coabitam a paisagem interdiscursiva. O primeiro nível de circulação se trata da atribuição de valor às imagens por parte das instituições jornalísticas, afetando as demais instituições e atores individuais. O segundo nível corresponde ao acolhimento e replicação de imagens por parte dos atores individuais em diferentes dispositivos. O terceiro nível diz respeito às novas camadas de sentido produzidas pelos atores individuais a partir da replicação dos símbolos construídos. A autora denomina esse terceiro movimento de fagia social<sup>32</sup>. Até estes três níveis, estamos discutindo a questão das imagens-totens autorreferentes. Nesses casos, a influência do midiático canônico recebe maior destaque, ainda que a participação dos atores individuais e demais instituições componha a processualidade. Mas a autora apresenta o quarto e o quinto níveis de circulação das imagens. No quarto, denominado de movimento performático, os atores sociais midiatizados produzem novas imagens a partir dos símbolos, através da apropriação das lógicas de mídia. Nesse nível, notamos que é o ator individual que está em evidência, dominando a compreensão do valor de circulação baseado no potencial de visibilidade das

---

<sup>31</sup> Os níveis de circulação das imagens descritos por Rosa (2015b) não seguem, necessariamente, uma ordem. Estão elencados desta maneira seguindo uma ordem explicativa, de argumento. O que não significa que os mesmos não podem aparecer em outras sequências.

<sup>32</sup> Rosa (2015b) relaciona o conceito à terminologia utilizada por Flusser. A fagia diz respeito ao consumo intenso das imagens mas, no caso específico, pela ordem do social.

imagens. E o quinto e último nível assegura a afetação mútua entre as instâncias. Rosa (2015b) apresenta a fagia midiática, movimento em que a instituição jornalística se apropria das imagens que são produzidas e inscritas nos dispositivos pelos atores sociais e demais instituições.

A processualidade simbólica nos deu mostras de sua complexidade na midiatização, ficando longe de qualquer regulação. Dentro de um contexto de afetações mútuas, cabe aos atores sociais, mídia canônica e instituições a busca por estratégias cada vez mais sofisticadas de enunciação, na tentativa de exercerem influências maiores nos embates discursivos. Os símbolos construídos, como vimos, podem ultrapassar os acontecimentos, transcendendo o potencial de temporalidade inicialmente calculado, em virtude das lógicas da midiatização. Como nos lembra Verón (2014, p. 17), “os fenômenos midiáticos produzem a autonomia de emissores e receptores, e a persistências dos discursos pelo tempo. A primeira consequência da autonomia e persistência é a des-contextualização do significado”. A descontextualização (agora disponível a todos) sugere ainda mais quebras de espaço e tempo. São os desajustes dois quais falamos ao longo desses capítulos, que retratam a incompletude do fenômeno da midiatização. Para o autor (2014), a história da midiatização pode ser entendida como a interminável disputa por estabilização de sentidos. Uma disputa que, para ele, se torna cada vez mais complexa e condenada ao fracasso.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Referenciais metodológicos norteadores

Em primeiro lugar, uma advertência: essa pesquisa não procura estar enquadrada em um formato metodológico único e predeterminado. Não há afinidade com uma noção rígida do conceito de método, no qual este figura como um demarcador inflexível dos caminhos a serem seguidos na execução da investigação.

Feyerabend (2011) propõe a ciência como um empreendimento anárquico. Nesse contexto, os cientistas de hoje não podem estar limitados às tradições metodológicas, entregando passivamente às regras o direito de negociar com o conhecimento. Isso porque o mundo que exploramos é algo em grande parte desconhecido, o que nos permite deixar opções em aberto, sem a obrigação de estarmos restritos ou inibidos frente aos métodos já existentes.

Ainda segundo o autor, não há regras metodológicas que, em algum momento, não serão violadas. Afinal, toda metodologia tem seu limite. Isso é parte da construção do conhecimento, pois a violação é um sinal de que o conhecimento que se tinha até então não era suficiente.

Em nosso processo investigativo, não seremos tão anárquicos como sugere Feyerabend. Pois a presente pesquisa não se atreve a propor notáveis violações metodológicas. O que queremos, então? Seguir um caminho próprio. Não permanecer amarrados na inflexibilidade de uma norma, mas deixar que o objeto nos revele<sup>33</sup> os caminhos a serem percorridos.

Mesmo sem realizar um estudo voltado para as pesquisas em comunicação, um questionamento aconselhado por Feyerabend (2011, p. 31) parece se encaixar em nosso contexto de pesquisa: “devemos realmente acreditar que as regras ingênuas e simplórias que os metodólogos tomam como guia são capazes de explicar tal ‘labirinto de interações’?”. Novamente lembremos que nossa postura não é anárquica, e por isso não nos apropriemos dessa classificação das regras como ingênuas e simplórias. Mas

---

<sup>33</sup> Segundo Gomes (2011), a mudança dos métodos empregados é necessária devido à complexidade e à mutação dos objetos. O objeto é que nos indicará as formas que devemos trabalhar com ele. Ou seja, o método procede do conteúdo.

transportemos para nosso contexto o questionamento principal do autor. Como entender esse labirinto de interações, em nosso caso configurado na disputa intermediática entre as instâncias da mídia canônica, do institucional e dos atores sociais mediados? A resposta para algo tão complexo não pode estar em um método único e predeterminado. Inclusive, Gomes (2011) indica que os problemas na relação entre método e objeto normalmente aparecem quando procuramos seguir a qualquer custo esse método uno. Quando nosso ângulo de entrada para o estudo do comunicacional é o fenômeno da mediação, devemos ter a consciência de que estamos lidando com objetos de análise flexíveis e heterogêneos. Além disso, quando estudamos um caso nessa ambiência mediada, procuramos compreender uma singularidade que se passa dentro de uma sociedade em constante mutação. Se o fenômeno e o objeto são complexos, o método não pode ser diferente.

Por isso, trazemos uma última ideia de Feyerabend (2011). A adoção de uma metodologia pluralista. Em vez de descartar as metodologias que não estariam enquadradas no que foi predeterminado, coloca-se em tensionamento os aportes que tem o potencial de contribuir com o aperfeiçoamento do estudo.

Esse tensionamento é o caminho próprio que procuramos. O que, para Hissa (2013), se trata do conceito de metodologia criativa. Uma trajetória que permite surpresas e recriações. Para o autor, a metodologia é o próprio modo de fazer, que deve assumir o controle sobre os caminhos a serem escolhidos, com liberdade para a fuga do convencional.

As metodologias são criadas pelos sujeitos enquanto estes estão criando os seus objetos. Antes, imaginam. No seguinte passo, podem perceber que a pesquisa não cria apenas interpretações. A pesquisa cria metodologias enquanto cria interpretações. [...] Uma pergunta já sugere caminhos de pesquisa. Os objetivos de uma pesquisa, portanto, estão articulados às metodologias que, por sua vez, vão se fazendo, criativamente, enquanto se percorre a trajetória da pesquisa. (HISSA, 2013, p. 125)

Hissa (2013) usa a seguinte expressão: “tu és a metodologia que tu usas”. Isso porque as metodologias são consequências de como o sujeito compreende o mundo. Sendo assim, o sujeito não pode se limitar a apenas seguir um modo de fazer, pois ele deve se revelar nesse modo de fazer reinventado, se inscrever na metodologia que está criando.

Plural, híbrida, heterogênea. Entre outras definições possíveis, essa é a nossa proposta metodológica. Tensionando diferentes aportes em virtude das provocações do próprio objeto, iniciamos um processo tentativo de construção própria. Vejamos as principais referências norteadoras do presente trabalho.

Conforme nossa abordagem introdutória, procedemos nessa pesquisa com um estudo de caso. Braga (2008) destaca a preferência dos pesquisadores da área pelos estudos de caso, ao observar o número significativo de propostas dessa modalidade de pesquisa que são apresentadas no contexto do *strictu sensu*. O autor explica que os estudos de caso ganham a preferência em relação às pesquisas de ordem nomotética em virtude da complexidade do fenômeno comunicacional, que traz mais facilidade para a compreensão dos traços singulares do que para as observações de caráter mais geral.

Admite-se que cada disciplina, afinal, precisa de seu caso. Braga (2008) nos faz enxergar que nossa casuística é muito jovem, ainda que crescentemente intensa. Esta pesquisa parte da ideia de que a especificidade dos estudos em comunicação vem da expressividade. Toda disciplina tem sua forma de expressar os seus casos. A comunicação tem que ter a sua. Expressividade essa que já foi reduzida - por um tempo considerável - à instrumentalidade. Mas que, voltando ao pensamento de Braga, deve ser trabalhada em um esforço conjunto dos pesquisadores visando a contribuição para a constituição do campo, a partir de perguntas que realmente sejam feitas para o comunicacional. Para Gomes (2011), a pergunta é o verdadeiro ponto de partida. Mas essa pergunta não é uma simples resposta a um determinado desconhecimento. O nosso posicionamento frente ao objeto de nossa pergunta também precisa ser instigado. Se queremos, tomando como exemplo esta pesquisa, estudar conceitos como midiaticização e circulação, devemos perguntar o que está por trás desses conceitos.

Ao tratar do caso puramente (em relação direta com o midiático), Aníbal Ford (2001) destaca alguns pontos principais. A necessidade de compreender o caso no espaço/tempo para a construção da narrativa. O caso como algo que é da ordem da ruptura. E o pertencimento do caso a diferentes forças de sentido ao mesmo tempo, pois jamais estará desligado do tecido social. Esse modo de encarar o caso a ser

investigado tem ligação direta com o que se infere preliminarmente nesta pesquisa: a complexidade da disputa travada por diferentes matrizes de interpretação.

Segundo Ford (2001), o caso expõe o individual ou o microssocial. A casuística, a partir de sua articulação narrativa, segue um caminho diferente do discurso informativo macrossocial/estrutural. Contudo, não é porque parte da singularidade que o caso não possa oferecer relações com séries maiores, dimensões mais gerais. Para o autor, a narração do caso também gera interpretações e, até mesmo, regras.

Um das categorias do caso propostas por Ford (2001) é a que mais se aproxima de nossa pesquisa: o caso interrogativo. Aquele que configura uma situação que exige hipótese(s), que permite explorar tendências, que necessita de processos abduativos. Para o autor, um *corpus* aberto aos tensionamentos.

Braga (2008) nos lembra da necessidade de fundamentos teóricos para o estudo de um caso. Mas faz uma observação: “chegar ao caso de estudo rigidamente aparelhado de teorias irremovíveis também não promete grandes avanços de conhecimento” (BRAGA, 2008, p.82). Para o autor, na exploração do caso, devemos procurar ir além de sua inscrição em uma teoria. A pesquisa deve ir atrás do que ainda não foi esclarecido, do que ainda não está abrigado sob esse aporte teórico. Obtendo sucesso na problematização dos fundamentos teóricos, o caso tem o potencial de fazer um complemento a partir de um novo ângulo examinado.

E quanto aos empíricos? Braga também os comenta na relação com o estudo de caso. Primeiramente, pelo fato do fenômeno empírico (em processo) estar atravessado pela complexidade, o que o torna uma oportunidade ideal para a busca das questões relativas ao comunicacional (BRAGA, 2010). Além disso, a lógica de proceder com a singularidade conecta automaticamente o estudo de caso ao paradigma indiciário, pois a análise das individualidades é feita a partir das pistas deixadas pelos empíricos. Ford (2001) defende a mesma posição, ao sustentar que as ciências indiciais trabalham com casos.

Uma característica importante do indiciário é destacada por Braga (2008). O paradigma não está resumido ao empírico. Não é suficiente apenas colher e descrever indícios, pois eles não podem ser encarados apenas como “amontoados” de dados. No fim das contas, nem todo indício será válido. A coleção da pesquisa deve buscar com

clareza o que é relevante. Os indícios passam por seleção, organização, até que se chegue às inferências, que são articulações entre empíricos e proposições. Sem levar em conta esse processo, ficamos limitados ao descritivo, à ilustração das teorias, e não percebemos realidades mais complexas.

Notoriamente, há um tensionamento entre os indícios e o que está sendo indiciado. O cuidado na percepção é fundamental. O irrelevante pode sim ser significativo. Outros relevantes podem surgir de maneira acidental. Chega um momento em que fazer boas relações se torna crucial para que se alcance uma boa inferência. Nesse processo, mesmo que haja a consciência do risco de um *corpus* interminável, existe a dificuldade de reduzir o objeto a seus elementos mais significativos. Uma sucessão de processos tentativos é executada em uma verdadeira ida e volta aos indícios (BRAGA, 2008). Os indícios relevantes, correlacionados, são fundamentais na constituição do caso<sup>34</sup>.

Em nossa pesquisa, estamos frente a essa tarefa evocada por Braga (2008, p.83): “fazer a passagem da série material (indícios relacionados entre si) à série indiciada (a realidade percebida indiretamente, através dos indícios)”. Esse momento de passagem não é simples, por isso a importância do processo inferencial. O que, para o autor, faz com que o paradigma indiciário rompa com o racionalismo e o empiricismo. Uma espécie de via mais lúcida na construção do objeto.

Ferreira (2012) também contribui para a reflexão sobre esse momento da passagem da série material para a série indiciada. O autor reforça a importância das inferências, que para ele são o caminho dos indícios do objeto aos seus interpretantes. Sobre a dificuldade dessa etapa, Ferreira entende que ela reside no fato de não se tratar de um processo puramente lógico. Afinal, fenômenos diversos podem produzir indícios similares. A descoberta depende de uma elaboração complexa.

Dado o exposto, como pensar o comunicacional em nossos objetos tão heterogêneos e complexos? Peirce (1878) nos responde com a abdução. Para o autor, o elemento que constitui o objeto do conhecimento. Nem o derivado de uma lei

---

<sup>34</sup> O valor facultado ao trabalho com o indiciário é resultado dos debates sobre a importância da constituição dos indícios na disciplina de Aportes Metodológicos em Miatização (da Linha de Pesquisa Miatização e Processos Sociais do PPG-Unisinos), sob orientação dos professores Jairo Ferreira e Ana Paula da Rosa.

(dedutivo), nem uma relação entre objetos (indutivo). O esforço abduutivo é o que traz o conhecimento novo, a descoberta. Os indícios desconexos serão correlacionados a partir de inferências abdutivas. Somente a partir desse esforço é que construiremos o caso, central em nosso processo argumentativo (FERREIRA, 2012). A abdução está próxima da complexidade dos objetos. Por isso, construímos casos e trabalhamos com hipóteses, não apenas com o regrado.

Ao defender o caso como referência no método, Jairo Ferreira (2012) o coloca como o ponto de equilíbrio da criação. Para o autor, o empírico em si não é o objeto, pois se apresenta desconexo. É necessário, então, o acionamento do caso em uma correlação que combina o campo observacional com os indícios e regras específicas. Nesse processo, ainda há a necessidade de uma suspensão dos referenciais teóricos para a observação da especificidade.

A abdução, segundo Ferreira (2012), realiza um papel central, de mediação quando relacionada aos movimentos de indução e dedução. Ela é capaz de unir argumentos que, a princípio, seriam independentes. Sem a presença da abdução como argumento primeiro, figurando como um elo de ligação entre as outras inferências indutivas e dedutivas, permanecemos limitados a movimentos empiricistas ou racionalistas/tautológicos. Permanecemos em um processo investigativo que se afasta no novo, da criação.

O pensamento por figuras se apresenta como um notável auxiliar no acionamento do caso. Em sua crítica ao sistema de regras, categorizações e conjuntos da ciência moderna, Lucrecia Ferrara (2013) nos faz repensar a construção dos objetos, questionando os espaços de certeza cristalizados no fazer científico. A autora defende que além do plano da ciência racional há o espaço imagético, que traz consigo a incerteza, a relatividade e a indeterminação. Mas como construir uma imagem sobre o objeto de pesquisa? Ferrara explica que é a aproximação figurativa/metafórica que irá autorizar essa imagem. Um ciclo de permanente reconstrução, em que as imagens criadas vão se reconfigurando. O objeto, dessa forma, nunca é fechado, pois o conhecimento não pode se eximir da dúvida, o que acabaria com a interação e a produção. Aproximando a ideia da autora com nossa pesquisa, entende-se que estudar

o caso significa construir imagens possíveis sobre o objeto. O pensamento imagético na tentativa de tornar o objeto mais visível.

### **3.2 Encaminhamentos de construção e análise teórico/empírica**

Após a exposição dos aportes metodológicos acionados como referência para o nosso trabalho, indicamos agora, detalhadamente, os encaminhamentos realizados no decorrer do processo investigativo.

Ainda que a pesquisa tenha seu início na oportunidade de apresentação do projeto inicial de seleção, recebendo após essa etapa uma grande quantidade de tensionamentos ao longo dos contatos estabelecidos nas disciplinas, dos encontros de Linha ou Grupo de Pesquisa e das orientações, elege-se o momento do fechamento do caso como uma espécie de marco inicial do processo.

Como observamos acima, o caso é a referência do método, central no desenvolvimento argumentativo. Em outras palavras, sua construção é o objeto de pesquisa. Para que haja seu acionamento efetivo, foi necessária a organização de indícios até então desconexos. Tais indícios são as primeiras materialidades observadas no que diz respeito à imagem do Exército Brasileiro em sua atuação no Complexo da Maré. Nessa movimentação preliminar, observamos que a narrativa desse acontecimento estava sendo contada a partir de visões heterogêneas, com base em imagens construídas de formas diferentes. A história do Exército na Maré poderia ser vista como ocupação, pacificação, reconquista de território, invasão, entre outros sentidos que eram elaborados. Como dissemos, tornou-se necessária a correlação de tais materialidades para a formação de nosso objeto. Para isso, no processo de ida e vinda aos indícios, chegamos à nossa inferência abduativa preliminar: a imagem do Exército no Complexo da Maré estava em meio a uma disputa intermediática, travada entre as instâncias da mídia canônica, do institucional e dos atores sociais midiaticizados, e que envolvia o emprego de diferentes estratégias de produção de sentido. Estava configurado nosso caso de pesquisa. O empírico estava correlacionado. A partir da abdução preliminar, estávamos prontos para usá-la como elo na continuidade de novos argumentos indutivos e dedutivos.

Na construção do argumento abduutivo, procurou-se a suspensão do contexto teórico na tentativa de uma observação “descontaminada” da especificidade. Todavia, conforme Braga nos explicou acima, há a necessidade de uma fundamentação teórica para o estudo do caso. Nossa base teórica, formulada após a constituição do caso, está elaborada em dois eixos.

O primeiro trata das codificações concorrentes, alicerçado nos conceitos de imagem e símbolo, que geram ramificações e conexões que mobilizam outros conceitos como imagem institucional, imagem simbólica e poder simbólico. Esse primeiro eixo contribui como uma espécie de arejamento dessa base teórica. Surgindo como uma necessidade de problematização revelada pelos empíricos, as codificações concorrentes permitem outros espaços de questionamento não tão usuais ao nosso ângulo de entrada, a mediação. Dessa forma, faz com que levemos nossas questões a outras possibilidades.

Mesmo procurando novas perguntas que escapem dos espaços já cobertos e definidos pelas teorias mobilizadas, não deixamos para trás nosso ângulo de entrada. Por isso, a importância do nosso segundo eixo de fundamentação teórica: as codificações referenciais. Alicerçada nos conceitos de mediação e circulação, tais codificações configuram nossa principal base teórica, em concordância com as propostas de estudo da Linha de Pesquisa Mediação e Processos Sociais, do PPG-Unisinos. Problematizando tais conceitos na relação com nosso caso, revelamos nossa preferência pela leitura do fenômeno comunicacional sob o viés da mediação.

Mergulhamos, finalmente, nas materialidades. O primeiro procedimento adotado foi uma nova coleta de dados, muito mais abrangente. Como Oficial do Exército, fiz parte do 5º contingente de tropas enviadas ao Complexo da Maré para atuar na Força de Pacificação. Ressalta-se que recebi encargos logísticos, não estando envolvido diretamente com atividades enquadradas como de cunho comunicacional. Fato que contribuiu para o necessário estranhamento para com as atividades comunicacionais desempenhadas por parte da Força e para uma certa suspensão do local do observador, ainda que acompanhasse de maneira integral as rotinas da base. A presença efetiva na operação, além do entendimento do contexto geral e específico, auxiliou na escolha do recorte dos observáveis.

O objetivo da coleta foi recuperar os produtos circulantes em dispositivos midiáticos, inscritos pelas instâncias envolvidas na disputa que descrevemos em nosso caso. Antes da identificação e seleção das imagens, definiu-se como fonte de pesquisa os dispositivos midiáticos encontrados na internet, por dois motivos principais: primeiramente, pela possibilidade de recuperação das imagens a qualquer momento, em função dos bancos de dados que a web oferece através de seus protocolos de disponibilização, exibição e arquivo; a segunda justificativa é que a internet se revela como um espaço em que todas as instâncias disputantes (canônico, atores sociais e institucional) teriam condições de produzir imagens em grande quantidade, sem disparidades relevantes que poderiam prejudicar o caráter abrangente da análise. Se a opção de coleta fosse pelas produções impressas, por exemplo, estaríamos conferindo vantagem à mídia canônica, pois suas publicações impressas são muitas, ao passo que o material impresso institucional é escasso e, no que se refere aos atores sociais, é praticamente nulo.

Formam-se três grandes coleções, constituídas por materialidades que circularam fazendo referência aos acontecimentos que marcaram a trajetória do Exército na Maré. Fatos de repercussão considerável e que, por isso, afetaram a imagem da instituição. Cogitou-se ainda um recorte por temporalidade (uma semana ou um mês de acontecimentos, por exemplo) ou por resgate histórico (em uma sequência lógica de acontecimentos). Tais opções foram deixadas de lado, respectivamente, por apresentarem os riscos de uma não apreensão de indícios nas três esferas circulatórias ou de um *corpus* não interminável, mas demasiadamente extenso para uma pesquisa deste nível.

A primeira coleção reuniu imagens sobre o início da Operação São Francisco, ou seja, a entrada definitiva dos militares no Complexo da Maré. A segunda diz respeito às produções imagéticas referentes à morte do Cabo Mikami, enquanto o mesmo realizava ações rotineiras nas ruas da Maré. Na última coleção, obteve-se acesso a imagens produzidas sobre a saída dos militares das comunidades, por ocasião do final da missão. Ressalta-se que, ao nos referirmos às imagens coletadas, não estamos restritos a imagens fotográficas ou publicitárias. A concepção de imagem (coletada) é

maior, abrangendo também textos, por exemplo. Produções de sentido combinadas que acabam gerando afetações sobre a imagem institucional (em disputa).

Dentro das coleções, adotamos os mesmos critérios na seleção dessas imagens. Quanto à esfera institucional, selecionamos produções inscritas nos dispositivos assinados pelo próprio Exército Brasileiro, como o portal institucional e o *Twitter* e *Facebook* oficiais. Não foi selecionada nenhuma produção não oficial, como por exemplo, de militares nas redes sociais. As produções da mídia canônica são resgatadas em matérias constantes nos dispositivos pertencentes a instituições jornalísticas, especificamente portais de notícias nacionais ou regionais. Por último, as materialidades inscritas pelos atores sociais midiaticizados foram recuperadas em postagens das redes sociais, no caso *Twitter* e *Facebook*. Em um segundo nível de recorte no âmbito dessa instância, optamos pela seleção de produções constante em páginas colaborativas dentro de tais dispositivos. Esse critério foi adotado em virtude do vasto número de postagens, o que nos fez optar por uma fonte de indícios mais próxima da realidade do caso em questão (as páginas colaborativas são todas identificadas com o Complexo da Maré).

Sobre a apresentação das coleções, elas estão divididas (todas da mesma maneira) em dois níveis. No primeiro, após os movimentos de seleção e identificação das imagens, procedemos com uma análise sobre as estratégias de produção de sentido postas em jogo. Nesse processo, são levadas em consideração as dimensões semio-técnica (operações textuais, plásticas, entre outros recursos empregados na construção imagética) e sócio-antropológica (na observância dos elementos convocados das estruturas do social, revelados nas discursividades), sempre sob o olhar do comunicacional, que considera uma ambiência em que a circulação estimula que lógicas midiáticas atravessem tais instâncias (e suas estratégias), promovendo novos tipos de interações midiaticizadas.

Esse novo contexto interacional é justamente o que nos motiva a prosseguir em um segundo nível de análises. Nessa etapa, são observadas as afetações mútuas decorrentes do emprego das estratégias acima. Os encontros entre as lógicas e

produções das instâncias em um regime de interfaces<sup>35</sup>, estimulados pelo trabalho da circulação intermediária. As visões heterogêneas do acontecimento, materializadas em imagens a partir de diferentes estratégias de produção, são postas em contato nessa ambiência de transversalidade. Procuramos, então, seguir esses movimentos e caminhos da circulação.

Ao término da fase de análise das coleções, percebe-se a necessidade de explorar o olhar da própria instituição sobre sua imagem (em disputa). Mesmo que o foco da pesquisa não esteja resumido ao âmbito institucional, ao considerarmos que estamos colocando a imagem institucional sob tensionamento, julgou-se apropriado adentrar na realidade daqueles que integram o Exército Brasileiro. Através da elaboração de um questionário e de sua aplicação na modalidade de entrevistas em profundidade, cedemos espaço para que os próprios militares apresentassem suas visões sobre o acontecimento e sobre as estratégias adotadas pelo Exército no processo comunicacional, na tentativa de analisarmos como a instituição compreende sua imagem em elaboração. Responderam ao questionário, por meio de correio eletrônico, seis militares do Exército Brasileiro que fizeram parte de contingentes de tropas enviadas à Operação São Francisco. Dois militares que ocuparam funções de alto comando - comando da Força de Pacificação e comando de Força-Tarefa (uma das grandes frações, equivalente a um batalhão, que compunha a Força de Pacificação), dois militares que trabalharam em funções ligadas à comunicação social e dois militares que faziam parte da tropa propriamente dita (operando diariamente nas ruas da Maré).

Como apoio ao processo de análise, nos utilizamos do pensamento por figuras, em processos tentativos de construção de diagramas. Tais proposições são agentes complementares na correlação dos indícios e, conseqüentemente, na construção empírica. A cada fechamento das coleções, procuramos desenhar esse terreno de disputa intermediária, coabitado pelas três instâncias disputantes. Buscamos evidenciar

---

<sup>35</sup> Ressalta-se que, em nossas análises, utilizaremos consideravelmente o termo interface. Esclarecemos que nos apropriamos do conceito de interface seguindo os parâmetros adotados pelos autores apresentados nas codificações referenciais. A interface como uma lógica que tensiona o entendimento da circulação como zona. Uma espécie de acoplamento, em que se misturam diferentes lógicas e discursos por ocasião dos contatos entre campos sociais via processos midiáticos. O regime de interfaces estimula as relações entre as instâncias participantes do processo de produção de sentido (redefinidas, figurando ora como produtor, ora como consumidor), seja na forma de embates, aproximações, entre outros movimentos.

as estratégias postas em jogo, sinteticamente, na forma das imagens construídas. Para dar conta das transversalidades, representamos as interfaces produtivas, formadas pelos contatos travados em virtude dos movimentos circulatórios observados. Ao final de cada coleção, chegamos a um segundo nível de inferências, em que há a proposição de imagens-produto da mediação, formadas nesse regime de interfaces.

Os diagramas funcionam como máquinas aceleradoras no desenvolvimento das inferências iniciais. No percurso investigativo, eles nos encaminharam a um momento em que tornou-se necessária a condensação de todas as observações, análises e dos próprios diagramas elaborados. Afinal, nosso problema da pesquisa procura dar conta de que imagem é essa que circula sobre a atuação do Exército na Maré. Para isso, faz-se necessário enxergar o processo como um todo, através de uma análise coletiva.

A análise coletiva nos leva a mais um nível inferencial. Dessa vez, estamos frente a inferências transversais, resultantes de um exame relacional de todos os empíricos. Somente com a análise das transversalidades é que se torna possível o processo investigativo em torno da nossa pergunta inicial. Nessa tarefa, há a necessidade de pôr em contato as três coleções – que não são homogêneas – e articular as imagens que emergiram em cada etapa. Novamente, o pensamento por figuras é nosso aliado, em uma revisão dos diagramas estabelecidos na tentativa de contemplar esse todo. Com esses movimentos, passamos a enxergar para além de uma disputa, mas uma coprodução imagética que é intensamente afetada pela processualidade simbólica.

Não esqueçamos que até mesmo nossas inferências fazem parte da tentativa de contribuição para o desentranhamento das questões mais próximas do fenômeno comunicacional. Quando, em nosso capítulo de fechamento, observamos como a mediação - através dos processos de atribuição de valor na circulação - pode afetar a processualidade simbólica e a produção de imagens, não estamos buscando em nenhum momento definições do fenômeno em nível macro. A intenção da pesquisa é direcionar o estudo para novas perguntas, a partir da formulação de hipóteses heurísticas. Seguindo em direção a perguntas ainda não exploradas, em vez de buscar a todo custo respostas imediatas, estaremos caminhando para cada vez mais perto das realidades do fenômeno comunicacional.

## 4 ANÁLISES DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICO/ IMAGÉTICA NA MIDIATIZAÇÃO

### 4.1 Coleção 1: a entrada do Exército no Complexo da Maré

Como descrevemos anteriormente na contextualização das atividades do Exército no Complexo da Maré, a Operação São Francisco teve início no dia 5 de abril de 2014. Mais precisamente, os militares começaram a entrar na comunidade ainda na madrugada, por volta das 5 horas. Quando os primeiros soldados e blindados adentraram no Complexo da Maré, registros de suas atividades imediatamente foram feitos. Nesses registros, podemos observar múltiplas visões do acontecimento, pois as instituições jornalísticas, a própria instituição e os cidadãos da Maré estavam apenas esperando o aparecimento do primeiro fuzil na favela para que uma nova fase de tensionamentos sobre a imagem do Exército se iniciasse. Falamos em uma nova fase de construções de acordo com nossa abordagem acerca do conceito de imagem institucional. Isso porque a imagem do Exército, quando se insere no contexto da Maré, já “desembarca” trazendo marcas contextuais, referências de séculos de construções anteriores. Quando os militares entram nas comunidades, essa imagem começa a ser testada novamente, exposta a recriações, ressignificações e outras afetações possíveis na ambiência midiaticizada.

Analisaremos nessa primeira coleção um conjunto de indícios que expõe diferentes visões e construções sobre o início do processo de pacificação do Complexo da Maré. Nesse contexto, contemplamos imagens<sup>36</sup> que se referem às vésperas, ao próprio dia (5/4/14) e a alguns dias após a ocupação.

#### 4.1.1 A heterogeneidade das visões do acontecimento

Começamos pelo institucional. Abaixo, uma postagem da página oficial do Exército Brasileiro no *Facebook*, no dia anterior à entrada dos militares na comunidade. Antes de nos concentrarmos de fato na figura 2, atentemos para um detalhe. Após pesquisa nos principais dispositivos midiáticos assinados pelo

---

<sup>36</sup> Ressalta-se que, para as análises que seguem, quando falarmos em imagem não estaremos nos referindo apenas à discussão da imagem fotográfica ou publicitária, mas especificamente à imagem da própria instituição Exército revelada também nos textos, naquilo que aciona imaginários, etc. Imagens endógenas e exógenas e que formulam o sentido atribuído à própria organização.

Exército – portal oficial e redes sociais (*Twitter* e *Facebook*) - encontramos uma pequena quantidade de conteúdo publicado nesses espaços institucionais nas vésperas da entrada dos militares nas comunidades. Nas redes sociais há exatamente duas publicações no *Twitter* (uma delas é a figura 2) e uma única postagem no *Facebook*. Já no portal oficial do Exército, não há nenhum conteúdo referente à pacificação publicado antes do dia da ocupação (5/4/14). Recuperando nosso caso de pesquisa, em que inferimos uma disputa intermediática pela construção da imagem do Exército na Maré, podemos notar uma entrada muito tímida da instituição nesse jogo. Devemos sempre considerar o fato de que uma operação dessa natureza envolve uma gama de informações sigilosas e sensíveis. Todavia, observando que a publicação da figura 2 é datada do dia 2 de abril (três dias antes da ocupação), não podemos entender o início da operação como informação reservada ou sigilosa. O que percebemos, claramente, é que a instituição aguardou com muita cautela a data da ocupação efetiva da Maré para que desse início a uma estratégia mais aberta de divulgação.

Figura 2



Fonte: <https://twitter.com/search?q=mar%C3%A9%20%40exercitooficial&src=typd>

A figura 2 evidencia a cautela no trato da informação. A frase “Forças Armadas podem ocupar...” não oficializa a ocupação. Com essa publicação, a instituição coloca uma dúvida para circular, pois tudo pode acontecer “...a partir de sábado”. Opção que não ajuda a dar credibilidade à operação. Podemos imaginar que a intenção do Exército foi trabalhar aos poucos esse choque que seria, inevitavelmente, imposto à comunidade. Mas talvez essa não tenha sido a forma mais clara de iniciar esse contato. A figura 2 reforça a estratégia reservada da instituição para o momento pré-operação, que economizou tanto em publicações como no conteúdo das mesmas. Indo mais além, a frase pode colocar em xeque a credibilidade não só da operação, mas também da instituição. Afinal, não é comum observarmos informações que não são concretas em dispositivos oficiais de comunicação. Uma instituição como o Exército não teria o controle da sua própria

atuação? Talvez não naquele momento, pois a ocupação não depende apenas das Forças Armadas, visto que é um acontecimento que envolve muitos outros atores e instituições. Mas, novamente, a cautela pode ter prejudicado a instituição na disputa pela conferência de sentido. Ainda mais quando observamos que essa “meia informação” postada no *Twitter* é, na verdade, uma replicação de uma matéria publicada pelo jornal O Globo, que consta na íntegra na resenha dos conteúdos publicados pela imprensa que o Exército apresenta em seu portal oficial. O mesmo ocorre com as demais publicações institucionais que antecedem a operação. A instituição se limita a postar pequenas frases nas redes sociais, redirecionando para links de sites de notícias. Conteúdo de fato produzido pelo próprio Exército não existe. A esfera institucional chegou atrasada para a disputa.

Figura 3

### Forças Armadas ocupam o Conjunto de Favelas da Maré. Ocupação é formalizada oficialmente

[« Back](#)

**Rio de Janeiro** - As Forças Armadas ocuparam, na manhã de 5 de abril, o Conjunto de Favelas da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, em substituição à Polícia Militar. Aproximadamente 2.700 homens da Força de Pacificação entraram no complexo de comunidades, uma área de aproximadamente 10 quilômetros quadrados, dando início à Operação São Francisco.

O avanço das tropas foi concluído sem confrontos com as organizações criminosas que atuam na região. A ação foi comandada pelo General **Escoto**, Comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista, que pessoalmente avaliou as condições do local.

A previsão do Ministério da Defesa é que a operação permaneça até o final de julho atuando em 15 comunidades que formam o complexo da Maré, empregando blindados do Exército e da Marinha, além de viaturas para transporte e logística, motocicletas e aeronaves do Comando de Aviação do Exército.

Logo após o avanço das tropas do Exército Brasileiro nas comunidades que formam o complexo, ocorreu a assinatura do Acordo de Emprego da Força de Pacificação no Complexo da Maré entre o Ministro da Defesa, Embaixador **Celso Amorim**, e o Governador do Estado do Rio de Janeiro, **Luiz Fernando Pezão**, formalizando oficialmente a atividade.

A solenidade foi realizada no Salão Nobre do Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e contou com a presença do Ministro da Justiça, **José Eduardo Cardozo**; do Comandante da Marinha do Brasil, Almirante-de-Esquadra **Moura Neto**; do Comandante do Exército, General **Enzo**; do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, General **De Nardi**; do Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, **José Mariano Beltrame**; além de outras autoridades civis e militares.





Fonte: Exército Brasileiro (2014)

No dia da ocupação do Complexo da Maré, o Exército intensifica sua divulgação acerca da operação. No portal oficial é publicada uma matéria sobre a formalização da Força de Pacificação, enquanto nas redes sociais o *Twitter* se destaca, com seis postagens sobre as atividades na Maré (em duas constam fotos dos militares na comunidade). No dia seguinte, a instituição oferece mais detalhes sobre a operação. Um vídeo, produzido pela TV Verde Oliva (outro dispositivo institucional de comunicação online) é publicado no canal do Exército no *Youtube* (e também no *Twitter*), trazendo imagens dos militares nas favelas e das autoridades assinando o acordo que oficializa a operação. A figura 3 também é do dia 6 de abril

de 2014. Trata-se da primeira matéria publicada no portal do Exército com detalhes sobre a ocupação do Complexo da Maré.

Ao observarmos o título da matéria, notamos que a palavra “ocupação” é a escolhida como operador semântico do acontecimento do dia 5. Ela carrega um valor simbólico que é imanente ao Exército, recuperando o contexto histórico/social da instituição, a partir de elementos da cultura e doutrina militares. O Exército entrou na Área de Pacificação usando do princípio da massa (grande quantidade de homens/ demonstração de força), para ocupar o terreno e garantir seu controle. Ocorre que esta não é uma operação de guerra – ao menos aos olhos externos à instituição. Como trabalhar o sentido de pacificação a partir de uma ocupação militar? Complexo, até mesmo paradoxal.

Ainda mais quando a instituição pouco investe no esclarecimento do trabalho que seria realizado. Na figura 3 e em todas as publicações institucionais sobre a ocupação (até o dia 6), não há detalhes das atividades dos militares dentro das comunidades. O Exército divulga o número de tropas e recursos empregados, os responsáveis pela operação, mas não explica o que de fato os militares farão dentro do Complexo da Maré. Uma série de dados quantitativos que apenas reforçam a ideia de que há algo a combater, e não a pacificar. Se a figura 1 nos deixou a dúvida se a operação iria ou não acontecer, a figura 3 nos deixa a dúvida sobre o que estava acontecendo dentro da Maré.

Percorrendo o restante do texto, percebemos a evidente defesa do sucesso da ocupação, em uma ação sem confrontos. As autoridades, principalmente militares, também são valorizadas, basta observarmos o espaço que tais citações ocupam no conjunto do texto. Além disso, ao salientar que o General Escoto “pessoalmente avaliou as condições do local”, a instituição procura enaltecer algo que parece óbvio.

Mas não esqueçamos que uma matéria é um composto complexo de mensagens, que apresenta elementos estruturais que ora concorrem, ora se aproximam: as palavras e as imagens. Vimos com Barthes que tais estruturas, autônomas mas nem por isso isoladas, produzem juntas o sentido, de maneira contígua mas nem sempre homogênea. Na figura 3 podemos observar essa relação que pode ser de complementaridade ou não. A questão do sucesso da operação, por exemplo. As imagens nos mostram ruas tomadas por militares e suas viaturas, acompanhados de moradores que não demonstram ter a rotina afetada. Através das

fotografias, o Complexo da Maré está ocupado em sua totalidade, pois os militares estão (fortemente armados) em todas as entradas, becos, etc. Dessa forma, as imagens reforçam o sentido proposto no texto. Porém, se pensarmos de maneira mais ampla, no que diz respeito à construção simbólica da pacificação, as imagens nem sempre colaboram. Voltemos a outro aporte teórico de Barthes, o referente fotográfico. A aderência do referente pode nos confundir na interpretação das imagens. Nesse caso, o lado tautológico da fotografia, a denotação icônica, não colabora com o sentido da pacificação. O blindado, o soldado, o fuzil, são referentes que nos levam à noção de conflito. A falta de interação entre tropa e população contribui ainda mais para a imagem de (apenas) uma ocupação militar.

Passados alguns dias da entrada dos militares no Complexo da Maré, mas ainda no contexto da ocupação, o Exército intensifica sua produção de conteúdo institucional, em uma tentativa de aproximação com a comunidade, o que é vital no processo de pacificação. O número de matérias divulgadas em seu portal oficial aumenta consideravelmente, assim como as publicações nas redes sociais. Os temas de destaque são as visitas e inspeções de autoridades militares na base de operações e as ações cívico-sociais (ACISOs) promovidos pela Força, como verificamos na Figura 4.

Figura 4



Fonte: Exército Brasileiro (2014)

Tanto no texto como nas imagens da figura 4, observamos a valorização de uma boa relação entre Exército e comunidade. Se na figura anterior chamamos

atenção para o aspecto denotativo da imagem, dessa vez atentemos para os procedimentos de conotação. Novamente recorrendo a Barthes, recuperamos a conotação ligada à imposição de sentido. No caso das duas fotografias acima, esse sentido de uma boa relação. Na figura 4, entre outros procedimentos conotativos, temos as poses (dos passageiros da viatura), os objetos como elementos de significação indutores de ideias (o capacete na cabeça do menino) e as intervenções e montagens no plano fotográfico (a bandeira nacional ao fundo da viatura). Esse tratamento das fotografias investe sentidos conotados para além do aspecto denotativo da imagem. A viatura militar por exemplo, que compõe tanto a figura 3 como a figura 4, confere sentidos diferentes a cada uma delas (ocupação para a primeira, pacificação para a segunda).

As fotografias que compõem a matéria da figura 4 são bem diferentes das que compõem a figura 3. Os blindados e fuzis apontando para a favela são substituídos por militares desarmados e viaturas mais leves carregando crianças. O que nos lembra o próprio slogan institucional do Exército Brasileiro: “braço forte, mão amiga”. Ao olharmos para as figuras 3 e 4, podemos compreendê-lo. Mas ainda precisamos pensar se esses dois sentidos foram trabalhados no momento e na intensidade ideais.

Principalmente quando passamos a considerar a participação de outra instância nessa disputa por conferência de sentido. Deslocamos agora nossa atenção para as imagens da entrada dos militares na Maré produzidas pela esfera da mídia canônica. As figuras 5, 6 e 7 correspondem a fragmentos de publicações de sites de notícias, também referentes ao processo de entrada dos militares no Complexo da Maré. Como definimos em nossa constituição casuística, trata-se de indícios coletados dentro de um contexto jornalístico, que respeitam as regras de tal sistema produtivo. Dessa forma, nosso olhar analítico passa dos dispositivos midiáticos institucionais para os dispositivos assinados pelas instituições jornalísticas.

A figura 5 é um trecho de uma matéria veiculada pelo Portal G1, no dia em que a operação se iniciou. Em relação ao âmbito institucional, um ponto em comum: o uso da palavra ocupação. Se na divulgação institucional já havia uma dificuldade de se conferir o sentido de uma operação de paz, o mesmo se percebe na reportagem da mídia canônica.

Figura 5

05/04/2014 05h25 - Atualizado em 05/04/2014 20h11

## Forças Armadas assumem ocupação de 15 comunidades da Maré, Rio

Ocupação militar terá 2,7 mil homens até o dia 31 de julho.  
Área vai receber a 39ª UPP; ministro assinou termo de compromisso.

Do G1 Rio

483 comentários

Tweetar 232

Recomendar 881



Fonte: Portal G1 (2014)

Nos concentremos na fotografia. Ligada ao título, ela vai além da demonstração de força e de efetivos numerosos, características das imagens institucionais. Na imagem da figura 5, há um militar patrulhando as estreitas vias da favela prestes a encarar uma família de moradores. Entre eles, um hiato duvidoso: o militar parece se deslocar cautelosamente, enquanto os moradores revelam um composto de reações. Receio, desconfiança, medo. Em expressões diferentes, as três pessoas emanam seu estranhamento para com a Força. Embora não esteja plenamente visível na imagem, o ângulo da foto evidencia o soldado em primeiro plano com a arma em punho em direção à família, que, em foco na cena, demonstra estar acuada. Olhamos a imagem como quem adentra a favela, literalmente a invade. O espectador é representado pelo fotógrafo que também “captura” a família, sua intimidade, seu cotidiano. Há aí um misto de força com a noção de estar de indefeso, contrariando o que se esperaria da operação. Comparando com as

fotografias inscritas nos dispositivos institucionais (especialmente a figura 3), percebemos que a demonstração de força se transforma em uma imposição pela força bruta. Além disso, a recepção dos moradores da comunidade é representada de outra forma: a tranquilidade dá lugar ao estranhamento.

Figura 6



Fonte: Portal Folha de São Paulo (2014)

Na figura 6, a imposição pela força bruta é apresentada de maneira mais direta. A imagem, que faz parte da galeria de fotos de uma matéria do Portal Folha/Uol sobre a ocupação da Maré, traz uma viatura militar que parece estar disposta a atravessar tudo o que está na sua frente. Aqui novamente se apresenta a questão da aderência do referente fotográfico. Dessa vez, principalmente em função da condição de imobilidade da fotografia. Afinal, quem pode dizer a direção que o blindado vai tomar? O que os personagens farão para além do enquadramento? O fotógrafo pode se valer dessa aderência do referente para proceder com uma trucagem, apresentando algo conotado como se fosse denotado, a partir de enquadramentos e intervenções no plano.

O estranhamento dos habitantes do Complexo da Maré também é explorado de modo mais intenso. Dessa vez, ele vem acompanhado da dúvida, afinal, o morador parece se perguntar o porquê do Exército estar ali. Uma espécie de deboche, um princípio de oposição. Percebe-se que não se trata de uma imagem

naturalizada, e sim uma imagem marcada pela pose e, como vimos, pelo enquadramento. O homem que está recostado ao muro pode até mesmo ter sido orientado antes do registro. Essa fabricação de pose, de um personagem que se presta ao jogo em atitudes estereotipadas, é mais um exemplo de recurso conotativo empregado na fotografia.

A fotografia gera um efeito de sentido, que insinua uma contradição com o título da galeria de imagens “Polícia Pacificadora na Maré”. A instância da mídia canônica, ao combinar a ocupação do território pela força com o estranhamento e a dúvida dos locais, produz uma imagem muito mais próxima da tensão do que da pacificação. O valor-notícia parece ser o choque que a ocupação militar causa na população.

Figura 7



Fonte: Portal UOL (2014)

Assim como a figura 4, a imagem acima é registrada algum tempo após a data da ocupação. Porém, como observamos pelo título/legenda (a imagem da figura 7 também compõe uma galeria de outra matéria do portal Folha/UOL), ela se insere no contexto da ocupação. Observando em sequência as três imagens produzidas pela mídia canônica, notamos uma evolução negativa nas reações da população local à ocupação do Complexo da Maré. O processo de “recepção” das tropas pela comunidade inicia com o estranhamento, passa por uma espécie de reação, até chegar a um estado de medo, como nos mostra a figura 7. As três

peças agachadas parecem estar se escondendo atrás do muro, com medo de serem atingidas pelas tropas ao fundo. Sabemos que, como de costume nos territórios em que há conflitos entre forças de segurança e traficantes, as pessoas provavelmente estão se protegendo de uma troca de tiros. Mas o enquadramento feito pelo registrador sugere que os cidadãos estão fugindo de qualquer tipo de contato com as tropas. Uma imagem que vai totalmente de encontro a uma proposta de pacificação. O sentido produzido ratifica a ocupação militar via força bruta, em uma operação de guerra em que até mesmo os cidadãos devem ter medo. Olhamos para essa fotografia e logo pensamos em uma relação ruim entre os militares e moradores dentro das comunidades.

Por fim, uma característica comum às três imagens inscritas pela mídia canônica nos dispositivos midiáticos: a tentativa do resgate de um passado “opressor” vinculado à imagem do Exército. As figuras 5, 6 e 7 remetem às imagens do Regime Militar no Brasil. Blindados patrulhando as ruas, militares fortemente equipados, cidadãos com expressões de medo ou desconfiança. Imagens de um Exército que se impõe pela força. Uma espécie de imagem contaminada, que traz elementos histórico/sociais enraizados na cultura, e que agora é recuperada. Como vimos com Barthes, esses procedimentos conotativos fazem com que nos envolvamos culturalmente com as fotografias. Quando vinculamos as imagens da ocupação da Maré com as imagens do Regime Militar estamos acionando o nosso saber, cultura, experiência. Estamos lidando com o *studium* barthesiano, ou com o aspecto legível da imagem de Didi-Huberman.

Encerramos nossa primeira coleção de indícios com as construções imagéticas dos atores sociais midiaticizados. As próximas três figuras são publicações em redes sociais, mais especificamente da página colaborativa Maré Vive, do *Facebook*. Esse conteúdo consideramos como amador<sup>37</sup>, visto que é inscrito e posto para circular nos dispositivos por indivíduos comuns, mas que se autonomizam nas redes sociais.

---

<sup>37</sup> Termo utilizado aqui na perspectiva de Flichy (2010), o amador como aquele que não possui diplomas ou competências específicas, mas que é conhecedor de um determinado assunto ou tema e que passa a produzir conteúdos para a inserção em dispositivos midiáticos. A partir do desenvolvimento da web, sua participação tensiona o papel dos especialistas, uma vez que se autonomiza, demonstra seu amor, seu conhecimento, sua vinculação ao espaço onde vive e atua. Para o autor, o amador é central na sociedade atual e potencializa uma revolução em termos da democratização das competências.

De acordo com a própria legenda, a figura 8 registra a entrada das tropas no dia da ocupação do Complexo da Maré. No contexto da disputa intermediática, a fotografia chama atenção pela quebra do valor de instantaneidade da mídia canônica. Isso porque o registro foi feito na madrugada do dia 5, ou seja, muito próximo dos primeiros momentos da ação das tropas. Talvez possa ter sido feito antes mesmo do primeiro registro da mídia canônica. Essa perda do instantâneo é um dos pontos que afetam a mídia canônica no que diz respeito à perda de sua autonomia como única responsável pelas mediações. Com a técnica midiática distribuída na matriz social, a instituição jornalística nem sempre sai na frente nesse jogo.

Figura 8



Fonte: Maré Vive (2014)

Por outro lado, mesmo com essa vantagem de “estar presente” em toda a área de pacificação, podendo inserir registros a qualquer momento na circulação intermediática, percebemos que a imagem produzida pelos atores sociais não apresenta grandes elementos de diferenciação – enfatizando o sentido e não a técnica - se comparada ao que foi produzido principalmente pela mídia canônica. A viatura e os soldados armados progredindo remetem novamente a uma “entrada pela força” na favela. As reações de estranhamento e a falta de interação entre civis e militares trazem de volta a dúvida sobre o tipo de relação que começa a ser cultivada pelo Exército na comunidade. São semelhanças que revelam uma espécie

de inter-relação dos critérios de registro entre as instâncias da mídia canônica e dos atores sociais midiaticizados. A figura 8 mostra que, mesmo os amadores não respeitando as regras do sistema produtivo jornalístico, eles podem tomar esses critérios (e, conseqüentemente, as imagens) como referência em suas construções.

A figura 9 contempla um período pré-operação. A publicação é do dia 3 de abril de 2014, dois dias antes da entrada dos militares na Maré. Nesse caso, podemos ver que as manifestações intermediáticas dos atores sociais iniciaram bem cedo. Diferentemente da esfera institucional, os atores sociais adotaram uma estratégia de brevidade na inscrição de sua matriz de interpretação do acontecimento. Uma série de publicações já agitava as redes sociais nas vésperas da ocupação, em sua maioria contra a presença do Exército nas comunidades. Assim como a mídia canônica, os atores sociais não deixaram para explorar a imagem do Exército após a irrupção do acontecimento, trabalhando de maneira intensa em sua especulação.

Figura 9



Fonte: Maré Vive (2014)

Contudo, diferentemente da figura anterior, na imagem acima os atores sociais não apenas reproduzem o sentido conferido pela mídia canônica. A figura 9 é uma declaração aberta contra a ocupação do Complexo da Maré por parte das Forças Armadas.

Os atores sociais midiaticizados utilizam as técnicas midiáticas (nesse caso, inclusive lógicas do campo publicitário) para além da produção de um registro, iniciando uma campanha para prejudicar a imagem do Exército na Maré. Se na figura 8 notamos uma inter-relação de critérios de registro (entre amadores e profissionais), aqui percebemos um amadurecimento dos atores sociais na apropriação de tais técnicas, transformando as redes em um dispositivo de convocação.

“É tempo de mobilizar: Maré resiste!”. “Diga não à militarização das favelas!”. Tais frases colocam a ocupação em um patamar ainda mais pejorativo. Se a divulgação institucional já dava mostras da dificuldade de integrar os sentidos da ocupação e da pacificação, e nas publicações jornalísticas essa ocupação ganhou contornos de uma entrada pela imposição da força, agora a ocupação vai se transformando em uma invasão. E, nessa invasão, o vilão é o Exército. Observando a imagem ao fundo do cartaz da figura 9, imaginamos o que o Exército vai proporcionar para a comunidade. O fuzil é o anúncio da violência que está chegando.

E também é um anúncio de que tempos de sofrimento podem voltar. A arte produzida e anexada à postagem carrega novamente elementos simbólicos que remetem ao período do Regime Militar. No texto de introdução, observamos que o autor da postagem faz uma relação clara entre o acontecimento atual e o período ao qual ele se refere como Golpe Militar. O texto “No ano em que marca os 50 anos do Golpe Militar de 1964, soldados e tanques voltam a ocupar as ruas...” resgata de maneira direta uma força simbólica que a mídia canônica aciona de forma velada.

A figura 10 segue a mesma linha. Trata-se de uma publicação do dia 10 de abril de 2014, cinco dias após o início da operação, ainda no contexto da ocupação.

Figura 10



Fonte: Maré Vive (2014)

As fotografias afirmam o título/legenda da publicação: uma invasão militar. Contudo, como dissemos acima, para os atores sociais não se trata da recuperação do território dominado pelo tráfico. Quem está sendo convidado a se retirar é, na verdade, o Exército. Novamente temos as ruas tomadas pelos soldados e blindados. No meio disso, os cidadãos tentando manter suas rotinas. E, nessa relação, não conseguimos perceber nada além de uma mútua indiferença. Característica essa que, por vezes, é um ponto em comum entre as produções amadoras, canônicas e, inclusive, institucionais. A falta de interação entre militares e cidadãos, retratada voluntariamente ou não, é um elemento que constitui algumas das imagens coletadas.

Ao classificarem a ocupação como uma invasão, os atores sociais modificam o totalmente o sentido da operação. A ideia da pacificação é rejeitada, em detrimento da exploração de um sentido de conflito entre militares e comunidade. A tensão é tão forte que a problemática do tráfico é esquecida. Embora as imagens revelem a apropriação não apenas das técnicas, mas dos critérios de registro da mídia canônica, os atores sociais midiaticizados vão mais além. Mesmo tomando como referência a imagem produzida pela mídia canônica, os amadores tem o poder

de explicitar um sentido que o canônico não tem, devido às restrições de seu sistema produtivo. Por mais que coloque em xeque a operação, através da criteriosa escolha de imagens e textos, o jornalismo jamais teria condições políticas e organizacionais de transformar a ocupação em invasão nos termos discursivos explícitos.

#### 4.1.2 A transversalidade das estratégias postas em circulação

Na observação dessa primeira coleção de indícios, percebemos a heterogeneidade na construção da imagem sobre o Exército em sua entrada para operar no Complexo da Maré. Para cada uma das instâncias que apresentamos como disputantes, diferentes estratégias de produção de sentido são postas em jogo. A imagem institucional, que já carrega todo aquele contexto histórico/social, está suscetível a novas possibilidades de construção, oriundas de qualquer habitante dessa ambiência midiaticizada.

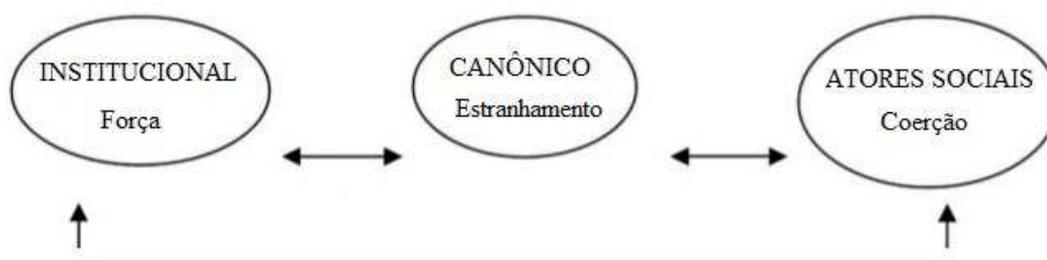
A estratégia adotada pelo institucional concentrou-se em defender o sucesso da operação, valorizar o poder de combate (recursos bélicos e quantidade de tropas) e exaltar a figura do militar (profissional preparado e de valor). Movimentos tentativos na busca de um símbolo maior, o do valor da instituição como o último recurso da defesa nacional. Aquela que carrega em sua imagem as condições operacionais e morais – outorgadas e legitimadas – para defender o país em qualquer circunstância. Tal estratégia se converte na imagem de um Exército da força.

A mídia canônica, por sua vez, opta por uma tentativa velada de resgate do passado do Regime Militar, combinada às proposições de dúvida, indiferença, choque, enfim, um misto de reações nada positivas causadas na população local, que colocam em xeque o trabalho dos militares na Maré. Dessa forma, as instituições jornalísticas constroem a imagem de um Exército que traz estranhamento.

Por fim, os atores sociais midiaticizados irrompem uma campanha direta contra a presença dos militares na Maré; o resgate velado das imagens do Regime Militar (por parte da mídia canônica) se torna ostensivo e é potencializado em um ataque contra os valores da instituição, retratada como um Exército da coerção. Tomando

como base o esquema de Verón (1997b) para análise da midiaticização, temos o seguinte cenário:

Figura 11



Fonte: elaborado pelo autor

Como dissemos, as três instâncias coabitam a ambiência midiaticizada. Esse terreno intermediário de disputa é, antes de tudo, um lugar que abriga relações. Sendo assim, as estratégias de produção de sentido estão propensas a contatos. Ainda que heterogêneas, concorrendo ou até mesmo combinando (o que também faz parte do jogo), a qualquer momento as imagens produzidas podem se encontrar na interdiscursividade. Vejamos as figuras 12 e 13:

Figura 12



Fonte: Exército Brasileiro (2014)

A figura 12 contempla uma sequência de publicações institucionais no *Twitter* oficial do Exército. Elas foram postadas nos dias 4 e 5 de abril de 2014, a véspera e o próprio dia da entrada dos militares na Maré. E por corresponderem a essas datas, já se destacam. Ainda que estivesse realizando a “sua própria cobertura” do acontecimento – como vimos nas demais publicações institucionais, inclusive no *Twitter* -, registrando imagens exclusivas e produzindo seu próprio discurso, nessa sequência de postagens a esfera institucional fica limitada à replicação de notícias veiculadas pela mídia canônica em seus dispositivos de cunho jornalístico. Cada um dos links (*scup.it...*) é um redirecionamento para matérias publicadas em famosos jornais de abrangência nacional<sup>38</sup>. Destaca-se ainda mais o fato de que até mesmo os textos de chamada dos links, produzidos pela esfera institucional, estão restritos a cópias ou mínimas mudanças dos títulos das matérias de origem. A estratégia cautelosa (ou tímida) adotada pelo âmbito institucional é reforçada quando verificamos que, entre os dias 4 e 5 de abril de 2014, o *Twitter* oficial do Exército conta com sete publicações sobre a ocupação da Maré; dessas sete, quatro são replicações de matérias da mídia canônica. O que demonstra uma estratégia de monitoramento da mídia canônica. Porém, limitada ao acolhimento passivo do conteúdo canônico nos espaços institucionais.

A replicação é um dos níveis de circulação midiática das imagens. Pode ser realizado por qualquer uma das instâncias em jogo, nesse caso foi pela institucional. Tal movimento demonstra um espelhamento do sentido conferido por outra instância e, mais do que isso, um acolhimento do valor dessa imagem na circulação. Nesse nível, abre-se para a imagem replicada a possibilidade de permanência na circulação.

Na figura abaixo (13), percorremos um pouco mais esse caminho da imagem no fluxo da circulação intermediária. A figura 13 é outro exemplo de registro da ocupação do Complexo da Maré por parte dos atores sociais, produzido em 6 de abril de 2014 (um dia após a ocupação). Porém, diferentemente das imagens das figuras 8 e 10, em que os amadores registram (de fato) o acontecimento, na figura 13 eles estão se apropriando da imagem (e da matéria) de uma publicação das instituições jornalísticas, no caso o portal de notícias O Dia.

---

<sup>38</sup> Os links redirecionam para duas matérias do jornal O Globo e uma matéria do jornal Folha de São Paulo que foram selecionadas pelo Exército Brasileiro e estão disponibilizadas na íntegra na Resenha Online do portal oficial da instituição.

Esse movimento dos atores sociais midiaticizados abrange, em primeiro lugar, o nível de circulação midiática da replicação, pois uma imagem da mídia canônica é espelhada em outro dispositivo e permanece circulando. Mas o fluxo adiante não se encerra nesse momento. Afinal, ao observarmos o discurso produzido pelos atores sociais como introdução da matéria anexada, notamos que o assunto da guerra entre facções (que foi tratado na matéria) é levado a outro patamar. Os amadores sugerem quais seriam as facções envolvidas – Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigos dos Amigos (ADA) – nessa tensão que está instaurada nas comunidades, e a partir daí iniciam uma nova construção, que envolve novas camadas de sentido que são anexadas à imagem original replicada. Temos aí mais um nível de circulação midiática, a fagia social.

Figura 13



**Maré Vive**  
6 de abril de 2014 · 🌐

Hoje, um jovem foi encontrado morto dentro do valão, atrás da Vila Olímpica. Suspeita-se de brigas entre facções... o General Roberto Escoto comentou o caso: "a guerra entre facções é comum na comunidade, já que existem três grupos dentro do Complexo da Maré"  
CV, TCP, ADA... Tá faltando alguém ai gente?  
#dedentrodaMaré



**Domingo é tenso no Complexo da Maré - Rio - O Dia**  
'A pacificação é um trabalho progressivo. Temos que trabalhar para conquistar a confiança dos moradores', disse o comandante Roberto Escoto  
ODIA.IG.COM.BR

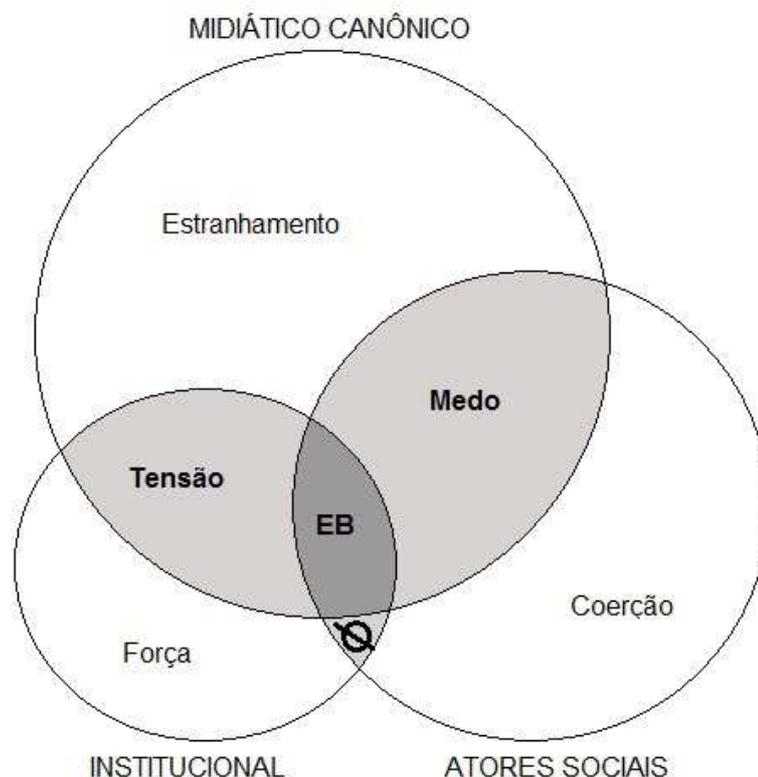
Curtir · Comentar · Compartilhar · 👍 36 🗨️ 11 ➦ 2

Fonte: Maré Vive (2014)

Os níveis de circulação midiática da replicação e da fagia social nos mostram como as estratégias de construção imagética podem se encontrar nos dispositivos midiáticos. A imagem produzida pela mídia canônica atravessou as fronteiras das demais instâncias, não apenas por reinscrições, mas sofrendo redirecionamentos e re-objetivações. Esses espaços da ambiência midiaticizada em que produções heterogêneas se encontram e se afetam mutuamente são espaços de sobreposições, verdadeiras interfaces produtivas. Dentro desses espaços, as relações de disputa continuam ocorrendo, como vimos nos casos acima. A replicação (por parte da esfera institucional) já nos dá mostras de que a estratégia adotada pela mídia canônica na atribuição de valor às imagens gerou afetações na construção de outro disputante. E essa força simbólica convocada pela mídia canônica continua a circular, mesmo quando recebe novas camadas de sentido como no caso da fagia social; afinal, ainda que reinscrevam a imagem transformada por sua própria discursividade, tentando ultrapassar ou modificar o sentido antes conferido, os atores sociais midiaticizados acabam produzindo algo em que a referência é a imagem da mídia canônica.

Ao nos concentrarmos nesses espaços de interface entre as três esferas disputantes, podemos perceber o feixe de relações que caracteriza a matriz societária na midiaticização. Visando uma demonstração mais clara, resolvemos mobilizar ainda mais as lógicas do esquema de Verón:

Figura 14



Fonte: elaborado pelo autor

Buscamos um diagrama que contemple de maneira mais clara essa movimentação complexa das instâncias, impulsionada pela circulação. Na representação, podemos observar cada uma das imagens produzidas nas estratégias postas em jogo pela mídia canônica, pelos atores sociais midiaticizados e pelo institucional. São as imagens de um Exército do estranhamento, de um Exército da coerção e de um Exército da força, respectivamente. As dimensões de cada esfera são relativas à performance de cada uma delas nessa primeira rodada da disputa intermidiática. A imagem do estranhamento obteve vantagem perante as demais, pois tornou-se referência, sendo reinscrita e re-objetivada pelas demais instâncias. Os atores sociais, por sua vez, ainda que tenham tomado a imagem canônica como referência, foram mais incisivos em sua estratégia se comparados ao institucional. E o institucional, com sua postura tímida e lenta na inscrição de seus discursos, teve suas produções abafadas, ficando em um plano secundário nessa disputa inicial.

Mas esses subconjuntos não podem ser analisados separadamente apenas, pois isso não nos possibilitaria visualizar como tais imagens se põe em contato

nessa ambiência de fluxos transversais. Dessa forma, o diagrama contempla três áreas de sobreposição entre essas imagens produzidas, demonstrando a afetação mútua entre os disputantes. Esses espaços são as interfaces produtivas, em que as estratégias de construção podem concorrer ou combinar, dependendo das suas lógicas. As dimensões dos espaços de interface também são proporcionais aos contatos experimentados na circulação midiática. A área de interface entre mídia canônica e atores sociais é a maior, pois a força simbólica desvelada pelo canônico foi referência em todas as publicações dos amadores, mesmo agregando novas camadas de sentido. O resultado da mistura entre imagens de coerção e estranhamento é a imagem de um Exército que traz o medo do que pode acontecer com sua presença na Maré. A área de interface institucional-canônico é um pouco menor, pois mesmo que tenha replicado por diversas vezes as produções da mídia canônica, a estratégia institucional baseou-se na conferência de um sentido que se afastava da força simbólica convocada pelo canônico. Entre a força e a dúvida, permanece a tensão desse encontro. Já a área de interface entre atores sociais e institucional é representada pelo símbolo da nulidade, pois estas instâncias pouco interagem nos dispositivos (limitado a poucas curtidas ou redirecionamentos nas redes sociais), mesmo estando em contato permanente nas ruas da Maré.

O símbolo da nulidade não significa a ausência total de interação entre as instâncias envolvidas. Nesse contexto esquemático, ele qualifica como pouco representativas as imagens produzidas na interface em questão, se comparadas às demais áreas representadas. Vejamos na prática: a interface canônico-institucional mostrou-se representativa devido ao número de replicações e ressignificações realizados pelo institucional em relação às imagens canônicas. O mesmo ocorreu na interface canônico-atores, com o detalhe de que nesses acoplamentos, criaram-se imagens muito mais próximas entre essas instâncias, e por isso essa interface é maior na representação. Por sua vez, a interface atores-institucional produziu muito pouco. A instituição, nas redes sociais por exemplo, discursa nos termos da emissão, sem estar atenta aos movimentos da recepção-produtiva. Os atores sociais, por sua vez, optam por uma produção independente, engajada em uma campanha contra os militares e sem qualquer intenção de diálogo para com a instituição.

No centro do diagrama está a imagem do Exército Brasileiro (EB). As três tentativas de conferência de sentido a envolvem, cada uma tentando contar a sua

versão do acontecimento, cada uma tentando produzir uma nova imagem do Exército. Essa ambiência de fluxos transversais e afetações mútuas é o terreno da disputa intermediática. Mesmo travando uma disputa segundo lógicas e estratégias próprias, esse é um jogo de contatos. E dessas relações cruzadas, inferimos que por ocasião da entrada das tropas na Maré, é construída uma imagem de um Exército que está trazendo medo e tensão na iminência de suas operações. Como essa construção é uma disputa, podemos dizer que o midiático canônico inicia com vantagem.

## **4.2 Coleção 2: a morte do Cabo Mikami**

Nossa próxima coleção de indícios diz respeito a um dos acontecimentos que mais marcaram a presença do Exército nas comunidades do Complexo da Maré: a morte do Cabo Michel Augusto Mikami. O militar, integrante do 4º contingente de tropas enviadas ao Rio de Janeiro, foi baleado por traficantes enquanto realizava patrulhamento nas ruas da Maré. Ele foi a única baixa das Forças Armadas durante a operação.

A morte do militar, ocorrida em 28 de novembro de 2014 – mais de sete meses após o início da ocupação da Maré pelos militares – deu novo fôlego ao acontecimento da pacificação, fazendo irromper novamente a batalha por conferência de sentido. As matrizes de interpretação colocam em jogo novas estratégias, retomando com intensidade a disputa pela construção da imagem do Exército no Complexo da Maré.

### **4.2.1 A heterogeneidade das visões do acontecimento**

Começamos novamente pelo institucional. Como veremos nas materialidades que seguem, as demais instâncias começam a enunciar nos dispositivos midiáticos alguns momentos depois do ocorrido. Enquanto isso, a esfera institucional inscreve seu primeiro posicionamento sobre o caso apenas no dia seguinte (publicação no *Twitter* - figura 15), depois que as notícias já se espalhavam pelos portais e os comentários já explodiam nas redes sociais. Se por ocasião da ocupação da Maré o Exército saiu atrás na corrida por conferência de sentido, no caso da morte do Cabo Mikami a situação se repete.

Figura 15



Fonte: Exército Brasileiro (2014)

A morte de um militar em uma operação de pacificação é mais do que um acontecimento relevante. Trata-se de um cenário de crise. Como de praxe no mercado da gestão de crises (em especial na área de comunicação), quando a organização se depara com um membro que faleceu em serviço, adota-se a estratégia de transformar essa morte em ato de heroísmo. Uma estratégia difícil de não ser seguida. Afinal, o tempo é curto para a enunciação e a morte de um jovem que estava “defendendo a paz” comove a todos. Além disso, a morte do militar coloca sob tensão o discurso institucional de controle e tranquilidade na ocupação do território da Maré. O que realmente está acontecendo dentro da favela? Essa é a pergunta que surge com a morte de Mikami. O Exército precisa mais do que nunca de apoio e, para isso, recorre ao valor carismático de um herói em potencial.

O sentimento da perda, o surgimento de um herói, o valor do cumprimento do dever. Todas essas são questões simbólicas que irrompem com o acontecimento, e que são convocadas pela esfera institucional. No momento da sua entrada nas comunidades, o Exército recuperou uma força simbólica ligada à questão da ocupação, à conquista de um território. Algo que não levou vantagem sobre as imagens convocadas pela mídia canônica e pelos atores sociais midiaticizados: os símbolos da truculência, da opressão e do medo vinculados ao Regime Militar. Dessa vez, o Exército está colocando em jogo outras forças simbólicas, em uma tentativa de aproximação mais afetiva com a população, produzindo uma nova imagem para demonstrar o valor da instituição.

Esse movimento institucional representa mais do que a simples reação frente a um acontecimento com potencial negativo. Se trata de uma operação de transformação de sentido, que faz com que a imagem tensionada de antes possa ser recuperada ou valorizada por ação institucional. Uma tentativa de gestão da própria imagem institucional, ao pôr em circulação a ideia do herói morto em combate. Disso subentende-se que outros heróis estão lá, nas ruas, defendendo os cidadãos. Quando enxergamos tal movimento estratégico, nos obrigamos a repensar a questão do posicionamento tardio do Exército. Talvez a dita demora, frente a outros processos produtivos mais instantâneos, possa ser explicada por uma necessidade de esperar reações, para uma tomada de decisão em termos de posicionamento. O tom da nota oficial no *Twitter* já denota a postura solene adotada, nem tanto em memória do soldado, mas em memória da própria corporação. Vejamos a figura 16, uma matéria publicada no dia 1º de dezembro de 2014, no portal oficial do Exército:

Figura 16

## MIKAMI - Honra e Coragem para vencer desafios

[« Back](#)

### MIKAMI - Honra e Coragem para vencer desafios

Na última 6ª Feira, dia 28 de novembro, na Área de Operações da favela da Maré, tombou com um tiro desferido por marginais, no cumprimento irrestrito do dever, o Cabo **Michel Augusto MIKAMI**, de 21 anos.

O Cabo **MIKAMI** servia no 28º Batalhão de Infantaria Leve, sediado em Campinas e já havia atuado na Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti e nas operações de segurança da Copa do Mundo.



**Michel**, nos permita chamá-lo assim, não sabemos se você algum dia ouviu falar do Sargento **MAX WOLF**, um de nossos heróis da 2ª Guerra Mundial, ele faleceu em patrulha, assim como você.

Fonte: Exército Brasileiro (2014)

A imagem de Mikami é uma fotografia declaradamente posada. Talvez a única entre nossas materialidades. Mesmo sem saber o caminho que sua a fotografia iria seguir, ao posar, o militar procura transmitir os valores da instituição. O militar está sério, mantém sua postura, apresenta-se bem fardado e equipado. Através de sua imagem, ele procura mostrar que o Exército está preparado para sua missão. Representa o orgulho de usar a farda e o armamento. Mesmo sem ter ideia do que estaria por vir, Mikami exalta um orgulho de quem já está vivendo a personificação do herói.

Ocorre que a pose é um recurso conotativo. E com isso não queremos dizer que não há nada de denotação na postura de Mikami na foto. O que se destaca

nessa figura é a relação entre imagens e palavras. No contexto da ocupação, facilmente a imagem do Cabo Mikami equipado saindo de uma viatura poderia ser utilizada para transmitir o sentido da força, do preparo da tropa, etc. Mas quando se combinam a fotografia e a linguagem verbal, procura-se produzir a imagem do herói.

Pois um herói nunca deve aparecer morto, ou sequer enfraquecido. Mikami, ainda que tenha caído em batalha, aparece forte, preparado, bem equipado, pronto para servir à Pátria. Ele representa todos os demais soldados que estavam na Maré. Fortes como ele, correndo riscos como ele.

O título da matéria reforça esse sentido. A “honra e a coragem para vencer desafios” esteve com Mikami e estava com todos os soldados na Maré. No decorrer do texto, palavras que são empregadas em histórias de grandes batalhas: “tombou com um tiro”, “cumprimento irrestrito do dever”. Destaque também para os feitos de Mikami (participação em outras missões de paz), justificando que não se trata de um herói apenas porque faleceu, mas pelo o que já fez pelo país.

Em um movimento pouco usual, a instituição deixa de lado o nome de guerra e a graduação de Mikami. Rompe-se propositalmente o hábito de chamar pelo sobrenome e se solicita autorização para chamar o militar pelo primeiro nome. Depois de morto, ele torna-se íntimo, familiar, próximo. Uma provocação ao leitor a uma percepção de que por baixo da farda há o herói, o homem, o amigo lutando por nós.

Mas o que mais nos interessa na figura 16 é a comparação do Cabo Mikami ao Sargento Max Wolf, um dos heróis brasileiros da 2ª Guerra. Aqui podemos notar claramente o acionamento de outra força simbólica. O resgate do herói é uma oportunidade de trazer a população para a causa. Como vimos, nos tempos do romantismo a figura do herói já demonstrava o potencial de representar o ideal da liberdade. Não é por acaso que esse tipo de imagem é construída (ou convocada) de tempos em tempos. Mikami pode trazer de volta um passado honroso da instituição. Líderes (e símbolos) carismáticos que por muito tempo foram preteridos por estruturas simbólicas mais resistentes. Sendo assim, temos uma espécie de ficcionalização operando nessa estratégia de construção imagética. Não no sentido de que se inventa uma história, mas no sentido de que se cria uma personagem, mesmo que a força desta criação não recaia exatamente sobre o personagem em si, pois ela reinveste de sentido todo o Exército.

Contudo, o herói Mikami foi um personagem que não circulou pelos dispositivos midiáticos de cunho jornalístico. Vejamos a figura 17, uma matéria publicada no portal G1, no dia da morte de Mikami:

Figura 17



Fonte: Portal G1 (2014)

A figura do herói não existe mais. Essa imagem (extraída da conta pessoal de Mikami no *Facebook*) foi a que mais circulou nos dispositivos jornalísticos integrando as notícias sobre a morte do militar. Observa-se um cidadão comum, não mais aquele herói apresentado pela esfera institucional. Mikami está sem farda, sem portar armamento algum, totalmente descaracterizado quanto à sua profissão. A mídia canônica nos revela uma pessoa comum por trás da farda verde-oliva, tão

exposta aos perigos do tráfico de drogas quanto qualquer cidadão que circula pelo Complexo da Maré. Quando se olha para Mikami sorrindo e à paisana, a comoção não é a mesma de quando é contemplada sua imagem fardado. O sentido que emerge não é o da coragem para continuar prosseguindo com a missão, mas o do medo pelos outros tantos jovens que se encontram na mesma situação de Mikami, expostos aos perigos da Maré. Se há algum tipo de comoção aflorando dessa imagem, ela é a mesma das inúmeras fotos que já estamparam as editorias de polícia da mídia canônica.

O título da matéria corrobora com esse sentido de exposição/fragilidade. Não apenas do militar em si, mas do Exército como um todo. A expressão “baleado na cabeça” é tão forte que qualifica Mikami como uma espécie de alvo. Na linha de apoio, as informações de que essa foi a primeira morte por parte dos militares e de que tratou-se de um ataque dos traficantes nos encaminham para uma nova realidade do Exército no confronto com as facções: a possibilidade de derrota. Afinal, até então os problemas do Exército estavam resumidos (mediaticamente) à resistência de parte da população local para com a presença dos militares. Com a morte de Mikami, inaugura-se a discussão sobre o sucesso ou fracasso da operação.

Na figura abaixo (18), podemos observar claramente como a mídia canônica coloca para circular essa interrogação acerca do êxito do Exército no processo de pacificação. Essa matéria foi publicada pela Revista Veja, em sua edição de número 2403, de 10 de dezembro de 2014 (aqui extraída do portal da revista), dias após a morte de Mikami. A equipe da revista esteve no Complexo da Maré e entrevistou um traficante local, que concordou em falar sem se identificar. O jornalista Leslie Leitão (que assina a matéria) afirma que, nas palavras do traficante, a morte de Mikami foi um evento normal. Segundo o jornalista, o mesmo traficante proferiu, de maneira tranquila, a frase que intitula a matéria: “se a gente quisesse, matava um soldado por dia” (VEJA, 2014, edição nº 2403).

Figura 18

Em VEJA desta semana

## “Se quiser, mato um soldado por dia”, diz traficante da Maré

Um cabo do Exército, veterano da missão no Haiti, foi morto a tiros na favela carioca

Leslie Leitão



A TROPA ACUADA - Sepultamento do cabo Mikami: os militares estão em desvantagem nos domínios do tráfico no Complexo da Maré (Rafa Von Zuben/Código 19/Estadão Conteúdo)

Fonte: Portal Veja (2014)

O título coloca o insucesso da operação em outro patamar. Já não se trata de uma dúvida, é uma constatação. Também no interior da matéria, entre outros detalhes, o jornalista escreve: “O território retomado, a comunidade pacificada, da propaganda oficial, vivia sua rotina esquizofrênica. As ruas eram patrulhadas por jovens armados com pistolas...” (VEJA, 2014, edição nº 2403). A instituição jornalística combina uma declaração de impacto de um traficante com um relato da experiência vivida pelo profissional. Do modo que é colocado para circular, tanto a declaração como o relato tornam-se verdade. Afinal, mesmo que tenha perdido sua autonomia como superintendente das relações societárias, não há como negar a credibilidade e conseqüente força da instituição jornalística. Se na época da ocupação, a mídia canônica opta por um resgate simbólico velado, na morte do

Cabo Mikami o sentido do insucesso vai se tornando cada vez mais explícito. No caso da figura 18, a mensagem é simples: o Exército está perdendo a guerra.

E falamos guerra porque a essa altura o contexto de pacificação está em vias de ser esquecido. Um militar que “foi morto a tiros na favela” não tem a capacidade de conferir outro sentido que não seja a tensão. Ainda mais quando se trata de um “veterano da missão no Haiti”, como a matéria faz questão de destacar. As propostas de uma operação tranquila, com a colaboração da comunidade em prol da paz, são totalmente descartadas em meio a esse clima de conflito, instaurado com a morte de Mikami. Ao observarmos a fotografia do sepultamento, podemos ver dois tipos de reações entre os militares. Como o plano é bem abrangente, de maneira geral percebemos os militares cabisbaixos e respeitosos, o que é natural nas demonstrações de condolências e honrarias. A legenda transporta essas reações para um sentido de derrota: “a tropa acuada”; “os militares estão em desvantagem”. A mídia canônica qualifica a morte de Mikami como uma importante conquista do tráfico nessa batalha contra o Exército. Mas se prestarmos atenção nos militares mais próximos ao observador, que recebem o foco devido à profundidade de campo, perceberemos reações de indignação. Reações naturais também para o momento, mas que nessa construção complexa sugerem que mais tensões estão por vir na Maré.

Encerramos esse segundo giro pelas estratégias colocadas em jogo novamente com as construções dos atores sociais midiaticizados. Abordaremos duas publicações feitas no *Facebook*, referentes a outra página colaborativa que contempla conteúdos postados sobre a rotina do Complexo da Maré: a página Fatos da Maré. A primeira publicação (figura 19) é do dia 28 de novembro de 2014, data da morte de Mikami. Ela exibe o vídeo do Cabo Mikami chegando para ser atendido em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). As imagens são fortes, pois mostram Mikami sendo retirado de um blindado do Exército, colocado em uma maca e rapidamente transportado para o interior da UPA. No pequeno texto que introduz o vídeo, a informação de que um militar havia sido atingido na cabeça em uma troca de tiros com traficantes. Até a postagem, não havia a certeza da morte de Mikami.

Figura 19



Fonte: Fatos da Maré (2014)

Isso desvela novamente como a autonomia do registro dos fatos está dividida na matriz societária. E como instituições jornalísticas, instituições não midiáticas e atores sociais ostentam condições de emissão/produção muito mais equilibradas na ambiência da midiatização. Tal qual o caso do registro da pacificação, em que alguns momentos depois do início das atividades, tanto atores sociais como a mídia canônica já disputavam a narrativa do acontecimento, no caso da morte de Mikami ocorre o mesmo. O valor da instantaneidade, uma das marcas do jornalismo, está dividido entre as instâncias. E, no caso da morte de Mikami, podemos ir mais além. Os atores sociais foram os primeiros a produzir um registro sobre o caso Mikami. A única instância que produziu imagens antes mesmo da confirmação da morte. E, se não fossem os atores sociais, somente a esfera institucional poderia ter produzido essa mesma imagem. Pois em acontecimentos que não são programados ou agendados, dificilmente a instituição jornalística fará seu registro antes dos

amadores. Na ambiência da midiatização, com a técnica midiática nas mãos de todos, o poder da instantaneidade do registro está redistribuído.

Sendo assim, nessa nova etapa da disputa pela construção da imagem do Exército na Maré, os atores sociais midiatizados iniciam com certa vantagem. A vantagem de ocuparem, constantemente, tanto o terreno físico quanto o intermediário. Novamente, o sentido que começa a ser produzido se assemelha a algumas imagens da mídia canônica. A imagem de Mikami, mesmo que fardado, é também a de um ser humano comum. Na maca, entre a vida e a morte, não observamos nada além de uma pessoa lutando para sobreviver. A luta do herói da pacificação não é lembrada no vídeo. Quando Mikami chega à UPA, ele está nas mesmas condições de um civil, ou até mesmo de um traficante baleado por policiais. Todos são vítimas do tráfico.

Mas ainda que as imagens dos atores sociais se identifiquem novamente com as imagens da mídia canônica, há uma leve diferença entre as construções. Mikami, para a instituição jornalística, representa todo um Exército exposto, apunhalado e abatido. A morte de Mikami é a derrota do Exército nessa batalha. Para os atores sociais midiatizados, Mikami é apenas ser humano. Não interessa aos amadores quem está ganhando essa “guerra”, mas sim o cidadão (e não o militar) que foi vítima dessa tensão como tantos outros já foram. Pois, para o amador, as lentes refletem a sua perspectiva e como ele se vê inserido nesse espaço de conflito.

Passemos para a figura 20. Ela é mais uma publicação da página Fatos da Maré, do *Facebook*. O vídeo anexado, exibe supostos membros ou simpatizantes da facção responsável pela morte de Mikami ironizando e satirizando o acontecido. Eles não se identificam no vídeo, apenas fazem imagens do sangue do militar escorrido pelas ruas da comunidade e das marcas dos tiros nas paredes das casas, junto de comentários desrespeitosos. Novamente, a imagem produzida é a da vulnerabilidade. Nenhuma referência ao Exército como um todo, ao confronto em si. Apenas frases como “aí como é que ele ficou”, “olha o miolo da cabeça dele aí...”, “a bala comeu...”, acompanhadas de risadas e deboches. Nas imagens, não há nenhuma farda, nem mesmo Mikami atingido. Há apenas sangue. O vídeo é uma espécie de recado: isso pode acontecer com qualquer um.

Figura 20



Fonte: Fatos da Maré (2014)

Outro ponto que se destaca na figura 20 é o tipo de conteúdo inscrito na circulação intermediária. Em nossas codificações referenciais, refletimos sobre a equivalência discursiva como característica da circulação. Produtores e consumidores em condições simétricas, justamente o que tira da instituição jornalística aquela autonomia de gestora das relações entre campos sociais. Não podemos negar esse contexto geral mas, como também comentamos em nosso referencial, não podemos fechar os olhos para os movimentos que as diferentes instâncias realizam na tentativa de alcançar alguma vantagem na disputa pela conferência de sentido. No caso do vídeo postado acima, por exemplo. Fora toda a questão da instantaneidade, nem a mídia canônica e nem a esfera institucional teriam condições de colocar um conteúdo desse tipo para circular. As imagens do sangue do Cabo Mikami como chacota são muito fortes e passariam como sensacionalismo ou apelação, respectivamente (além da necessidade de indicação de uma fonte). Como vimos no caso do resgate simbólico nas imagens da ocupação, as restrições do sistema produtivo (no caso, jornalístico e organizacional) podem ser

uma barreira. Portanto, condições simétricas de produção e consumo não significam que todos os atores estão produzindo igualmente. A midiaticização, na verdade, estimula a amplitude da oferta discursiva, fomentando cada vez mais o desenvolvimento de novas estratégias de enunciação.

#### 4.2.2 A transversalidade das estratégias postas em circulação

A segunda coleção de indícios se mantém próxima da ideia de uma construção heterogênea sobre a imagem do Exército Brasileiro no Complexo da Maré. A morte de Mikami provocou a irrupção de novas estratégias de produção de sentido, complexificando ainda mais a narrativa do acontecimento pacificação. Uma fatalidade que ativou e reativou circuitos nos dispositivos midiáticos, recuperando de maneira intensa a disputa na matriz societária.

A imagem do Exército, que antes do início da operação já carregava seu contexto histórico/social, agora também soma os elementos que a atravessaram durante a ocupação do Complexo da Maré. Os sentidos atribuídos por ocasião da morte de Mikami passam diretamente por isso, pois são afetados pelo o que foi produzido há alguns meses antes.

A partir disso, a esfera institucional opta por uma estratégia de culto aos valores e princípios basilares da Força, como a honra, a coragem, a disciplina, o cumprimento do dever. O sacrifício de Mikami pela Pátria passa a representar todos os militares que estão operando no Complexo da Maré. Nota-se a tentativa de valorização da figura do militar como profissional abnegado. Esse personagem surgido do campo de batalha contribui para o desenvolvimento da imagem de um Exército de heróis. Uma estratégia que revela a busca pela aproximação com a população muito mais pela afetividade do que pela garantia de segurança via demonstração de força (o que já se fazia notar nas ações cívico-sociais).

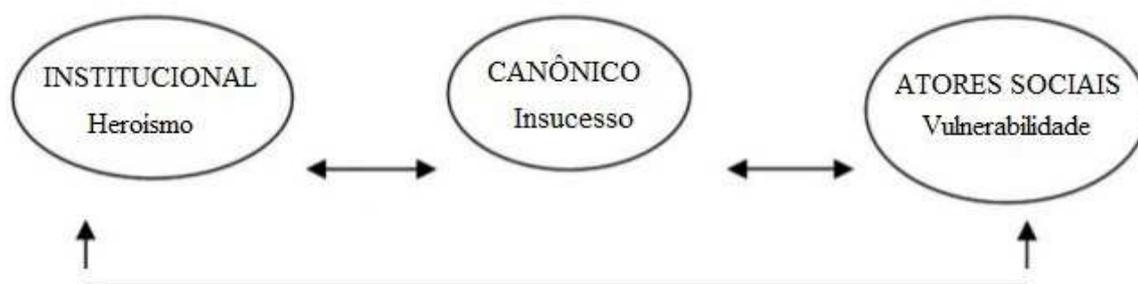
Por outro lado, o midiático canônico não acolhe a personagem criada pelo institucional. Mikami, nos dispositivos midiáticos de cunho jornalístico, não é nada mais do que uma pessoa comum, do que mais uma das tantas vítimas da guerra contra o tráfico. Na mídia canônica, não há destaque para o sacrifício do militar em missão, mas sim para os poucos dias que faltavam para que ele voltasse para sua casa. Nessas imagens, Mikami ou está se fardando, ou dentro de um caixão. Não é o militar-herói que está ali, mas o cidadão-vítima que foi exposto aos perigos (ainda

existentes) da Maré. É interessante que, na mídia canônica, a imagem de Mikami também é utilizada como vetor. Mas, diferentemente da esfera institucional, ela não representa um Exército de homens de valor, mas uma tropa que foi derrotada no campo de batalha. Coloca-se em evidência uma interrogação sobre os rumos da operação. Temos a imagem de um Exército do insucesso.

Os atores sociais midiaticizados constroem uma imagem que novamente se assemelha com o que foi construído pela mídia canônica. O registro da morte de Mikami também evidencia essa exposição arriscada daqueles que estão expostos ao Complexo da Maré. Mas a imagem dos amadores, por sua vez, está concentrada muito mais no ser humano Michel do que no Cabo Mikami. A figura do herói chega a ser lembrada nas replicações e ressignificações das materialidades que apresentamos, assim como a questão do poder dos traficantes e da derrota que o Exército sofreu nesse episódio. Mas essas questões são de segundo plano. A produção dos amadores está concentrada no risco que é circular, fardado ou não, em um território dominado pelo tráfico. Mikami é a prova de que nem mesmo os militares estão livres de tal risco. Logo, forma-se uma imagem de um Exército de vulnerabilidade.

Tomando o esquema de Verón (1997b) mais um vez como base de nossas representações, temos um novo panorama das estratégias adotadas pelas diferentes instâncias disputantes:

Figura 21



Fonte: elaborado pelo autor

Seguindo o modelo de análise da primeira coleção, procuraremos observar como as estratégias de produção imagética se põe em contato na circulação intermediária. Assim como visualizamos em nosso diagrama anterior, é nas relações

intermediáticas que se revelam de fato as diferenças, aproximações, enfim, as legítimas imagens da midiatização.

Portanto, nesse subitem daremos ainda mais atenção à questão da transversalidade das afetações na circulação, buscando entender outros movimentos realizados pelas instâncias e, conseqüentemente, por suas produções nos dispositivos midiáticos.

Na coleção anterior, refletimos sobre os níveis de circulação midiática da replicação e da fagia social. Movimentos que dão destaque à ascendência das imagens produzidas pela mídia canônica em relação às construções das demais instâncias. Compondo a processualidade simbólica, tanto na reinscrição como na ressignificação, as instituições não midiáticas e os atores sociais acabam adicionando novas camadas de sentido, mas sempre carregando aquela estrutura criada pela mídia canônica. Porém, observando a figura 22, nos deparamos com um nível de circulação midiática que tem a capacidade de inverter esse cenário. Trata-se do movimento da fagia midiática, em que a própria instituição jornalística se apropria das imagens produzidas pelos atores sociais e instituições não midiáticas.

A figura 22 é um extrato da mesma matéria da figura 17, publicada pelo portal G1 no dia da morte do Cabo Mikami. O vídeo que subsidia a matéria é exatamente o mesmo publicado na página Fatos da Maré (figura 19), inscrito na circulação pelos atores sociais midiatizados. Na figura 22 podemos verificar o crédito dado pelo portal de notícias aos amadores, na referência às “imagens da internet”. Portanto, a mídia canônica se apropria de um recurso audiovisual produzido pelos atores sociais para compor o seu registro do fato. A imagem amadora é, nesse caso, substancial na produção do acontecimento pela instituição jornalística.

A fagia midiática confirma a importância do papel dos atores sociais e instituições não midiáticas na produção das imagens e dos acontecimentos. Tais instâncias não estão limitadas a replicações ou a acréscimos de novas camadas de sentido. Elas também podem construir uma imagem vetora, que poderá se impor sobre as construções canônicas. Dessa forma, a fagia midiática, analisada juntamente dos demais níveis de circulação que abordamos, demonstra de fato a afetação mútua entre as instâncias disputantes. Todos os que habitam o terreno intermediático estão expostos a afetações, oriundas de quaisquer circuitos.

Figura 22



Morreu o cabo do Exército baleado na cabeça enquanto fazia um patrulhamento no Conjunto de Favelas da Maré, Zona Norte do Rio, nesta sexta-feira (28). Michel Augusto Mikami tinha 21 anos e era de Vinhedo, no interior de São Paulo. Esta é a primeira morte de um militar das Forças Armadas desde o início do processo de pacificação, há seis anos, como mostrou o **Jornal Nacional**.

Um vídeo mostra o momento em que o cabo foi socorrido por médicos e militares logo após o ataque (veja acima).

Fonte: Portal G1 (2014)

É interessante também observarmos como se modifica o status do que chamamos de produção amadora. As matérias jornalísticas sempre fizeram uso ou se apropriaram de produções amadoras, como fotos e, no caso da figura acima, vídeos. Na sociedade dos meios, com autonomia sobre a mediação, a instituição jornalística se valia de seus critérios produtivos para valorar tais produções como merecedoras ou não de se tornarem notícia, ou parte dela. O amador até poderia registrar o fato, mas não detinha o poder para inscrevê-lo em uma zona circulatória que era muito mais restrita. Cabia ao midiático canônico tal tarefa: reunir imagens, registros, discursos, para então selecioná-los e publicá-los. Na sociedade em midiatização, a paisagem circulatória está modificada. Em condições de produção simétricas, qualquer um pode não só registrar, mas também inscrever suas imagens e discursos. A figura 22 é o exemplo. Os amadores foram os únicos a produzirem uma imagem de Mikami momentos próximos de sua morte. Tal imagem adquiriu tal valor de circulação que tornou-se uma referência. A mídia canônica não selecionou esse vídeo. Ela foi forçada a essa apropriação. Isso revela um amadurecimento dos atores sociais no que diz respeito à consciência do valor de circulação das imagens, fundamentado no potencial de reinscrição das mesmas. E de maneira mais ampla, a concepção de que a cultura da mídia já transformou-se em uma prática social, o que demonstra o grau de midiatização de nossa sociedade.

No entanto, reconhecer a importância da participação dos atores sociais e das instituições não midiáticas não significa minimizar o papel da mídia canônica. Defendemos, a partir dos movimentos de circulação intermediária, uma paisagem de afetações mútuas. E, se por um lado, os atores sociais amadurecem suas estratégias de produção a partir da apropriação das técnicas e lógicas midiáticas, as instituições jornalísticas, por sua vez, também procuram adequação a esse novo cenário.

A figura abaixo é um extrato de matéria publicada no portal Extra, dois dias após a morte de Mikami. Nela, podemos observar outro modo como as discursividades se encontram e se afetam na circulação intermediária. As manifestações dos amadores nas redes sociais ganharam tanta expressividade que chegaram ao estágio de valor-notícia. Na figura 23, podemos ver claramente como a participação dos atores sociais na produção midiática se potencializa, afetando a mídia canônica de tal forma que, além de incutir imagens que se tornam referência, pode acabar pautando a produção jornalística. A imagem abaixo nos mostra que a notícia em si é a própria mobilização das redes sociais.

Figura 23



Fonte: Portal Extra (2014)

Por outro lado, não podemos considerar a instituição jornalística subjugada à perda de sua autonomia. Nessa nova ambiência, as articulações da mídia canônica continuam se desenvolvendo, através de novas estratégias. Como falamos em nosso referencial, a análise dos meios massivos (canônico) deve crescer em complexidade. Quando eleger como critério de noticiabilidade a manifestação das redes sociais, a mídia canônica mostra que está alinhada com a lógica de interfaces. E não se trata apenas de um reconhecimento da força das redes amadoras. O portal Extra está abrigando em seu dispositivo midiático um nicho de mercado que ele também quer participar. Observando acima do título da matéria, perceberemos os links das redes sociais assinadas pelo portal (*Facebook* e *Twitter*). Essa é uma tendência de todos os portais de notícias, e da mídia canônica no geral. Aproveitando-se da lógica de interfaces, ela cede os espaços que quer em seus dispositivos, ao mesmo tempo em que invade os chamados novos dispositivos.

Há mais uma característica da lógica de interfaces que se revela nas materialidades dessa coleção. Ao entrarem em contato, as imagens produzidas pelos disputantes acabam seguindo a lógica de fluxo contínuo da midiaticização. Nesse caso, não nos referimos às construções simbólicas que perduram ao adquirirem uma condição de estrutura inquebrável, mas sim às próprias relações entre as instâncias que, na medida em que se desenvolvem, ganham o potencial de gerar novos circuitos e, conseqüentemente, novas imagens. Vejamos as figuras 24 e 25. A figura 24 é uma publicação do *Twitter* oficial do Exército, em resposta à matéria da figura 18 (publicada pela revista *Veja*). A rede social serve apenas como um vetor de divulgação de uma contrapartida ao conteúdo publicado pela mídia canônica, em forma de nota de esclarecimento (figura 25). Tal nota circulou primeiramente entre o público interno da instituição, mas logo foi inscrita nos dispositivos midiáticos.

Figura 24



Fonte: Exército Brasileiro (2014)

E se foi posta a circular primeiramente ao público interno da instituição, a nota de esclarecimento abaixo nos revela outro tipo de movimento circulatório. A produção por si só já demonstra sinais de midiaticização do Exército uma vez que ele se vale de lógicas midiáticas para operar. Mas, quando se utiliza dos dispositivos midiáticos para enunciar para o seu próprio público, a prática institucional nos dá indícios de uma midiaticização endógena. Como vimos em nossos referenciais, a recepção-produtora heterogênea também se encontra no interior das instituições. Por isso, enunciar com base nas trocas e diferenças entre as instâncias de produção e recepção não é uma preocupação exclusivamente exógena.

Figura 25

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
GABINETE DO COMANDANTE  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO**

**ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO INTERNO NR 002 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2014.**

|                      |                                         |
|----------------------|-----------------------------------------|
| <b>DISTRIBUIÇÃO:</b> | <b>TODAS AS ORGANIZAÇÕES MILITARES.</b> |
| <b>DIFUSÃO:</b>      | <b>TODOS OS MILITARES.</b>              |
| <b>ASSUNTO:</b>      | <b>CARTA DO CCOMSEX À REVISTA VEJA</b>  |

Acerca da matéria publicada pela revista VEJA, em sua edição 2403, de 10 de dezembro de 2014, intitulada “Se quiser mato um por dia”, e em respeito à memória e profissionalismo do Cabo Mikami – cuja trágica morte é explorada apenas como mais um número estatístico, o Centro de Comunicação Social do Exército apresenta as seguintes considerações.

A missão da Força de Pacificação é criar as condições de segurança na área sob sua responsabilidade, a fim de viabilizar a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e, de forma simultânea, propiciar aos agentes públicos os meios para desenvolver os trabalhos de recuperação social da comunidade (escolas, creches, postos de saúde, etc.).

O termo citado na reportagem "coabitação de militares com bandidos", induz o leitor a admitir que não se desenvolvem ações que busquem reprimir os criminosos ou que haja algum tipo de convivência. Ao contrário, o Exército Brasileiro não coabita ou convive com malfeitores porque nós representamos legitimamente o Estado e a sociedade brasileira.

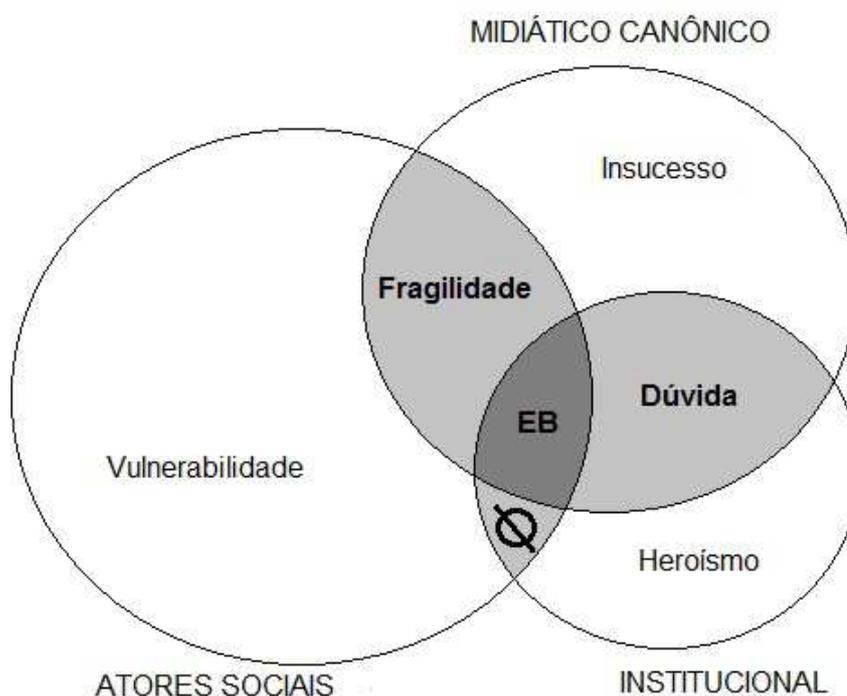
Fonte: Exército Brasileiro (2014)

As figuras selecionadas mostram como o acontecimento Mikami gerou imagens que reverberaram nos dispositivos midiáticos, engendrando relações das mais diversas. O registro dos atores sociais midiaticizados espalhou-se primeiramente nas redes. Ao tomar conhecimento, a mídia canônica logo se apropria desse registro

e o chancela como a imagem referência da morte de Mikami. Até aqui, o feixe de relações se dá por aproximações, afinidades. Quando desmistifica a figura do militar herói e o expõe como uma pessoa comum, a Revista Veja vai além da dúvida sobre o sucesso da pacificação, rotulando a tropa do Exército como derrotada. Nesse momento, as interfaces se agitam e os contatos se tornam conturbados, como podemos ver nas respostas que o Exército direciona à Revista Veja nos dispositivos midiáticos.

Seja por aproximação ou por concorrência, nos interessam, antes de tudo, os contatos. Assim como vimos na primeira coleção, através de outros movimentos circulatórios, é nesse regime de interfaces que surgem as imagens midiáticas. Portanto, analisando as imagens produzidas pelos disputantes no caso Mikami, chegamos a mais um diagrama:

Figura 26



Fonte: elaborado pelo autor

Seguimos as mesmas lógicas adotadas na representação da primeira coleção de indícios. As esferas representam as estratégias de construção imagética adotadas por cada uma das instâncias em disputa. A esfera institucional e sua criação da figura do herói militar. A mídia canônica sugerindo o insucesso da

operação. E os atores sociais midiaticizados imputando um sentido de vulnerabilidade aos homens do Exército. Novamente, as dimensões de cada esfera respeitam a cada performance nessa segunda rodada da disputa. Os atores sociais, por terem sido responsáveis pelo registro mais marcante do acontecimento, que se reverteu em uma imagem de referência, recebem maior destaque na representação. A mídia canônica, mesmo se apropriando da imagem produzida pelos atores sociais, acabou modificando sua estratégia, e ela própria adicionou novas camadas de sentido, a partir de reinscrições e ressignificações; além disso, foi responsável pela chancela da imagem amadora, provocando reações por parte da esfera institucional. Esta, por sua vez, novamente foi a última a se manifestar, mas agora de maneira menos tímida; ainda assim, a figura do herói Mikami proposta pela força não ganhou os espaços de interface, ficando restrita aos domínios institucionais.

Assim como no primeiro diagrama, naturalmente se formam as áreas de sobreposição, consequências dos movimentos circulatórios. As interfaces produtivas também respeitam o nível atingido nas relações entre instâncias. Temos no diagrama duas áreas de interface maiores: canônico-institucional e canônico-atores. Entre a mídia canônica e o institucional, uma verdadeira concorrência entre sucesso e fracasso da operação. A mídia canônica deixa de lado sua postura velada e coloca a operação contra a parede. O Exército manifesta-se diretamente, contrariando uma matéria veiculada, o que é raro por parte da instituição. De um lado, a derrota. Do outro, o herói que nos faz acreditar na vitória. Entre eles, a dúvida. Na interface canônico-atores, novamente um movimento considerável. Temos mais uma imagem que se torna referência, dessa vez produzida pelos atores sociais. Mesmo com as novas camadas de sentido, as estratégias se combinam, girando em torno da exposição, da vulnerabilidade. Como resultado, uma imagem de fragilidade para o Exército. Por sua vez, a área de interface entre atores sociais e institucional é representada novamente pelo símbolo da nulidade, pois as interações continuam escassas nos dispositivos (ainda limitadas a poucas curtidas ou redirecionamentos nas redes sociais).

As estratégias produzidas, quando entram em contato, nos apresentam as verdadeiras imagens midiaticizadas. A imagem do Exército por ocasião da morte de Mikami é uma construção que revela a fragilidade dessa Força que está na Maré e que nos coloca em dúvida sobre os rumos do processo de pacificação.

### 4.3 Coleção 3: o final da missão

A última coleção de indícios que exploraremos trata da saída do Exército Brasileiro do Complexo da Maré. Após mais de um ano de atividades dentro das comunidades, os militares desocuparam a Área de Pacificação em junho de 2015. A transição já estava em andamento desde o início do ano, quando as tropas federais e a Polícia Militar do Rio de Janeiro começaram a atuar de forma conjunta. Os policiais, gradativamente, passaram a se responsabilizar pelas comunidades do Complexo da Maré, de modo que em 30 de junho as últimas tropas do Exército deixaram o local, encerrando as operações.

Após o impacto da ocupação do território e a crise instaurada com a morte do Cabo Mikami, a saída dos militares da Maré é a última oportunidade (oferecida pela irrupção de um acontecimento vultoso) para que novas construções sobre a imagem do Exército na Maré apareçam<sup>39</sup>. Os disputantes se credenciam novamente, desta vez para um discurso final sobre que Exército foi esse que esteve por mais de um ano nas favelas da Maré.

#### 4.3.1 A heterogeneidade das visões do acontecimento

Preservando o modelo de análise adotado, iniciemos novamente com as tentativas de construção promovidas pelo institucional. Diferentemente da estratégia adotada na época da ocupação, em que esperou o início (de fato) das operações para inscrever seus discursos nos dispositivos, a desocupação do Complexo da Maré é trabalhada de forma conjecturada pelo Exército (figura 27). Adota-se uma estratégia dupla: por um lado, uma última tentativa de exibir uma boa relação construída entre Exército e comunidade. Do outro, a exposição dos bons resultados atingidos ao final da operação.

Ainda assim, nos dispositivos midiáticos institucionais, não encontramos uma quantidade de discursos ou imagens inscritas que indique um crescimento na produção de conteúdo por parte do Exército. A divulgação institucional não oferece, por exemplo, um balanço ou rescaldo de todo o tempo em que a tropa esteve na

---

<sup>39</sup> Quando falamos nessa última oportunidade de construção imagética, estamos lidando com um contexto de final de missão. Obviamente, após a saída dos militares da Maré, muitas outras imagens do Exército serão construídas, em um processo contínuo de tensionamento e elaboração. Mas o acontecimento em questão configura uma última grande irrupção da imagem desse Exército que esteve nas comunidades e que é objeto de nossa pesquisa.

Maré, com depoimentos dos militares ou da comunidade. O que é mostrado se limita a uma espécie de prestação de contas, um registro singelo de despedida. Nesse ponto, a estratégia não difere se compararmos os momentos da ocupação e da desocupação. A diferença é muito pequena no volume de conteúdo produzido.

Figura 27



Fonte: Exército Brasileiro (2015)

O *Twitter* é o dispositivo mais acionado pela esfera institucional nessa nova etapa da disputa. Como podemos observar na figura 27, ele cumpre uma função vetorial, procurando dar maior visibilidade a uma matéria originalmente publicada no portal oficial do Exército. Na imagem acima, verificamos a tentativa de se reforçar uma boa relação entre os militares e os moradores da Maré. A construção sugere que essa relação foi uma conquista, e que está sendo mantida a partir de ações como a da imagem acima.

Destacam-se alguns indícios do amadurecimento da instituição na tentativa do domínio das técnicas midiáticas. Na produção da imagem, por exemplo, o personagem Recrutinha (*gimmick* oficial do Exército) substitui os soldados equipados, as armas e os blindados. Bandeiras do Brasil também estão presentes, lembrando que a missão do Exército na Maré também é servir à Pátria, defender a nação. Em uma fotografia como essa, em que há a troca do referente (do armamento para o boneco infantil), o sentido se modifica por completo. Quando

adere na imagem acima, o referente nos leva a um clima de leveza e tranquilidade, bem mais próximo de uma ideia de pacificação.

Analisando agora a imagem como um todo, percebemos outros indícios desse amadurecimento. O primeiro é o próprio fato do *Twitter* ter sido utilizado como um amplificador interacional. A instituição segue um modelo adotado com frequência pelos portais de notícias: postar no *Twitter* uma espécie de propaganda ou convite para a leitura de uma matéria mais completa no dispositivo originário. Isso é fruto de algum tipo de avaliação, em que se chega à conclusão de que tal dispositivo gera maior visibilidade na inscrição de imagens e discursos. Contudo, ao mesmo tempo em que esse movimento revela um indício de amadurecimento, lacunas se apresentam nessa tentativa de evolução do processo comunicativo. O *Twitter* do Exército não está integrado a todos dispositivos que a instituição se utiliza, tampouco a todas ações comunicativas. Além disso, mesmo com o potencial de visibilidade e interação, ele não supera o limite de dispositivo “condutor” de manchetes institucionais. Isso porque a instituição apenas assiste às curtidas e redirecionamentos, ficando alheia às interações que surgem a partir de suas inscrições. Dessa forma, a instituição dá um pequeno passo no amadurecimento da técnica nesse movimento isolado, mas pouco avança em uma estratégia coordenada de discurso imagético.

O emprego da *hashtag* é outra mostra de como o institucional procura adequação às práticas que dão resultado nas produções das outras instâncias. Não se trata de uma simples convocação, mas uma convocação digital para ser ou pertencer à “mão amiga”. Uma proposta de integração, um pedido de apoio ao Exército e de união com a comunidade. Há numa coisa simples, uma lógica mais ampla que é da web, mas eficaz em tempos que precisamos ser acionados ou convocados. O institucional se vale dessa linguagem para dar sentido à sua causa na Maré.

A figura 28 é uma construção que procura seguir os mesmos parâmetros da anterior. Novamente o *Twitter* é utilizado na tentativa de conceder maior visibilidade à divulgação de uma publicação.

Figura 28



Fonte: Exército Brasileiro (2015)

Contudo, nessa produção o amadurecimento da técnica midiática que observamos anteriormente não se repete. Isso porque a esfera institucional volta a adotar uma postura de simples replicação dos sentidos conferidos pela mídia canônica. A matéria do link, introduzida pela frase acima da fotografia, foi publicada pelo portal R7. Dessa forma, o *Twitter* não amplia a interação institucional, mas apenas reforça a imagem canônica. Assim como na figura 27, a fotografia também recebe tratamentos na tentativa de uma melhor apresentação midiática. E, mais uma vez, o institucional se mostra limitado. A fotografia utilizada não é de autoria institucional, e sim de um fotógrafo da *Associated Press*. O símbolo do Exército carimba a imagem, como um selo de conferência. Uma intervenção em uma imagem que não é da instituição. Muito pouco para quem foi protagonista do acontecimento.

Mesmo que fruto de uma replicação, analisemos a fotografia utilizada na composição da imagem acima. Apropriada pela esfera institucional, ao se combinar com a frase de introdução, ela propõe uma ideia de que, mesmo após deixar o Complexo da Maré, o Exército permanecerá observando a comunidade, atento a qualquer ameaça contra o processo de pacificação. Os helicópteros sobrevoando a favela podem ser interpretados como uma eterna vigia da Maré. O sentido perfeito para a instituição que tem como discurso maior a defesa da nação. Não fosse a possibilidade de preenchimento de sentido deixada pela mesma imagem. Não

poderia o observador interpretar que, após os 15 meses, o Exército se retira após um trabalho incompleto? Os helicópteros, ao sobrevoarem, também parecem estar indo embora. O sentido é dúbio nessa imagem que foi apropriada pela Força. Um risco inevitável, principalmente quando a instituição não é a dona do que foi produzido.

Figura 29



Fonte: Exército Brasileiro (2015)

Na figura 29, um tipo de imagem adotado com frequência pela esfera institucional em suas produções: as imagens de solenidades. As passagens de comando da Força de Pacificação sempre receberam atenção especial no processo de produção de sentido da esfera institucional. Nessas construções, de maneira geral, emergiam imagens e discursos que valorizavam as autoridades (militares) envolvidas e o sucesso da operação.

Na imagem acima, a ideia de uma transição satisfatória do comando do processo de pacificação. O aperto de mãos entre o militar do Exército e o policial militar sugere o sentimento de missão cumprida. As expressões de tranquilidade e seriedade de ambos os militares representam, mais do que uma transição, um processo de continuidade. O Exército fez a sua parte deixando a área de pacificação nas condições “prometidas”. A Polícia Militar, que vem trabalhando em conjunto com a Força, segue em busca da manutenção desse trabalho.

Percebemos que, nessa fase final da operação (e da disputa intermediária), a esfera institucional opta novamente por modificar sua estratégia de produção de sentido. As imagens dos armamentos pesados, dos blindados atravessando as ruas e dos soldados fortemente equipados são substituídas por imagens mais leves, mais suaves. A demonstração de domínio e força dá lugar a uma busca intensa por identificação com a comunidade, através de imagens que transmitam, acima de tudo, a tranquilidade de um lugar devidamente pacificado.

Tranquilidade que também não circulou pelos dispositivos midiáticos de cunho jornalístico. Na abordagem da mídia canônica acerca da saída do Exército do Complexo da Maré, a questão dos resultados da operação é colocada à prova. De maneira geral, as instituições jornalísticas reconhecem a intensidade do trabalho realizado pelo Exército, mas colocam uma interrogação sobre o conceito de área pacificada.

Seguindo as apurações realizadas com as fontes institucionais, a mídia canônica expõe os números do trabalho das Forças Armadas durante esse ano de atividades. Foram realizadas, por exemplo, mais de 83 mil ações e 670 prisões no Complexo da Maré. Números que, inegavelmente, chamam atenção e por isso são tratados com ênfase na cobertura canônica. Além desses, foram divulgados dados como redução nos lucros do tráfico, no índice de mortes na região, entre outros. Enfim, dados que ratificariam o sucesso da operação, nos moldes do que foi trabalhado pela esfera institucional.

Porém, diferentemente do institucional, que modificou sua estratégia de produção imagética ao longo do processo de pacificação, a mídia canônica manteve o sentido de suas construções. Entre vários elementos acionados nesse processo de construção simbólica, destacamos um dos que se manteve nas três coleções que trabalhamos: a dúvida sobre o sucesso ou fracasso da operação. Essa dúvida coloca sob tensão os números institucionais, pois eles são relativizados com dados tão importantes quanto: as declarações dos moradores da comunidade.

Vejamos a figura abaixo (30), uma matéria do portal G1, publicada exatamente uma semana antes da saída definitiva dos militares. O que observamos nela está reproduzido em, praticamente, todas as versões da cobertura jornalística sobre a desocupação.

Figura 30

Edição do dia 23/06/2015

23/06/2015 08h32 - Atualizado em 23/06/2015 08h32

## Força de Pacificação teve avanços na Maré, mas ainda enfrenta dificuldades

Presença militar reduziu homicídios e desbloqueou vias fechadas, mas população reclama da insegurança, dos tiroteios e da morte de inocentes.



A ocupação das Forças Armadas no Conjunto de Favelas da Maré está marcada para terminar no fim deste mês. Em 14 meses, a presença militar conseguiu reduzir os índices de homicídio e desbloquear vias fechadas pelos traficantes, mas a população ainda reclama da insegurança, dos tiroteios no meio da rua e da morte de inocentes. Veja na reportagem de Mônica Teixeira e Felipe Wainer.

Fonte: Portal G1 (2015)

Como podemos verificar no título, na linha de apoio e no texto introdutório, os dados oferecidos pelo Exército e demais autoridades estaduais e federais envolvidas no processo de pacificação são divulgados com seriedade pelas instituições jornalísticas. Mas, de acordo com as regras do sistema produtivo jornalístico, algo ainda faltava: ouvir o outro lado da história. A expressa maioria das matérias que trataram do processo de retirada das tropas federais da Maré realizou movimento semelhante. Uma exposição dos dados positivos da passagem do Exército pelas comunidades, seguida de depoimentos dos moradores que, ou minimizavam tais informações, ou as contradiziam.

A figura acima mostra claramente esse movimento. O esforço do trabalho das tropas na Maré não é negado. Nem mesmo os avanços que foram atingidos. Mas entre tais avanços e a sonhada conquista de um território verdadeiramente

pacificado, há um hiato muito grande. O morador entrevistado na matéria fala o que a mídia canônica não pode discursar. Sob o eufemismo de que ainda há dificuldades a serem enfrentadas e sob a guarda das reclamações dos cidadãos, a instituição jornalística quer dizer que nem mesmo o Exército foi capaz de resolver o problema da Maré.

Figura 31



Fonte: Portal R7 (2015)

A figura 31 segue a mesma linha, colocando uma interrogação sobre o resultado desse ano de pacificação. Mas aqui a mídia canônica vai um pouco mais além. Quando coloca a legenda “Maré: Forças Armadas vão deixar o Complexo” como suporte da imagem de uma troca de tiros, a instituição jornalística passa a colocar em xeque não apenas os resultados, mas o trabalho do Exército na Maré. Afinal, tais estruturas combinadas nos deixam com outro tipo de interrogação: o Exército vai deixar a Maré nesse estado?

A matéria do programa Cidade Alerta (emissora Rede Record) e inscrita no portal R7 pressiona as autoridades responsáveis (militares e civis) sobre o desenrolar do acontecimento pacificação. A imagem da troca de tiros em uma via do Complexo confere um sentido de caos em meio a iminente saída do Exército das comunidades. A dúvida sobre o sucesso da operação não existe mais. Há algo muito próximo da certeza de um fracasso. De pacificação, não há nada nessa imagem. Há

apenas a sensação de abandono. As tropas saem e a comunidade permanece com seus problemas.

Os vídeos (amadores e profissionais) de registros de confrontos entre militares e traficantes foram outro recurso bastante utilizado pela mídia canônica nessa etapa da disputa. Assim como os depoimentos insatisfeitos ou receosos dos moradores, as imagens dos confrontos estiveram presentes na expressa maioria das coberturas, reforçando ainda mais essa antítese entre os dados institucionais positivos e as imagens negativas do final da missão.

Se nessa imagem da figura 31, a mídia canônica leva o encerramento das atividades do Exército na Maré da dúvida do sucesso a uma certeza do fracasso, na figura a seguir iremos ainda mais além. As imagens anteriores (figuras 30 e 31) representam a cobertura média que circulou nos dispositivos de cunho jornalístico nessa etapa da disputa. O que não foi o caso da figura 32. Não se trata de um modelo de produção de sentido que se espalhou na mídia canônica, mas ainda assim merece destaque por ter ultrapassado os limites de sentido fixados até então.

Figura 32

## Militares de tropas federais são flagrados comemorando saída do Complexo da Maré

Grupo dentro de ônibus era observado por parte dos 400 PMs que, nesta terça-feira, assumiram Força de Pacificação

POR ANA CLAUDIA COSTA, ANTONIO WERNECK E EMANUEL ALENCAR  
01/07/2016 5:00



Fonte: Portal O Globo (2015)

A figura 32 é uma publicação do portal O Globo, de 1º de julho de 2015, um dia após a transição das tropas federais e estaduais. Nessa matéria, há o registro de uma tropa do Exército deixando o Complexo da Maré, dentro de um ônibus, após a substituição por parte da Polícia Militar. Os militares foram fotografados comemorando o final da missão, ao mesmo tempo em que eram observados pelos policiais. A fotografia foi a base para a construção da matéria, determinante como critério de noticiabilidade.

Mas por que dissemos que a mídia canônica ultrapassa uma espécie de limite adotado até então? Porque, pela primeira vez, a instituição jornalística está lidando com outro simbólico imanente ao meio militar: os valores da instituição. Quando diz, em seus próprios termos, que flagrou os militares comemorando a saída da Maré, o canônico coloca em dúvida não apenas o sucesso ou fracasso da operação, mas os valores dos militares envolvidos.

O que está em xeque então? Valores como cumprimento do dever, obrigação para com a Pátria, abnegação, espírito de corpo e, até mesmo, disciplina. Conceitos que são basilares no Exército, sempre exaltados e defendidos pelos membros da Força. Uma tropa que comemora o fato de estar sendo substituída não estaria demonstrando tais valores. Quando “flagra” os militares comemorando, a mídia canônica produz uma imagem de um Exército desgastado, que já não acredita mais em sua missão e que está aliviado em virtude da substituição. Desviando a atenção do ônibus para o policial que observa a comemoração, emerge o sentido de que a Polícia Militar fica abandonada. Mesmo que não possamos ver a reação do policial, temos a impressão de que ele, em seu movimento, desaprova aquela cena, pois esperava mais do Exército. A fotografia revela uma rivalidade que parecia não existir, entre Exército e Polícia Militar. Voltemos à figura 29, em que o aperto de mãos é a imagem de uma transição doce, uma troca de bastões e cortesia entre iguais. Comparando as imagens, inferimos dois distintos processos de transição. Na imagem institucional, o Exército se mostra preocupado em transmitir suas experiências e em dar condições para que a Polícia assuma a operação. Na imagem canônica, os militares parecem querer se livrar do problema, e logo.

Mas este não foi o principal motivo da seleção da figura 32. Como falamos anteriormente, ainda em nosso referencial teórico, algumas imagens nos intrigam mais do que outras. Aquilo que excede o icônico e o simbólico, aquilo que Barthes

chama de *punctum*. Mas qual foi o “ferimento” que tal imagem nos causou? O que nela nos afetou? Por que não a absorvemos com a naturalidade do óbvio? A resposta vem da justificativa para a realização desta pesquisa. Como foi explicado, o pesquisador, na qualidade de militar, teve a oportunidade de compor um dos contingentes que operaram no Complexo da Maré.

Sem a intenção de contaminar o olhar intermediático, nos furtamos de análises sobre as atividades do Exército nas ruas, ou sobre a relação construída no contato pessoal entre militares e moradores. Mas, nesse momento, nos permitimos a uma pequena descida desse plano afastado. Para isso, não chegamos a exercitar a etnografia. Apenas sugerimos uma reflexão: que pessoa (civil ou militar), após cerca de três meses sob tensão (para muitos, uma experiência inédita), vivendo dentro de uma base militar e longe de sua família, não estaria comemorando sua volta para casa? Do modo como foi apresentado, o registro canônico coloca em dúvida os valores daqueles militares. Mas para nós, esse mesmo registro perturba, pois os personagens ganham movimento. Os soldados comemoram a missão cumprida, comemoraram por estarem voltando bem para suas casas. O policial pode apenas estar sentido falta dos efetivos enormes e dos equipamentos superiores do Exército, com os quais não poderá mais contar. Esse é o nosso terceiro sentido, essa é a dimensão pungente que não nos permite absorver com facilidade a figura 32.

Finalizando nosso último giro pelas estratégias postas em jogo por parte das instâncias disputantes, chegamos às construções dos atores sociais midiaticizados. Vejamos as figuras 33 e 34, postagens das páginas colaborativas do *Facebook*, Maré Vive e Maré News:

Figura 33



Aos moradores:

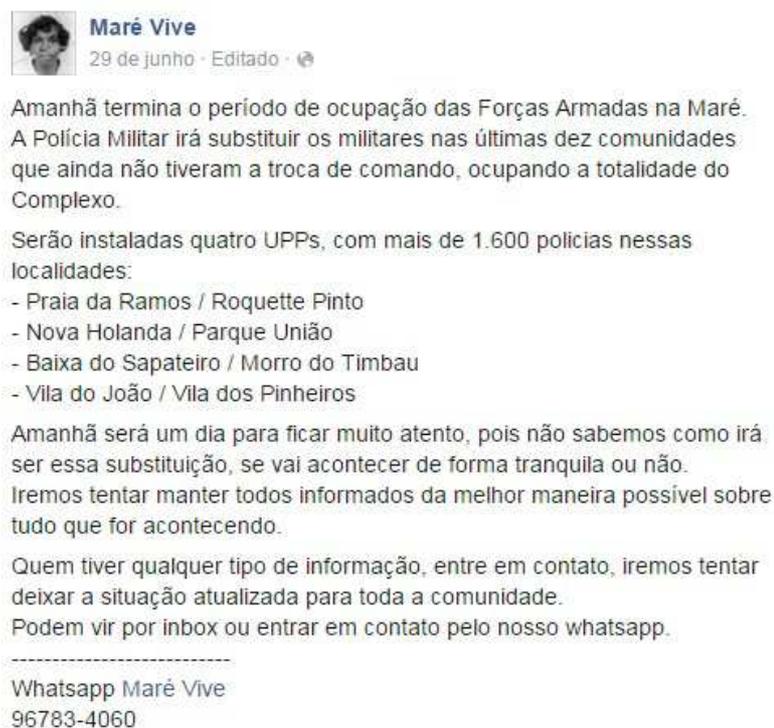
Caso ocorra algum excesso por parte das forças de pacificação, ou pelo tráfico ou alguma intercorrência em consequência disto, não hesitem em nos dizer.

Divulgaremos mantendo total sigilo.

Independente do lado, moradores são sagrados e não ficaremos calados diante de abusos de qualquer parte que seja.

Fonte: Maré News (2015)

Figura 34



Fonte: Maré Vive (2015)

Os atores sociais continuam com uma postura de pouca valorização do trabalho das tropas no Complexo da Maré. Ainda que tenham demonstrando uma estratégia mais flutuante em comparação à mídia canônica, nunca estiveram próximos de creditar um valor positivo à presença dos militares na região. Depois de deflagrarem uma verdadeira campanha contra o Exército no período da ocupação das comunidades, os atores sociais aos poucos foram diminuindo a intensidade dessa ofensiva. No acontecimento Mikami, após o desgaste natural do processo de pacificação, os atores sociais menosprezam a presença dos militares nas ruas da Maré, construindo uma imagem de vulnerabilidade, como vimos no item anterior. Agora, nesse momento da saída do Exército da favela, o grau de importância cai ainda mais. Os resultados do ano de pacificação nem mesmo são questionados, pois predomina o sentido de que eles não foram alcançados. O que circula, então, nos dispositivos de responsabilidade amadora?

Vigilância. Ao menos, uma tentativa por parte dos atores sociais. Uma proposta de monitoramento colaborativo, em que a comunidade se autoprotege.

Nesse momento, de véspera da transição entre Exército e Polícia Militar, o que mais interessa aos atores sociais é como o tráfico irá reagir a essa troca. Que riscos essa mudança pode trazer aos moradores? Há uma dúvida sobre como os homens do Exército e da Polícia Militar irão se portar nesse momento delicado. Por isso, o dispositivo midiático desponta como um recurso de monitoramento, inspeção.

Nas imagens acima, percebemos como uma prática até então restrita às instâncias canônica e institucional (via disque denúncia, por exemplo), é reconfigurada na apropriação das técnicas midiáticas, ganhando um potencial ainda não atingido pelos instrumentos de vigilância tradicionais. Em um dispositivo como o *Facebook*, as condições de produção e recepção das denúncias se ampliam. Flagrantes podem ser inscritos, o tempo entre emissão e recepção é menor, etc. Como os dispositivos geralmente são colaborativos e não há uma efetiva preocupação com a edição das postagens, os atores sociais têm condições de se credenciar como vigilantes do processo de transição.

A figura 35 é mais uma publicação de páginas colaborativas do *Facebook*, no caso, a página Fatos da Maré. Percebemos na fotografia que compõe a postagem um recurso pouco explorado pelas três instâncias: a rotina do trabalho conjunto entre Exército e Polícia Militar no processo de transição. Da parte institucional, apenas solenidades e apertos de mão entre autoridades. Do lado canônico, dadas as proporções, tais registros foram raros se comparados a todas as imagens da transição que foram feitas. As imagens do Exército e da Polícia Militar foram produzidas de maneira isolada, cada uma respeitando o seu contexto. E, para os amadores, tal imagem também não é comum. Por isso mesmo a selecionamos. A integração entre as forças aparece na postagem do registro fotográfico, mas na combinação com as estruturas textuais, se apaga.

Figura 35

**Fatos Da Maré**  
29 de junho · 🌐

EXÉRCITO DEIXA A MARÉ E EFETIVO DA PM SERÁ MENOS DA METADE... Hoje será o último dia do Exército como força de ocupação das 15 comunidades do Complexo da Maré, que beira a Avenida Brasil e Linhas Vermelha e Amarela. A área do Complexo da Maré é muito maior que o Complexo do Alemão. Em um ano de ocupação um militar foi morto por traficantes e outros 23 ficaram feridos, fora as vítimas da comunidade, inocentes e bandidos. Para quem não sabe a ocupação do Exército conta com 3 mil homens. Amanhã o Exército sai e entra a PM com efetivo bem menor: 1.300 soldados. A PM diz que vai usar menos da metade do efetivo do Exército porque fará policiamento seletivo. Mas o que vem a ser esse "policiamento seletivo"? Ora, nada mais, nada menos do que enganação, é para enrolar a opinião pública. Com 1.300 soldados, a grande maioria sem experiência, alguns indo para a rua pela primeira vez, sem o armamento necessário, e frisando bem, com menos da metade do efetivo do Exército, a situação é preocupante. Não é à toa que os moradores estão com muito medo do que acontecerá daqui para a frente.



Fonte: Fatos da Maré (2015)

Quando fazemos a leitura do texto, percebemos o sentido de preocupação. São duas mensagens principais: a primeira, do Exército que não conseguiu cumprir a missão de pacificar o Complexo da Maré; e a segunda, de uma Polícia Militar que, sem o efetivo e o armamento do Exército, não terá condições de dar continuidade a esse processo que nem chegou a se consolidar. Observando novamente a imagem, agora “contaminada” pelas informações textuais, outro cenário aflora. O Exército, bem equipado, está deixando as ruas da Maré em suas viaturas. Em seu lugar, fica o policial militar, ao lado de sua viatura estacionada, sem condições de manter uma estrutura que desafie o tráfico.

Dessa forma, os atores sociais se eximem de discutir o sucesso ou fracasso da operação nesse momento final. A imagem do Exército construída pelos atores

sociais nunca foi positiva e, após mais de um ano de operações, estava fadada ao fracasso. A missão, para os amadores, nunca foi cumprida e isso já não está mais em questão a essa altura dos acontecimentos. O Exército, de acordo com os atores sociais, passou pela Maré sem ser decisivo, expressivo ou, até mesmo, significativo para a comunidade. Os problemas não foram eliminados na favela e os poucos avanços obtidos devem retroceder com a nova assunção da Polícia Militar. Em resumo, se o Exército deixou a Maré, os atores sociais têm agora preocupações mais importantes para lidar do que a trajetória dos militares. Pois, se nem mesmo o Exército conseguiu dar conta da pacificação, o que a Polícia Militar poderá fazer? Se a tensão já existia com o Exército, agora pode ficar pior.

#### 4.3.2 A transversalidade das estratégias postas em circulação

A última coleção de indícios configura nosso recorte final sobre a disputa intermediária travada no Complexo da Maré. Assim como o processo de pacificação, que não se encerrou com a saída das tropas do Exército, a disputa também não se encerra. Novas construções envolvendo a passagem dos militares pelas comunidades foram e continuarão sendo realizadas mesmo após o encerramento da missão. Sempre que for inscrito um discurso ou uma imagem sobre a pacificação da Maré, ela estará atravessada por essa passagem dos militares. Ainda assim, a desocupação pode ser considerada como o último acontecimento com potencial de irrupção no que se refere a esse período de atuação do Exército na Maré.

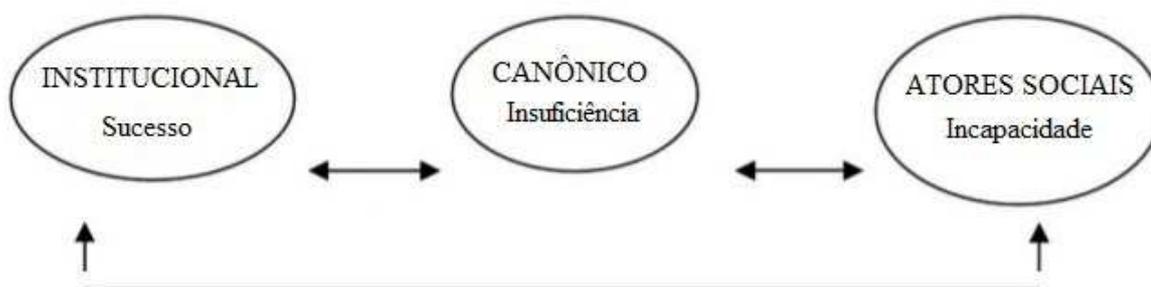
A estratégia adotada pelo Exército permaneceu flutuando. Da entrada na Maré pela força, passando pela martirização de Mikami, até essa imagem notoriamente mais suave que foi proposta por ocasião da desocupação. A instituição, que começou tentando se impor, tanto no terreno físico como intermediário, dessa vez buscou mostrar uma aproximação afetiva com a comunidade, aliada a um sentimento de missão cumprida. Da parte institucional, entendemos que os objetivos da pacificação foram alcançados, de modo que a Maré estava sendo entregue à Polícia Militar em um contexto de tranquilidade. O que temos, então, uma imagem de um Exército de sucesso? Afinal, para os militares, a área foi entregue pacificada.

A imagem construída pela esfera institucional esteve fortemente baseada em dados. Tais dados foram apurados (ou recebidos) pelas instituições jornalísticas,

que logo os colocaram para circular. Contudo, diferentemente do institucional, tais dados foram usados como base para outra construção. A mídia canônica sugere uma verdadeira antítese: dados positivos, contra depoimentos e imagens negativas do dia-a-dia da Maré. Relativizando as informações, a mídia canônica mantém a dúvida que sempre acompanhou suas construções: a pacificação é um sucesso ou um fracasso? Sem negar o trabalho realizado pelos militares (e nem mesmo a veracidade dos dados divulgados), a mídia canônica produz a imagem de um Exército insuficiente. Mesmo com todo o avanço obtido, a Maré não está, de fato, pacificada.

Os atores sociais midiaticizados novamente estão próximos da mídia canônica. Em suas construções, a Maré não está pacificada ao final da missão. Na verdade, nunca esteve nas imagens inscritas por eles. Nessa última etapa da disputa, os amadores não estão movidos pelos números divulgados pelo institucional. O insucesso da operação já fazia parte da imagem produzida há mais de um ano. Um dia antes da transição propriamente dita, as atenções dos amadores estão se voltando para a Polícia Militar. Uma nova instituição que merece ser vigiada através dos dispositivos. O Exército já está sendo esquecido. O que fica da desocupação é a imagem da incapacidade. Afinal, para os atores sociais midiaticizados, a Maré não esteve nem perto de ser pacificada. Logo, um novo cenário vem à tona:

Figura 36



Fonte: elaborado pelo autor

Neste cenário, como parte do processo de desocupação da Maré, circulou no terreno intermediário a entrega de um dossiê elaborado pelas Forças Armadas (Exército e Marinha) às autoridades do Estado do Rio de Janeiro, versando sobre um panorama da atividade do tráfico na região da Maré. Vejamos a figura abaixo:

Figura 37

**EXTRA** CAPA NOTÍCIAS POLÍCIA EMPREGO FAMOSOS MULHER TV E LAZER ESPORTE

que informação precisa heim. quem passou essa porcentagem, ratovelho, há 4 meses ▶ DENUNCIAR

Quem chegou a essa porcentagem? Essa pessoa trabalha na contabilidade da boca de fumo? damião, há 4 meses ▶ DENUNCIAR

a pmerj vai fazer o lucro subir 100% pironcia, há 4 meses ▶ DENUNCIAR

Ler todos

Leia mais

PM prende quatro suspeitos e apreende drogas no Complexo da Maré

Ocupação do Complexo da Maré pelas Forças

Um dossiê foi repassado para as forças de segurança estaduais, que assumiram o policiamento da Maré na última terça-feira. Entre as informações repassadas, estão os nomes e apelidos dos responsáveis pelo tráfico no conglomerado de favelas.

Banco do Brasil. O Banco da Micro e Pequena Empresa.

Fonte: Portal Extra (2015)

A figura 37 nos mostra claramente mais um exemplo das interações midiáticas. No portal Extra, há o contato de produções de sentido heterogêneas, convivendo em um mesmo dispositivo. Analisando tais interações, visualizamos algumas das lógicas de transição da sociedade dos meios para a sociedade em midiaticização. Elenquemos algumas: 1) a perda da autonomia da mídia canônica como mediadora exclusiva das discursividades. Quando produzem um discurso claramente contestador em relação à publicação canônica, os atores sociais nos dão mostras da quebra do paradigma linear da comunicação. Aquela zona transmissiva de circulação é, agora, impulsionada pelas relações, como a que podemos observar acima. 2) Produção consumidora e consumo produtivo. Produção e recepção estão nessa imagem, didaticamente, lado a lado. Nesse caso, o empreendimento se dá por parte da mídia canônica. Mas, como vimos em exemplos anteriores, o contrário pode ocorrer a qualquer momento, pois ambas as instâncias convivem de maneira simétrica. 3) O fluxo contínuo na circulação intermediária. Quando a mídia canônica

faz sua proposta discursiva, os atores sociais logo respondem<sup>40</sup>, gerando um novo circuito. Estes, a partir das novas camadas de sentido incorporadas, têm o potencial gerador novamente em si.

Poderíamos elencar outros exemplos de lógicas de midiatização apenas analisando a figura 37. Selecionamos alguns para mostrar como as notícias (e as imagens) da mídia canônica são absorvidas de maneira heterogênea na ambiência midiatizada. O que ocorre da mesma maneira com as imagens produzidas pelas demais instâncias. Afinal, se elas convivem em condições igualitárias, tanto a produção como a recepção ganham em complexidade. Em um contexto de amplitude interacional, torna-se cada vez mais difícil fazer que a imagem produzida circule pelos dispositivos daquela maneira tomada como ideal por seu produtor.

Diante disso, as instâncias disputantes se deparam com a obrigação de elaborar estratégias inovadoras em busca de vantagem na conferência de sentido. Vimos alguns desses processos tentativos ao desconstruir as imagens que compuseram nossas coleções. Mas podemos observar outras condutas estratégicas adotadas pelas instâncias no espaço interdiscursivo, mesmo antes da produção imagética propriamente dita.

Observemos as figuras 38 e 39. A primeira é uma matéria do portal O Globo, do dia 2 de julho (dois dias após a saída das tropas da Maré), que também trata da entrega do dossiê sobre o tráfico por parte das Forças Armadas. A figura 39 é uma postagem da mesma instituição jornalística (Jornal O Globo) em seu *Twitter*, tratando exatamente do mesmo tema, através de um link para a mesma matéria do portal.

---

<sup>40</sup> A instância questionada, nesse caso, não é o Portal Extra, como instituição jornalística, mas sim o Exército. Afinal, quem fornece os dados não é a mídia, mas a instituição. É ela que está perdendo credibilidade, pois o jornal reforça a questão do dossiê repassado.

Figura 38

## Exército e Marinha entregam ao estado dossiê sobre o tráfico no Complexo da Maré

Informações incluem perfil de criminosos, rotas de fuga e vídeos. Tropas federais deixaram conjunto após um ano e três meses

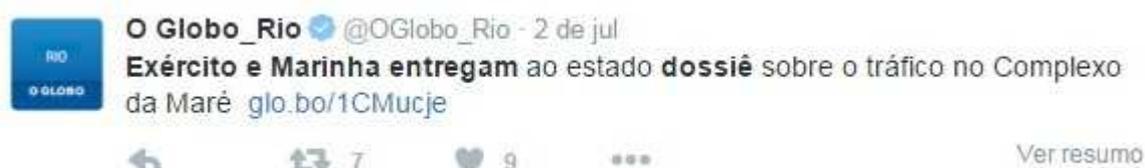
POR ANA CLÁUDIA COSTA, ANTÔNIO WERNECK E WALESKA BORGES

02/07/2016 5:00 / atualizado 02/07/2016 13:34



Fonte: Portal O Globo (2015)

Figura 39



Fonte: O Globo (2015)

Nos casos acima, percebemos que não são apenas as instituições não midiáticas e os atores sociais que amadurecem suas práticas na sociedade em midiatização. Quando faz uso de uma conta em um dispositivo como o *Twitter* para reforçar sua divulgação, a mídia canônica nos dá sinais de que também vivencia um processo adaptativo. Assim como as demais instâncias, ela está obrigada e rever seu sistema produtivo, seu modo de enunciar. Quando analisamos a transição da sociedade dos meios para a midiatizada, reconhecemos a apropriação das técnicas

de mídia por parte dos demais campos sociais. Aos poucos, como consequência do processo de maturação da sociedade midiaticizada, em que as interações já funcionam sob as lógicas de mídia, podemos considerar uma adaptação das instâncias (inclusive do canônico) às lógicas da própria midiaticização.

Em nosso referencial, observamos como os grandes emissores estão ganhando espaço e, até mesmo, se sobressaindo em alguns circuitos dos novos meios, como o *Youtube*. O caso acima, do Jornal O Globo, se enquadra nesse contexto. A instituição jornalística observa o cenário midiaticizado e revisa suas estratégias para que tenha condições de se articular entre os “novos e velhos” dispositivos midiáticos. Ao analisarmos esse novo processo produtivo, podemos notar como a comunicação massiva, rearticulada, ainda exerce sua força. Vejamos as figuras 40 e 41:

Figura 40



Fonte: pesquisa no *Twitter* a partir do título da matéria do portal O Globo (*Exército e Marinha entregam ao estado dossiê sobre o tráfico no Complexo da Maré*)

Figura 41



Fonte: Exército Brasileiro (2015)

As figuras acima são movimentos de replicação sobre uma imagem da mídia canônica realizados pelas esferas dos atores sociais midiaticizados (figura 40) e do institucional (figura 41). Percebemos que, mesmo na sociedade em midiatização, a força e as competências da mídia canônica não desaparecem. A matéria divulgada no portal do jornal O Globo recebeu poucos comentários no espaço do dispositivo destinado a esse fim. Porém, no espaço interacional da rede social, a matéria foi reinscrita em um volume muito maior, o que nos mostra que processos como o do agendamento não são totalmente dissolvidos na midiatização.

A instituição não midiática não possui o potencial de credibilidade e visibilidade para fazer circular os dados do dossiê; não sem o suporte da mídia canônica. Os atores sociais, por sua vez, não teriam condições de acesso a tais informações institucionais. Mesmo em condições simétricas de produção, o canônico ainda possui competências que o colocam em vantagem sobre os demais disputantes em algumas oportunidades. Mas, ainda assim, isso pode não ser suficiente. A divulgação midiática tradicional não alcançou a amplitude imaginada. Foi preciso usar dos protocolos de rearticulação para que a informação massiva da mídia canônica pudesse circular. É através desses movimentos de rearticulação que, na sociedade midiatizada, a mídia canônica ainda preserva sua força massiva.

Após examinarmos esses novos contatos e movimentos intermediáticos realizados pelas instâncias disputantes, voltemos às questões transversais. Coloquemos novamente em jogo as estratégias de produção imagética, verificando as interfaces resultantes desses encontros.

Figura 42



Fonte: elaborado pelo autor

Nesse último cenário, a mídia canônica volta a exercer vantagem. Suas produções foram as mais completas, pois contaram com informações institucionais e dos atores sociais. E também mais acentuadas, devido ao sentido proposto nos registros da desocupação, o que manteve uma crescente na intensidade da produção canônica. A esfera institucional, mesmo com a sua mudança de estratégia, que resultou em uma imagem mais leve da força, não expressou uma intensidade produtiva que nos leve à consideração de uma saída daquela postura tímida e cautelosa. A quantidade de imagens postas a circular e a manutenção da proposta de replicações sucessivas são mostras disso. E os atores sociais, que tiraram proveito de suas condições de produção e obtiveram vantagem no caso Mikami, diminuiram seu volume produtivo de maneira considerável. Ao deixar a Maré, o Exército imediatamente deixa de ser trabalhado nos circuitos amadores, que demonstram outras motivações substitutas.

Por isso, as áreas de interface que envolvem a mídia canônica são maiores. Ao se acercar das informações das demais instâncias, a mídia canônica se organiza e confere o seu próprio sentido. Ainda que continue mais próximo da produção amadora, trata-se de um sentido novo. Em contrapartida, mais uma vez a interface

institucional-atores é muito pobre, pois não se potencializa em novos circuitos. A imagem que ali poderia ser gerada se perde na ausência de uma proposta interacional de ambas as partes.

A estratégia da mídia canônica exerce um predomínio ao se encontrar com as demais nos dispositivos. Entre a imagem do sucesso divulgada pelo institucional e a imagem da insuficiência canônica, o resultado é um desgaste da imagem do Exército, pois as imagens positivas propostas pela força não encontram amparo na mídia canônica. Na outra interface, a mídia canônica abriga as imagens e discursos negativos dos amadores, combinando a incapacidade e a insuficiência, o que gera uma imagem de incredulidade. A pacificação acaba com a imagem do Exército desgastada e incrédula.

#### **4.4 Entrevistas em profundidade: olhares institucionais sobre a própria imagem em elaboração**

Como foi exposto na metodologia, este subcapítulo é um espaço destinado à percepção direta daqueles que integram a instituição cuja imagem está em disputa. Reiteramos que, mesmo o institucional não figurando como foco de nosso estudo, quando nos dedicamos à investigação da imagem do Exército em circulação, naturalmente aflora a necessidade de examinar como a própria instituição compreende sua imagem em meio a um processo complexo de elaboração.

Foi realizada uma série de entrevistas sobre o processo comunicacional durante a operação de pacificação do Complexo da Maré. Como dissemos anteriormente, seis militares que estiveram operando na Maré responderam a um mesmo questionário<sup>41</sup>: dois em funções de comando (General A.B. e Coronel C.D.), dois em funções de comunicação (Tenente-Coronel E.F. e Tenente G.H.) e dois em função operacional direta nas ruas (Tenente I.J. e Sargento K.L.). Com as respostas, procuramos observar uma percepção que ultrapassa a divulgação oficial, com o potencial revelador das visões do acontecimento (e da comunicação) daqueles que de fato compõem a esfera institucional.

---

<sup>41</sup> Os nomes dos entrevistados foram substituídos com o objetivo de preservação de suas identidades. O recurso escolhido para a substituição foi o emprego de iniciais. As mesmas seguem a sequência do alfabeto da língua portuguesa, definidas apenas por este critério e sem qualquer relação com os nomes dos entrevistados.

Perguntamos primeiramente sobre as características do trabalho de comunicação desenvolvido pelo Exército durante a operação. O General A.B., que comandou um dos contingentes da Força de Pacificação, explicou que a atividade de comunicação social estava integrada às demais tarefas conforme o preconizado pela Doutrina Militar Terrestre; a partir disso, foi criada uma Ordem de Operações que regulava os trabalhos da célula do Estado-Maior dedicada especificamente à comunicação social, abrangendo relações com a mídia, relações públicas, produção e divulgação. O Tenente-Coronel E.F. chefiou uma dessas células de comunicação (chamada de D7); segundo ele, tal célula estava estruturada nos três braços da comunicação social no âmbito do Exército (produção/divulgação, relações públicas e informações públicas) e tinha autonomia no trabalho diário, ainda que estivesse em ligação permanente com o Centro de Comunicação Social do Exército e o Comando Militar do Leste, em vista das possíveis repercussões dos acontecimentos. O Tenente-Coronel E.F. resumiu a estratégia de comunicação social, baseada em diretrizes dos escalões superiores: perfil baixo no trato externo e manutenção da moral da tropa elevada no âmbito interno. O Coronel C.D. respondeu em relação às competências da tropa por ele comandada, uma Força-Tarefa (fração equivalente a um batalhão que compunha a Força de Pacificação); segundo ele, sua equipe de comunicação limitou-se a estreitar os contatos com as lideranças comunitárias. O Tenente I.J. e o Sargento K.L., que patrulhavam diariamente as ruas, resumem o trabalho de comunicação na tentativa de um tratamento cordial para com a população durante as abordagens. O Tenente I.J. detalha que, em seu nível de atuação, havia panfletagem, esclarecimentos à população por meio de carros de som e algumas ações cívico-sociais.

Recortemos esse primeiro depoimento do General A.B., onde ele afirma que a comunicação está integrada às demais atividades conforme a Doutrina Militar Terrestre (conjunto de valores, princípios, conceitos, normas e métodos que orientam o preparo e o emprego do Exército Brasileiro). Em sua resposta, o General A.B. nos mostra a integração da comunicação às rotinas institucionais, mesmo em universos tão específicos como o do Exército. O Tenente-Coronel E.F. e o Tenente G.H., apenas por terem chefiado células de comunicação, já nos revelam como a comunicação vem encontrando seu lugar nas instituições, principalmente quando o primeiro afirma que gozava de autonomia em sua rotina de trabalho.

Miègè (2009) nos lembra que as técnicas de comunicação e informação são introduzidas e se desenvolvem em tempos diferentes, de acordo com a realidade de cada instituição. Observando a resposta do Tenente-Coronel E.F., quando o mesmo resume a estratégia comunicacional (no que tange ao público externo) na tentativa de manutenção do “perfil baixo”, somos contemplados com um verdadeiro exemplo desses tempos diferentes. O perfil baixo descrito pelo oficial, mais conhecido entre os profissionais de comunicação como política de *low profile* (em que a organização adota uma postura discreta e recuada em termos comunicacionais) é condenável para muitos dos autores da literatura técnica das relações públicas. Mas citemos rapidamente dois motivos hipotéticos para que o perfil baixo ainda se estabeleça no planejamento comunicacional das operações militares: 1) uma operação como a pacificação da Maré reúne uma série de informações sigilosas e delicadas que, sem nenhum controle, podem colocar toda a operação em risco; 2) a instituição Exército Brasileiro é um sistema fechado em sua essência, sustentado em uma base (de rotinas, princípios e valores) muito singular. Poderíamos citar outros motivos, alguns justificáveis, outros não, o que não interessa no momento. O que queremos é pensar sobre essa realidade que escapa do contexto geral da maioria das instituições/ organizações. O Exército tem um tempo especial para o desenvolvimento das TICs. Uma instituição fechada não vai se comportar midiaticamente da mesma forma que uma grande marca comercial, por exemplo. O que se reforça aqui, de acordo com o próprio Miègè (2009), é que a comunicação é algo que até pode ser discutido (pelas realidades heterogêneas das instituições/ organizações), mas que já não é mais contestado.

Sobre o tempo de preparação para as ações de comunicação, o General A.B. respondeu que assim como as demais áreas, as atividades de comunicação começaram a ser planejadas com cerca de dois meses de antecedência. Segundo o Tenente-Coronel E.F., a atividade da célula de comunicação social iniciou, efetivamente, com um mês de antecedência da missão. Já o Tenente G.H., que chefiava uma equipe de comunicação social no contexto de uma Força-Tarefa, informou que não houve tempo de preparação para as ações de comunicação; isso porque inicialmente nem mesmo estava prevista uma equipe de comunicação para a Força-Tarefa, sendo que a mesma foi criada por ordem do comando da Força de Pacificação após os primeiros contatos com a comunidade. No âmbito da tropa, o

Tenente I.J. explica que tempos de instrução à tropa foram destinados para o preparo dos militares no que se refere aos contatos com os moradores.

Comparando os depoimentos dos militares que estavam compondo o comando da Força de Pacificação (General A.B. e Tenente-Coronel E.F.) com os dos militares que faziam parte de Força-Tarefa (todos os demais), notamos que há uma distância entre as realidades. Situação que é comum em muitas instituições, afinal, nem sempre a ponta da linha consegue implementar a comunicação planejada pela alta cúpula. Notamos, a partir disso, que a diferença no tempo de desenvolvimento das lógicas e ações de comunicação pode ocorrer não apenas entre instituições, mas entre os indivíduos pertencentes a uma mesma instituição. O que nos faz refletir sobre o novo modelo comunicacional emergente, classificado por Miège como relações públicas (ou comunicação) generalizadas. Para o autor, a apropriação das técnicas midiáticas é uma necessidade para as instituições, o que faz da comunicação algo não mais contestado. No terreno intermediático isso parece claro. Mas dentro das organizações, será que essa necessidade está sendo naturalmente acolhida? Segundo as respostas acima, não parece um processo tão natural.

Perguntamos se os militares que ocupavam funções relativas à comunicação possuíam formação na área. O General A.B. respondeu que todos os militares que faziam parte da célula de comunicação do Estado-Maior da Força de Pacificação eram capacitados em comunicação social via cursos do próprio Exército Brasileiro. O Tenente-Coronel E.F. informou que na célula de comunicação social da Força de Pacificação havia dois militares com graduação em Publicidade e Propaganda, sendo que os demais tinham experiência na função apenas. No âmbito da Força-Tarefa, tanto o Coronel C.D. como o Tenente G.H. informaram que os militares envolvidos com atividades de comunicação não possuíam formação na área, sendo que o Tenente G.H. ressaltou que os mesmos trabalhavam em seções de comunicação social nas suas unidades de origem.

As respostas acima nos indicam uma noção institucional de que não é necessária formação na área para lidar com as atividades de comunicação. Argumentos como a capacitação interna e a experiência na função (mesmo sem a formação adequada) sustentam um padrão de suficiência eleito pelos militares para a atuação na área. O que sugere uma ideia de que o fazer comunicacional “se

aprende fazendo”, exatamente porque já está imbricado nas rotinas. A questão é se esse saber é capaz de atender às demandas plurais advindas dos outros campos.

Quanto à estratégia adotada pelo Exército Brasileiro na produção intermediária relativa à Operação São Francisco, o General A.B. considerou compatível com o papel desempenhado pela instituição dentro de um complexo cenário, uma vez que o protagonismo estava dividido. Da mesma forma, o Tenente-Coronel E.F. considera a estratégia empregada como satisfatória, com a ressalva de que poderia haver um pouco mais de rapidez nas respostas aos públicos em determinadas ocasiões. Para o Coronel C.D., o Exército explora pouco as atividades executadas por sua tropa. O Tenente G.H. pensa que o Exército deixou de realizar a promoção do trabalho que foi feito na Maré, mas recorda que há uma certa dificuldade na divulgação devido à sensibilidade de muitas das informações. No âmbito da tropa, o Tenente I.J. avalia a estratégia comunicacional do Exército como engessada, muito restrita aos meios institucionais. Segundo ele, e de acordo com o Sargento K.L., o Exército explorou pouco os meios de comunicação tradicionais (rádio, televisão, etc), o que prejudica o esclarecimento da população.

Essa pergunta provocou nova divisão de opiniões entre os militares que estavam no comando da operação e os que faziam parte de Força-Tarefa. Quando o General A.B. e o Tenente-Coronel E.F. consideram a estratégia adotada como compatível e satisfatória, respectivamente, ambos atestam a escolha pelo perfil baixo. O General A.B. acrescenta que o protagonismo estava dividido, mas isso impede a tentativa de valorização da imagem do Exército? A divisão do protagonismo na operação, em um contexto midiático, faz com que os campos sociais se exponham constantemente uns aos outros. Em muitas vezes, houve disputas por sentido entre as instituições envolvidas na Maré, nos moldes do que estudamos em nosso caso. O que não muda em nada a tarefa institucional: discursar considerando essas complexas trocas entre as instâncias envolvidas na produção das imagens e acontecimentos. Em contrapartida, os demais militares apresentam uma visão de que comunicar é uma exigência para se fazer presente no espaço público. Emergem da tropa indivíduos midiáticos e conscientes de que há a possibilidade de participar do jogo social elaborando a própria informação.

Perguntamos também se, em uma missão de combate real, as preocupações com a comunicação alcançam o mesmo nível das demais áreas. Para o General A.B., a resposta é positiva, principalmente no caso da Maré, em que o apoio da

população era o centro de gravidade da operação; segundo ele, ser proativo nas ações comunicacionais era fundamental, devido ao atrito constante com a comunidade. O Tenente-Coronel E.F. entende que nem sempre a comunicação está no mesmo nível, mas acredita que, por vezes, ela pode até suplantar as demais preocupações. Já o Coronel C.D. não entende a atitude do Exército em relação à comunicação como proativa, pois tais preocupações estavam limitadas a responder questionamentos da imprensa. Para o Tenente G.H., as preocupações com a comunicação começaram em desvantagem, mas foram ganhando espaço no decorrer da operação, em virtude das necessidades que se apresentaram.

Em relação ao nível das preocupações com a comunicação, notamos novamente um descompasso entre as visões dos militares entrevistados. Este é mais um conjunto de respostas que reforça a questão de que o desenvolvimento da comunicação nas instituições se depara com realidades e tempos diferentes, inclusive dentro da própria instituição. Da mesma forma, resgata a máxima de Miège, de que a comunicação pode ser discutida, mas não mais contestada. Equiparada ou não ao nível das demais preocupações em uma operação militar, a comunicação está ali, inscrita profundamente no social. O atravessamento das lógicas midiáticas afeta a qualquer indivíduo ou instituição, mesmo que em níveis distintos.

Acerca da imagem que o Exército possui atualmente e se a mesma foi alterada após o final da missão, o General A.B. e o Tenente-Coronel E.F. responderam que o Exército possui a imagem de uma instituição confiável e que, para ambos, essa imagem não se modifica após a Maré, apenas se fortalece, se considerarmos, por exemplo, a pressão recebida pela comunidade no sentido da permanência das tropas na região. Para o Coronel C.D., a imagem do Exército é boa junto à sociedade, mas quando comparada a pesquisas de algumas décadas atrás, é notório que esse índice está caindo. Após a missão, o Coronel imagina que, se houve alguma mudança em relação a essa imagem, ela não ocorreu em decorrência da atuação das tropas, mas sim devido a outros fatores da conjuntura política nacional. O Tenente G.H. defende que o Exército Brasileiro é uma das instituições que possuem os maiores índices de credibilidade; para ele, essa imagem não foi afetada consideravelmente, pois a vinculação negativa se deu principalmente em relação ao descaso do poder público estadual. O Tenente I.J. e o Sargento K.L. também defendem que a instituição possui uma imagem bem conceituada, de

grande aceitação e credibilidade. Para ambos a imagem também não se modifica ao final da missão, pois o emprego de tropas só faz reforçar a imagem do Exército.

Há uma espécie de consenso entre os militares sobre a boa imagem que a instituição ostenta. Os mesmos também partilham da visão de que a missão no Complexo da Maré apenas fortaleceu essa imagem positiva da instituição, sem grandes modificações. É interessante examinarmos as respostas do Coronel C.D. e do Tenente G.H., que acreditam que qualquer vinculação negativa à imagem do Exército, se é que ocorreu, foi devido a fatores externos à instituição, principalmente no que diz respeito a outras instituições envolvidas no processo de pacificação. Por um lado, observamos que há uma consciência de que a imagem institucional pode ser tensionada em virtude da ação de outros atores. Contudo, há também um forte entendimento (por parte de todos os entrevistados) de que a boa imagem do Exército se fortaleceu em virtude das relações construídas dentro da favela. Mas e as relações intermediárias? Sabemos que, na ambiência midiática, há uma mutação nos padrões esotéricos de interação, que passam a ser orientados pelo midiático. Não basta a construção de relações positivas na ruas da Maré, se isso não for transportado ao plano intermediário. No que diz respeito à construção imagética, as ruas e os dispositivos midiáticos são inseparáveis. Pelas respostas concedidas, isso não parece tão claro.

Sobre dispositivos midiáticos, perguntou-se que imagem do Exército circulou nos dispositivos institucionais, jornalísticos e amadores. Quanto aos dispositivos institucionais, para o General A.B., a imagem veiculada estava adequada ao Plano de Comunicação Social do Exército, ressaltando a operacionalidade, sempre cunhada na máxima “braço forte, mão amiga”. Segundo o Coronel C.D., a imagem do Exército (em relação ao acontecimento Maré) circulou pouco nesse dispositivos. Da mesma forma, o Tenente G.H. reconhece que o assunto foi pouco explorado, ainda que a divulgação – quando ocorrida – tenha sido positiva.

Em relação aos dispositivos de cunho jornalístico, O General A.B. considera difícil a generalização de uma imagem. Segundo ele, os múltiplos interesses em jogo fizeram com que nem todos os veículos cobrissem o acontecimento com a isenção esperada. Da mesma forma, o Tenente-Coronel E.F. defende uma cobertura neutra de tais dispositivos, ainda que uma conotação política tenha aparecido em alguns acontecimentos. Para o Coronel C.D., a imagem do Exército na Maré foi quase inexistente na mídia canônica, limitada a poucos eventos isolados. O Sargento K.L.

reforça as palavras do Coronel, reconhecendo uma pequena circulação da imagem do Exército em tais dispositivos. Para os Tenentes G.H. e I.J., os veículos realizaram uma cobertura imparcial.

Por último, os dispositivos assinados por amadores. Segundo o General A.B., a imagem do Exército circulou de forma negativa, de maneira geral. Para ele, o motivo é a influência das ideologias que confundem autoridade com autoritarismo e preconizam a vitimização. Para o Tenente-Coronel E.F. houve um claro direcionamento negativo na elaboração da imagem por parte dos amadores. Da mesma forma, o Tenente G.H. visualiza nos dispositivos amadores uma imagem negativa do trabalho dos militares. Porém, segundo ele, muitas das publicações relatavam fatos de veracidade desconfiável, apenas para denegrir a imagem do Exército. Segundo o Tenente I.J., os dispositivos amadores eram amplamente utilizados pelas forças adversas, na tentativa de expor fraquezas, erros de conduta, entre outras imagens negativas. Para o Coronel C.D. e para o Sargento K.L., a circulação da imagem do Exército foi ínfima em tais dispositivos.

Em termos gerais, percebemos um entendimento entre os militares de que o acontecimento Maré e, conseqüentemente, a imagem do Exército, foi pouco explorada nos dispositivos midiáticos assinados pela instituição, o que demonstra a consciência da necessidade de comunicar para se fazer presente no jogo social, através da apropriação e uso das técnicas midiáticas. Quanto aos dispositivos de cunho jornalístico, há uma visão geral ancorada na antiga principiologia da mídia canônica, especialmente no conceito de imparcialidade. Alguns a questionam levemente, mas não a colocam sob verdadeira tensão. Questões de fundo simbólico parecem estar longe de qualquer reflexão. Outro consenso é de que a Maré e o Exército não ocuparam lugar de destaque na cobertura canônica. Por último, os amadores. Em geral, os militares vinculam a produção amadora como um verdadeiro ataque à atuação do Exército na Maré. O que pode nos revelar um entendimento acerca dos novos emissores que tem o potencial de intervenção diante das imagens e acontecimentos. Isso porque foram reconhecidos pelos militares entrevistados alguns movimentos estratégicos por parte dos amadores, como publicações de veracidade questionável, direcionamentos negativos feitos por criminosos, etc. O problema é que, como observamos na pergunta anterior, a instituição minimiza as afetações que tais produções podem causar na imagem do Exército. Que medidas

estratégicas a instituição tomou para “enfrentar” os amadores nessa disputa? Com base nas materialidades que analisamos, praticamente nada.

A respeito desse contexto geral de disputa pela produção da imagem do Exército, o General A.B. considera indiferente, pois a produção heterogênea escapa ao controle e, por isso, não pode ser considerada problemática, ainda que a instituição deva estar constantemente preparada para lidar com isso. O Coronel C.D. entende que se deve ter o máximo controle sobre qualquer imagem produzida, uma vez que essa divulgação heterogênea pode gerar as mais diversas percepções. Os militares que trabalharam na área da comunicação dividiram opiniões: o Tenente-Coronel E.F. enxerga esse contexto como favorável, visto que os militares estavam preparados para lidarem com os mais diversos vetores de divulgação; por outro lado, o Tenente G.H. considera um fator complicador, visto que uma única imagem negativa pode arruinar muitas outras imagens positivas construídas.

Respostas novamente heterogêneas marcam o questionamento acima. As duas primeiras chamam atenção por representarem visões de uma comunicação da sociedade dos meios. Um contexto de disputa pela produção imagética considerado indiferente ou passível de controle total por parte da instituição nos revelam olhares sobre uma comunicação que não existe mais: unilateral, de efeitos programados, totalmente regulável. Quanto a resposta do Tenente-Coronel E.F., ela se afasta do que observamos nas materialidades analisadas. Não pelo fato da possibilidade de um cenário favorável, mas pela ideia de que a instituição esteve preparada para lidar com todos os produtores em potencial. Já o Tenente G.H. reabre a discussão sobre a possibilidade da intervenção de outros emissores na produção da imagem do Exército.

Perguntamos se a imagem produzida nos dispositivos midiáticos se assemelha da imagem percebida pelos moradores dentro das comunidades e se a rotina contribuiu para modificações na percepção da comunidade. Para o General A.B., em parte. Acrescentou ainda que a observação da conduta da tropa fazia aumentar a credibilidade. O Coronel B.C. visualiza uma imagem extremamente volátil, pois qualquer incidente poderia modificar tudo o que estava sendo construído. Segundo o Tenente-Coronel E.F., a imagem midiática difere da realidade percebida pela comunidade, pois há uma exacerbação da violência na mídia. O Tenente G.H. também visualiza diferenças entre a imagem midiática e a que circulava dentro da favela. Um exemplo é que o Exército não possuía a aceitação da

população local, ao contrário do que era divulgado. Já o Tenente I.J. enxerga uma superficialidade nas imagens midiáticas, que não revela o que de fato acontece nas comunidades.

Os depoimentos acima nos fazem voltar a discussão sobre a imagem construída nas ruas da Maré e a imagem construída nos dispositivos midiáticos. Como dissemos, na sociedade em midiatização, esses são contextos inseparáveis, que necessitam de conexão contínua. Não há possibilidade de participar da agonística social sem estar adaptado ao processo interacional de referência. O interessante é que os membros da instituição partilham dessa noção, ao concordarem que as imagens percebidas diferem quando comparamos os planos físico e intermediário. Combinadas às respostas sobre a percepção negativa por parte dos amadores nas redes sociais, os depoimentos acima nos provocam um questionamento: por que a instituição não repensa sua estratégia comunicacional ao constatar que sua imagem está sob esse tensionamento? As respostas abaixo substanciam ainda mais tal questionamento. Sobre o caso Mikami, a maioria dos entrevistados enxerga a condução do caso - em termos comunicacionais - como deficiente por parte do Exército. Vejamos:

Respondendo sobre como o Exército se viu em termos comunicacionais e estratégicos diante da morte de Mikami, o General A.B. disse que a instituição demonstrou despreparo para o revés sofrido. Da mesma forma, o Coronel C.D. também vê despreparo, acrescentando que o Exército não vem sabendo lidar com acontecimentos do gênero. O Tenente-Coronel E.F. considera que a questão Mikami foi bem conduzida pela instituição, tanto no que se refere ao trato com a mídia como no que diz respeito ao público interno. Já o Sargento K.L. relatou que, no nível da tropa, a morte de Mikami foi de um impacto moral significativo, repercutindo na confiança da tropa.

Com base nas respostas concedidas pelos entrevistados, é reforçada a concepção de que a midiatização proporciona uma afetação sobre todos os indivíduos e instituições, a partir do atravessamento das lógicas midiáticas. Ao contemplarmos o olhar daqueles que integram o Exército, entendemos que de fato tais afetações ocorrem em diferentes níveis, respeitando a realidade e o tempo de adaptação de cada indivíduo e instituição. Contudo, devido à transversalidade dessas afetações, em virtude da exposição dos campos sociais uns aos outros, até

mesmo as instituições mais fechadas parecem estar sob pressão, coagidas a logo se adaptarem a essa nova sociedade, sob pena de ficarem excluídas do jogo social.

Processos mutativos se instauram no interior das instituições, baseados no uso e apropriação das técnicas e lógicas de mídia. Cada vez mais são formadas redes organizadas para a circulação dos discursos institucionais. O midiático se integra às rotinas institucionais até o ponto em que passa a ditar o padrão das interações.

Mas, também de acordo com as entrevistas, percebemos que a imagem “projetada” pela instituição nem sempre foi correspondida quando tensionada nos dispositivos midiáticos. Nossas materialidades mostram que, ao deixar os domínios institucionais, a imagem produzida pelo Exército foi por muitas vezes desviada, entrando em conflito com as produções amadoras e da mídia canônica.

Esse é o paradoxo do qual Fausto Neto nos lembra (2008a). Quanto mais enunciação por parte das organizações, a partir do desenvolvimento das redes de fluxos, maiores serão os descompassos e desvios na recepção. A regulação cede cada vez mais espaço para as relações e conflitos na ambiência midiaticizada. Para o autor, a produção homogênea organizacional encontrará uma recepção heterogênea, resultando em pontos de fuga. A circulação abandona o modelo transmissivo em prol do sentido produzido a partir do tensionamento das relações.

Dessa forma, as entrevistas nos levam a novas reflexões. A primeira envolve a complexidade na construção das imagens. Estar inserido em um contexto transversal de relações não significa acolher com passividade tudo o que é produzido pelos atores concorrentes. Se a regulação total já não é mais possível na sociedade midiaticizada, o acolhimento irrestrito, por sua vez, levaria ao caos organizacional. Então, como manter a mínima regulação – afinal, há estratégias de produção e projeção imagética em jogo – dentro de um espaço polifônico? Essa tensão parece constituir as instituições midiaticizadas, o que torna produtivo pensar sobre ela.

A segunda questão emerge da suposta homogeneidade do discurso institucional. Ancorada nos fundamentos basilares das relações públicas, obviamente a instituição buscará produzir um discurso uno, de acordo com seu planejamento estratégico e que fortaleça o ideal de imagem por ela projetado. Quando pensamos os dispositivos midiáticos institucionais, notamos esse esforço. A produção imagética segue, de fato, uma linha. Como vimos, os obstáculos do

planejamento ocorrem quando essa estratégia esbarra em outras produções concorrentes, pois no plano intermediário, a produção e recepção são heterogêneas. Mas e dentro da instituição? Retomando as respostas dos entrevistados, podemos claramente observar a heterogeneidade nas visões do acontecimento, da comunicação e da imagem do Exército na Maré. O que temos dentro das instituições, senão atores sociais midiáticos, conscientes, influentes e com o domínio das lógicas midiáticas em mãos. Esse não foi o nosso foco de estudo, mas se o explorássemos, poderíamos pesquisar por imagens amadoras produzidas por militares ou ex-militares em redes sociais, por exemplo. Será que não encontraríamos concorrência também por parte dos membros da instituição? Pensando nesse indivíduo como um ator social, a hipótese é que sim. Se a afetação é geral e atravessa todos os campos sociais misturando lógicas, a complexidade das interações midiáticas atinge da mesma forma o interior das instituições. Que espaço é esse então, habitado por membros da instituição que, ao mesmo tempo, são atores sociais midiáticos? Um contexto que tem o potencial de problematizar muitos dos fundamentos da comunicação organizacional.

## 5 DISPUTA OU COPRODUÇÃO? INFERÊNCIAS SOBRE A IMAGEM DA FORÇA QUE CIRCULOU DURANTE A PACIFICAÇÃO

### 5.1 O jogo dos sentidos

No capítulo anterior, analisamos as marcas deixadas na circulação pelas instâncias que se credenciaram como disputantes no jogo por conferência de sentido. O processo de ida e vinda aos indícios nos permitiu visualizar como a passagem dos militares pelo Complexo da Maré fez irromper um campo problemático. Acarretando em diferentes matrizes de interpretação, configurou-se uma atmosfera tensional em torno da imagem do Exército Brasileiro.

Quando o primeiro militar entra na Área de Pacificação, começam as interações entre dois desses disputantes: a instituição e os atores sociais. Nos contatos interpessoais - realizados por força da rotina nas ruas da favela - a imagem do Exército é posta em jogo. Ocupação, pacificação ou opressão? Diferentes histórias estão sendo contadas entre os becos da comunidade, tanto pelos militares quanto pelos moradores. Conseqüentemente, imagens diferentes do Exército ali estão sendo construídas.

Ocorre que essa história não começou a ser contada após o desembarque das primeiras tropas na Maré. Não quando deslocamos esse embate de sentidos para outro plano, o intermediário. Nessa outra ambiência, novamente nos perguntamos: quem conta a história da atuação do Exército na Maré? Naturalmente, seria aquele que tem capacidade para dar forma narrativa ao acontecimento, tornando-o midiático. Suporíamos que cabe à instância da mídia canônica a tarefa de registrar o fato bruto dentro das peculiaridades de seu sistema produtivo e, a partir daí, produzir imagens, e sentidos.

Contudo, quando creditamos o poder da construção social da realidade exclusivamente à mídia canônica, estamos discutindo uma sociedade que já não existe mais. No contexto atual da sociedade em midiaticização, as tecnologias transformadas em meios conferiram condições de produção a todos os indivíduos. As materialidades nos mostram que, ao fazer usos e apropriações das técnicas e lógicas midiáticas, atores e instituições originalmente não midiáticas se credenciam como produtores de sentido, participando ativamente da narrativa dos acontecimentos.

O elo organizador está dissipado. Quando observamos os três processos de construção imagética do capítulo anterior, entendemos que o papel da mediação não é mais exclusivo à mídia canônica. E se não cabe apenas ao canônico o poder de construir a imagem do Exército, significa que não temos mais linearidade na atividade discursiva. As instâncias da mídia canônica, dos atores sociais e do institucional estão reconfiguradas na ambiência circulatória midiaticizada, respondendo ao mesmo tempo pelos papéis de emissor/produzidor e receptor/consumidor. Uma ascensão de novos indivíduos no processo de construção da realidade que, como observamos, permite não apenas a inscrição, mas a assinatura de dispositivos midiáticos.

Dessa forma, as imagens construídas se misturam e o atravessamento dos campos sociais segue outros movimentos. Na sociedade dos meios, apenas a imagem canônica teria legitimidade para deslocar-se entre as fronteiras, enquanto as imagens construídas pela instituição e pelos atores sociais permaneceriam enclausuradas em seus domínios de experiência. Na sociedade midiaticizada, o ambiente de fluxos estimula os contatos entre esses produtores/receptores, gerando as interfaces que inferimos em nossos esquemas anteriores.

Quando deslocamos - em um contexto midiaticizado - aquela conflitualidade interacional já existente nas ruas da Maré para o plano intermediário, logo ela se potencializa. Temos mais disputantes em jogo e, com isso, mais signos construídos. Estabelecidas sob diferentes discursos, as diferentes imagens do Exército agem sobre diferentes receptores (ativos), resultando em novas construções com o potencial de ir adiante nesse fluxo acelerado da circulação.

A potencialização dos embates de sentidos nos convoca à tentativa de uma análise mais complexa. Regressando ao nosso problema de pesquisa percebemos tal necessidade: como circula a imagem do Exército Brasileiro durante as operações no Complexo da Maré? A primeira coisa que pensamos, após nossa trajetória pelas materialidades, é que não se trata de apenas uma imagem que circulou ou que foi formada nos dispositivos. Recuperemos então, de forma esquemática, nossas inferências na tentativa de entendermos como tais imagens construídas se relacionam na atividade circulatória.

Nas representações que apresentaremos a partir de agora, seguiremos as bases esquemáticas apresentadas anteriormente (inspiradas no esquema veronístico). Porém, manipularemos novamente algumas lógicas, simplificando a

representação na tentativa de tornar mais clara a processualidade. Vejamos a figura abaixo:

Figura 43



Fonte: elaborado pelo autor

Trata-se do nosso primeiro esquema elaborado, na coleção 1 (ocupação). As três instâncias, que carregam suas construções imagéticas sobre a ocupação da Maré pelo Exército, estão em contato na ambiência circulatória. As interfaces, dessa vez, estão representadas por linhas que conectam as instâncias e não por acoplamentos como nos esquemas anteriores<sup>42</sup>. A linha mais espessa representa a imagem de um Exército do medo, fruto das interações entre mídia canônica e atores sociais. Ela é a que mais se destaca porque nessa interface os produtos da mediação são similares, a partir dos contatos por movimentos circulatórios como a fagia social. A interface canônico-institucional é representada com uma espessura média, pois os sentidos propostos por cada instância não se aproximavam. Ainda assim, movimentos circulatórios como o da replicação (por parte do institucional) dão destaque às interações entre as duas instâncias, que resultaram em uma imagem de tensão. Por último, a linha mais estreita. A interface atores-institucional esteve limitada a poucos movimentos nas redes sociais, além de evidenciar uma enorme

<sup>42</sup> Essa mudança se dá em função da tentativa de uma representação geral do processo de construção imagética/simbólica. Escolhemos, em um primeiro momento, os acoplamentos como base esquemática das interfaces produtivas por tornarem mais clara a processualidade no nível de cada coleção de indícios analisada. Nessa nova fase, procuramos uma visão do processo com um todo e, por isso, julgamos mais adequada a esquematização das interfaces por linhas.

distância entre as duas imagens elaboradas acerca da entrada dos militares na favela. Por esse motivo, não formam uma categoria.

A partir dos contatos “travados” no terreno intermediático, o impacto da entrada dos militares na favela gera uma imagem de tensão e, principalmente, de medo. Mas, a que se deve tal sentido, se estamos lidando com uma operação de pacificação? A resposta talvez esteja na palavra ocupação.

Um termo que convoca uma força simbólica imanente aos militares. Ocupar um espaço está intimamente ligado à noção de conquistar. A ação do Exército na Maré, por mais que esteja inserida em um contexto de pacificação da comunidade, significa recuperar um terreno que está sob o domínio dos traficantes. Por isso, tanto o institucional, como o canônico e os atores sociais, escolheram o termo ocupação como operador semântico da entrada dos militares nas comunidades.

Na produção das imagens da ocupação, observamos muitos soldados, veículos militares e armamentos. Elementos que transformaram essa ocupação em imagens de força, estranhamento e coerção. Na verdade, mais do que elementos. Tais imagens, juntamente com expressões como “ocupação militar”, são unidades de saberes. Complexas, elas evocam temas, conceitos, toda uma bagagem cultural. Quando observamos os soldados fortemente armados nas ruas na favela da Maré, logo convocamos uma força simbólica que vai tornar essa imagem legível.

Não visualizamos um processo de pacificação, mas apenas uma ocupação militar. E, pensando no contexto sociocultural brasileiro, qual foi a grande ocupação militar em nosso território, que afetou (direta ou indiretamente) a todos esses indivíduos que hoje têm condições de inscrever seus próprios discursos? Essa bagagem cultural nos faz retomar o período do regime militar no país.

A ocupação é uma força simbólica convocada do social. Dela evocam as imagens da tensão e do medo. Um blindado nas ruas brasileiras é uma forma simbólica fechada em si mesma, inquebrável. Bloqueia outros sentidos possíveis. Por isso é tão difícil conferir um sentido de paz a uma operação militar. Por que o simbólico precede e, assim, produz a realidade, subjugando o sentido.

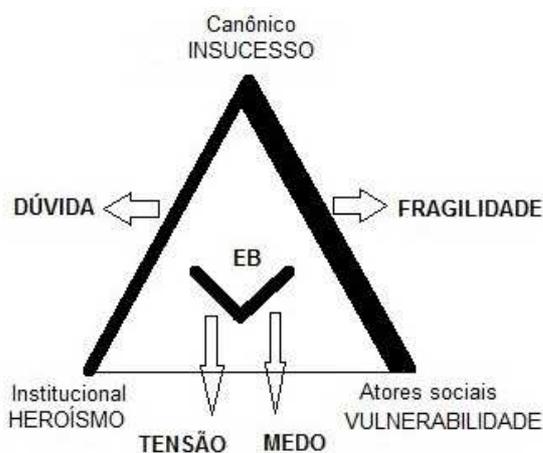
Mas, pensando nos termos da mediação, por que a esfera institucional acabou reforçando o simbólico (negativo) da ocupação? Afinal, as primeiras imagens produzidas pelo Exército ostentavam militares armados pelas ruas, blindados apontando para o interior da favela, armamento pesado próximo aos cidadãos,

formando uma imagem que classificamos como a de um Exército da força. Além disso, a palavra ocupação também foi adotada na estratégia institucional.

A resposta está na própria atividade circulatória. Na tentativa de inscrever seus discursos, as instituições (e atores) começam a interagir com lógicas estranhas às suas, tanto midiáticas como das demais instituições, em virtude das trocas que se efetivam nos regimes de interface. O discurso institucional de “ocupar para libertar”, que culminou em uma imagem de força, é uma lógica que passa a ser tensionada quando deixa os limites da caserna. Em um contexto de redefinição, fluem experimentações e indeterminações e, com isso, o sentido de ocupação proposto pelo institucional é desviado, reforçando aquele símbolo anterior. A imagem da tensão é exemplo disso, pois resulta do desajuste entre a imagem canônica e institucional.

Passemos à figura 44, dando continuidade aos embates de sentidos que descrevemos em nossas materialidades.

Figura 44



Fonte: elaborado pelo autor

Chegamos ao momento da morte de Mikami. Os indícios revelaram uma clara modificação na estratégia adotada pela esfera institucional em seus processos comunicacionais. O Exército não busca mais se impor em um terreno hostil, e sim se aproximar dos cidadãos. O herói Mikami surge como uma oportunidade de trazer a população para a causa. O Exército entra de vez no jogo, intensificando suas ações nos dispositivos, inclusive em oposição aberta à mídia canônica. A crise Mikami foi

transformada em uma oportunidade para que a instituição pudesse expor seus valores e a situação que vive nas ruas da Maré.

Contudo, como observamos no capítulo anterior, a imagem do herói não adquire valor na circulação. Quando cruza as fronteiras do institucional, aos poucos ela se apaga. A interface canônico-institucional cresce em virtude da investida do Exército, mas ainda assim a interface canônico-atores segue mais intensa. Muito em função da fagia midiática, que caracterizou toda a cobertura das instituições jornalísticas sobre o caso. O registro de Mikami chegando baleado em uma UPA foi a imagem mais marcante, base para as novas camadas de sentido. E como vimos, ali não estava um herói ou sequer o militar, mas uma vítima comum do tráfico.

Entre o herói institucional e o insucesso revelado pelo canônico, fica a dúvida. Mas o que mais se destaca é a imagem de um Exército que demonstra fragilidade, produto da interface entre mídia canônica e atores sociais. Por último, novamente a interface atores-institucional se mostra irrisória.

Há outro motivo para que a imagem do herói não tenha adquirido valor na circulação. Quando faz uma relação de Mikami com o Sargento Max Wolf, figura notável da Segunda Guerra, claramente a instituição busca resgatar outra força simbólica. O símbolo do mártir poderia, através da comoção, renovar essa disputa pelo sentido da pacificação. O problema é que esse herói, quando entra em cena, já encontra uma imagem contaminada pela tensão e pelo medo, fruto das interações que acontecem há quase um ano, desde o período da ocupação do Complexo. Com esse cenário, não seria tão simples transformar um “invasor” em herói.

Por outro lado, instituições jornalísticas e atores sociais não diminuem a intensidade no jogo. Enquanto o institucional convoca o herói, as demais instâncias resgatam outra força simbólica, mais poderosa nesse contexto: o poder do tráfico. Um símbolo mais contemporâneo, mais próximo da realidade das “mentes que usam o símbolo”, nos termos de Peirce (1970). O domínio, soberania ou a autoridade do tráfico de drogas nas cidades brasileiras é, para os cidadãos de hoje, um conteúdo inteligível, um universo simbólico. No dia da tragédia de Mikami, poderia haver outros heróis, ou até mesmo inúmeras baixas contabilizadas do lado dos traficantes, mas a estrutura que emerge do social é a da fragilidade a qual todos estão sujeitos quando se enfrenta o tráfico em seus domínios.

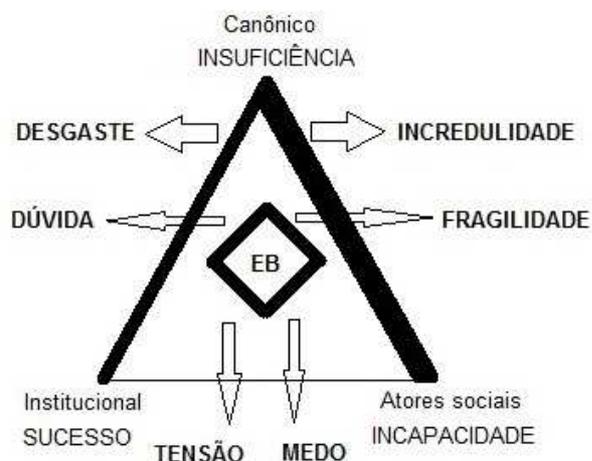
Por isso, reconhecer a imagem não significa compreendê-la. O herói está em um contexto muito afastado, ao passo que a vítima do tráfico impõe aquele “dentro”,

aciona aquela modalidade do vivido, de Didi-Huberman. Quando é posta para circular e começa a ser tensionada, aos poucos a imagem do herói Mikami se apaga, prevalecendo o cidadão comum vitimado. Afinal, vivemos em meio a muitas tragédias e poucos heróis.

A esfera institucional buscou uma nova estratégia de articulação para com seus públicos, em especial a comunidade da Maré. Mikami representaria a toda tropa que estava na comunidade. Todos iguais a Mikami, mesmos riscos, mesmos valores. A doação pela causa da Maré, pelo cumprimento da missão. Uma tentativa de construção de um vínculo, que chama atenção por revelar formações no interior da instituição no sentido de adaptabilidade a essa nova arquitetura comunicacional. Ocorre que acolher o social não é tão simples na sociedade em midiatização. Quando projeta a construção do vínculo, a instituição investe em uma ligação direta entre emissão e recepção. A articulação é linear, nos moldes da sociedade dos meios. Percebemos esse movimento na analogia entre Mikami e o Sargento Max Wolf. Um resgate simbólico que se limita à esfera institucional e perde facilmente fôlego ao circular fora das fronteiras de seu campo social. O Exército apenas transmite uma mensagem, em seus termos. Não articula seu discurso, sua imagem produzida, com os termos da recepção, muito menos com as relações efetuadas na circulação. Na ambiência midiatizada, mesmo com as distâncias encurtadas entre emissores e receptores, articular as diferenças não é tarefa fácil. O sentido se dá pelos contatos, nas relações entre as discursividades. As imagens são produtos de interfaces - por vezes resultado de aproximações (a fragilidade), em outras de desencontros (a dúvida) – e não de transmissões com efeitos automáticos.

Chegamos ao final da passagem do Exército pela Maré. O esquema abaixo representa a imagem constituída por ocasião da saída dos militares das comunidades. Nesse contexto de final de missão, a imagem do Exército já foi atravessada por mais de um ano de tensionamentos. Qualquer elaboração sobre a presença dos militares na Maré estaria fadada a contaminar-se por esse constructo maior que esteve em desenvolvimento durante toda a operação.

Figura 45



Fonte: elaborado pelo autor

Portanto, quando os disputantes inscrevem suas imagens sobre o final da atuação dos militares na Maré, elas entram em contato com as imagens da tensão, do medo, da dúvida e da fragilidade<sup>43</sup>. Nesse cenário, como a imagem do sucesso da operação (apresentada pela esfera institucional) poderia adquirir valor na circulação? Por mais de um ano as tentativas imagéticas positivas esbarraram em barreiras simbólicas dominantes. Na processualidade, as imagens de força, heroísmo, valor, entre outras propostas positivas, se apagaram no fluxo adiante da midiaticização. A imagem da pacificação não vingou.

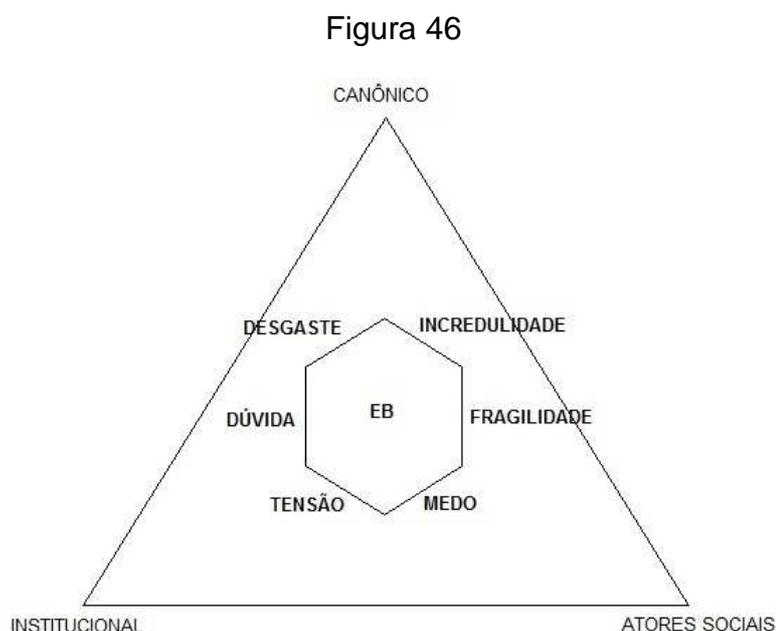
Em contrapartida, as estratégias da mídia canônica e dos atores sociais continuam prevalecendo. Formando nesse último ato a mais convencional e intensa das interfaces, ambas as instâncias resgatam, em conjunto, mais uma força simbólica que acaba por afetar a imagem do Exército. Quando definem a instituição como representante da insuficiência e da incapacidade de cumprir a missão de pacificar o Complexo da Maré, a mídia canônica e os atores sociais trazem para a disputa o símbolo da falência das instituições nacionais.

Quando visitamos Merleau-Ponty, lembramos que a visão se faz no meio das coisas, na textura do mundo. As imagens produzidas ao final da operação - na interface canônico-atores - retratam essa visão. Pois elas retomam o fracasso das instituições públicas no combate ao narcotráfico no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, retomam o descrédito das instituições públicas como um todo no país.

<sup>43</sup> Entre outros sentidos construídos ao longo do processo de pacificação. Destacamos esses por marcarem nossas categorias de análise, devido à relevância que possuem.

Poucas ainda ostentam credibilidade considerável. Não há nenhuma sumidade. Até mesmo o Exército, que pouco tem sua imagem vinculada a casos de corrupção, já demonstrou essa “insuficiência” em dois acontecimentos: na pacificação do Complexo do Alemão, e agora na Maré. O poder do tráfico não foi eliminado, e por esse motivo o Exército - aquele que seria o último recurso da nação - sai da Maré com a imagem da incredulidade. Por outro lado, a interface canônico-institucional também esteve movimentada, mas revelando os antagonismos de sempre. Sucesso versus fracasso. Imagens de paz colidindo com imagens de conflito. O resultado é o desgaste da imagem do Exército. Por último, mais uma vez a interface atores-institucional é pouco explorada, afetando minimamente as categorias circulantes que descrevemos.

Enquadrando as três coleções em uma única processualidade, consolidamos a disputa por produção de sentido em uma formação esquemática final. Vejamos a figura abaixo:



Para analisarmos seus elementos, retomemos o conceito de imagem institucional. Quando o aplicamos, não estamos lidando com um momento em si. Estamos lidando com um constructo maior, que engloba todo o contexto histórico/cultural da instituição somado às imagens que estão sendo percebidas. Tudo isso embebido em um cenário de participação inter-relacionada no que se

refere à produção desse constructo. Quando inferimos o esquema acima, representamos em seu núcleo o contexto histórico/cultural que a imagem do Exército carrega antes mesmo do início do acontecimento Maré. Quando a definimos como uma imagem exposta no terreno intermediático, ela não é uma imagem nova ou pura, e sim um elemento complexo que já está atravessado por forças simbólicas. O triângulo que a envolve são as três instâncias que disputam esse jogo de sentidos, conectadas em interfaces estimuladas pela potência da circulação. Entre esse campo de disputa formado pelas instâncias e o contexto histórico/cultural já existente da imagem do Exército, encontra-se o hexágono imagético produzido durante o período em que os militares estiveram na Maré. Uma elaboração que afirma as imagens que adquiriram valor na circulação como novos fundamentos desse constructo maior que é a imagem institucional. A partir dessa representação, podemos visualizar algumas características da midiatização que nos fazem colocar novamente sob tensão o nosso caso de pesquisa.

Em primeiro lugar, quando reconhecemos uma disputa pela produção da imagem do Exército em nossos empíricos, estamos atestando a capacidade que a sociedade midiatizada oferece a todos indivíduos e instituições de criarem seus próprios espaços de produção de sentido, através dos usos e apropriações das lógicas midiáticas. Inscritos livremente nos dispositivos, os saberes antes restritos aos domínios de experiência ou à discursividade da mídia canônica na sociedade dos meios, hoje circulam de forma independente, gerando afetações das mais diversas.

Esses usos e apropriações, a partir da transformação das tecnologias em meios, nos revelam que as lógicas midiáticas, na verdade, se tornaram práticas sociais. Por isso, as afetações são tão radiais, pois as práticas sociais estão sempre em regime de partilha na matriz societária. Dessa forma, os disputantes podem ir além da produção de sentido em seus espaços. Eles podem se aproveitar dos movimentos alheios, como vimos no caso dos movimentos circulatorios da fagia midiática, da fagia social ou da replicação. A instituição jornalística utilizando um registro amador. A instituição não midiática buscando a credibilidade do discurso canônico. O amador roubando a instantaneidade jornalística. E assim todas as instâncias vão amadurecendo nesse jogo que, antes de ser midiático, é social.

Formam-se as interfaces, sempre presentes em nossas representações. Acoplamentos onde os discursos heterogêneos se encontram, após atravessarem

fronteiras pouco usuais antes da formação dessa nova arquitetura comunicacional. Nessa lógica de interfaces, impulsionada pela circulação intermediática, a regulação do sentido é dificultada, pois as apropriações e os direcionamentos, como vimos nas materialidades, são dos mais variados. Em alguns momentos, observamos articulações entre circuitos mais estabelecidos (o institucional como fonte para o canônico). Em outras oportunidades, observamos processos mais tentativos de contatos (os amadores se credenciando nas redes como um serviço de vigilância sobre o trabalho dos militares na favela). E, por outro lado, há também os circuitos que se rompem (quando o institucional reivindica a postura da mídia canônica).

Nessa ambiência, ninguém pode ficar alheio. Percebemos que algumas estratégias respondem de maneira mais eficiente que outras, que algumas imagens adquirem maior valor na circulação que outras. Contudo, nenhum jogador produzirá sozinho. A mútua afetação é característica fundamental desse regime de interfaces mediatizado. Não são apenas as imagens que se encontram, mas também as lógicas de cada campo social. Desses encontros, algo sobra. Algo que pode estar além de uma disputa. Uma coprodução, cujas respostas estão na transversalidade.

## **5.2 O triunfo simbólico: sobre a atribuição de valor na processualidade**

Um cenário de coprodução imagética como o que analisamos em nossas coleções significa a ampliação da possibilidade de produção de sentido. Com a construção e inscrição de novas imagens, combinadas com a ascensão desses novos produtores/receptores, há um aumento na oferta de sentidos, antes restrita à mediação da mídia canônica na sociedade dos meios.

Contudo, ao considerarmos esse mesmo cenário em que todos têm condições de produção, afetando-se mutuamente por ocasião dos processos midiáticos/sociais, não podemos esquecer que a heterogeneidade das visões dos acontecimentos culmina em uma concorrência entre as imagens produto. Nosso esquema, mesmo que revele um contexto de coprodução, não deixa de representar uma disputa.

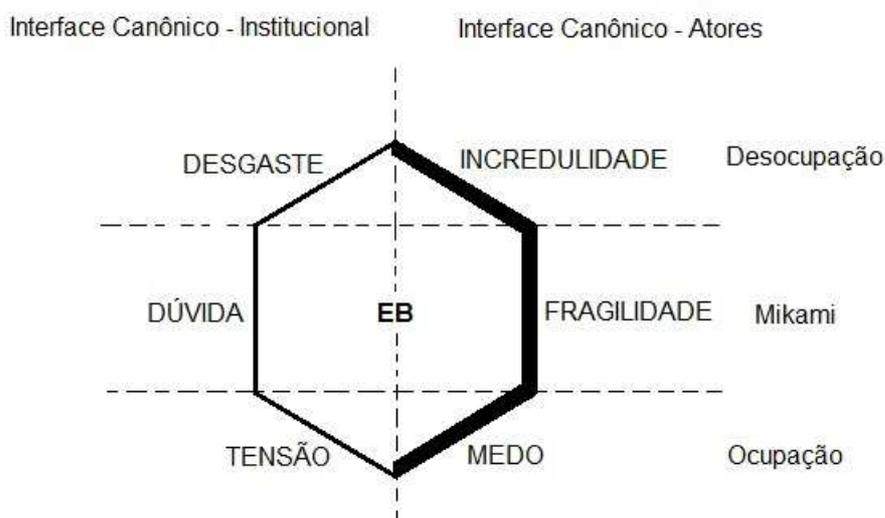
As instâncias disputantes podem até se aproximar, se apropriar de lógicas ou reforçar sentidos alheios. Isso é parte de um jogo em que todos os participantes cumprem as mesmas funções: produção e recepção. Seria ingenuidade pensarmos que, em condições igualitárias de produção, nenhum sentido iria se salienta-

avantajar ou, até mesmo, sobrepujar os demais. Cada jogador procura produzir a sua imagem sobre a atuação do Exército na Maré e, a partir dessa construção, expressar sua visão do acontecimento.

Como mencionamos acima, algumas imagens produzidas acabaram ficando pelo caminho da circulação. Nem todas as tentativas de inscrição se afirmaram, ao passo que algumas produções se mostraram inabaláveis quando confrontadas por outras estratégias. Ao final da operação, poucas imagens aderiram a esse constructo maior que é a imagem institucional. E o fizeram de maneira tão sólida que acabam por restringir a aderência de outras imagens. A resposta para esse evento pode estar na processualidade simbólica, dentro de um contexto midiático.

Observemos a figura 47. Trata-se do mesmo hexágono imagético produzido ao final da atuação do Exército na Maré. Extraído do esquema anterior, passamos a examiná-lo em detalhe.

Figura 47



Fonte: elaborado pelo autor

As seis categorias que formam o hexágono são as imagens produzidas nas relações de interface entre as instâncias. De acordo com nossa análise, elas são estabelecidas a partir das associações simbólicas promovidas nos movimentos circulatorios.

Os símbolos, quando resgatados pelas instâncias disputantes na elaboração imagética, abandonam domínios de experiências e cruzam fronteiras, ficando expostos às interações. Vulneráveis na paisagem circulatoria, alguns se destacam,

outros não, dependendo do contexto em que aparecem. Para que uma força simbólica atribua valor às imagens em processo produtivo, lógicas midiáticas estão sendo mobilizadas, sempre com foco no potencial de circulação.

Observamos nas materialidades três forças simbólicas que, ao serem resgatadas, predominaram e limitaram outras produções. Da mesma forma, verificamos que a esfera institucional procurou outros tipos de resgate simbólico, como o do militar-herói, que acabou não adquirindo o valor prospectado. Mas por que alguns símbolos predominam em relação a outros, se todos são convenções? A resposta está novamente na circulação. Na sociedade em midiatização, os símbolos abandonam seus espaços convencionados originais. Quando “jogados” ao social, também estão sofrendo tensionamentos. A força simbólica do herói-militar está convencionada na caserna, mas distante das demais instâncias. Em contrapartida, as forças simbólicas convocadas pela interface canônico-atores são estruturas entranhadas em toda a sociedade brasileira. Nessa comparação, percebemos que a convocação de forças simbólicas passa a ser uma questão estratégica nessa nova ambiência.

Essas estruturas excluem outras possibilidades de representação. Formam-se imagens simbólicas que exercem dominação. Uma espécie de hierarquia, que as imagens institucionais não conseguiram desarticular. Dessa forma, o hexágono imagético envolve a imagem do Exército na Maré formando uma barreira que impede novos sentidos.

As imagens como símbolos dominantes são chamadas por Rosa (2014b) de totens. Depois que atingem esse status, tornam-se inquebráveis. Mas essas forças simbólicas convocadas não se tornaram totens durante a construção imagética da operação São Francisco. As imagens de hoje estão baseadas em um inventário iconográfico que compõem nossa história.

A fotografia abaixo compõe o acervo histórico do Regime Militar no Brasil. Uma imagem que recuperamos em um portal de notícias que confeccionou um especial sobre os cinquenta anos do dia do chamado “golpe militar”.

Figura 48



Fonte: Portal G1 (2014)

Vejamos que, meio século depois, algumas imagens das coleções anteriores carregam a mesma força simbólica, trazendo à tona o sentido da ocupação pela força, da tensão instaurada com a presença dos militares nas ruas. As imagens produzidas sobre a ocupação da Maré são muito semelhantes à imagem acima. O blindado nas ruas, apontando seu canhão. Soldados armados, prontos para o combate. Elementos de composição fotográfica que foram manejados da mesma maneira cinquenta anos depois, em outro contexto, por diferentes produtores.

O mesmo movimento acontece na figura 49. O vídeo do Cabo Mikami chegando a uma UPA baleado está longe de ser uma novidade, tanto no contexto brasileiro como, principalmente, no contexto do Rio de Janeiro. A todo momento nos deparamos com notícias da mídia canônica ou com registros amadores que versam sobre tragédias ocorridas com policiais (e outros profissionais de segurança pública) em serviço, especialmente em confrontos contra traficantes nas favelas.

Figura 49

## Policial é baleado em operação na favela do Rola

Ele foi atingido no ombro e levado para o Hospital Rocha Faria

Do R7 | 14/06/2011 às 09h58

+A -A

Recomendar 4 Tweetar G+ 0 Pin it 355

Jadson Marques / AE



Fonte: Portal R7 (2011)

A notícia acima, como podemos observar, é datada de junho de 2011. Sendo assim, no mínimo há cinco anos são produzidas imagens dotadas de um sentido de dúvida ou fragilidade sobre a capacidade das forças de segurança no país. O poder do tráfico já é um tipo de estrutura do social.

Por último, a figura 50. Ela representa o símbolo da descrença nas instituições brasileiras. Nesse caso, poderíamos ter escolhido inúmeras outras imagens, inclusive mais antigas, ou referentes a outras instituições. Mas a fotografia abaixo se encaixa perfeitamente em nossa proposta. Do mesmo modo que o Exército deixa a Maré, desgastado e incrédulo, ele deixou o Complexo do Alemão ao final da Operação Arcanjo (primeira tentativa de pacificação de comunidades). Mesmo com todos os dados positivos divulgados ao final dos trabalhos, nas duas oportunidades manteve-se a desconfiança. Moradores e seus depoimentos de preocupação. Sinais de traficantes retomando territórios. A fotografia abaixo, do ano de 2013, parece um verdadeiro modelo seguido pela mídia canônica na produção das imagens do final da Operação São Francisco, em 2015. Circula, novamente, a imagem de um Exército se retirando em meio à confusão.

Figura 50



Fonte: Portal Veja (2013)

O que podemos inferir na observação e comparação de tais imagens? A processualidade simbólica não começou na Maré. Os símbolos convocados na composição das produções imagéticas de hoje já reapareceram, foram replicados, restringiram muitas outras construções, até se tornarem totens. Temos a sensação de que já vimos, em algum momento, as imagens que circulam hoje. O que, de certa forma, é verdade. Afinal, as imagens produzidas na Maré são muito semelhantes a outras produções que, inclusive, são de tempos diferentes. Consequentemente, os sentidos do medo e da tensão, da dúvida e da fragilidade e da insuficiência e da incapacidade estão, na verdade, sendo resgatados. No Complexo da Maré, a processualidade simbólica tem sua continuidade. E com esse reforço de sentido, com essa sequência cada vez maior na circulação, as imagens simbólicas vão adquirindo cada vez mais valor. Rosa também nos lembra que são essas imagens

exógenas que compõem nosso imaginário. O valor de circulação que símbolos como estes ostentam é tão alto que eles se tornam referências. Nossa relação com as estruturas do social, com a experiência do vivido, pode estar ligada, na verdade, ao imaginário, ao não vivido.

As estruturas inquebráveis nos levam a uma espécie de paradoxo. Afinal, não compartilhamos uma nova ambiência que amplia espaços e encurta as distâncias? Por que, então, firmam-se poucas imagens que realmente marcam a passagem do Exército pelo Complexo da Maré?

Em primeiro lugar, relembremos a dupla face de nosso caso. Disputa e coprodução. No caso da disputa, a dificuldade do controle discursivo, da regulação de sentidos, não impede a articulação de estratégias na construção das imagens. Nesses movimentos, sempre haverá diferentes graus de atribuição de valor, culminando em interferências sobre as imagens que não seguem as mesmas proporções, ainda que partam de condições igualitárias de produção. Quando à coprodução, há a construção de um novo sentido, mas sem a quebra das forças simbólicas existentes. O que não muda o fato de que os símbolos são postos em jogo, acolhidos pelo social e tensionados. As imagens simbólicas mediatizadas são fruto de interações entre diferentes atores e instituições.

Em segundo lugar, um destaque para a mídia canônica na processualidade simbólica. Nosso esquema revela como a mídia canônica – e a comunicação massiva – pode se rearticular aos termos da mediatização. Mesmo sem o poder exclusivo da mediação e da superintendência das relações societárias, as instituições jornalísticas não deixam de disputar o poder simbólico e, conseqüentemente, a construção da realidade social. Em nosso hexágono final, percebemos que a chancela das imagens simbólicas tem relações de dependência com a mídia canônica. Isso porque as imagens que marcaram a passagem do Exército pela Maré são conseqüências das interações consumadas em acoplamentos sob os quais estavam sobrepostas as fronteiras do canônico. É claro que as demais instâncias – em nosso caso, especialmente os atores - agregam novas camadas de sentidos. Mas a construção simbólica que perdura se mostra profundamente ligada às estratégias de produção da mídia canônica.

Por último, a decepção. Quando nos deparamos com as imagens da presença do Exército na Maré produzidas pelas instâncias disputantes, estamos frente a uma história que já conhecemos. O simbólico invade a narrativa, através de

uma gramática histórico/iconográfica que se impõe sobre as novas produções. Como observamos acima, as imagens de hoje são extremamente semelhantes a imagens anteriormente produzidas, que compõem nossa memória, nosso conhecimento. Trazem à tona sentidos já estabelecidos, recuperam um acervo que parece cíclico. Por isso, a frustração diante da imagem, pois sabemos o que elas estão a nos contar.

E, por isso, o paradoxo. A midiaticização, através de seus processos radiais e transversais, reforça as forças simbólicas. As imagens técnicas da midiaticização são eternas. Sendo assim, os símbolos construídos são recuperáveis a qualquer momento. Mesmo que as interações venham a apontar uma nova força simbólica, ela será interpretada a partir do que já foi estabelecido.

Retomemos mais uma vez nosso problema de pesquisa: que imagem é essa do Exército que circula nos dispositivos durante a pacificação do Complexo da Maré? Entre a disputa e a coprodução, podemos afirmar que são múltiplas as imagens construídas. Um jogo transversal que põe em contato lógicas e estratégias heterogêneas, ampliando a oferta de sentidos. Contudo, pensando através das figuras, chegamos a um produto síntese. Uma construção que marca de maneira mais efetiva a passagem dos militares pela Maré, efeito da processualidade simbólica em um contexto midiaticizado.

Das muitas imagens postas em jogo, poucas adquiriram valor na circulação. As que se consolidaram em meio a partilha social, o fizeram devido ao reforço, a sequência que obtiveram nos circuitos. O hexágono é justamente essa figura representativa das imagens que, em meio a diversidade do que é posto em circulação, alcançaram o valor necessário para que se fortalecessem junto ao acontecimento, aderissem em relação ao constructo maior da imagem institucional e, conseqüentemente, perdurassem.

Contudo, essa imagem coproduzida perdura pelo fato de carregar forças simbólicas inquebráveis e dominantes, totems que excluem outras alternativas de sentido. Os símbolos convocados não são novos, pois são estruturas marcantes do social e, por esse motivo, atribuem tanto valor nas imagens em questão. Ocorre que, nos dias de hoje, os símbolos convivem nessa mesma ambiência midiaticizada, sujeitos a uma nova processualidade. As estruturas estão vulneráveis ao tensionamento livre e contínuo, fazendo parte de construções imagéticas que são fruto de complexas interações.

À vista disso, a nova construção imagético/simbólica se consolida como a imagem do Exército em operações de paz, criada em meio às recentes intervenções da instituição em território nacional, e que abastece e afeta aquele constructo maior, a imagem institucional. Havendo uma nova intervenção militar aos moldes do que ocorreu nos Complexos do Alemão e da Maré, a imagem do Exército estará contaminada pelo hexágono. A missão do Exército na Maré se encerra, mas a sua imagem segue em tensionamento na incompletude da midiatização, carregando os mesmos símbolos que vem perdurando nesse fluxo sempre adiante.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a midiatização é, antes de tudo, pensar um fenômeno em processualidade. Um fenômeno que nos ajuda a manter o foco no que é da ordem do comunicacional, sem que desviemos a investigação para os questionamentos de ciências outras. Dentro desse contexto, nosso caso é uma singularidade que é parte da midiatização. Na tentativa de entendê-lo, nos aproximamos ainda mais da realidade do fenômeno e, conseqüentemente, do desentranhamento das verdadeiras questões comunicacionais.

Na especificidade de nosso caso, percebemos que a sociedade midiatizada contempla uma profusão imagética. Circulando em uma verdadeira mistura que potencializa o diverso, as imagens adquirem cada vez mais centralidade em nossas vidas.

Chamou-nos atenção justamente esse papel das imagens para os indivíduos e instituições em uma matriz societária que se encontra em midiatização. Na constituição do caso de pesquisa, dirigimos nosso olhar para a imagem institucional, em consequência de um interesse inicial pelas afetações da midiatização sobre as instituições que, por essência, são consideradas mais fechadas e conservadoras. Se vivemos em um mundo de imagens, é natural que as preocupações com a imagem ganhem cada vez mais importância para os indivíduos e instituições. Diante disso, surge nosso problema de pesquisa: de que maneira circula a imagem do Exército Brasileiro durante o processo de pacificação do Complexo da Maré? Seguindo a circulação, obtivemos condições de aprofundar a processualidade do fenômeno da midiatização. Na produção e percepção da imagem do Exército, chegamos aos sentidos atribuídos à própria instituição e, conseqüentemente, a algumas das afetações da sociedade midiatizada.

O contexto de profusão imagética se dá em virtude das possibilidades abertas pela midiatização, a partir das tecnologias transformadas em meios e da decorrente emergência dos novos produtores. Mas nossas análises revelaram algo além disso. A alternância de papéis entre emissores/produtores e receptores/consumidores fomenta mais do que a abundância de imagens. Ela torna complexo o “modo de fazer as imagens”. Partindo de cenários de disputas por conferência de sentidos, em que são deflagradas verdadeiras batalhas entre diferentes matrizes de interpretação,

o “fazer a imagem” se torna convidativo ao ponto de se transformar em uma obrigação para todos os indivíduos e instituições, originalmente midiáticos ou não.

A produção imagética se torna tão complexa que desvia as atenções das esferas da emissão e recepção para o que está circulando. Percebemos que há muito mais do que o intervalo entre emissão e recepção. Como observamos em nossas análises, a imagem do Exército não se resume às intenções da produção, não se encerra na recepção, não se limita à processos de ida e volta e, muito menos, se fecha ao final do acontecimento da pacificação. A complexidade da produção imagética sugere outras possibilidades para a narração dos acontecimentos e para a constituição das próprias instituições.

Isso porque a midiática altera formas de vida, redefine práticas sociais. Em uma sociedade em que as interações respeitam as lógicas de mídia e da midiática, todos os indivíduos e instituições necessitam transportar suas realidades para o plano intermediário. Analisando a construção da imagem do Exército na Maré, percebemos que os processos sociais e midiáticos são inseparáveis, de modo que as interações nos dispositivos midiáticos são, no mínimo, tão importantes quanto o que se passou dentro da favela, por exemplo. Nas materialidades, observamos que o terreno intermediário abriga espaços de tensionamento assim como o plano físico. No caso do Exército, talvez até mais intensos, visto que a instituição é forçada a manobrar segundo lógicas estranhas às suas.

Essa cultura de mídia, que absorve os demais processos sociais e instiga ao ajuste a suas lógicas, acaba promovendo uma afetação geral. Como vimos em nosso primeiro eixo de análises (para cada coleção de indícios), há uma potencialização de experimentações, em que atores sociais midiaticizados e instituições originalmente não midiáticas passam a produzir sentidos em concorrência às práticas da mídia canônica. Na contrapartida da sociedade dos meios, em que a mediação estava sob o domínio exclusivo do campo dos media, na sociedade midiaticizada encontramos um contexto de disputas pela construção da realidade no plano intermediário. Disputas cada vez mais complexas, baseadas na inscrição e reinscrição de atores a todo momento e no reposicionamento de circuitos sociais, que balançam a construção do real. Obviamente, a heterogeneidade das matrizes de interpretação sempre existiu, mas esteve presa aos domínios de

experiência, sem cruzar as fronteiras dos campos sociais, visto que apenas a mídia canônica possuía tal legitimidade.

E é justamente esse entrecruzamento discursivo (em nosso caso, na forma de construções imagéticas) promovido pela midiatização que observamos no segundo eixo de análises que compunha nossas coleções. A disputa intermediática substituiu a tarefa gerencial do campo dos *media*, gerando um ambiente de fluxos que suporta um regime de interfaces produtivas. O cenário de disputa, caracterizado pela heterogeneidade das visões dos acontecimentos, ganha contornos de coprodução, em virtude da transversalidade de tais interfaces. São as marcas da circulação midiatizada, que faz dos contatos e relações via processos midiáticos os verdadeiros responsáveis pela produção de imagens, sentidos e realidades.

Evidenciou-se então que a construção da imagem do Exército se dava na complexa relação entre disputa e coprodução. Quando percebemos que as pistas da circulação estavam não apenas nos produtos dos subconjuntos, mas nos contatos entre eles, sentimos a necessidade de uma próxima análise transversal.

Dessa forma, encaminhamos nosso último eixo de análise, contemplando toda a processualidade da construção da imagem institucional durante a pacificação. Observamos que, mesmo em uma ambiência que contempla simetria e alternância de papéis entre produtores e consumidores, algumas tentativas de construção imagética se sobressaíram. A imagem do Exército na Maré não deixa de ser o fruto das interações, muito mais complexa do que a intenção de um produtor ou de um desvio de um receptor. Ainda assim, algumas das imagens construídas aderiram de maneira mais intensa ao constructo maior da imagem institucional, até mesmo repelindo outras produções. Seguindo a circulação, percebemos orquestrações e articulações por parte das instâncias disputantes, com o objetivo de incluir, reforçar, enfraquecer, entre outras ações ligadas ao acionamento de valor às imagens. Estratégias empregadas pelas esferas do institucional, da mídia canônica e dos atores sociais baseadas no potencial que as imagens podem atingir na circulação. Ao final do acontecimento da pacificação, poucas imagens sobreviveram e muitas foram restritas nos caminhos desse ambiente de fluxos.

Um verdadeiro paradoxo. Em meio à heterogeneidade produtiva, apenas algumas imagens realmente marcam a trajetória do Exército na Maré. Representadas no hexágono imagético que inferimos ao final das análises, as imagens da tensão, do medo, da dúvida, da fragilidade, do desgaste e da

incredulidade são as que alcançaram valor na circulação e aderiram, ao mesmo tempo, à imagem institucional e ao social.

O hexágono é a figura representativa do processo de circulação da imagem do Exército durante a operação São Francisco, fruto da diversidade das interações. Uma construção imagética que não apenas adquiriu valor e aderiu à imagem institucional, mas que vai perdurar no fluxo contínuo da circulação, pois ela nos revela outra processualidade que torna ainda mais complexo o “fazer a imagem”. O hexágono, ao seguir adiante, se consolida como a construção imagética que representa o Exército em operações de paz. Quando sair às ruas novamente, a instituição carrega consigo esse hexágono, como uma espécie de barreira contra novas construções.

Isso faz parte da processualidade simbólica que se inscreve sob a produção de imagens na sociedade midiaticizada, revelada em nossas análises transversais. Em meio à diversidade de imagens postas a circular, os símbolos acabam sendo convocados pelos jogadores, mesmo que indiretamente. A partir daí, a forma simbólica, fechada em si mesma, precede e subjuga outras tentativas de elaboração. As imagens que não adquirem valor na circulação não estão ligadas a símbolos fortes (dentro do contexto do nosso caso), como observamos na estratégia institucional que ligava Mikami a um herói da Segunda Guerra.

Mas essa processualidade nem se encerra, tampouco se inicia na Maré. Constatamos que esses mesmos símbolos convocados durante a pacificação, já fizeram parte de outras construções anteriores. Diante das imagens de hoje, temos a sensação de que já nos deparamos com elas. De certa maneira, uma narrativa em que a cronologia que se torna óbvia, pois conta uma história que já conhecemos. A processualidade simbólica continua na Maré, baseada em um inventário de imagens reavivadas dessa gramática histórica, baseada no valor concedido a tais imagens e que reforça nosso imaginário, a partir de uma memória midiática facilmente acionável pelas imagens técnicas.

Ao entrarmos na questão simbólica, enriquecemos nosso trabalho em complexidade, entrando nesse dilema entre saber e ver. As forças simbólicas, ao afetarem transversalmente as estratégias de produção, nos mostram que há algo por trás da essência e da representação. Algo que não é simples de ser apreendido, mas que se revela nas marcas da circulação. O estudo nos dá pistas de que essa disputa intermediária pela construção imagética é, ao mesmo tempo, uma disputa

pelo poder simbólico. O poder de inviabilizar outras possibilidades de narração, argumentação, produção, etc.

Isso porque os símbolos, na sociedade midiaticizada, não estão presos aos domínios de experiência. As convenções cruzam fronteiras e alcançam o regime de interfaces, atravessando e se espalhando pelos mais diversos campos sociais. Expostos na circulação, os símbolos estão em condições de serem acionadas por qualquer indivíduo ou instituição.

O poder simbólico continua construindo a realidade. Muda a forma como ele é disputado, em consequência da disponibilidade dos símbolos e das condições simétricas de produção/recepção da ambiência midiaticizada. Dessa forma, retomando Cassirer (2001), reforçamos a ideia de que compreender as formas simbólicas criadas pela cultura permite um entendimento mais claro da realidade.

À vista disso, retomamos as estratégias de construção das instâncias disputantes. Ainda que sejam estruturas que se sobrepõem, as forças simbólicas nem sempre emergem involuntariamente. Seu acionamento pode ser estratégico, a partir das lógicas da mídia e da midiaticização. Jogados ao social, fora dos espaços convencionais, os disputantes tem condições de fazer uso dos símbolos, os partilhando e os trabalhando conforme os contextos de aparição.

Aqui percebemos que as lógicas da mídia e da midiaticização estão disponíveis, mas que não é tão simples utilizá-las. Voltando às imagens que aderiram ao final da pacificação, verificamos que a instância da mídia canônica obteve vantagem. Todas as categorias que formam o hexágono imagético são oriundas das relações concretizadas nas interfaces em que a mídia canônica participou. Notamos que o poder de chancela e seleção da mídia canônica e dos grandes emissores não se perde em um contexto interdiscursivo. As interfaces revelaram claras relações de dependência das demais instâncias para com as instituições jornalísticas. Algo que não soa natural em uma sociedade de simetria entre produtores e receptores, onde os mesmos trocam constantemente de papéis. Evidencia-se um processo adaptativo da comunicação massiva nessa nova ambiência, que contempla a rearticulação de estratégias. Uma reinvenção (em andamento) da mídia canônica frente à concorrência produtiva midiaticizada.

Nesse movimento, notamos que a ambiência simétrica e interdiscursiva não significa a utopia da democratização produtiva. Mesmo que reconfiguradas e alternando papéis, as instâncias não produzem igualmente. A midiaticização estimula

a heterogeneidade da oferta discursiva e complexifica as realidades construídas. Contudo, através das mesmas relações de disputa e coprodução, estimula que as instâncias amadureçam suas estratégias midiáticas na tentativa de impor suas visões do acontecimento, gerando desníveis na circulação. Como verificamos, as produções (de imagens) se multiplicam, mas poucas seguem de fato nesse fluxo adiante.

Até aqui fizemos a exposição de nossas considerações finais acerca do problema da pesquisa. Mas lembremos que, em nossa visada, a construção do conhecimento se efetiva menos nas respostas e mais no surgimento de novas questões. Os pontos aqui destacados, alguns em especial como a aderência de poucas imagens produzidas pela esfera institucional e o acolhimento intenso da produção canônica, nos permitem um retorno aos interesses iniciais que provocaram essa investigação: como as instituições mais fechadas respondem à problemática da mediação?

Indiretamente, já contemplávamos tal questionamento ao tensionarmos o conceito de imagem institucional. Entre a disputa e a coprodução, verificamos que as abordagens instrumentais características da comunicação organizacional realmente não dão conta dos processos midiáticos atuais. Isto significa que se leva em conta o aspecto de gerir a imagem, mas que esta gerência não detém o poder de limitar todos os ângulos dela, pois a imagem é constructo social, que se dá na inter-relação com as práticas sociais e decorre de valores que são externos à instituição, mesmo que possam ser previsíveis. A nossa grande questão é que no caso do Exército observamos que sua imagem está em disputa – pois está cercada de quesitos específicos do que é tido como ferramenta comunicacional, parte do que está no campo social como interpretação de um contexto e parte de uma produção circulatória sobre seu fazer. Mesmo diante desta conceituação, verifica-se ou reitera-se a importância da compreensão da imagem do Exército, uma vez que se a instituição não pode gerir o todo, ela pode e deve compreender como se estrutura para então desenvolver processos comunicacionais do ponto de vista institucional e, dessa forma, atuar sobre sua própria imagem. Ou seja, o Exército como instituição não pode ficar alheio à imagem (institucional) que vem constituindo e que é constituída de si, pois isso determina suas práticas.

Na verdade, podemos pensar nas instituições de modo geral. Por que o acolhimento e até mesmo a dependência da mídia canônica na produção da imagem

institucional? Por que a dificuldade de interagir com os atores sociais midiaticizados na atmosfera tensional intermediária? Essas são questões que nos fazem olhar para dentro daquelas instâncias que compõem nossos esquemas de análise (baseados na representação de Verón). Especificamente, para dentro das instituições, refletindo sobre processos de mediação endógena.

Afinal, os reenvios, críticas, desvios e pontos de fuga não ocorrem apenas “da esfera institucional para fora”. Dentro da instituição, estão se desenvolvendo circuitos comunicacionais diversos nessa mesma potência. O que as torna complexas instâncias quanto a suas relações internas e externas. Disputas entre indivíduos promovendo a regularidade dos fluxos contra indivíduos deflagrando conflitos e descompassos. Indivíduos adaptativos contra indivíduos reativos à nova arquitetura comunicacional. Interessa-nos justamente esse espaço de tensionamento que constitui as instituições (e suas imagens), abrigando indivíduos que também alternam papéis de emissores e receptores, conscientes de seu poder.

Afloram cada vez mais novas questões. Como as instituições podem manter o mínimo de regulação cercadas pela polifonia por todos os lados? Como discursar levando em consideração as trocas realizadas na circulação? E quem são esses atores sociais midiaticizados que estão inseridos nas instituições? Perguntas que tensionam espaços de certeza da comunicação organizacional, por exemplo. Esse é nosso processo heurístico em desenvolvimento, estabelecido nas questões comunicacionais, a partir de um olhar mediaticizado.

## REFERÊNCIAS

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus, 2002.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

\_\_\_\_\_. **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: JANOTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda (Orgs). **Mediação e midiatização**. Salvador: Edufba; Brasília: Compós, 2012.

\_\_\_\_\_. Comunicação, disciplina indiciária. In: **Revista Matrizes**. São Paulo, volume 1, nº 2, 2008.

\_\_\_\_\_. Mediatização como processo interacional de referência. In: **Anais do XV Encontro Anual da Compós, GT Comunicação e Sociabilidade**. Bauru: Unesp/Compós, 2006.

\_\_\_\_\_. Midiatização: a complexidade de um novo processo social. **IHU Online Revista Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, ano 9, nº 289, 13 abril 2009. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2477&secao=289](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2477&secao=289)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Pequeno roteiro em um campo não traçado. In: FERREIRA, Jairo. **Cenários, teorias e epistemologias da comunicação**. São Paulo: E-Papers, 2007.

\_\_\_\_\_. Pesquisando perguntas (um programa de ação no desentranhamento do comunicacional). In: Fausto Neto, Antonio; FERREIRA, Jairo; BRAGA, José Luiz; GOMES, Pedro Gilberto (Orgs). **Midiatização e processos sociais**: aspectos metodológicos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010, v.1. Nr 1.

BRANDÃO, Elizabeth. Imagem corporativa, reputação ou ilusão? In: DUARTE, Jorge (Org). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**: teoria e técnica. São Paulo: Atlas, 2011.

CARLÓN, Mario. Ataque a los poderes, medios convergentes y giro antropocêntrico: el nuevo escenario com base em internet. In: FAUTO NETO, Antonio; HEBERLÊ, Antonio Luiz O. (Orgs). **Internet**: viagens no espaço e os tempo (CISECO: Pentálogo III). Pelotas: Editora Cópias Santa Cruz, 2013.

\_\_\_\_\_. Contrato de fundação, poder e midiatização: notícias do front sobre a invasão do YouTube, ocupação dos bárbaros. In: **Revista Matrizes**. São Paulo, volume 7, nº 1, 2013.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas: a linguagem** (volume I). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CATTO, Camilo. **(Re)Formação da identidade e relacionamento**: abordagem para os estudos de comunicação em uma instituição de ensino superior. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 1998.

\_\_\_\_\_. **Diante da imagem**. São Paulo: Editora 34, 2013.

FAUSTO NETO, Antonio. A circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, Antonio; VALDETARO, Sandra (Orgs). **Mediatización, sociedade y sentido**: diálogos entre Brasil y Argentina. Rosário: Facultad de Ciencia Política y RRII, Universidade Nacional de Rosario, 2010.

\_\_\_\_\_. A midiatização produz mais incompletudes do que as completudes pretendidas, e é bom que seja assim. **IHU Online Revista Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, ano 9, nº 289, 13 abril 2009. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2479&secao=289](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2479&secao=289)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Como as linguagens afetam e são afetadas na circulação? In: BRAGA, José Luiz. et al (Orgs). **Dez perguntas para a produção do conhecimento em comunicação**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013.

\_\_\_\_\_. Comunicação das organizações: da vigilância aos pontos de fuga. In: OLIVEIRA, Ivone Lourdes; SOARES, Ana Thereza Nogueira (Orgs). **Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações**. São Paulo: Difusão Editora, 2008a.

\_\_\_\_\_. Fragmentos de uma analítica da midiatização. In: **Revista Matrizes**. São Paulo, volume 1, nº 2, 2008b.

FERREIRA, Jairo. Como a circulação direciona os dispositivos, indivíduos e instituições? In: BRAGA, José Luiz. et al (Orgs). **Dez perguntas para a produção do conhecimento em comunicação**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013.

\_\_\_\_\_. Dispositivos midiáticos e processos sociais: um debate sobre a midiatização. **IHU Online Revista Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, ano 9, nº 289, 13 abril 2009. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2478&secao=289](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2478&secao=289)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Mídiação: dispositivos, processos sociais e de comunicação. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** (E-compós). Brasília, volume 10, p. 1-15, 2007a.

\_\_\_\_\_. Notícias sobre as ONGs: uma conjuntura aberta pelos dispositivos midiáticos na web. In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo (Orgs). **Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação**. São Paulo: Paulus, 2007b.

\_\_\_\_\_. O caso como referência no método: possibilidades de integração dialética do silogismo para pensar a pesquisa empírica em comunicação. In: **In Texto Online**. Porto Alegre, volume 27, UFRGS, 2012.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem triádica dos dispositivos midiáticos. In: **Líbero**. FACASPER, volume 1, p. 1-15, 2006.

FERREIRA, Jairo; ROSA, Ana Paula da. Mídiação e poder: a construção de imagens na circulação intermediária. In: TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa (Org). **Mídia, cidadania e poder**. Goiânia: FACOBE, FUNAPE, 2011.

FERRARA, Lucrécia. Os estreitos caminhos do conhecimento. Questões transversais. In: **Revista de Epistemologias da Comunicação**. Volume 1, nº 1. Jan-Dez, 2013.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FLUSSER, Vilém. **O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade**. São Paulo: Annablume, 2008.

FLICHY, Patrice. **Le sacre de l' amateur: sociologie des passions ordinaires à l'ère numérique**. Éditions du Seuil: França, 2010.

\_\_\_\_\_. Seminário: **Os amadores no mundo digital - rumo a uma nova democracia de competências**. – PPGCC, UNISINOS, 2013.

FORD, Aníbal. **La marca de la bestia: identificación, desigualdades e infoentretenimiento em la sociedad contemporánea**. Norma, 2001.

GOMES, Pedro Gilberto. **A pergunta pela pergunta nos processos midiáticos**. 2011. (Circulação interna do PPG).

\_\_\_\_\_. A tecnologia digital está colocando a humanidade num patamar distinto. **IHU Online Revista Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, ano 9, nº 289, 13 abril 2009. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2478&secao=289](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2478&secao=289)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Da sociedade dos mídias à sociedade em mídiação**. 2011. (Circulação interna do PPG).

\_\_\_\_\_. Como o processo de midiatização (um novo modo de ser no mundo) afeta as relações sociais? In: BRAGA, José Luiz. et al (Orgs). **Dez perguntas para a produção do conhecimento em comunicação**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013.

HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos midiatizados: pesquisa da midiatização na era da “mediação de tudo”. In: **Revista Matrizes**. São Paulo, volume 8, nº 1, jan/jun 2014.

HISSA, Cássio E. Viana. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HJARVARD, Stig. **A perspectiva escandinava dos estudos da midiatização**. 2014. Entrevistadores: Fabiane Sgorla e Daniel Pedroso. (Circulação interna do PPG)

\_\_\_\_\_. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. In: **Revista Matrizes**. São Paulo, volume 5, nº 2, jan-jun 2012.

HONOUR, Hugh. **El romanticismo**. Madri: Alianza, 1981.

JAHN, Carlos Alberto. **Indeterminações comunicacionais geradoras de indefinição ética**: um estudo de casos múltiplos de dispositivos interacionais, circuitos comunicacionais e lógicas tentativas. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2014.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Paris: Éditions Nathan, 1994.

KAMPER, Dietmar. Imagem. In: **Cosmo, Corpo, Cultura**: Enciclopédia Antropológica. A cura de Christoph Wulf. Milão: Ed. Mondadori, 2002.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

MEDEIROS DE FARIA, Armando. Imprensa e Organizações. In: DUARTE, Jorge (Org). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**: teoria e técnica. São Paulo: Atlas, 2011.

MIÈGE, Bernard. **A sociedade tecida pela comunicação**: técnicas da informação e da comunicação entre inovação e enraizamento social. São Paulo: Paulus, 2009.

NEWHALL, Beaumont. **The history of photography**: from 1839 to the present. Boston: The Museum of Modern Art, 1982.

PEIRCE, Charles Sanders. **Deducción, inducción e hipótesis**. Traducción castellana y notas de Juan Martin Ruiz-Werner (1970). Disponível em: <<http://www.unav.es/gep/DeducInducHipotesis.html>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Experiência, modernidade e campo dos media. In: SANTANA, R.N.Monteiro de (Org). **Reflexões sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Revan; Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2000.

ROSA, Ana Paula da. Atentado em looping: uma palavra que aciona uma imagem. In: **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, volume 22, nº 4, 2015a.

\_\_\_\_\_. **De reflexos a fagias**: os níveis de circulação e apropriação midiática das imagens. Apresentação no Congresso Internacional de Mídiação. Buenos Aires, 2015b. (A ser publicado).

\_\_\_\_\_. Imagens-totens e circulação: a chancela jornalística no caso Michael Jackson. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** (E-compós). Brasília, v.17, n.2, mai/ago 2014a.

\_\_\_\_\_. Imagens-totens em permanência x tentativas midiáticas de rupturas. In: ARAÚJO, Denize Correa; CONTRERA, Malena Segura (Orgs). In: **Teorias da imagem e do imaginário**. Livro Compós, 2014b.

ROSENBLUM, Naomi. **A world history of photography**. Nova Iorque: Abbeville Press, 2007.

SILVA NETO, Belmiro R. Comunicação e Reputação Corporativa. In: SILVA NETO, Belmiro R. (Org). **Comunicação Corporativa e Reputação**: construção e defesa da imagem favorável. São Paulo: Saraiva, 2010.

VARELA, Mirta. Él miraba televisión, YouTube: la dinámica del cambio em los medios. In: CARLON, Mario; SCOLARI, Carlos. **El fin de los medios massivos: el comienzo del debate**. Buenos Aires: La Crujía, 2009.

VERÓN, Eliseo. De la imagen semiológica a las discursividades. VEYRAT-MASSON, Isabelle; DAYAN, Daniel (Orgs). **Espacios publicos en imágenes**. Barcelona: Gedisa, 1997a.

\_\_\_\_\_. Esquema para el análisis de la mediatización. In: **Diálogos**, Nº 48. Lima: Felefac, 1997b.

\_\_\_\_\_. **Fragments de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

\_\_\_\_\_. Teoria da mediação: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. In: **Revista Matrizes**. São Paulo: volume 8, nº 1, jan/jun de 2014.

XAVIER, Monalisa Pontes. **A consulta transformada**: experimentações de dispositivos interacionais “psi” na sociedade em mediação. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2014.

## Documentos de acesso exclusivo em meio eletrônico

EXÉRCITO BRASILEIRO. Clima na Maré ainda é de tensão e medo. 5 abr. 2014. Twitter: @exercitooficial. Disponível em: <<https://twitter.com/search?q=mar%C3%A9%20%40exercitooficial&src=typd>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Detalhe da passagem de comando da Força de Pacificação Maré para a PMRJ, ontem, no CPOR/RJ. 1 jul. 2015. Twitter: @exercitooficial. Disponível em: <<https://twitter.com/search?q=%40exercitooficial%20mar%C3%A9&src=typd>>. Acesso em: 2 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Em resposta a matéria sobre a morte do Cb Mikami, veiculado em revista de grande circulação, o CComSEx publica. 14 dez. 2014. Twitter: @exercitooficial. Disponível em: <<https://twitter.com/search?q=%40exercitooficial>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Esclarecimento ao público interno 002**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/documents/10138/6058224/Esclarecimento+ao+P%C3%BAblico+Interno+n%C2%BA+002.pdf/41c0f306-5c96-4c34-aa73-df9cb207e618>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Exército e Marinha entregam ao estado dossiê sobre o tráfico no Complexo da Maré. 2 jul. 2015. Twitter: @exercitooficial. Disponível em: <<https://twitter.com/search?q=dossie%20exercito%20mare&src=typd>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Forças Armadas deixaram Complexo da Maré após 15 meses no comando da FPac. 30 jun. 2015. Twitter: @exercitooficial. Disponível em: <<https://twitter.com/search?q=%40exercitooficial%20mar%C3%A9&src=typd>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Forças Armadas ocupam o conjunto de favelas da Maré**. Abr, 2014. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/en/web/midia-impressa/noticiario-do-exercito>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Forças Armadas podem ocupar a Maré a partir de sábado. 2 abr. 2014. Twitter: @exercitooficial. Disponível em: <<https://twitter.com/search?q=mar%C3%A9%20%40exercitooficial&src=typd>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Forças de Pacificação Maré – Ação Cívico-Social**. Abr, 2014. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/en/web/resiscomsex/cml>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Força de Pacificação promove última ação social no Complexo da Maré. 29 jun. 2015. Twitter: @exercitooficial. Disponível em: <<https://twitter.com/search?q=%40exercitooficial%20mar%C3%A9&src=typd>>. Acesso em: 1 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Mikami**: honra e coragem para vencer desafios. Nov, 2014. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/en/web/resiscomsex/cml>>. Acesso em: 2 fev.2015.

\_\_\_\_\_. Nota oficial: Morte de Cabo do Exército em serviço na Maré. 29 nov. 2014. Twitter: @exercitooficial. Disponível em: <<https://twitter.com/exercitooficial/status/538673556176252928>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

EXÉRCITO e Marinha entregam ao estado dossiê sobre o tráfico no Complexo da Maré. **Portal O Globo**. Rio de Janeiro, 2 julho 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/exercito-marinha-entregam-ao-estado-dossie-sobre-trafico-no-complexo-da-mare-16633796>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

FATOS DA MARÉ. **Exército deixa a Maré e efetivo da PM será menos da metade**. 29 junho 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Fatos-Da-Mar%C3%A9-841259409231011/>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **[Militares e traficantes trocam tiros]**. 28 novembro 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Fatos-Da-Mar%C3%A9-841259409231011/>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Traficantes da Maré comemoram morte de cabo do Exército**. 29 novembro 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Fatos-Da-Mar%C3%A9-841259409231011/>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

FORÇA de Pacificação teve avanços na Maré, mas ainda enfrenta dificuldades. **Portal G1**. Rio de Janeiro, 23 junho 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/06/forca-de-pacificacao-teve-avancos-na-mare-mas-ainda-enfrenta-dificuldades.html>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

FORÇAS Armadas assumem ocupação de 15 comunidades na Maré, Rio. **Portal G1**. Rio de Janeiro, 5 abril 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/forcas-armadas-assumem-ocupacao-de-15-comunidades-da-mare-rio.html>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

FORÇAS Armadas iniciam ocupação do Complexo da Maré no Rio. **Portal Folha de São Paulo**. Rio de Janeiro, 5 abril 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1436381-forcas-armadas-iniciam-ocupacao-do-complexo-da-mare-no-rio.shtml>>. Acesso em: 8 jan. 2015.

MARÉ NEWS. **[Aos moradores]**. 29 junho 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/marenws/>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **[Amanhã termina o período de ocupação]**. 29 junho 2015. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/Marevive>>. Acesso em: 2 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **[Entrada das tropas]**. 5 abril 2014. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/Marevive>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **[Domingo é tenso no Complexo da Maré]**. 6 abril 2014. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/Marevive>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **[Invasão militar na Maré]**. 10 abril 2014. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/Marevive>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **[Maré resiste]**. 3 abril 2014. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/Marevive>>. Acesso em: 8 jan. 2015.

MILITARES de tropas federais são flagrados comemorando saída do Complexo da Maré. **Portal O Globo**. Rio de Janeiro, 1 julho 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/militares-de-tropas-federais-sao-flagrados-comemorando-saida-do-complexo-da-mare-16617917>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

MORRE cabo do Exército baleado na cabeça em ataque na Maré, Rio. **Portal G1**. Rio de Janeiro, 28 novembro 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/11/morre-cabo-do-exercito-baleado-na-cabeca-em-ataque-na-mare-rio.html>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

MORTE de cabo do Exército na Maré gera comoção nas redes sociais. **Portal Extra**. Rio de Janeiro, 30 novembro 2014. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/morte-de-cabo-do-exercito-no-complexo-da-mare-gera-comocao-nas-redes-sociais-14702082.html>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

NOTÍCIAS 24h. Exército e Marinha entregam ao estado dossiê sobre o tráfico no Complexo da Maré. 2 jul. 2015. Twitter: @eNoticiasWeb. Disponível em: <<https://twitter.com/search?q=dossie%20exercito%20mare&src=typd>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

OCUPAÇÃO de militares no Complexo da Maré fez o lucro do tráfico cair 79%. **Portal Extra**. Rio de Janeiro, 3 julho 2015. Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/ocupacao-de-militares-no-complexo-da-mare-fez-lucro-do-trafico-cair-79-16647847.html>>. Acesso em: 22 set. 2015.

OCUPAÇÃO do Complexo da Maré, no Rio. **Portal UOL**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/20/>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

O GLOBO. Exército e Marinha entregam ao estado dossiê sobre o tráfico no Complexo da Maré. 2 jul. 2015. Twitter: @OGlobo\_Rio. Disponível em: <[https://twitter.com/OGlobo\\_Rio/status/616553137462185985](https://twitter.com/OGlobo_Rio/status/616553137462185985)>. Acesso em: 30 jul. 2015.

O golpe em 33 dias. **Portal G1**. Rio de Janeiro, março 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/linha-do-tempo-33-dias-do-golpe/platb/>>. Acesso em: 28 out. 2015.

O medo de volta ao Complexo do Alemão. **Portal Veja**. Rio de Janeiro, 27 maio 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/o-medo-de-volta-ao-complexo-do-alemao/>>. Acesso em: 30 out. 2015.

POLICIAL é baleado em operação na favela do Rola. **Portal R7**. Rio de Janeiro, 14 junho 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/policial-e-baleado-em-operacao-na-favela-do-rola-20110614.html>>. Acesso em: 31 out. 2015.

RIO: após 14 meses, Exército deixa Complexo da Maré com ação de solidariedade. **Portal R7**. Rio de Janeiro, junho 2015. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/cidade-alerta-rj/videos/rio-apos-14-meses-exercito-deixa-o-complexo-da-mare-com-acao-de-solidariedade-24062015>>. Acesso em: 1 ago. 2015.

“SE quiser, mato um soldado por dia”, diz traficante da Maré. **Portal Veja**. Rio de Janeiro, 6 dezembro 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/se-quiser-mato-um-soldado-por-dia-diz-trafficante-da-mare/>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

## APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MILITARES DO EXÉRCITO

1) Como era realizado o trabalho de comunicação social pela Força de Pacificação? Quais eram as estratégias adotadas? Ações de que natureza foram realizadas durante a operação?

2) No contexto do planejamento estratégico de comunicação, anterior à chegada das tropas na Maré, qual o tempo de preparação das ações de comunicação desta operação?

3) Os militares que estavam ocupando as funções referentes ao trabalho de comunicação na Maré são profissionais com formação na área?

4) Recortando esse trabalho de comunicação, como o Senhor avalia a estratégia adotada pelo Exército em sua produção intermediária relativa à Operação São Francisco (divulgação institucional e interações com os diversos públicos através dos dispositivos midiáticos)?

5) Em uma missão de combate real como a Operação São Francisco, as preocupações com a comunicação alcançam, na prática, o mesmo nível das demais, como logística, inteligência, etc.?

6) Por ser uma instituição mais reservada, é difícil nos depararmos com estratégias de comunicação mais agressivas sendo adotadas pelo Exército. A pacificação da Maré, um acontecimento marcante na história recente da instituição, poderia ter sido mais explorada pelo Exército?

7) Em sua opinião, qual a imagem que o Exército possui?

8) E após o final da missão e a permanência das tropas por mais de um ano no Complexo da Maré, ocorreu alguma modificação nessa imagem percebida?

9) Em sua opinião, qual é a imagem do Exército que circulou na ambiência intermediária, especificamente em cada uma dessas instâncias:

a) Dispositivos midiáticos institucionais (portal do EB, TV Verde Oliva, redes sociais do EB, etc.)

b) Dispositivos midiáticos de cunho jornalístico (sites de notícias)

c) Dispositivos assinados por amadores (redes sociais em geral)

10) As imagens (não apenas físicas, mas simbólicas) são produzidas pelo Exército, mas também por outros atores e instituições. Esse contexto lhe parece problemático ou favorável a uma imagem positiva para a instituição?

11) A imagem produzida na mídia sobre a atuação do Exército na Maré se assemelha com a percebida dentro das comunidades? Com base na rotina, de que forma a presença dos militares mudou a realidade dos moradores?

12) Nesta operação algumas situações ganharam grande repercussão, como o caso do Cabo Mikami. Como o Exército se viu, em termos comunicacionais e estratégicos, diante dessa situação?

13) Este último item é um espaço destinado a alguma contribuição sobre o tema que não tenha sido abordada em nossas perguntas e que o entrevistado tenha interesse em acrescentar.